



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXX Nº 006 QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2015



BRASÍLIA - DF

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Presidente**  
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

**1º Vice-Presidente**  
Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

**2º Vice-Presidente**  
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

**1º Secretário**  
Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

**2º Secretário**  
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

**3ª Secretária**  
Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

**4ª Secretária**  
Senadora Angela Portela (PT-RR)

### Mesa do Senado Federal

**Presidente**  
Renan Calheiros (PMDB-AL)

**1º Vice-Presidente**  
Jorge Viana (PT-AC)

**2º Vice-Presidente**  
Romero Jucá (PMDB-RR)

**1º Secretário**  
Vicentinho Alves (PR-TO)

**2º Secretário**  
Zeze Perrella (PDT-MG)

**3º Secretário**  
Gladson Cameli (PP-AC)

**4ª Secretária**  
Angela Portela (PT-RR)

**Suplentes de Secretário**

**1º** Sérgio Petecão (PSD-AC)

**2º** João Alberto Souza (PMDB-MA)

**3º** Elmano Férrer (PTB-PI)

**4º** Douglas Cintra (PTB-PE)

### Mesa da Câmara dos Deputados

**Presidente**  
Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

**1º Vice-Presidente**  
Waldir Maranhão (PP-MA)

**2º Vice-Presidente**  
Giacobo (PR-PR)

**1º Secretário**  
Beto Mansur (PRB-SP)

**2º Secretário**  
Felipe Bornier (PSD-RJ)

**3ª Secretária**  
Mara Gabrilli (PSDB-SP)

**4º Secretário**  
Alex Canziani (PTB-PR)

**Suplentes de Secretário**

**1º** Mandetta (DEM-MS)

**2º** Gilberto Nascimento (PSC-SP)

**3ª** Luiza Erundina (PSB-SP)

**4º** Ricardo Izar (PSD-SP)

### **EXPEDIENTE**

<b>Ilana Trombka</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial	<b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários <b>Quésia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nºs 6 e 7/2015 ..... 007

1.2 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1/2015 ..... 007

**2 – ATA DA 5ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE MARÇO DE 2015** ..... 008

2.1 – ABERTURA ..... 009

2.2 – EXPEDIENTE ..... 009

#### **2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação**

##### **2.2.1.1 – Comunicações**

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 660/2014 (**Ofício nº 22/2015**). Serão feitas as substituições solicitadas ..... 025

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 661/2014 (**Ofício nº 23/2015**). Serão feitas as substituições solicitadas ..... 025

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 663/2014 (**Ofício nº 24/2015**). Serão feitas as substituições solicitadas ..... 025

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 664/2014 (**Ofício nº 25/2015**). Serão feitas as substituições solicitadas ..... 025

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 665/2014 (**Ofício nº 26/2015**). Serão feitas as substituições solicitadas ..... 026

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 668/2015 (**Ofício nº 27/2015**). Serão feitas as substituições solicitadas ..... 026

Da Liderança do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (**Ofício nº 250/2015**)

##### **2.2.2 – Discursos (Breves Comunicações)**

DEPUTADO MARCUS PESTANA – Defesa da rejeição do veto da Presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei que altera a tabela do imposto de renda ..... 027

**2.2.3 – Questão de ordem**

Suscitada pelo Deputado Raul Jungman e respondida pela Presidência ..... 028

**2.2.4 – Parecer**

Nº 1/2015, proferido pelo Senador Romero Jucá, que conclui pela apresentação de Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 1/2015-CN ..... 030

**2.2.5 – Discursos (Breves Comunicações) (continuação)**

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA – Críticas aos recentes atos da Oposição no Brasil ..... 032

**2.2.6 – Questão de ordem**

Suscitada pelo Deputado José Guimarães e respondida pela Presidência ..... 033

**2.2.7 – Discursos (Breves Comunicações) (continuação)**

DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Posicionamento favorável à derrubada do veto da Presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei que altera a tabela do imposto de renda ..... 033

**2.3 – ORDEM DO DIA**

**2.3.1 – Item 1**

Projeto de Resolução nº 1/2015-CN, de iniciativa das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que altera o procedimento de apreciação dos vetos presidenciais. **Aprovado o Substitutivo.** À promulgação ..... 035

**2.3.2 – Promulgação da Resolução nº 1/2015-CN (vide item 5.1)****2.3.3 – Item 2**

Veto Total nº 31/2014, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 150/2009 (nº 3.338/2008, na Casa de origem), que dispõe sobre a jornada de trabalho do psicólogo e altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.....

039

**2.3.4 – Item 3**

Veto Parcial nº 32/2014, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 99/2013 - Complementar (nº 238/2013 - Complementar, na Casa de origem), que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.....

039

**2.3.5 – Item 4**

Veto Total nº 33/2014, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 47/2008 (nº 6.711/2009, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento.....

039

**2.3.6 – Item 5**

Veto Total nº 34/2014, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 161/2009 (nº 7.082/2010, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências.....

039

**2.3.7 – Item 6**

Veto Total nº 36/2014, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 66/1999 (nº 2.661/2000, na Câmara dos Deputados), que institui a linha oficial de pobreza e dá outras providências.....

040

**2.3.8 – Item 7**

Veto Parcial nº 1/2015, apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3/2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.....

040

**2.3.9 – Item 8**

Veto Total nº 2/2015, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014 (nº 1.872/2007, na Casa de origem), que acrescenta arts. 6º-A e 6º-B à Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a associação entre corretor de imóveis e imobiliárias e sobre a contribuição sindical dos corretores de imóveis .....

040

**2.3.10 – Item 9**

Veto Parcial nº 3/2015, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2014 (nº 3.460/2004, na Casa de origem), que institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências .....

040

**2.3.11 – Item 10**

Veto Parcial nº 4/2015, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2014 (oriundo da Medida Provisória nº 656, de 2014), que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PaseplImportação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.....

040

<b>2.3.12 – Fala da Presidência</b> (Renan Calheiros)	
Esclarecimentos sobre o processo de discussão e votação dos vetos presidenciais .....	041
<b>2.3.13 – Questão de Ordem</b>	
Suscitada pelo Deputado José Carlos Aleluia e respondida pela Presidência .....	041
<b>2.3.14 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 1/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado do Veto Total nº 31/2014.....	050
Nº 2/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado do Veto Total nº 31/2014.....	050
Nº 3/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado do Veto Total nº 34/2014.....	050
Nº 4/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado de dispositivos do Veto Parcial nº 4/2015.....	051
Nº 5/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado de dispositivos do Veto Parcial nº 4/2015.....	051
Nº 6/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado de dispositivos do Veto Parcial nº 4/2015.....	051
Nº 7/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado de dispositivos do Veto Parcial nº 4/2015.....	051
Nº 8/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado de dispositivos do Veto Parcial nº 4/2015.....	052
Nº 9/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado de dispositivos do Veto Parcial nº 4/2015.....	053
Nº 10/2015-CN, de iniciativa de Líderes, solicitando destaque para votação em separado de dispositivos do Veto Parcial nº 4/2015.....	053
<b>2.3.15 – Suspensão da sessão às 13 horas e 59 minutos e reabertura às 14 horas e 4 minutos</b> .....	058
<b>2.3.16 – Encerramento da votação dos Vetos nºs 32, 33 e 36/2014; e 1 a 4/2015, ressalvados os dispositivos destacados, e início da apuração</b> .....	063
<b>2.3.17 – Apreciação do Veto Total nº 31/2014, destacado. Mantido</b> (votação nominal) ( <i>vide item 5.2</i> ) .	063
<b>2.3.18 – Apreciação do Veto Total nº 34/2014, destacado. Mantido</b> (votação nominal) ( <i>vide item 5.2</i> ) .	072
<b>2.3.19 – Apuração dos Vetos nºs 32, 33 e 36/2014; e 1 a 4/2015, ressalvados os dispositivos destacados. Mantidos</b> (votação nominal) ( <i>vide item 5.2</i> )	
<b>2.3.20 – Apreciação dos itens 9.01 e 9.02 da cédula de votação, destacados do Veto Parcial nº 4/2015. Mantidos</b> (votação nominal) ( <i>vide item 5.2</i> )	
<b>2.3.21 – Apreciação dos itens 9.084 a 9.094 da cédula de votação, destacados do Veto Parcial nº 4/2015</b>	
2.4 – <b>Suspensão da sessão às 18 horas e 58 minutos e reabertura às 19 horas e 1 minuto</b> .....	112
<b>2.4.1 – Apreciação dos itens 9.084 a 9.094 da cédula de votação, destacados do Veto Parcial nº 4/2015. Rejeitados na Câmara dos Deputados</b> (votação nominal) ( <i>vide item 5.2</i> )	
<b>2.4.2 – Questão de ordem</b>	
Suscitada pelo Deputado Sílvio Costa e respondida pela Presidência .....	127
<b>2.4.3 – Apreciação dos itens 9.084 a 9.094 da cédula de votação, destacados do Veto Parcial nº 4/2015. Mantidos</b> (votação nominal) ( <i>vide item 5.2</i> )	
<b>2.4.4 – Apreciação dos itens 9.29 a 9.37, 9.119 a 9.121, 9.199 a 9.206, 9.211 e 9.212 da cédula de votação, destacados do Veto Parcial nº 4/2015. Mantidos</b> (votação nominal) ( <i>vide item 5.2</i> )	
<b>2.4.5 – Matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão conjunta</b> .....	152
2.5 – APÓS A ORDEM DO DIA	
<b>2.5.1 – Projeto de Resolução</b>	
Nº 2/2015, de iniciativa das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição e organização .....	153
<b>2.5.2 – Discurso encaminhado à publicação</b>	
DEPUTADO VINICIUS CARVALHO - Considerações acerca dos direitos do consumidor.....	161
2.6 – ENCERRAMENTO.....	161
<b>3 – ATA DA 6ª SESSÃO CONJUNTA, SOLENE, EM 11 DE MARÇO DE 2015</b> .....	162
3.1 – ABERTURA.....	162
3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.....	162
<b>3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro</b>	
<b>3.2.2 – Fala do Presidente do Congresso Nacional</b> (Senador Renan Calheiros).....	162
<b>3.2.3 – Fala da 3ª Secretaria do Congresso Nacional</b> (Deputada Mara Gabrilli) .....	164
<b>3.2.4 – Outorga do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz às agraciadas</b> .....	166

**3.2.5 – Oradores**

Sra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Ministra do Superior Tribunal Militar .....	166
Sra Eleonora Menicucci, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.....	168
Senadora Vanessa Grazziotin.....	169
Deputada Jandira Feghali.....	171
Senadora Fátima Bezerra .....	172
Deputada Benedita da Silva.....	174
Senadora Lídice da Mata.....	175
Deputada Shéridan.....	177
Senador Hélio José.....	179
Deputada Luizianne Lins.....	182
Deputado Laudívio Carvalho .....	184
Senador Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).....	185
Senadora Angéla Portela (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).....	186
3.3 – ENCERRAMENTO.....	187

**4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL EM 11.3.2015 .....**

187

**5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO**5.1 – Resolução nº 1/2015-CN (**Suplemento “A”**)5.2 – Resultado da votação dos Votos nºs 31 a 34 e 36/2014 e 1 a 4/2015 (**Suplemento “B”**)**CONGRESSO NACIONAL****6 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) .....	188
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	194
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	194
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	195
Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	196
Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) .....	197

**7 – CONSELHOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) .....	200
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) .....	201
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999 .....	202

# CONGRESSO NACIONAL

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 6, DE 2015

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 661, de 2 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 3, do mesmo mês e ano, que “Autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a destinar superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional à cobertura de despesas primárias obrigatórias”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 5 de março de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 7, DE 2015

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 662, de 8 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 9, do mesmo mês e ano, que “Abre crédito extraordinário, em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, no valor de R\$ 404.755.786,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 10 de março de 2015.

Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**SENADO FEDERAL**  
**Presidência**

**ATO CONJUNTO N° 1,**  
**DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal possui 25 dispositivos ainda pendentes de regulamentação por meio de leis complementares e 117 dispositivos pendentes de regulamentação por meio de leis ordinárias;

CONSIDERANDO que recente levantamento da Casa Civil da Presidência da República contabilizou mais de 180 mil diplomas normativos, entre leis, decretos-lei, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas, grande parte deles conflitantes entre si e com a própria Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de tornar o sistema normativo federal mais compreensível, seguro, transparente e homogêneo, para isso devendo-se proceder à consolidação normativa prevista no parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal;

CONSIDERNADO que os índices econômicos apresentam necessidade de medidas urgentes para fortalecimento da economia, garantia de emprego e segurança jurídica aos investimentos privados, o que será possível por meio da modernização e simplificação da legislação fiscal e econômica, RESOLVEM:

Art. 1º Fica constituída Comissão Mista, composta por sete senadores e sete deputados federais, destinada a apresentar, no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal e o fortalecimento econômico e social do País.

Art. 2º A Comissão contará com o apoio de servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, na forma do art. 145 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e as despesas com o seu funcionamento serão custeadas na forma do art. 150 do Regimento Comum.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal prover os serviços de secretaria da Comissão.

Art. 3º Os projetos elaborados pela Comissão serão encaminhados alternadamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, na forma do art. 142 do Regimento Comum.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados

## Ata da 5ª Sessão Conjunta, em 11 de março de 2015

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Waldir Maranhão, Romero Jucá e Beto Mansur.*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas e 29 minutos e encerra-se às 22 horas e 49 minutos.)*

*É o seguinte o comparecimento das Sras e dos Srs. Senadores:*

Congresso Nacional Secretaria Geral da Mesa Relação de Presença na Sessão (Senadores)	Data: Hora: Número:	06/04/2015 14:21 5
---	---------------------------	--------------------------

<b>55ª LEGISLATURA</b> <b>PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA</b> <b>ORDINÁRIA</b> <b>SESSÃO CONJUNTA Nº 005 - 11/03/2015</b>	<u>Presidente da Casa:</u> Renan Calheiros - PMDB/AL <u>Presidiram a Sessão:</u> Waldir Maranhão - 11:29 Renan Calheiros - 11:34 Beto Mansur - 13:50 Romero Jucá - 14:37 Renan Calheiros - 15:46 Romero Jucá - 17:16 Renan Calheiros - 18:37 Beto Mansur - 21:44 Renan Calheiros - 22:33
<b>Registro Eletrônico de Presença em Plenário</b>  <b>Início :</b> 11/03/2015 11:29 <b>Fim :</b> 11/03/2015 22:50	

Total de Presentes: 75

	Partido	Bloco
<b>RORAIMA</b>		
Angela Portela	PT	
Romero Jucá	PMDB	
Telmário Mota	PDT	
<b>Presentes de Roraima : 3</b>		
<b>AMAPÁ</b>		
Davi Alcolumbre	DEM	
João Capiberibe	PSB	
Randolfe Rodrigues	PSOL	
<b>Presentes de Amapá : 3</b>		
<b>PARÁ</b>		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Paulo Rocha	PT	
<b>Presentes de Pará : 2</b>		
<b>AMAZONAS</b>		
Omar Aziz	PSD	
Sandra Braga	PMDB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	
<b>Presentes de Amazonas : 3</b>		
<b>RONDÔNIA</b>		
Acir Gurgacz	PDT	
Ivo Cassol	PP	
Valdir Rupp	PMDB	
<b>Presentes de Rondônia : 3</b>		
<b>ACRE</b>		
Gladson Cameli	PP	
Sérgio Petecão	PSD	
<b>Presentes de Acre : 2</b>		
<b>TOCANTINS</b>		
Ataídes Oliveira	PSDB	
Donizeli Nogueira	PT	
Vicentinho Alves	PR	
<b>Presentes de Tocantins : 3</b>		



**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Relação de Presença na Sessão (Senadores)**

Data: 06/04/2015  
Hora: 14:21  
Número: 5

Partido	Bloco
---------	-------

**MARANHÃO**

Edison Lobão	PMDB
João Alberto Souza	PMDB
Roberto Rocha	PSB

**Presentes de Maranhão : 3**

**CEARÁ**

Eunício Oliveira	PMDB
José Pimentel	PT
Tasso Jereissati	PSDB

**Presentes de Ceará : 3**

**PIAUÍ**

Ciro Nogueira	PP
Elmano Férrer	PTB
Regina Sousa	PT

**Presentes de Piauí : 3**

**RIO GRANDE DO NORTE**

Fátima Bezerra	PT
Garibaldi Alves Filho	PMDB
José Agripino	DEM

**Presentes de Rio Grande do Norte : 3**

**PARAÍBA**

Cássio Cunha Lima	PSDB
Raimundo Lira	PMDB

**Presentes de Paraíba : 2**

**PERNAMBUCO**

Douglas Cintra	PTB
Fernando Bezerra Coelho	PSB
Humberto Costa	PT

**Presentes de Pernambuco : 3**

**ALAGOAS**

Benedito de Lira	PP
Fernando Collor	PTB
Renan Calheiros	PMDB

**Presentes de Alagoas : 3**

**SERGIPE**

Antônio Carlos Valadares	PSB
Eduardo Amorim	PSC

**Presentes de Sergipe : 2**

**BAHIA**

Lidice da Mata	PSB
Otto Alencar	PSD
Walter Pinheiro	PT

**Presentes de Bahia : 3**

**MINAS GERAIS**

Aécio Neves	PSDB
Antônio Anastasia	PSDB
Zézé Perella	PDT

**Presentes de Minas Gerais : 3**



**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Relação de Presença na Sessão (Senadores)**

Data: 06/04/2015  
Hora: 14:21  
Número: 5

	Partido	Bloco
<b>ESPIRITO SANTO</b>		
Magno Malta	PR	
Ricardo Ferraço	PMDB	
Rose de Freitas	PMDB	
<b>Presentes de Espírito Santo : 3</b>		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
Lindbergh Farias	PT	
Marcelo Crivella	PRB	
Romário	PSB	
<b>Presentes de Rio de Janeiro : 3</b>		
<b>SÃO PAULO</b>		
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
José Serra	PSDB	
Maria Suplicy	PT	
<b>Presentes de São Paulo : 3</b>		
<b>MATO GROSSO</b>		
Blairo Maggi	PR	
José Medeiros	PPS	
Wellington Fagundes	PR	
<b>Presentes de Mato Grosso : 3</b>		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
Hélio José	PSD	
Reguffe	PDT	
<b>Presentes de Distrito Federal : 2</b>		
<b>GOIÁS</b>		
Lúcia Vânia	PSDB	
Ronaldo Caiado	DEM	
Wilder Morais	DEM	
<b>Presentes de Goiás : 3</b>		
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
Delcídio do Amaral	PT	
Simone Tebet	PMDB	
Waldez Góes	PMDB	
<b>Presentes de Mato Grosso do Sul : 3</b>		
<b>PARANÁ</b>		
Álvaro Dias	PSDB	
Gleisi Hoffmann	PT	
Roberto Requião	PMDB	
<b>Presentes de Paraná : 3</b>		
<b>SANTA CATARINA</b>		
Dário Berger	PMDB	
Luiz Henrique	PMDB	
<b>Presentes de Santa Catarina : 2</b>		
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
Ana Amélia	PP	
Lasier Martins	PDT	
Paulo Paim	PT	
<b>Presentes de Rio Grande do Sul : 3</b>		

*É o seguinte o comparecimento das Sras e dos Srs. Deputados:*



**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
Hora: 13:37

**55ª LEGISLATURA**

**PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**CONJUNTA Nº 005 - 11/03/2015**

Inicio : 11/03/2015 11:29

Fim : 11/03/2015 22:50

Total de Presentes : 489

	Partido	Bloco
<b>RORAIMA</b>		
001 - Abel Mesquita Jr.	PDT	
003 - Carlos Andrade	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen
002 - Edio Lopes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
004 - Hiran Gonçalves	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
006 - Maria Helena	PSB	
007 - Remídio Monai	PR	
008 - Shéridan	PSDB	
Presentes Roraima: 7		
<b>AMAPÁ</b>		
009 - André Abdon	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
014 - Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
012 - Marcos Reatgeui	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
015 - Professora Marcivânia	PT	
017 - Roberto Góes	PDT	
016 - Vinicius Gurgel	PR	
Presentes Amapá: 6		
<b>PARÁ</b>		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
019 - Beto Faro	PT	
020 - Beto Salame	PROS	
022 - Delegado Éder Mauro	PSD	
027 - Edmilson Rodrigues	PSOL	
021 - Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
028 - Francisco Chapadinha	PSD	
032 - Hélio Leite	DEM	
033 - Joaquim Passarinho	PSD	
026 - José Priante	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
030 - Josué Bengtson	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
034 - Júlia Marinho	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
029 - Lúcio Vale	PR	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
035 - Simone Morgado	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
023 - Wladimir Costa	Solidaried	



**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>PARÁ</b>		
025 - Zé Geraldo	PT	
Presentes Pará: 17		
<b>AMAZONAS</b>		
036 - Alfredo Nascimento	PR	
037 - Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	
038 - Átila Lins	PSD	
041 - Conceição Sampaio	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
042 - Hissa Abrahão	PPS	
043 - Marcos Rotta	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
040 - Pauderney Avelino	DEM	
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 8		
<b>RONDÔNIA</b>		
044 - Expedito Netto	Solidaried	
045 - Lindomar Garçon	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
046 - Lucio Mosquini	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
048 - Luiz Cláudio	PR	
049 - Marcos Rogério	PDT	
051 - Mariana Carvalho	PSDB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
047 - Nilton Capixaba	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
Presentes Rondonia: 8		
<b>ACRE</b>		
053 - Alan Rick	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
054 - Flaviano Melo	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
056 - Jéssica Sales	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
059 - Rocha	PSDB	
058 - Sibá Machado	PT	
Presentes Acre: 5		
<b>TOCANTINS</b>		
060 - Carlos Henrique Gaguim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
061 - Dulce Miranda	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
065 - Irajá Abreu	PSD	
062 - Josi Nunes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
063 - Lázaro Botelho	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
066 - Vicentinho Júnior	PSB	
Presentes Tocantins: 7		
<b>MARANHÃO</b>		
068 - Aluísio Mendes	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
072 - André Fufuca	PEN	PmdbPpPtbPscPhsPer
070 - Cleber Verde	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
543 - Deoclides Macedo	PDT	
073 - Eliziane Gama	PPS	



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015

Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>MARANHÃO</b>		
074 - Hildo Rocha	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
075 - João Castelo	PSDB	
076 - João Marcelo Souza	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
077 - José Reinaldo	PSB	
078 - Junior Marreca	PEN	PmdbPpPtbPscPhsPer
079 - Juscelino Filho	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
080 - Pedro Fernandes	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
081 - Rubens Pereira Júnior	PCdoB	
085 - Sarney Filho	PV	
082 - Victor Mendes	PV	
084 - Waldir Maranhão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
083 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Carlos	PT	
Presentes Maranhão: 18		
<b>CEARÁ</b>		
092 - Adail Carneiro	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPer
089 - André Figueiredo	PDT	
093 - Antonio Balhmann	PROS	
090 - Arnon Bezerra	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
094 - Cabo Sabino	PR	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
097 - Domingos Neto	PROS	
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
100 - Gorete Pereira	PR	
101 - José Airton Cirilo	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - Leônidas Cristino	PROS	
098 - Luizianne Lins	PT	
104 - Macedo	PSL	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
105 - Moroni Torgan	DEM	
106 - Moses Rodrigues	PPS	
107 - Odorico Monteiro	PT	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
091 - Ronaldo Martins	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
108 - Vitor Valim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
Presentes Ceará: 21		
<b>PIAUÍ</b>		
111 - Assis Carvalho	PT	
109 - Átila Lira	PSB	
115 - Heráclito Fortes	PSB	
113 - Iracema Portella	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
118 - Paes Landim	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer



**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>PIAUI</b>		
116 - Rejane Dias	PT	
117 - Rodrigo Martins	PSB	
Presentes Piaui: 9		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
121 - Antônio Jácome	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
122 - Beto Rosado	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
119 - Fábio Faria	PSD	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Rafael Motta	PROS	
124 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Walter Alves	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
126 - Zenaide Maia	PR	
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
<b>PARAIBA</b>		
129 - Aguinaldo Ribeiro	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
131 - Benjamin Maranhão	Solidaried	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
133 - Luiz Couto	PT	
130 - Manoel Junior	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
135 - Pedro Cunha Lima	PSDB	
134 - Rômulo Gouveia	PSD	
137 - Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
136 - Wellington Roberto	PR	
139 - Wilson Filho	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
Presentes Paraíba: 12		
<b>PERNAMBUCO</b>		
142 - Anderson Ferreira	PR	
528 - Augusto Coutinho	Solidaried	
141 - Betinho Gomes	PSDB	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
530 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
144 - Daniel Coelho	PSDB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
529 - Fernando Monteiro	PP	PmdbPpPtbpScPhsPen
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
147 - Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPpPtbpScPhsPen
149 - João Fernando Coutinho	PSB	
150 - Jorge Corte Real	PTB	PmdbPpPtbpScPhsPen
151 - Kaio Manicoba	PHS	PmdbPpPtbpScPhsPen
153 - Luciana Santos	PCdoB	
152 - Marinaldo Rosendo	PSB	
154 - Mendonça Filho	DEM	



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
 Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>PERNAMBUCO</b>		
155 - Pastor Eurico	PSB	
541 - Raul Jungmann	PPS	
157 - Ricardo Teobaldo	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
160 - Silvio Costa	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer
161 - Tadeu Alencar	PSB	
164 - Wolney Queiroz	PDT	
163 - Zeca Cavalcanti	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
Presentes Pernambuco: 24		
<b>ALAGOAS</b>		
162 - Arthur Lira	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
165 - Cícero Almeida	PRTB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
167 - JHC	Solidaried	
169 - Marx Beltrão	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
168 - Mauricio Quintella Lessa	PR	
170 - Paulão	PT	
172 - Pedro Viluela	PSDB	
173 - Ronaldo Lessa	PDT	
Presentes Alagoas: 8		
<b>SERGIPE</b>		
175 - Adelson Barreto	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
174 - Andre Moura	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer
177 - Fábio Mitidieri	PSD	
178 - Fabio Reis	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
179 - João Daniel	PT	
181 - Jony Marcos	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
176 - Laercio Oliveira	Solidaried	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 8		
<b>BAHIA</b>		
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
189 - Antonio Brito	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
184 - Bacelar	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
185 - Bebeto	PSB	
190 - Benito Gama	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
193 - Cacá Leão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
196 - Caetano	PT	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
525 - Davidson Magalhães	PCdoB	
198 - Elmar Nascimento	DEM	
194 - Eriberto Santana	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015

Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>BAHIA</b>		
523 - Fernando Torres	PSD	
199 - Irmão Lazaro	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer
187 - João Carlos Bacelar	PR	
200 - João Gualberto	PSDB	
204 - Jorge Solla	PT	
207 - José Carlos Aleluia	DEM	
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
212 - Márcio Marinho	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
208 - Mário Negromonte Jr.	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
210 - Moema Gramacho	PT	
215 - Paulo Azi	DEM	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
216 - Ronaldo Carletto	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
213 - Sérgio Brito	PSD	
217 - Tia Eron	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
220 - Uldurico Junior	PTC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
Presentes Bahia: 39		
<b>MINAS GERAIS</b>		
221 - Adelmo Carneiro Leão	PT	
520 - Ademir Camilo	PROS	
224 - Aelton Freitas	PR	
232 - Bilac Pinto	PR	
222 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
223 - Brunny	PTC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
225 - Caio Narcio	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
227 - Dâmina Pereira	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
229 - Delegado Edson Moreira	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
233 - Domingos Sávio	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
238 - Fábio Ramalho	PV	
244 - Gabriel Guimarães	PT	
240 - Jaime Martins	PSD	
246 - Jô Moraes	PCdoB	
250 - Júlio Delgado	PSB	



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
 Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>MINAS GERAIS</b>		
234 - Laudívio Carvalho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer.
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
243 - Lincoln Portela	PR	
251 - Luís Tibé	PTdoB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
235 - Marcelo Álvaro Antônio	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
236 - Marcelo Aro	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPer
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
237 - Margarida Salomão	PT	
239 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
245 - Misael Varella	DEM	
247 - Newton Cardoso Jr	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer.
248 - Odelmo Leão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
259 - Padre João	PT	
544 - Pastor Franklin	PTdoB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
258 - Raquel Muniz	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer.
272 - Reginaldo Lopes	PT	
262 - Renzo Braz	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer.
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
260 - Rodrigo Pacheco	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer.
526 - Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
267 - Stefano Aguiar	PSB	
273 - Subtenente Gonzaga	PDT	
266 - Tenente Lúcio	PSB	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
527 - Wadson Ribeiro	PCdoB	
270 - Weliton Prado	PT	
271 - Zé Silva	Solidaried	
Presentes Minas Gerais: 53		
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
275 - Carlos Manato	Solidaried	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	
274 - Evarí de Melo	PV	
276 - Givaldo Vieira	PT	
279 - Helder Salomão	PT	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
281 - Marcus Vicente	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
282 - Max Filho	PSDB	
280 - Paulo Foleto	PSB	
283 - Sergio Vidigal	PDT	



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
 Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>Presentes Espírito Santo: 10</b>		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
284 - Alexandre Serfiotis	PSD	
285 - Alexandre Valle	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
286 - Altineu Côrtes	PR	
290 - Aureo	Solidaried	
291 - Benedita da Silva	PT	
289 - Cabo Daciolo	PSOL	
537 - Celso Jacob	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
292 - Celso Pansera	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
295 - Chico Alencar	PSOL	
293 - Chico D Angelo	PT	
294 - Clarissa Garotinho	PR	
296 - Cristiane Brasil	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer.
298 - Delcy	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
299 - Dr. João	PR	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
303 - Ezequiel Teixeira	Solidaried	
309 - Fabiano Horta	PT	
301 - Felipe Bornier	PSD	
310 - Fernando Jordão	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
297 - Francisco Floriano	PR	
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	
315 - Indio da Costa	PSD	
302 - Jair Bolsonaro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
307 - Jean Wyllys	PSOL	
308 - Julio Lopes	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer.
312 - Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
318 - Luiz Carlos Ramos	PSDC	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Matos	PDT	
536 - Marquinho Mendes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen.
317 - Miro Teixeira	PROS	
316 - Otavio Leite	PSDB	
324 - Roberto Sales	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
322 - Rodrigo Maia	DEM	
325 - Rosangela Gomes	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
328 - Soraya Santos	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
329 - Sóstenes Cavalcante	PSD	
535 - Walney Rocha	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen.
<b>Presentes Rio de Janeiro: 42</b>		
<b>SÃO PAULO</b>		



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
 Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
331 - Alex Manente	PPS	
334 - Alexandre Leite	DEM	
341 - Andres Sanchez	PT	
333 - Antonio Bulhões	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
342 - Baleia Rossi	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
340 - Beto Mansur	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
335 - Bruna Furlan	PSDB	
343 - Bruno Covas	PSDB	
346 - Capitão Augusto	PR	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
347 - Celso Russomanno	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
351 - Dr. Sinval Malheiros	PV	
352 - Eduardo Bolsonaro	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
353 - Eduardo Cury	PSDB	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
354 - Evandro Gussi	PV	
355 - Fausto Pinato	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
357 - Flavinho	PSB	
361 - Goulart	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
362 - Herculano Passos	PSD	
359 - Ivan Valente	PSOL	
364 - João Paulo Papa	PSDB	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
367 - José Mentor	PT	
356 - Keiko Ota	PSB	
521 - Lobbe Neto	PSDB	
365 - Luiz Lauro Filho	PSB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
368 - Major Olímpio	PDT	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
522 - Marcelo Aguiar	DEM	
369 - Marcelo Squassoni	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
370 - Marcio Alvino	PR	
377 - Miguel Haddad	PSDB	
378 - Miguel Lombardi	PR	
374 - Milton Monti	PR	
375 - Missionário José Olímpio	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
381 - Nelson Marquezelli	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
382 - Nilto Tatto	PT	
386 - Orlando Silva	PCdoB	
380 - Paulo Freire	PR	
373 - Paulo Maluf	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
 Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
372 - Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Pr. Marco Feliciano	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer
330 - Renata Abreu	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
387 - Roberto Alves	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
388 - Rodrigo Garcia	DEM	
389 - Samuel Moreira	PSDB	
390 - Sérgio Reis	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
391 - Silvio Torres	PSDB	
392 - Tiririca	PR	
393 - Valmir Prascidelli	PT	
394 - Vanderlei Macris	PSDB	
395 - Vicente Cândido	PT	
396 - Vicentinho	PT	
397 - Vinicius Carvalho	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
399 - Vitor Lippi	PSDB	
518 - Walter Igoshi	PSD	
533 - William Woo	PV	
Presentes São Paulo: 66		
<b>MATO GROSSO</b>		
401 - Adilton Sachetti	PSB	
402 - Ezequiel Fonseca	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
403 - Fabio García	PSB	
405 - Nilson Leitão	PSDB	
406 - Professor Victório Galli	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer
409 - Ságua Moraes	PT	
404 - Valtenir Pereira	PROS	
Presentes Mato Grosso: 7		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
410 - Alberto Fraga	DEM	
411 - Augusto Carvalho	Solidaried	
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
412 - Laerte Bessa	PR	
413 - Rogério Rosso	PSD	
414 - Ronaldo Fonseca	PROS	
415 - Roney Nemer	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
Presentes Distrito Federal: 8		
<b>GOIÁS</b>		
416 - Alexandre Baldy	PSDB	
417 - Célio Silveira	PSDB	
420 - Daniel Vilela	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
421 - Delegado Waldir	PSDB	



**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>GOIÁS</b>		
426 - Fábio Sousa	PSDB	
422 - Flávia Morais	PDT	
429 - Giuseppe Vecchi	PSDB	
423 - Heuler Cruvinei	PSD	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
430 - Lucas Vergilio	Solidaried	
431 - Magda Mofatto	PR	
432 - Marcos Abrão	PPS	
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
427 - Roberto Balestra	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
425 - Rubens Otoni	PT	
524 - Sandes Júnior	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
Presentes Goiás: 17		
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
433 - Carlos Marun	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
538 - Elizeu Dionizio	Solidaried	
435 - Geraldo Resende	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
436 - Mandetta	DEM	
437 - Tereza Cristina	PSB	
438 - Vander Loubet	PT	
440 - Zeca do PT	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		
<b>PARANÁ</b>		
445 - Alex Canziani	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
441 - Aliel Machado	PCdoB	
443 - Assis do Couto	PT	
442 - Christiane de Souza Yared	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
447 - Diego Garcia	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPer
444 - Dilceu Sperafico	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
446 - Edmar Arruda	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPer
449 - Enio Verri	PT	
452 - Evandro Rogerio Roman	PSD	
466 - Giacobo	PR	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
453 - Leandre	PV	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
457 - Luciano Ducci	PSB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
461 - Marcelo Belinati	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
458 - Nelson Meurer	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
531 - Osmar Bertoldi	DEM	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
462 - Ricardo Barros	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
 Hora: 13.37

	Partido	Bloco
<b>PARANÁ</b>		
464 - Rossoni	PSDB	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
467 - Sergio Souza	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
470 - Toninho Wandscheer	PT	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 27		
<b>SANTA CATARINA</b>		
477 - Carmen Zanotto	PPS	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
479 - Cesar Souza	PSD	
475 - Décio Lima	PT	
532 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
471 - Esperidião Amin	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
482 - Geovania de Sá	PSDB	
473 - João Rodrigues	PSD	
474 - Jorge Boeira	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
476 - Jorginho Mello	PR	
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
489 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
Presentes Santa Catarina: 16		
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
487 - Afonso Hamm	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
490 - Afonso Motta	PDT	
486 - Alceu Moreira	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
499 - Bohn Gass	PT	
492 - Carlos Gomes	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrt
493 - Covatti Filho	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
495 - Danreli de Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
534 - Fernando Marroni	PT	
502 - Giovani Cherini	PDT	
504 - Heitor Schuch	PSB	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
514 - João Derly	PCdoB	
539 - José Fogaça	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
501 - José Otávio Germano	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer



**Congresso Nacional  
Secretaria Geral da Mesa  
Lista de Presença**

Data: 06/04/2015  
Hora: 13:37

	Partido	Bloco
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
496 - Marco Maia	PT	
507 - Marcon	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
540 - Mauro Pereira	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPer
513 - Paulo Pimenta	PT	
516 - Pompeo de Mattos	PDT	
511 - Renato Molling	PP	PmdbPpPtbPscPhsPer
517 - Ronaldo Nogueira	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
512 - Sérgio Moraes	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPer
Presentes Rio Grande do Sul: 31		

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) – As listas de presença acusam o comparecimento de 27 Sras. e Srs. Senadores e 433 Sras. e Srs. Deputados.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

É o seguinte o expediente despachado, nos termos do art. 241 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum do Congresso Nacional:

Ofício nº 22/2015 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores José Pimentel, Angela Portela, Telmário Mota e Benedito de Lira como titulares, os Senadores Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Nogueira e Donizeti Nogueira como suplentes, para a nova composição da Comissão Mista de Exame da MP 660/2014, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo – Senador **Humberto Costa** – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

*(Serão feitas as substituições solicitadas.)*

Ofício nº 23/2015 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores José Pimentel, Regina Sousa, Acir Gurgacz e Benedito de Lira como titulares, os Senadores Walter Pinheiro, Telmário Mota, Ciro Nogueira e Donizeti Nogueira como suplentes, para a nova composição da Comissão Mista de Exame da MP 661/2014, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo – Senador **Humberto Costa** – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

*(Serão feitas as substituições solicitadas.)*

Ofício nº 24/2015 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Benedito Lira como titulares, os Senadores Regina Sousa, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Ana Amélia como suplentes, para a nova composição da Comissão Mista de Exame da MP 663/2014, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo – Senador **Humberto Costa** – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

*(Serão feitas as substituições solicitadas.)*

Ofício nº 25/2015 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Benedito de Lira como Titulares, os Senadores Donizeti Nogueira, Gleisi Hoffmann, Telmário Mota e Ciro Nogueira como Suplentes, para a nova composição da Comissão Mista de Exame da MP nº 664/2014, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinados ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

*(Serão feitas as substituições solicitadas.)*

Ofício nº 26/2015 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Benedito de Lira como Titulares, os Senadores Gleisi Hoffmann, Regina Sousa, Telmário Mota e Ciro Nogueira como Suplentes, para a nova composição da Comissão Mista de Exame da MP nº 665/2014, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

*(Serão feitas as substituições solicitadas.)*

Ofício nº 27/2015 – GLDBAG

Brasília, 10 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores José Pimentel, Donizeti Nogueira, Acir Gurgacz e Benedito de Lira como Titulares, os Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Telmário Mota e Ciro Nogueira como Suplentes, para a nova composição da Comissão Mista de Exame da MP nº 668/2015, em substituição aos membros já indicados, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

*(Serão feitas as substituições solicitadas.)*

Ofício/LID.PP/nº 250

Brasília, 10 de março de 2015

**Assunto:** Indicação de parlamentar para constituir Comissão Permanente Mista

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Iracema Portella PP/PI, para integrar como Titular na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Atenciosamente, – Deputado **Leonardo Picciani**, Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) – Nas Breves Comunicações, vamos ouvir o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, apenas para registrar algo: nós temos tido aqui uma prática, não prevista no Regimento, de aguardar meia hora após a convocação. A convocação era para as 11 horas, mas se aguarda meia hora, que é justamente para se atingir o quórum. Depois que se aguarda meia hora, usa-se o argumento de que, a partir daí, vai-se aguardar mais meia hora. Estou registrando essa questão, para que fique como uma questão de ordem no sentido de que não se está respeitando o Regimento Interno.

Eu não quero polemizar, apenas registrar a questão de ordem. No meu entendimento, é claro o Regimento: no horário marcado para a reunião, ela se inicia; se não houver quórum para o horário marcado, conta-se mais 30 minutos para verificar o quórum de abertura, quórum este que não existe agora em número suficiente de Senadores. Portanto, não poderia ser aberta esta sessão do Senado. Ela teria que estar sujeita a uma nova convocação, porque a meia hora já se expirou, já passou. Logo, não haveria sessão do Congresso. Ela seria às 11 horas, e já são 11h30min. Os 30 minutos de tolerância já foram dados, mas não há quórum suficiente.

No entanto, eu registro a V.Exa. o pedido de que abra o painel para que, pelo menos daqui a meia hora, se verifique se há quórum ou não.

Que fique registrado que nós pretendemos formalizar, de maneira plena e por escrito, esta questão de ordem, porque este Congresso não pode ser um congresso fantasma, que marca a sessão para as 11 horas, e o Regimento prevê 30 minutos de tolerância para dar quórum. São exatamente 11h31min, e não há quórum. Portanto, o Regimento já não está sendo respeitado. Peço a V.Exa. que abra o painel, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) – As duas Casas estão presentes. Há um terço. Portanto, há numero regimental para iniciarmos os nossos trabalhos, mas recolhemos a expressão de S.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) – Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Solicito a V.Exa. a abertura do painel, Sr. Presidente. Não há como cumprir o Regimento e verificar o quórum daqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Maranhão. Bloco/PP-MA) – Determino a abertura do painel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT-CE) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG) – Sr. Presidente, vou aguardar o Senador Renan Calheiros assumir a Presidência.

*Durante o discurso do Sr. Marcus Pestana, o Sr. Waldir Maranhão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de sugerir àqueles que gostam de cinema que assistam ao filme russo que concorreu a melhor filme estrangeiro, *Leviatã*, que traduz muito bem, na Rússia de Putin, o peso e a mão forte do Estado na vida do cidadão.

A da carga tributária embutida no Imposto de Renda define o tamanho do Estado e o grau de participação na renda da sociedade do setor público. Índices de correção não devem ser arbitrários.

O Senador Renan Calheiros foi Líder estudantil, teve um irmão Presidente da UNE. Eu me recordo de um congresso da UNE em que discutímos o reajuste das mensalidades das escolas particulares. Alguns setores defendiam o congelamento. O Partido Popular Socialista — PPS defendia o reajuste pelo INPC, e a minha corrente, na época, defendia 35%.

Eu fui perguntar por que 35%. Um dirigente me explicou que era um índice político. Na verdade, no Congresso da UNE de Cabo Frio, nós queríamos contrastar no plenário quantos votos teríamos para eleição da UNE. O índice político era tão somente um índice arbitrário para testar quantos delegados seguiam a nossa Liderança.

O que eu quero dizer com isso? Hoje nós vamos votar o voto do Imposto de Renda. A carga tributária no Brasil, dentre os países em desenvolvimento, os países emergentes, é uma das maiores do mundo. Na Dinamarca e na Suécia, ela é de 48%, 44%; na França, 44%, mas com serviços típicos da social democracia europeia, do Estado de bem-estar social; na Noruega, 43%; na Itália, 42,9%; na Áustria, 42%; em Luxemburgo, 37%; na Alemanha, 37%; e o Brasil vem como o primeiro emergente, com 35,3%, batendo agora em 36%.

Ao discutir o reajuste da tabela do Imposto de Renda, o que nós estamos dizendo é se a carga tributária vai crescer, ficar estacionada ou ser reduzida. E aí não tem subjetividade, pois matemática é uma ciência exata. Por que 4% e não 4,2%? Por que tabela progressiva discriminando a classe média e os trabalhadores da elite operária que pagam Imposto de Renda? Por que estabelecer 4%, 3%, 2,5%, 4,2%?

A proposta do Congresso tem fundamento e consistência, porque corrige pelo índice oficial de inflação. Se não repomos a inflação, o que nós estamos dizendo é que a carga tributária aqui já é pesada, inaceitável. A sociedade não admite aumento. Como nós não conseguimos produzir uma reforma tributária e fiscal que mereça o nome, sutilmente, pela não correção das tabelas do Imposto de Renda, nós incluímos mais brasileiros na base de contribuição e aumentamos a carga sobre aqueles que já pagam.

O Congresso tem que dar uma resposta a isso. Não adianta a retórica da reforma tributária e fiscal, não adiantam as palavras e a retórica radicalizada se a intenção vai para um lado e o gesto vai para outro. Defender a sociedade, defender o contribuinte, defender o trabalhador que paga Imposto de Renda e a classe média é defender a correção pelo índice de inflação. Por isso, nós temos que derrubar o voto da Presidenta Dilma Rousseff, para evitar que a carga tributária, que é extremamente onerosa, pesada, um dos grandes elementos da ineficiência da economia brasileira, um dos grandes elementos do Custo Brasil, seja hoje, sutilmente, por baixo dos panos, acrescida de um novo aumento e da sobrecarga nas costas da cidadania brasileira.

Eu tenho confiança de que hoje este Congresso Nacional vai reafirmar sua soberania e sua independência e votar a favor do contribuinte, a favor da sociedade, contra o aumento da carga tributária, pela queda do voto da Presidenta Dilma.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Sr. Presidente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann. Em seguida, nós voltaremos à lista de oradores, até completarmos a primeira meia hora da sessão do Congresso Nacional.

Com a palavra V.Exa.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu permaneço no purgatório da Câmara Federal e ainda não alcancei o paraíso que V.Exa. preside. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Obrigado. (*Risos.*)

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Então, agradecendo a generosidade que, pelo contrário, só nos alegra, eu queria, em primeiro lugar, aplaudir a vossa decisão de não colocar a resolução hoje, já que os vetos sobrestavam a pauta pelo art. 66 da Constituição e art. 106 do Regimento Comum.

Sr. Presidente, ainda queria aqui pedir a V.Exa., democrata que é, que essa resolução pudesse ser aprimorada. Apenas dando um exemplo: hoje, essa cédula que aqui se encontra tem 360 itens, e os partidos que têm de 5 a 24 Deputados podem fazer apenas um e exclusivamente um destaque. Então, isso torna praticamente impossível a nossa expressão. Sei que é do interesse de V.Exa., do Senador Jucá, de todos os demais membros da Mesa, melhorar o nosso critério e a nossa votação, torná-la mais transparente, mais ágil, porém, sem ferir direitos. E, neste caso, Sr. Presidente, tenha certeza, direitos são feridos.

Por último, peço um esclarecimento a V.Exa. Com o acordo feito, que hoje está nos jornais, do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para mudança, exatamente, da tabela do Imposto de Renda, continua valendo, e hoje votaremos o veto presidencial ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há uma proposta, e há pouco nós conversávamos aqui rapidamente com o Deputado Mendonça Filho, no sentido de que, não havendo nenhuma dificuldade com relação à apreciação da resolução, se nós pudéssemos, Deputado Jungmann, votar por acordo rapidamente a resolução, porque, em havendo acordo, a resolução não é ponto de obstrução da própria pauta, nós não teríamos dificuldade de votar a resolução, e aí nós apreciaríamos os vetos todos pelo processo eletrônico.

O que nós não podemos é incorrer no erro que já cometemos, nas quatro últimas sessões do Congresso Nacional, quando nós tentamos votar a resolução; não avançamos na resolução e, como consequência, não avançamos nos demais itens da pauta.

Nós poderíamos fazer um acordo e simplificar esse processo todo. Nós votaríamos rapidamente a resolução...

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu darei a palavra a V.Exa.

Nós votaríamos, pela ordem, a resolução e, em seguida, nós votaríamos, eletronicamente, os demais vetos, todos que fossem destacados, sem problema nenhum. Primeiro, nós daríamos celeridade ao processo de apreciação dos vetos. Segundo, nós teríamos o resultado imediatamente, o que nos permitiria retomar a sessão do Congresso Nacional, às 18 horas, para votarmos o Orçamento da União.

É uma sugestão de encaminhamento que faço ao Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Claro. Eu observo o seguinte: com esse texto, Sr. Presidente, pelo menos do nosso ponto de vista — falo como Vice-Líder da Minoria —, não é possível fechar um acordo pelo motivo que eu aqui disse. Além de termos, no caso, o impedimento constitucional e do Regimento — porque a pauta está sobrestada pelos vetos e nenhuma outra deliberação pode ser votada, então nós só poderíamos fazê-lo mediante acordo —, eu lamento, mas com esse texto não é possível. Sr. Presidente, embora seja o nosso interesse atender o seu pedido, não é possível esse acordo, não é possível votar com esse texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É que o Supremo entendeu que a resolução não é obstada pelos vetos, pelo trancamento da pauta. Em havendo acordo, nós poderíamos apreciar a resolução, simplificar o processo e avançar na Ordem do Dia.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE. Para uma questão de ordem.) – Permita-me, Sr. Presidente, lembrar que o art. 106 do Regimento Comum diz o seguinte:

*"Art. 106. Distribuídos os avulsos com o texto do projeto, das partes vetadas e sancionadas, após o esgotamento do prazo de que trata o art. 104, o veto será obrigatoriamente colocado na ordem do dia da sessão conjunta imediata, independente da apresentação de relatório pela Comissão Mista, sobrestada a pauta das sessões conjuntas do Congresso Nacional para qualquer outra deliberação, até a votação final do veto."*

Chamo a atenção para o fato de que é "para qualquer outra deliberação, até a votação final do veto".

Sr. Presidente, o texto do Regimento Comum é absolutamente transparente e claro: qualquer deliberação está sobrestada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria adicionalmente, Deputado Jungmann, lembrar o seguinte: há um parecer da CCJ da Câmara dos Deputados sobre a consulta sem número realizada em 1990 referente à votação dos vetos. Há um acórdão do Supremo que diz que é o caso de que não

cabe veto à resolução, a resolução não seria prejudicada. Por isso é importante que haja um acordo em razão do trancamento da pauta para apreciação de voto.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Só para esclarecer, Sr. Presidente. A alteração do Regimento Comum é posterior a esses outros dados que V.Exa. apresentou. Então, permita-me, tenho o mesmo interesse de V.Exa. e do Senador Romero Jucá de agilizar e dar transparência, mas o texto que prevalece é o do Regimento Comum, a ele não pode se sobrepor uma decisão, no caso, da CCJ da Câmara dos Deputados.

Permita-me deixar bem claro a V.Exa. que nós queremos, sim, mas, com esse texto, vamos ter que votar o voto, Sr. Presidente. Assim eu entendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não. Eu queria dizer a V.Exa. que tem razão. Nós temos entendimentos e já votamos, apesar da pauta trancada em razão desse acordão do Congresso Nacional. Mas, é evidente, tem que se preencher a preliminar de que há um acordo para que isso possa ser levado adiante.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. Em seguida falara o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Relator, Senador Romero Jucá, diligentemente, enquanto eu pedia a palavra a V.Exa., veio até mim dar as explicações de que nós estávamos precisando.

Creio que a resolução atende aos Parlamentares da Oposição e atende ao Congresso Nacional sobretudo, porque as correções foram feitas e as proposições que nós fizemos foram acatadas. Entendo que essa proposta de resolução que o Relator traz atende ao conjunto dos partidos.

Portanto, estamos prontos para votar a matéria.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho e, em seguida, o Deputado Bohn Gass.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui manifestar a posição do nosso partido na Câmara, dizer que o projeto de resolução, diferentemente da última sessão do Congresso Nacional, que foi reelaborado pelo Relator, Senador Romero Jucá, atende à nossa impressão, atende à nossa posição. Sendo assim, nós estamos dispostos a votar o projeto de resolução como está estabelecido.

Aliás, ele vai ao encontro daquilo que, segundo o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, foi acordado entre ele e V.Exa. E teríamos assegurado, dentro dessa proporcionalidade de número de Parlamentares, o direito de destacar um voto, para que este voto fosse debatido por dois Senadores contra, dois Senadores a favor, dois Deputados contra e dois Deputados a favor, com relação à matéria destacada. E nós, na Câmara, entendemos que devemos discutir em separado o voto que trata da correção da tabela do Imposto de Renda.

Então, eu sugiro a V.Exa., se porventura o PPS tiver entendimento, que possamos aprovar o relatório do projeto de resolução elaborado pelo Senador Jucá, que guarda, eu diria, similitude com a regra estabelecida na Câmara. E, na sequência, votamos o conjunto dos vetos na cédula de votação, que será apurada eletronicamente. Depois, na sequência, todos os vetos destacados, inclusive o voto destacado relativo à correção da tabela do Imposto de Renda. Se esse for o entendimento, ficamos em condições de apreciar as matérias que estão na pauta do Congresso Nacional.

Eu quero dizer que o Deputado Raul Jungmann tem razão quando disse que, para se analisar qualquer matéria, qualquer proposição, é preciso que se analisem preliminarmente os vetos que estão trancando a pauta do Congresso Nacional. Mas, por acordo, podemos avançar nessa resolução que pode constituir um avanço importante para que destranquemos a pauta do Parlamento brasileiro.

É esse o nosso entendimento. Se, porventura, V.Exa. e os demais Líderes concordarem, estamos dispostos a votar as matérias dentro dessa sequência e nessa sistemática.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente... Presidente Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concordo em gênero, número e grau. Deputado Sibá, só um segundo.

Eu concordo. Eu queria dizer ao Deputado Mendonça Filho que esse acordo pode ser feito.

Eu rapidamente responderia à questão de ordem que foi levantada pelo Deputado Jungmann. Eu rapidamente responderia à questão de ordem que foi levantada por V.Exa. num acordo para que nós votássemos a resolução, já que o conteúdo foi pacificado. Em seguida, nós votaríamos simbolicamente a resolução e passaríamos à apreciação dos vetos eletronicamente. Eu acho que caracterizaria um avanço. Evidentemente é um avanço, mas seria preciso que contarmos com a concordância dos Líderes.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Correto, Presidente. Nós estamos avançando nessa direção.

Eu pediria ao Senador Jucá... Senador! Senador Jucá! Senador! Senador Jucá! Eu pediria, para nos ajudar a esclarecer inclusive na construção dessa solução, que o Senador Jucá nos dissesse como ficaria a emenda do Pauderney e o que ele estaria acrescentando no sentido de dobrar o número de emendas quando nós tivéssemos também mais de oito dispositivos.

Por favor, é um esclarecimento no sentido de construir um consenso, Presidente, e caminhar na sua direção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, por 2 minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente...

## PARECER Nº 1, DE 2015-CN

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB-RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Eu serei rápido, Sr. Presidente.

Eu gostaria da atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para registrar o seguinte: nós procuramos um entendimento com todos os partidos e construímos aqui um ajuste em cima da proposta do Senador Jorge Viana.

O que basicamente avançou da proposta do Senador Jorge Viana? Primeiro, o art. 1º diz que até o início da Ordem do Dia poderão ser apresentados destaques de dispositivos para a apreciação no painel eletrônico.

Foi colocado pela Oposição — e nós estamos acatando — que nós estamos agregando ao termo “dispositivo”. Portanto, poderá ser apresentado destaque de dispositivos individuais ou coletivos, que funcionarão como único destaque. Porque, às vezes, os assuntos são conexos. Então, os dispositivos individuais ou conexos poderão ser destacados e votados globalmente, dentro do espírito no painel, da forma como o Regimento está colocando. Esta é a primeira questão.

A outra questão é que nós voltamos ao tabelamento do número de destaques ao Regimento da Câmara, que começa com 5 a 24 Deputados, um destaque por cédula. E, a partir daí, seguimos o Regimento da Câmara.

Nós colocamos também um dispositivo que é importante, porque, às vezes, são juntados muitos projetos de lei. Então, dentro de um entendimento, quando há muitos projetos de lei, eventualmente um ou dois destaques caberiam ao partido, o que seria pouco.

Então, nós colocamos o dispositivo, dizendo o seguinte: “quando a cédula contiver mais de oito projetos de lei ou mais de 80 dispositivos, será admitido quantitativo de destaques do dobro do previsto”, ou seja, dobra a quantidade dos partidos para a apresentação de destaques nessas questões.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Só um esclarecimento, Senador. Isso quer dizer que a cada novos 80 dispositivos dobra ou é apenas uma vez? Por favor, esclareça isso.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Quando nós formos votar uma cédula, porque isso será, em tese, inicialmente votado na cédula eletrônica, quando essa cédula eletrônica tiver mais de 8 projetos ou mais de 80 dispositivos, automaticamente o número de destaques poderá ser dobrado, os partidos terão a faculdade de apresentar o dobro do que está previsto nessa tabela aqui.

Então, por exemplo, neste projeto de hoje, como excede esse número, sendo aprovada a resolução antes da votação, nós teremos o dobro de destaques à disposição dos partidos.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Só para encerrar, Sr. Presidente. Supondo que tenhamos, por exemplo, uma cédula com 240 dispositivos, isso significaria que passaríamos para 6 destaques?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não, isso significaria que passaríamos de 1 para 2.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – De 1 para 2.

Na Câmara, e 1 para 2 no Senado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Está sem som ali, Sr. Presidente, nós não estamos ouvindo o Relator.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – E a faixa?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Só para registrar, a faixa vai de 1 a 4 destaques. Portanto, no caso dobrado, vai de 2 a 8 destaques por partido.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Por fim, a última questão: a discussão dos destaques, Senador, como se daria?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB-RR) – A discussão dos destaques será de acordo com o Regimento, com a discussão para a votação do painel de matéria vetada. Haverá encaminhamento por 5 minutos de 2 Senadores e 2 Deputados, preferencialmente de forma alternada entre favoráveis e contrários.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Cada destaque. Está bom demais.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Para cada destaque.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Sr. Presidente, da nossa parte nenhuma obstrução.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, peço 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Eu quero dizer a V.Exa. que, nesses termos, a nossa bancada vai concordar com o acordo. Peço só mais duas coisas a V.Exa.

Primeiro, que faça se encerrarem os trabalhos de todas as Comissões que estão funcionando neste momento, para que os Parlamentares possam comparecer a este plenário.

Segundo, Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. reproduzisse novamente a base desse acordo, porque alguns Parlamentares acabaram de chegar. O que, de fato, V.Exa. está propondo para que votemos inicialmente por acordo de bancadas a resolução e, na sequência, em urna eletrônica, os vetos?

Gostaria que V.Exa. reproduzisse esse entendimento e peço o encerramento dos trabalhos das Comissões, Presidente, para começarmos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço aos Presidentes das Comissões que continuam funcionando... O Regimento do Congresso Nacional impede o funcionamento da sessão do Congresso Nacional, simultaneamente, com as Comissões. Por isso, pedimos, mais uma vez, o encerramento dos trabalhos das Comissões Permanentes, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** – Sr. Presidente, Senador Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, pelo PSDB, eu gostaria de fazer ao nobre Senador Romero Jucá e a V.Exa. uma ponderação com relação a essa proposta, a da Resolução nº 1, que, obviamente, deve ser objeto de um acordo para que possa prosperar.

Eu acredito, Senador, que o razoável, no § 2º do art. 106-b, que trata do encerramento de discussão... Ora, se nós já vamos discutir em bloco todos os vetos da pauta, excetuados os destaques, que terão encaminhamento, mas só de dois a favor e dois contra... Sabemos que em períodos em que não há muita necessidade de reunião do Congresso, há acúmulo por alguns meses, embora já haja resolução determinando que mensalmente a Casa se reúna. Então nós teremos situações com dezenas de dispositivos vetados, mais de 80 dispositivos.

Mas o que eu quero argumentar, Senador, é que já há um procedimento na Casa, já consta do Regimento que, para que se encerre a discussão, impedindo, portanto, que outros...

(Interrupção do som.)

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Para concluir: basta que haja um requerimento de encerramento de discussão. Eu acho isso razoável porque nós teremos, fatalmente, seis, sete, oito Deputados inscritos, cinco, seis Senadores. Nós vamos criar o constrangimento, para o próprio Presidente do Congresso, de ter de cassar a palavra numa discussão relevante, cujo aprofundamento, às vezes, pode interessar ao próprio Governo, para esclarecer melhor a sua base sobre a importância desse ou daquele posicionamento.

Portanto, eu insisto com V.Exa. para que tenhamos acordo — não vai alterar praticamente nada —, que nós tenhamos um requerimento. O artigo ficaria assim: “*Após terem discutido quatro Senadores, seis Deputados, a requerimento de Liderança, encerra-se a discussão.*” Porque aí nós teremos de fato um processo democrático na votação do voto. Eu acho que não faz sentido só por causa de votar um...

(Interrupção do som.)

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – ...de um acordo que o PSD julga extremamente importante.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu só queria, antes de qualquer coisa, dizer que não há nenhuma hipótese de nós avançarmos nesta discussão com relação à resolução se não houver acordo. A informação que nos passaram é de que haveria acordo. Em não havendo acordo, nós estaremos fazendo uma discussão pela quarta sessão do Congresso Nacional, cuja consequência nós já conhecemos: impedir, ao final e ao cabo, a apreciação dos vetos.

Então, nós vamos passar à discussão dos vetos. Nós vamos deixar para uma próxima sessão a discussão do projeto de resolução.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, Deputado Mendonça Filho, é que não há acordo. Se não há acordo, nós não temos como priorizar essa questão.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – Sr. Presidente, dê-nos 5 minutos. Suspenda a sessão por 5 minutos para a gente tentar achar um acordo aqui. É razoável, é razoável, Sr. Presidente! Permita-me tentar um acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Então, nós vamos fazer o seguinte: eu não vou suspender a sessão por 5 minutos, mas eu esperarei pelo menos 5 minutos, concedendo paralelamente a palavra aos Deputados e Senadores, pela ordem de inscrição.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Celso Russomano.

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consideração pelo PRB e pelo Bloco. Nós temos as cédulas já prontas para a votação. Não tenho nada contra votar o projeto de resolução, Sr. Presidente. Nós somos favoráveis a votar o projeto de resolução e passar a votar eletronicamente. O problema é que nós teremos que preparar as cédulas eletrônicas, e isso vai demandar tempo.

Então, a minha proposta é fazermos a votação dos vetos, até porque, para cada destaque que formos votar separadamente, vamos ter várias votações no painel — e neste horário, que é de almoço, vamos ter de aguardar que os Parlamentares, tanto Senadores quanto Deputados, venham ao plenário, e vamos ter dificuldade para votar. Por isso, a minha proposta é fazer a votação para o sistema eletrônico. Nesta primeira votação, já que temos as cédulas todas preenchidas aqui no plenário, votaríamos pelo processo manual, e, a partir da próxima, poderíamos votar eletronicamente, para evitar essa confusão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Pela ordem, Deputado Ricardo Barros.  
(Pausa.)

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Vamos embora, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna para debater a conjuntura nacional. O povo brasileiro elegeu legitimamente, por maioria, segundo as regras constitucionais e em eleições limpas, a Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, de uma coligação de partidos. Foi uma disputa com um programa de mudanças, um programa aceito pela população brasileira.

Na véspera da eleição, uma revista publicou uma calúnia contra a Presidenta da República, na tentativa de fortalecer o movimento golpista, calúnia essa que se mostrou agora comprovada, porque não há qualquer acusação à Presidenta Dilma Rousseff e ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas investigações em curso no Brasil.

Eleita, um dos partidos de oposição pediu recontagem dos votos e na recontagem dos votos nada houve que pudesse diminuir o processo eleitoral.

Depois disso os partidos de oposição, aqueles que há anos foram às ruas pelas Diretas Já e que hoje namoram a Direita neste País — a Direita que quer fazer a ruptura democrática; a Direita que quer o golpe; a Direita que não tem proposta para este País —, querem aqui criar um impasse. Ressuscitam o Carlos Lacerda, que dizia: “*Não deixem que ela seja candidata.*” Assim faziam com Getúlio. “*Se for candidato, não deixem que ele se eleja.*” “*Se ele se eleger, não deixem que ele tome posse.*” “*Se tomar posse, não deixem que ele governe.*” Fizeram isso com Getúlio Vargas e com João Goulart. E alguns democratas que há 30 anos se insurgiram contra o governo militar hoje dizem que querem sangrar a Presidenta da República.

Nós estamos governando este País para continuar a gerar emprego. Nós estamos governando este País para distribuir renda. Nós estamos governando este País para levar os jovens à universidade. Nós estamos governando este País para levar mais médicos ao povo pobre.

Como disse Bresser Pereira, “*eles têm ódio do PT porque o PT defende os pobres*”. Como disse Veríssimo e Juca Kfouri, “*eles têm ódio das mudanças neste País*”.

Neste final de semana houve um protesto com panelas — não as panelas vazias, mas as daqueles que têm as panelas cheias. Eles podem protestar, é da democracia. O que não está correto são setores democráticos que lutaram contra a ditadura militar recuperarem a agenda da Direita, recuperarem Carlos Lacerda e irem para uma estratégia golpista neste País.

Chamamos para o diálogo a Oposição. Façamos o diálogo em torno da pauta econômica, em torno da pauta política, do combate à corrupção, porque essas são bandeiras da Presidenta Dilma Rousseff e dos que a sustentam. Mas não vamos aceitar a via da ruptura democrática, a via do golpe, a via dos que não querem deixar governar para criar um impasse. Não sangrarão a Presidenta Dilma Rousseff. O povo que votou nessa Presidenta no dia 5 de outubro e depois, no dia 26 de outubro,...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Mentindo.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP) – ...estará nas ruas na defesa da Presidenta.

Não é no impasse que nós vamos governar este País. Nós governaremos este País no debate elevado de propostas políticas, cuja existência não vejo na Oposição, no debate elevado do aprofundamento democrático e no debate elevado do combate à corrupção e punição dos seus responsáveis.

Por isso, venho aqui dizer: vamos ao debate político de alto nível no nosso País, para continuar aprofundando a democracia brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Sr. Presidente...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. Na linha do entendimento...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, rapidamente.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente.

No momento oportuno nós vamos nos dirigir ao Deputado Paulo Teixeira, mas agora, preocupados com o bom andamento da sessão, e ouvindo a experiência do Senador Aloysio Nunes, entendemos que, em alguns momentos, o ótimo é inimigo do bom. Houve avanços, e nós acreditamos que a hora é de construir entendimentos.

Portanto, embora eu esteja convicto de que sempre que pudermos ter uma discussão mais ampla ganhará o País, vou retirar a minha objeção, com as alterações do Relator já propostas de dobrar as possibilidades de destaque quando houver um número maior de vetos. Com isso, construímos um entendimento para que V.Exa. possa dar prosseguimento à pauta, como planejado por acordo.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há 15 minutos V.Exa. determinou a suspensão dos trabalhos de todas as Comissões. A Câmara tem Comissão se reunindo e deliberando. A minha questão de ordem é para que V.Exa. determine a suspensão de todas as decisões que foram tomadas após o comunicado feito por V.Exa., para que conste em ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Qualquer deliberação simultânea ao funcionamento do Congresso Nacional é nula de pleno direito.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Sr. Presidente, aproveito para fazer um apelo a esta Casa e à Oposição para que votemos as matérias que foram incluídas na pauta da sessão do Congresso Nacional.

V.Exa. lembrou bem: é a quarta vez que nós discutimos o tal projeto de resolução. A Oposição começou a discuti-lo e as Mesas das duas Casas, por unanimidade, estabeleceram um rito para a votação de vetos. Ou seja, nós não podemos ficar aqui mais uma vez o dia todo sem votação das matérias objeto da convocação do Congresso.

Sr. Presidente, se não há acordo, o Congresso está preparado para votar com as cédulas imediatamente. É o que nós temos que fazer para não interditarmos a sessão. Não tem como ser diferente.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Com cédulas eu não voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero pedir aos Senadores e Senadoras que se encontram no plenário que, por favor, façam o registro de suas presenças. Nós temos já 35 Sras. e Srs. Senadores registrados. Eu estou vendo pelo menos mais seis ou sete Senadores e Senadoras que não registraram as presenças. É importante que o façam, para que nós possamos começar imediatamente a Ordem do Dia.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Podemos iniciar a discussão da matéria, Presidente, imediatamente com a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Rubens Bueno, com a palavra V.Exa.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou aqui no plenário, pedindo para falar em nome da bancada — o Deputado Raul Jungmann teve que se ausentar —, para dizer que este é um acordo que traz racionalidade e estabelece democraticamente o debate em plenário. O que queria o Governo, é bom que se diga, era impor uma resolução para evitar o debate. Nós queremos debater a tabela do Imposto de Renda, senão já teria sido votada goela abaixo. E hoje o Governo já mudou, voltou atrás.

Então, vamos com calma. Aqui ninguém vai fazer o papel de mero desconhecedor do Regimento, sabendo que o debate é fundamental para que, com conhecimento de causa, possamos votar de acordo com aquilo que temos que votar, e não votar goela abaixo, como queria a resolução anteriormente proposta.

Por isso, este é um acordo bom para o Congresso Nacional, especialmente para votação de vetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria proposta hoje sem dúvida nenhuma é um grande avanço em relação àquelas cédulas que eram distribuídas anteriormente. É inaceitável aquela prática.

A proposta apresentada pelo Senador Romero Jucá vem exatamente dar oportunidade para que nós, de qualquer partido de Oposição ou da base do Governo, possamos destacar uma matéria, e com acréscimo ainda. Se essa matéria tiver mais de 80 itens, ela terá direito a dois destaques, e todas as matérias correlatas estarão incluídas nos destaques.

Além do mais, a matéria não vai passar sem conhecimento da Casa. Nós vamos poder encaminhar a votação de cada um desses destaques, o que é fundamental para o esclarecimento e o conhecimento do tema para os nobres colegas Senadores e Deputados.

Por isso, Sr. Presidente, a posição do Democratas no Senado é favorável à aprovação do texto como foi encaminhado. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós agradecemos a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria só lembrar que falta o registro de três Senadores para nós começarmos a Ordem do Dia.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Enquanto V.Exa. aguarda, eu estou inscrito em Breves Comunicações, Presidente, se V.Exa. me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – V.Exa. pode iniciar a Ordem do Dia com a discussão do item 1.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu acho que é um avanço, como acaba de citar o Senador Ronaldo Caiado, aprovarmos este projeto de resolução, estabelecermos regras claras para a apreciação do voto. O voto é uma das etapas essenciais do processo legislativo. A ausência da apreciação dos vetos de maneira democrática é a submissão completa do Parlamento.

Após, às vezes, mais de 1 década discutindo, trabalhando uma matéria com a sociedade, construindo um projeto que ganhe o apoio da maioria e o aprovando na Câmara e no Senado, por uma decisão unilateral, apenas de quem preside o País — em que pese o respeito que se deve sempre ter à independência dos Poderes, apesar das discordâncias profundas que temos hoje —, nós entendemos que é inaceitável que um voto possa ser mantido ou derrubado sem uma discussão ampla, clara e feita com destaques.

Hoje, por exemplo, haverão de debater neste plenário aqueles que querem aumentar o Imposto de Renda e aqueles que não querem. Na prática, é isso. Não vamos tapar o sol com a peneira! Há quem queira aumentar o Imposto de Renda, sacrificando mais o trabalhador, aquele que paga descontando diretamente na fonte ou que faz o recolhimento no momento apropriado, e há quem entende que não é justo aumentar mais ainda o Imposto de Renda. Se você não corrige a tabela pela inflação, como a própria Presidente prometeu na campanha: *"Eu vou corrigir pela inflação"*... Tivemos uma inflação de 6,5%, aprovamos a lei, ela vetou. Não derrubar este voto é concordar com o aumento.

Sr. Presidente, eu não posso deixar de me dirigir nestes minutos que tenho para fazer comunicações, em nome do meu partido, o PSDB, e repudiar esse tipo de comportamento de Deputado que quer tapar o sol com a peneira, ou de Lideranças do PT e do Governo que insistem com esta conversa de que o povo brasileiro...

Não é nenhum partido político, não é oposição, é o povo brasileiro, são os cidadãos e as cidadãs de todo o País, de todas as classes sociais, que se manifestam nas redes sociais, que fizeram o panelaço de repúdio a mais uma sessão de mentira e de tortura, eu diria, com o povo brasileiro, protagonizada pela Presidente Dilma.

Quando o povo brasileiro se manifesta e diz que não aceita tanta mentira, que não aceita mais tanta corrupção, que quer que saia fora do comando do País aquele que traiu a confiança do povo brasileiro, aquele Governo que disse uma coisa e fez exatamente outra, aí é terceiro turno. É como se, terminada a eleição, a Oposição e aqueles que não concordam com os caminhos absurdos que estão sendo tomados tivessem que ficar calados por 4 anos.

Não podemos nem sequer discordar disso, especialmente quando o País assistiu, de maneira assombrada, ao que vimos ontem aqui. Já sabíamos, mas ontem, de viva voz, vimos o Sr. Pedro Barusco vir aqui e dizer — mesmo sendo pressionado por alguns Senadores e Deputados do PT, tentando ver se ele vacilava —: *"Olha, a partir de 2003, de 2004, implantou-se um sistema planejado, orquestrado; implantou-se uma verdadeira quadrilha"*

*na PETROBRAS. Virou uma rotina, virou algo como regra do jogo: roubar o dinheiro público". Disse ele: "Parte, eu, Barusco, recebi; depositou-se no exterior cerca de 100 milhões de dólares. Estou devolvendo".*

A Polícia Federal está acompanhando. O dinheiro do roubo está vindo para o Brasil, sendo repatriado. Mas o dobro disso, cerca de 200 milhões de dólares — dinheiro roubado dos brasileiros —, foi entregue ao Sr. Vaccari, ao tesoureiro do PT, para financiar o partido, num processo de enganação dos brasileiros. Agora, dizer isso, mão fui eu quem disse, foi Barusco, nomeado por Dilma, que veio e confessou.

*"Isso é terceiro turno. Isso é não ter se conformado com o resultado da eleição!"* Não! Isso é defesa do povo brasileiro, é defesa da verdade. É por isso que o povo vai para a rua. Não é porque este ou aquele partido de oposição está dizendo para ir, não! É porque o povo não aguenta mais e precisa fazer isso sim! Ele tem que se manifestar, porque senão a democracia é de mentirinha.

E aqui no Congresso nós temos que nos manifestar também, temos que dizer "não" a este voto que aumenta o imposto...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos ouvir, pela ordem, o Deputado Arnaldo Faria de Sá e, em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso, eu gostaria de uma informação de V.Exa.: quando serão instaladas as Comissões Especiais da MP nº 664, de 2014, e da MP nº 665, de 2014, que tratam da alteração das pensões e da modificação do seguro-desemprego?

Quero também dar uma informação a V.Exa.: depois que V.Exa. devolveu a MP nº 669, de 2014, o Governo disse que imediatamente mandaria um projeto de lei com urgência. Tenho a informação da Secretaria-Geral da Câmara de que até agora não chegou esse projeto com a dita urgência aqui na Casa. Portanto, V.Exa. está com razão.

Eu queria de V.Exa. a informação de quando serão instaladas as Comissões da MP 664 e da MP 665. Quando serão instaladas essas Comissões?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Quando os Líderes não indicam os membros das Comissões Mistas...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP) – Já indicaram! Já indicaram!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – ... o Presidente do Congresso é obrigado a indicar, a partir de uma lista de prioridade de cada partido, que começa com a indicação do próprio Líder. Depois eles substituem.

É fundamental que os partidos que não substituíram ainda os membros das Comissões, das outras Comissões das medidas provisórias, o façam rapidamente, para que o mais idoso convoque a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP) – O.k., Sr. Presidente.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já tem quórum. Vamos iniciar a Ordem do Dia, pelo acordo, o projeto de resolução relatado pelo Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passa-se à Ordem do Dia.

## Item 1:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2015-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 01, de 2015-CN, de autoria das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que *"Altera o procedimento de apreciação dos vetos presidenciais"*.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência comunica ao Plenário que a discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta ocorrida no dia 24 de fevereiro do corrente.

Passa-se à votação do substitutivo, para o qual há acordo, e das emendas, nos termos do parecer do Relator, que tem preferência regimental.

É o seguinte o Substitutivo encaminhado pelo Relator, Senador Romero Jucá, como conclusão do Parecer nº 1, de 2015-CN:

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2015-CN****RESOLUÇÃO N° 1, DE 2015 – CN**

*Altera o procedimento de apreciação dos vetos presidenciais.*

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 1970-CN – Regimento Comum do Congresso Nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 46. O processo nominal, que se utilizará nos casos em que seja exigido *quorum* especial de votação ou por deliberação do Plenário, ou ainda, quando houver pedido de verificação, far-se-á pelo painel eletrônico ou, no caso de vetos, por cédula de votação que permita a apuração eletrônica." (NR)

"Art. 106. Distribuídos os avulsos com o texto do projeto, indicando as partes vetadas e sancionadas, os vetos serão incluídos em ordem do dia.

§ 1º A apreciação dos vetos ocorrerá em sessões do Congresso Nacional a serem convocadas para a terceira terça-feira de cada mês, impreterivelmente.

§ 2º Se por qualquer motivo não ocorrer a sessão referida no § 1º, será convocada sessão conjunta para a terça-feira seguinte.

§ 3º Após o esgotamento do prazo constitucional, fica sobrestada a pauta das sessões conjuntas do Congresso Nacional para qualquer outra deliberação, até a votação final do voto." (NR)

"Art. 106-A. A votação do voto será nominal e ocorrerá por meio de cédula com identificação do parlamentar, nos termos do artigo 46, da qual constarão todos os vetos incluídos na Ordem do Dia, agrupados por projeto.

§ 1º Até o início da Ordem do Dia, poderá ser apresentado destaque de dispositivos individuais ou conexos para apreciação no painel eletrônico, a requerimento de líderes, que independe de aprovação pelo Plenário, observada a seguinte proporcionalidade:

I - de 5 até 24 Deputados: um destaque por cédula;

II - de 25 até 49 Deputados: dois destaques por cédula;

III - de 50 até 74 Deputados: três destaques por cédula;

IV - 75 ou mais Deputados: quatro destaques por cédula;

V - de 3 até 5 Senadores: um destaque por cédula;

VI - de 6 até 11 Senadores: dois destaques por cédula;

VII - de 12 até 17 Senadores: três destaques por cédula;

VIII - 18 ou mais Senadores: quatro destaques por cédula.

§ 2º É inadmissível para efeito do constante no §1º a sobreposição de lideranças, sendo admissível, contudo, a combinação.

§ 3º Quando a cédula contiver mais de oito projetos de lei ou mais de oitenta dispositivos será admitido quantitativo de destaques até o dobro do previsto.

Art. 106-B. A discussão dos vetos constantes da pauta far-se-á em globo.

§ 1º Na discussão, conceder-se-á a palavra aos oradores inscritos por 5 (cinco) minutos.

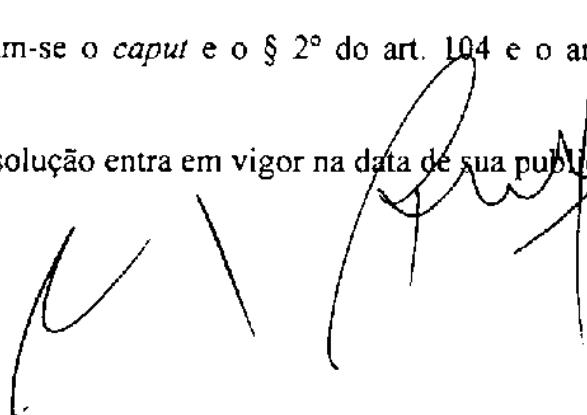
§ 2º Após terem discutido 4 (quatro) Senadores e 6 (seis) Deputados, iniciar-se-á o processo de votação por cédula, podendo os líderes orientar suas bancadas por até 1 (um) minuto.

§ 3º Para votação no painel de cada matéria vetada, haverá encaminhamento, por 5 (cinco) minutos, de 2 (dois) Senadores e 2 (dois) Deputados, preferencialmente de forma alternada entre favoráveis e contrários, cabível, em qualquer caso, a orientação prevista no §2º.

Art. 106-C. Será considerado em obstrução em relação ao item da cédula que estiver em branco o parlamentar cujo líder nesse sentido houver se pronunciado, não sendo, nesse caso, sua presença computada para efeito de *quorum*."

Art. 2º Revogam-se o *caput* e o § 2º do art. 104 e o art. 105 da Resolução nº 1, de 1970-CN.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Sr. Presidente, seria prudente o Relator falar, relatar ou ler as modificações que ele introduziu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Relator, hoje, está desprovido da sua maior virtude, que é o poder de síntese.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Não, ele tem poder de síntese.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não há dúvida em relação ao texto da matéria.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – O.k. Vamos em frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação o substitutivo e as emendas na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado no Senado Federal. (*Palmas.*)

Aprovado o substitutivo.

Fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à promulgação, dispensada a redação final, nos termos do art. 51, § 2º, do Regimento Comum.

Promulgo, neste momento, a Resolução do Congresso Nacional nº 1 e determino a sua publicação imediata no *Diário do Congresso Nacional*.

*A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2015, encontra-se publicada no Suplemento "A" ao presente diário (vide item 5.1 do Sumário).*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Item 2 da pauta.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento: agora, com a promulgação do projeto de resolução, V.Exa. vai iniciar a discussão, em globo, dos destaques, ressalvados os vetos destacados. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Sr. Presidente, V.Exa. já promulgou a Resolução nº 1?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já se aprovou e promulgou.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – O.k. Entendo, gostaria, em primeiro lugar, de...

Deputado Mendonça, desculpe-me.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Eu fiz uma pergunta ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Tendo em vista a promulgação da Resolução, que foi fruto do acordo entre Câmara e Senado, agora vai iniciar a discussão dos vetos, que serão votados em globo, ressalvados os vetos destacados, que estarão submetidos a uma apreciação em separado, de acordo com o projeto de resolução. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exatamente como sugere V.Exa.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Então, iniciamos a discussão dos vetos em globo, quer dizer, a fase de discussão dos vetos em globo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Discussão em turno único...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um esclarecimento. Na sessão anterior, o Líder do PSDB no Senado, Senador Cássio Cunha Lima, protocolou um pedido de destaque para o voto relativo à jornada de trabalho do psicólogo. A intenção da bancada do PSDB é lutar pela derrubada desse voto.

Pergunto a V.Exa.: é preciso novamente apresentar o destaque ou aquele anterior já vale?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em função da resolução, há necessidade de apresentar um novo destaque.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP) – Pois não.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Foi aprovado por unanimidade o Projeto de Resolução. Ponto final. Ela vai à promulgação ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Ela já foi promulgada.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Já promulgou?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já foi promulgada.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – E a votação, então, vai ser no modelo anterior ou já à luz da resolução, Sr. Presidente.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Já foi promulgada há pouco. Acabou de ser promulgado o projeto de resolução. Tem de ser no novo modelo. Esse foi o acordo.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – A votação será em qual...

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – o Presidente já promulgou.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Pois não.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – V.Exa. que passou quatro sessões atrapalhando a votação da resolução, permita pelo menos que o Plenário seja esclarecido sobre como vai ser a votação. É isso que estou inquirindo ao Presidente do Congresso, e ponto final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou informar a sequência da sessão. Discussão, em turno único, dos vetos nºs 31 a 34 e 36, de 2014, e 1 a 4, de 2015.

São os seguintes os itens mencionados:

#### ITEM 2

#### VETO TOTAL Nº 31, DE 2014

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Veto Total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009 (nº 3.338/2008, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a jornada de trabalho do psicólogo e altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regula-menta a profissão de psicólogo”.

#### ITEM 3

#### VETO PARCIAL Nº 32, DE 2014

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2013 – Complementar (nº 238/2013 – Complementar, na Casa de origem), que “Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsa-bilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências”.

#### ITEM 4

#### VETO TOTAL Nº 33, DE 2014

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008 (nº 6.711/2009, na Câmara dos Deputados), que “Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento”.

#### ITEM 5

#### VETO TOTAL Nº 34, DE 2014

(Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2009 (nº 7.082/2010, na Câmara dos Deputados), que “Altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências”.

**ITEM 6**  
**VETO TOTAL Nº 36, DE 2014**

Discussão, em turno único, do Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999 (nº 2.661/2000, na Câmara dos Deputados), que “Institui a linha oficial de pobreza e dá outras providências”.  
Prazo Congresso Nacional: 03/03/2015

**ITEM 7**  
**VETO PARCIAL Nº 1, DE 2015**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2014, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências”.

Prazo Congresso Nacional: 03/03/2015

**ITEM 8**  
**VETO TOTAL Nº 2, DE 2015**

Discussão, em turno único, do Veto Total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2014 (nº 1.872/2007, na Casa de origem), que “Acrescenta arts. 6º-A e 6º-B à Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre a associação entre corretor de imóveis e imobiliárias e sobre a contribuição sindical dos corretores de imóveis”

Prazo Congresso Nacional: 03/03/2015

**ITEM 9**  
**VETO PARCIAL Nº 3, DE 2015**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2014 (nº 3.460/2004, na Casa de origem), que “Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”.

Prazo Congresso Nacional: 03/03/2015

**ITEM 10**  
**VETO PARCIAL Nº 4, DE 2015**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2014 (oriundo da Medida Provisória nº 656, de 2014), que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei

nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências".

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Comissões Mistas não apresentaram relatórios.

Segundo os novos procedimentos aprovados, a Presidência ressalta que o uso da cédula eletrônica está permitindo a votação e a apuração de cinco projetos vetados totalmente e quatro projetos vetados parcialmente, totalizando 316 votos por Parlamentar em pouquíssimos minutos.

A discussão dos vetos se dará em globo. A votação inicia-se logo após terem discutido quatro Senadores e seis Deputados, sem prejuízo da continuação dos debates.

De acordo com o art. 48 do Regimento Comum e o art. 306 do Regimento do Senado, o Congressista presente à sessão somente poderá deixar de votar se comunicar à Mesa seu impedimento, computado seu comparecimento para efeito de quórum.

Cédula entregue é constatação de presença, independentemente de marcação no painel, contando, portanto, para efeito de quórum.

O uso da palavra ao microfone também constata presença do Parlamentar, contando para efeito de quórum.

O voto em branco não é computado para efeito de quórum na votação de veto quando o Líder houver declarado obstrução.

O resultado da votação dos vetos será divulgado no painel eletrônico e posteriormente, publicada a relação nominal com os votos de cada Parlamentar no site do Congresso Nacional.

Os resultados das votações dos itens destacados serão aferidos pelo painel eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris para a discussão dos vetos.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG) – Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Pois não, Deputado.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Até que momento nós podemos destacar os vetos?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Até o final da discussão.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG) – Até o final da discussão. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero só iniciar minha manifestação dizendo que o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, acaba de reunir sua Executiva Nacional, presidida pelo Senador Aécio Neves, e tomou a decisão que, num trecho da nota, diz o seguinte:

*"O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se solidariza com as manifestações de indignação dos brasileiros diante da flagrante degradação moral e do desastre econômico-social promovidos pelo Governo Dilma Rousseff.*

*O PSDB defende a livre manifestação de opinião e o direito à expressão dos cidadãos e, portanto, apoia os atos pacíficos e democráticos convocados para o próximo dia 15 de março em todo o País.*

*Mais do que uma garantia constitucional, a liberdade de pensamento e de crítica é fundamento essencial para o fortalecimento da vida democrática e o enraizamento social dos valores republicanos (...)"*

Essa é uma parte da nota, saída neste momento da Executiva Nacional do PSDB, assinada pelo Senador Aécio Neves.

Portanto, o PSDB estará nas ruas no dia 15 de março, alinhando-se a este grande movimento nacional apartidário que vai às ruas para protestar contra as decisões que têm sido tomadas pelo Governo do PT, da Presidente Dilma.

Estes vetos que nós estamos avaliando, Sr. Presidente, são mais um dos problemas que levam o povo às ruas, ou seja, uma medida provisória... Acabei de ver aqui manchetes de alguns jornais, mais ou menos assim: *Governo recua e aceita tabela escalonada do Imposto de Renda; Fechado acordo para reajuste escalonado da tabela do Imposto de Renda*. Outra: *Com acordo, salário maior terá correção menor na Tabela do Imposto de Renda*.

São decisões tomadas na última semana, Sr. Presidente, pela Presidente Dilma, que joga na lata do lixo uma decisão tomada por este Congresso Nacional. É uma medida provisória que vem na direção contrária do fortalecimento do Legislativo, que precisava e precisa tomar uma decisão agora: rejeitar o veto aos 6,5% da correção da tabela do Imposto de Renda.

Essas medidas, Sr. Presidente, tomadas pela Presidenta Dilma é que fazem o povo ir às ruas; medidas erradas que assaltam o bolso dos trabalhadores brasileiros. E esta é mais uma medida que vai na direção contrária do interesse da população.

Portanto, Sr. Presidente, o Governo traz ao plenário um novo arremedo em prejuízo dos cidadãos. O Governo mais uma vez cria uma artimanha para encobrir a sua incompetência, e é isso que está acontecendo com essa proposta enviada ao Congresso no dia...

(Interrupção do som.)

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para discutir a matéria. (Pausa.)

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP) – Para concluir, Sr. Presidente.

Então, essa é a decisão tomada. Nós precisamos, com essa decisão em relação ao voto, rejeitar o voto da Presidente para garantir a correção de 6,5% na tabela do Imposto de Renda, não discriminando ninguém e, com isso, votar uma posição que estabeleça a recuperação dos poderes do Legislativo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir um esclarecimento a V.Exa. a respeito da votação do Orçamento no Congresso Nacional, porque há uma cobrança muito grande, sobretudo dos Prefeitos, dos Vereadores, para que tenhamos agilidade na votação do Orçamento. Por isso, eu gostaria de saber que procedimento V.Exa. vai adotar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós avançamos hoje com a implantação da cédula eletrônica. O nosso propósito é avançar na apreciação dos vetos e transferir esta sessão para as 18 horas, quando pretendemos aprovar o Orçamento da União de 2015. Se todos ajudarem, este será um dia intenso do ponto de vista da produtividade do Congresso Nacional.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecemos a V.Exa.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na Ordem do Dia da nossa sessão há inúmeros dispositivos vetados. A bancada do PSDB no Senado pretende destacar pelo menos dois deles. Um deles tem chamado menos a atenção dos Congressistas, mas merece que nele nos detenhamos. É um voto apostado pela Presidente Dilma a um projeto de lei que foi objeto de aprovação unânime das duas Casas do Congresso, que tramitou durante 7 anos nas duas Casas do Congresso, sem que o Governo tivesse levantado uma única objeção a ele. Refiro-me ao projeto de lei que estabelece a jornada de trabalho de 30 horas para o psicólogo. Votarei pela derrubada do voto, ao lado da minha estimadíssima Senadora Marta Suplicy, minha colega de São Paulo.

Espero que possamos ter também o apoio da Senadora Marta Suplicy e de outros Senadores da base governista para a derrubada do voto apostado pela Presidente da República a um artigo de uma lei que também foi aprovada unanimemente pelo Senado e pela Câmara. É aquela que estabelece o percentual de correção de 6,5% da tabela do Imposto de Renda.

Todos, todos, sem exceção, que participaram dessas votações votaram a favor! Eu quero ver como ficarão agora os mesmos que votaram a favor votarem pela manutenção do voto. Eu tenho certeza de que os Congressistas brasileiros têm zelo pelo seu decoro público, pela palavra que empenharam, pelos compromissos que assumiram e saberão rejeitar o voto que será submetido à nossa deliberação.

Não me refiro apenas a uma questão de pudor congressional, refiro-me a um tema da maior importância para o nosso País. O Governo Dilma Rousseff, pretendendo corrigir as inúmeras, inúmeras trapalhadas no terreno econômico, que, aliás, foram apontadas pelo atual Ministro da Fazenda como brincadeiras que custaram bilhões de reais, mediante cálculos grosseiros, quer agora reconquistar o bem-querer do mercado financeiro, do capital financeiro.

E por isso, meu caro amigo Paulo Teixeira, eu não tenho ódio do PT, eu tenho pena do PT, que hoje se apresenta como vassalo do capital financeiro, dizendo-se um partido de esquerda.

Pois bem, Sr. Presidente, para corrigir essas besteiras e para conquistar a confiança do capital financeiro, o Governo promove um ajuste fiscal, e a manutenção desse voto integral as medidas e as iniciativas do Governo rumo ao chamado ajuste fiscal: 1,2% do PIB deste ano.

Srs. Congressistas, para fazer isso, o que o Governo coloca em movimento? Coloca em movimento uma agressão ao poder aquisitivo dos salários, uma agressão aos trabalhadores, uma agressão aos direitos trabalhistas. O Governo aumenta impostos, retira benefícios trabalhistas importantíssimos para a sobrevivência de trabalhadores do nosso País, como o seguro-desemprego, o auxílio-doença, e dificulta o acesso ao usufruto desses direitos. O Governo corta investimentos, deixando para trás as promessas repetidas nas edições dos sucessivos pactos para o crescimento. O desemprego já se faz presente em muitos setores que foram contemplados por esses programas — refiro-me especialmente à construção civil, sem esquecer, tampouco, a indústria da defesa nacional. Com esse objetivo, com essas medidas, o Governo pretende um ajuste de cerca de 60 ou 70 bilhões de reais.

Ora, Srs. Congressistas, apenas com o aumento da taxa básica de juros, a administração da dívida pública vai implicar um custo adicional de cerca de 30 bilhões de reais, cerca de 40% de todo o ajuste pretendido, como apontou recentemente, em discurso no Senado, o Senador José Serra.

Então, castiga-se o trabalhador, penaliza-se a classe média para conquistar a simpatia do capital financeiro, mais do que recompensada com o aumento da taxa de juros.

Um governo neoliberal, no sentido próprio do termo, é o Governo petista da Presidenta Dilma Rousseff. Nós vamos rejeitar essa medida, nós vamos rejeitar o voto apostado à correção da tabela do Imposto de Renda e já vamos examinar a medida provisória, publicada hoje, com que o Governo pretende solucionar o problema que ele mesmo criou, mediante algo que se anuncia como uma negociação com o Congresso Nacional. Negociação com a Oposição, não! Nós não negociamos a edição dessa medida provisória.

Como disse o Líder Cássio Cunha Lima, ainda ontem, ao Ministro Joaquim Levy: *"Nós vamos votar contra e vamos examinar com uma lupa essa medida provisória que está em vigor hoje, inclusive nos seus aspectos constitucionais, pois atribui tratamento diferenciado a contribuintes que estão na mesma faixa de renda."* E nas suas repercussões sociais, porque a medida provisória que entra em vigor hoje considera como milionários aqueles que ganham acima de 4 mil e 200 reais. Esse é o Governo do PT.

Por isso, meus caros Congressistas, vamos bater, sim, as panelas; panelas que estão se esvaziando. Nós vamos sair às ruas para dizer que a paciência dos brasileiros está se esgotando; para dizer, alto e bom som, nas manifestações democráticas, manifestações ordeiras, manifestações patrióticas, no próximo domingo, que a nossa paciência está esgotada; para dizer que nós não aguentamos mais os desmandos, a corrupção e a incompetência dos governos petistas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida daremos a palavra como Líder a V.Exa.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, peço, gentilmente, a atenção de todos os colegas, não só dos que já estão presentes, os 360 Deputados e 53 Senadores — somos 513 Deputados e 81 Senadores. O momento é extremamente grave, e eu não tenho dúvida de que o País que se prepara para fazer valer a democracia e se manifestar, o País que se prepara para ir às ruas no dia 15 e dizer *"chega de corrupção, chega de mentira"*, está atento, também, ao Congresso Nacional.

Eu entendo que todos os Srs. Parlamentares sabem — e aí eu já cumprimento e parabenizo todos que estão aqui — que não votar, que se omitir é, talvez, a pior posição que se possa assumir diante de um voto.

Nós, hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apreciaremos matérias extremamente importantes e do interesse do povo brasileiro. Eu vou me limitar aqui a me referir a três delas. Nós decidiremos aqui se queremos aumentar a carga do Imposto de Renda sobre os trabalhadores ou não. Por que eu digo isso? Porque é isso se nós não derrubarmos o voto da Presidente Dilma sobre o projeto de lei que estabelece a correção da tabela do Imposto de Renda em 6,5%, portanto a inflação ocorrida no período.

Olhem que a tabela já está defasada, porque não vem sendo corrigida pela inflação. Mas a Presidente Dilma prometeu de maneira clara na campanha: *"Vou corrigir a tabela do Imposto de Renda pela inflação, para não sacrificar ainda mais os trabalhadores."* Corrigindo pela inflação, o trabalhador tem a correção do valor que vai deduzir dos seus dependentes, por exemplo; mas se não corrigir pela inflação, ele paga mais imposto. Portanto, a Presidente prometeu. Na Câmara e no Senado, votamos e aprovamos um projeto que estabelece a correção em 6,5%, portanto a inflação do período, que agora já é maior do que isso. A Presidente vetou.

Os Deputados que concordarem com o veto, estarão concordando com o aumento de Imposto de Renda. Não me venham dizer que houve um acordo, que ela vai editar uma medida provisória para resolver a situação. Não houve acordo! Mentira! Quem disse que houve acordo mentiu; como mentiu quando disse que houve acordo com os caminhoneiros.

Acordo com o Congresso se faz aqui com todos os Parlamentares. Não tem Parlamentar de primeira e Parlamentar de segunda categoria. Ninguém fala por mim. Falo eu por mim, como fala cada um dos senhores, que respondem de acordo com a sua consciência e para cumprir com seu dever perante quem os colocou aqui para representá-lo.

Agora vem enganar o povo já colocando nos veículos de comunicação que houve um acordo? Nós vamos derrubar o veto! O Palácio vai editar uma medida provisória — aliás, já editou, está aqui na minha mão — que estabelece correção de 6,5% para alguns e correção menor para outros, ou seja, com um tratamento desigual, injusto, punindo parte dos trabalhadores, que tem o Imposto de Renda retido na fonte e vai ter uma correção menor.

Nós não fizemos esse acordo! Votar com esse argumento é tentar enganar o povo brasileiro, e o povo brasileiro vai conferir a lista de votação, porque vai ser destacado. Vai conferir! E nós vamos dizer, sim, quem votou para aumentar o Imposto de Renda e quem votou contra.

Além deste, nós temos outros vetos. Por exemplo, a categoria dos psicólogos durante anos pleiteou uma jornada de 30 horas, debateu exaustivamente com o Congresso, com a Câmara e com o Senado. Aprovamos a proposta. A Presidenta Dilma vetou. E nós vamos virar as costas aos psicólogos do Brasil inteiro? Não. Vamos derrubar o veto!

Outro veto: nós aprovamos aqui que máquinas agrícolas não precisam receber emplacamento nem pagar IPVA. O produtor rural já está sacrificado e ainda tem que emplacar o trator, a colheitadeira, pagar imposto por máquinas que só ficam na fazenda, que não trafegam pelas estradas? São colheitadeiras, e o Governo quer que o produtor rural pague imposto! Nós votamos aqui que não haveria esse imposto e a necessidade de emplacamento, e a Presidente Dilma vetou. Nós temos que derrubar o veto e temos que destacar essa matéria.

Portanto, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. puder concluir...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, eu quero deixar claro aos colegas, em um gesto de respeito a V.Exas. que já estão aqui — homens que não só pregam, mas praticam a democracia, e eu me permito incluir entre eles, já com seis mandatos, respeitando os princípios democráticos —, em respeito à posição de cada um dos senhores: quem quiser que aumente o Imposto de Renda, vote para manter o veto. Mas o povo terá o direito de saber. E isso não é ameaça, é jogo da transparência, é jogo da verdade. Isso será feito. Eu estou dizendo isso em um gesto de respeito a V.Exas.

Agora, pior é aquele que não vier aqui. Aquele que não vier aqui terá muito mais explicações a dar ao povo brasileiro. Aquele que não votar uma matéria dessa estará se omitindo. E essa omissão haverá de ser cobrada, porque nós não podemos nos omitir em um momento grave, em que o País sofre!

(Interrupção do som.)

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Em apenas 1 minuto eu concluo.

O País sofre! Não é justo o Governo aumentar seus gastos.

Eu lutei aqui, o Presidente sabe disso, até as 5 horas da manhã para não votarmos aquele PL 36, que autorizava o Governo a gastar mais do que arrecada. E eu já alertava — porque se a gente autoriza o Governo a gastar mais do que arrecada, conforme o PL 36, que alguns já diziam que era terceiro turno, que a Oposição estava contra, que aquilo não modificava a Lei de Responsabilidade Fiscal em nada —: “Se o Governo quer gastar mais do que arrecada, vai mandar a conta para o contribuinte.” E está aí mandando a conta. Se nós concordarmos hoje, amanhã terá mais projeto de aumento de imposto aqui para os senhores votarem.

Vamos dizer “não”! “Não” ao veto que aumenta o Imposto de Renda; “não” ao veto que tira dos psicólogos uma conquista importante; “não” ao veto que quer tributar trator e máquina com IPVA.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero cumprimentar as Lideranças partidárias, os partidos políticos do Congresso Nacional, pelo acordo que acabamos de fazer, que levou à votação da resolução que disciplina a apreciação dos vetos por parte do Congresso Nacional. Esse é um pas-

so muito importante, porque vivemos novos tempos; tempos novos que alguns, apenas por serem oposição a este Governo que tem permitido que o Brasil avance, insistem em não reconhecer.

Hoje nós estamos aqui reunidos no Congresso Nacional para apreciar e votar os vetos estabelecidos pela Presidenta da República. No passado não era assim, porque, no passado, Sr. Presidente, vetos eram feitos, assinados, mas não eram apreciados pelo Congresso Nacional. Pois foi no mandato passado da Presidenta Dilma que este Congresso aprovou essa medida e não sofreu qualquer pressão por parte do Planalto, como ocorreu no passado.

Estamos debatendo os vetos em bloco agora, mas eu quero me referir especialmente ao veto que trata do reajuste da tabela de Imposto de Renda, porque estou ouvindo pronunciamentos que têm como único objetivo confundir a população e pronunciamentos que não têm qualquer base de coerência, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras. Não há nenhuma coerência com a prática em relação aos argumentos que estamos ouvindo aqui por parte daqueles que compõem partidos que querem promover um golpe neste País.

Senão, vejamos: dizem que a tabela tem que ser reajustada de acordo com a inflação. Verdade! Concordamos com isso. Tanto concordamos com isso que a medida provisória encaminhada pelo Governo Federal estabelece, sim, um reajuste de acordo com a inflação e diferenciado para os níveis de salário recebidos pelo povo brasileiro, como era no Governo passado.

Eu sugiro aqui que os Líderes dos partidos políticos que fazem oposição ao Governo Dilma subam à tribuna para dizer como o seu Governo enfrentava o reajuste da tabela do Imposto de Renda no passado.

Eu tenho em mãos aqui o boletim Focus, do Banco Central, que mostra que no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de a inflação ter alcançado quase 20%, o reajuste da tabela do Imposto de Renda foi zero. Zero, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores! Zero foi o reajuste do primeiro mandato inteiro do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas vamos ao segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele poderia ter feito uma autocrítica. Ele, sim, poderia ter se redimido perante as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, mas não o fez. Só conseguimos, com muita pressão e força do Congresso Nacional — e à época eu era Deputada Federal —, aprovar um reajuste de 17,5%, no momento em que o resíduo acumulado estava se aproximando da casa dos 60%.

Ou seja, havia 60% de perda, de falta de reajuste da tabela do Imposto de Renda, e nós, o Congresso Nacional, conseguimos reajustar a tabela em 17,5% no ano de 2002. Dois mil e dois, senhoras e senhores!

Mas, pasmem: o que fez o Governo naquela época? Gostaria muito que meus pares Senadores do PSDB subissem à tribuna para explicar isso. Não contente com o que o Congresso Nacional aprovou, o que fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso?

Estou aqui com matéria publicada na *Folha de S.Paulo* do dia 8 de janeiro do ano de 2002. O Presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu aumentar a taxação das empresas em 17% para compensar parte da correção da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Srs. Deputados, para compensar o único reajuste que deu em 8 anos de mandato, para compensar as perdas que teria com o reajuste na tabela do Imposto de Renda, o Presidente Fernando Henrique Cardoso aumentou a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 1% para 3%. Ouvi aqui Líderes da Minoria dizerem que o que se faz agora é um absurdo. Absurdo era o que acontecia no passado! E nós queremos que continue apenas no passado e não volte mais. (*Palmas*.)

Vamos aprovar, sim, mais uma vez, o reajuste da tabela do Imposto de Renda, diferentemente do que acontecia no Governo passado, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós inscrevemos V.Exa. no bloco dos Líderes. Em seguida, darei a palavra a V.Exa.

Deputado Ivan Valente, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nós queríamos debater, neste momento, dois vetos. O primeiro deles — queria ter mais tempo para debater um a um — é referente às 30 horas semanais para os psicólogos.

Esta Casa está cansada de ouvir, toda vez que se votam direitos, melhoria da qualidade de vida, fortalecimento do sistema único público de saúde, atendimento à população da melhor qualidade, a seguinte resposta: “*Existe um impacto orçamentário muito grande, e nós precisamos fazer ajuste fiscal*”.

A verdade é outra. Na verdade, a Câmara e o Senado, o Congresso brasileiro, votam com a maior facilidade a desoneração de qualquer setor. Foram bilhões de reais colocados para desoneração do agronegócio, dos

bancos, da indústria e assim por diante. Até meios de comunicação de massa foram desonerados aqui nesta Casa. Áí não tem problema de impacto inflacionário. O impacto inflacionário só vem quando se trata de direitos.

Nós queríamos dizer que, na verdade, nós devíamos ter, em cada escola deste País, um psicólogo. Nós devíamos ter um atendimento à população muito maior do que temos. Eu digo desta tribuna que o impacto é muito pequeno. É recomendação da Organização Mundial de Saúde, é recomendação para o fortalecimento do sistema único público de saúde as 30 horas semanais para psicólogos e para todos os profissionais de saúde, na verdade.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que não existe problema para o setor privado, que não existe problema para o setor público, é pequeno o número de concursos públicos para psicólogos.

Quero pedir a Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas: vamos derrubar o Veto nº 31, relativo às 30 horas semanais para psicólogos. É o pedido que o PSOL faz desta tribuna.

Queria aproveitar o tempo também, Sr. Presidente, para falar da tabela do Imposto de Renda. E quero também dizer que aqui se pratica muito cinismo. Alguns que vêm agora defender a derrubada do veto do Imposto de Renda, lá, no Governo Fernando Henrique Cardoso, mantiveram congelada a correção durante muitos anos. Para quê? Para sinalizar para o mercado, para o Fundo Monetário Internacional, para ajudar nas privatizações, para dizer que o ajuste fiscal é a mola mestra da condução da política econômica. Essa é a verdade. Não havia distribuição de renda. Agora que estão chamando o povo para protestar, estão falando: “*Vamos derrubar o veto à correção da tabela do Imposto de Renda.*”

O PSOL quer dizer que tem moral, que esteve aqui para dizer que o Brasil precisa responder aos 500 bilhões de reais que são sonegados neste País pelas grandes empresas. O Brasil precisa fazer uma auditoria da dívida pública, que cobre juros sobre juros e tem centenas de contratos fraudulentos. O Brasil precisa fazer a CPI do HSBC. Oito mil sonegadores de impostos, lavadores de dinheiro, mandaram para um banco suíço 20 bilhões de reais e agora se quer aprovar a Medida Provisória nº 665, de 2014, para apertar, para asfixiar exatamente quem? O trabalhador. Querem asfixiar o seguro-desemprego, as pensões, o seguro-defeso, o abono salarial. Mixaria!

Na verdade, Sr. Presidente, é óbvio que a correção da tabela do Imposto de Renda não pode recair sobre o trabalhador assalariado e sobre a classe média. A Sra. Dilma Rousseff tem que mandar para cá um projeto, taxando as grandes fortunas. É isso que dialoga com o povo brasileiro. Vamos dividir e distribuir renda, e não asfixiar aqueles que já não têm muito, inclusive porque isso baixa, diminui o mercado de consumo interno e o dinamismo da economia brasileira.

Por isso nós somos favoráveis à derrubada do veto, na questão do Imposto de Renda. Tudo o que o Governo fez esta semana foi negociar com a sua base o escalonamento de pagamento do Imposto de Renda, mas com a insatisfação corrente, com a possibilidade real de aumento da inflação. E isso está acontecendo. A situação está beirando o aumento do desemprego e a instabilidade econômica.

Retirar mais dinheiro do trabalhador, dizendo que nós precisamos fazer mais ajuste fiscal não é aceitável, não dialoga com a sociedade, com os trabalhadores e trabalhadoras, com a classe média; não dialoga com aqueles que não querem pagar a conta. Quem tem que pagar a conta neste País são os ricos, os rentistas, os banqueiros, o agronegócio e a indústria, e não os trabalhadores brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu quero registrar que esse critério do reajuste da tabela do Imposto de Renda respeita o princípio da progressividade, conforme prevê a Constituição brasileira.

Quero adiantar também que essa forma de reajustar para beneficiar os menores salários, ou seja, os trabalhadores mais pobres, é a melhor forma de fazer justiça.

Por isso, Sr. Presidente, sou favorável à manutenção de todos os vetos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Srs. Senadores, são muitos os vetos, e vou me ater a um especialmente, o de número 31, porque não é possível que o argumento dos Governos que se revezam ao longo da história do Brasil seja sempre que, para manter o equilíbrio financeiro, não se pode aumentar despesas, não se pode aumentar despesas previdenciárias. Mas as consequências são sempre prejudiciais aos que vivem do trabalho. O mundo do trabalho é vítima, quando, na verdade, este País, que transforma bandidos em heróis, deveria valorizar a sua força de trabalho.

Eu faço referência a uma entrevista publicada nesta semana pela *CartaCapital* com um dos grandes pensadores deste País, um financista, Amir Khair, que foi Secretário no Governo de Erundina — ela formou um Secretariado com Amir Khair, Marilena Chauí, Paulo Freire e outros geniais pensadores e técnicos deste País.

O Amir mostra que a taxação das grandes fortunas, para fortunas a partir de 1 milhão de reais, geraria em torno de 100 bilhões de reais ao ano.

Agora muitos dos vetos têm como fundamento a justificativa de que isso implicaria perda de 600 milhões de reais, perdas ínfimas, considerando o que representa isso para a qualidade de vida da população e para a afirmação do direito dos que trabalham e dos que estudaram para prestar um serviço em favor da dignidade humana.

Os psicólogos representam, dentro do campo da saúde, um dos mais importantes vetores na contemporaneidade. Todos nós sabemos que o mundo está doente, porque a globalização é perversa! E ele está doente literalmente, com doenças estruturais que se manifestam na economia, na prostituição infantil, no aumento dos índices de violência.

E, quando eu digo que o mundo está doente, é porque, como nós sabemos, quase todas as famílias falam em depressão. Quantas famílias têm que conviver com transtornos compulsivos, sem assistência muitas vezes do Estado, com a agressividade relacionada a certos desequilíbrios, com doenças, com transtornos mentais?

E qual é o profissional que trata essas pessoas, que adoece por conta do trabalho e que, por isso, tem que ter valorizada a sua atividade, com redução de jornada e valorização monetária da sua renda?

Infelizmente, vetou-se um projeto que busca fazer justiça aos milhares de psicólogos. São milhares, mas é bom que se diga que algo em torno de 15 mil atuam no SUAS — Sistema Único de Assistência Social, mais de 20 mil no Sistema Único de Saúde. Muitas Prefeituras pobres já viabilizaram o respeito ao direito à jornada de 30 horas, preconizada por organizações internacionais, inclusive a Organização Mundial da Saúde.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, no momento em que vivemos uma crise financeira, mas ao mesmo tempo uma crise política e ética no nosso País, no momento em que várias autoridades são questionadas na sua legitimidade, o povo espera deste Congresso uma posição em favor do próprio povo, em favor da saúde pública, como um bem social. O que se quer é qualidade social do serviço público, em geral, e da saúde, como direito de todos e dever do Estado.

Essa história de dizer que vai onerar, que pode comprometer as finanças dos Municípios, que vai onerar o cidadão, o usuário, não é convincente. Por isso demos exemplos ao povo brasileiro para ser de 30 horas a jornada dos psicólogos no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, nós hoje temos uma votação muito importante, que tem um importante simbolismo, mais importante até que os eventuais benefícios que essa proposta, acordada entre os Líderes da base, o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente da Câmara e o Governo, podem representar em termos de benefícios para a população.

Na verdade, foi um marco do entendimento, do diálogo que precisa ser estimulado e cultivado do Poder Legislativo com o Poder Executivo e, acima de tudo, do respeito que precisa existir em relação à independência dos Poderes. O Presidente do Congresso Nacional, juntamente com nós todos, cobramos do Governo. E tivemos do Governo abertura para o entendimento que permitiu que pudéssemos hoje manter os vetos que foram apostos pela Presidente da República ao mesmo tempo em que garantimos uma medida provisória que, de forma escalonada, procurando beneficiar aqueles detentores de uma renda menor, atende em parte àquilo que gostaríamos que ocorresse.

Aliás, o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma têm se caracterizado por reajustarem ano a ano a tabela do Imposto de Renda, sempre por valores bem próximos, idênticos ou, em alguns momentos, até maiores do que a própria inflação.

O fato é que hoje vivemos um momento de dificuldade, um momento transitório, mas que precisa ser enfrentado por nós. E eu entendo, Sr. Presidente, que, com essa medida provisória editada hoje, nós todos temos o conforto de poder votar pela manutenção deste e dos demais vetos e podermos retomar o diálogo entre o Parlamento e o Poder Executivo, tão importante para a democracia e para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Congressistas, eu quero falar sobre a importância para os Líderes da base da manutenção dos ve-

tos e sobre a política que o Governo da Presidenta Dilma quer implementar para enfrentar as turbulências na economia brasileira. Mas eu não posso justificar o veto ao projeto de reajuste da tabela do Imposto de Renda sem fazer pelo menos duas considerações de natureza política.

O PSDB, quando fala — a Oposição aqui —, é como se eles nunca tivessem governado o Brasil. Por que V.Exas. não reajustaram a tabela do Imposto de Renda, na inflação que vocês praticaram, em 2002, de 12,5%? Por que V.Exas. passaram 5 anos sem reajustar a tabela do Imposto de Renda? Por que V.Exas. passaram, depois, a implantar as duas únicas faixas? Dizer agora que tem compromisso com a classe média, com os trabalhadores brasileiros e ser contra o princípio da progressividade é, no mínimo, faltar com a verdade.

E deveriam fazer a autocrítica aqui, porque governaram o Brasil e não praticaram aquilo que estão querendo dizer para a sociedade brasileira. É como se eles não governassem o Paraná, meus queridos Deputados e Deputadas. Estão praticando, no Estado do Paraná, o maior arrocho já visto naquela história. O Governo Beto Richa quebrou o Paraná, e eles vem à tribuna aqui para fazer ilações, para dizer algumas marolas quanto ao ajuste que a Presidenta Dilma está fazendo. E o que dizer do farol da eficiência, do choque de gestão de Minas Gerais? O que dizer disso tudo?

O nosso compromisso é com a retomada do crescimento da economia brasileira. E, quando a Presidenta Dilma envia para cá uma medida provisória que discute faixas diferenciadas para o Imposto de Renda, é exatamente para corrigir aquela distorção que vocês fizeram lá atrás, quando estabeleceram apenas duas faixas: 15% e 27,5%. Foram vocês que criaram essas tabelas de reajuste do Imposto de Renda.

Por que é importante manter o veto da Presidenta? Porque ela dialogou com o Congresso. O que está acontecendo agora com a medida provisória — e eu quero pedir a compreensão dos Líderes da base e da Casa como um todo? Nós precisamos manter o veto para fazer valer aquilo que está na medida provisória já em tramitação nesta Casa.

Qual é a vantagem e qual é a importância da medida provisória? Primeiro, foi ampliada em 6,5% a faixa de isenção, aquela isenção que era praticamente inexistente no passado, no Governo FHC. Foi ampliada em 5,5% a faixa de quem ganha de 1.903 reais a 2.800 reais. E assim segue, com 5%, 4,5%... Qual é o princípio aqui? Vale ressaltar: quando se entra numa determinada faixa, faz-se o desconto daquilo que é impactante nas faixas anteriores.

Portanto, o que o Governo está fazendo é uma correção justa, com o princípio da progressividade, Senador Fernando Coelho, do meu querido Estado, Pernambuco. Não se trata de praticar a injustiça tributária que foi praticada no passado; a correção é no sentido de garantir que aqueles que ganham menos paguem menos e aqueles que ganham mais paguem mais. É disso que nós estamos tratando na medida provisória.

No mais, quero dizer, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, que V.Exa. sabe o que o Governo negociou com os Presidentes das Casas que compõem o Congresso Nacional. Foi negociada uma alternativa. V.Exa. tem responsabilidade com o País. Nós não podemos aqui fugir desse imperativo que está colocado para o Congresso Nacional.

Vamos ajudar o Brasil, porque a Oposição quer a quebra deira geral. Ela não está preocupada em reajustar tabela de Imposto de Renda para ajudar os trabalhadores brasileiros. Não! A preocupação dela é única, é aquela do quanto pior melhor, numa tentativa golpista de interditar o mandato da Presidenta Dilma.

Nós não...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)** — Eu conluso. Não há problema algum. As manifestações são legítimas, as manifestações fazem parte da democracia. Aliás, nós que nascemos na democracia, nós que construímos a democracia sabemos conviver com as contradições de uma sociedade modernizada como a nossa.

Entendemos que são legítimas todas as manifestações. O que aqueles que adquiriram e avançaram nas conquistas sociais não podem fazer coro, muitas vezes, com aquelas vozes do além que ficam o tempo todo nos bastidores fomentando a ideia de golpe.

Não é esse o caminho. O caminho da Oposição é debater, discordar, enfrentar o debate público, mas, jamais, tomar decisão que contraria os interesses do Brasil.

Por isso, é fundamental — e nós conversamos sobre isso na base — manter o veto, porque temos uma proposta alternativa, que é a tabela de...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)** — A base está unida para sinalizar para o País que é fundamental, neste momento, a manutenção do veto e, principalmente, o cumprimento daquilo que preceitua a Medida Provisória nº 670, de 2015, que garante um reajuste progressivo da tabela do Imposto de Renda e consolida a justiça tributária, com as menores faixas pagando menos e as maiores faixas pagando mais.

Esta é a palavra do Governo. Peço a todos os Líderes que nos ajudem nessa grandiosa tarefa de fazer valer a medida provisória e manter o veto ao projeto de reajuste da tabela do Imposto de Renda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra ao último Deputado inscrito para discutir a matéria. Em seguida, nós vamos começar a conceder a palavra aos Líderes partidários. E vamos começar pelo Deputado Mendonça Filho.

O último orador inscrito para discutir a matéria é o Deputado Felipe Bornier, antes do período reservado aos Líderes partidários.

Com a palavra o Deputado Felipe Bornier.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, inscreva-me para falar pela Liderança do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. já está inscrito.

Com a palavra o Deputado Felipe Bornier.

**O SR. FELIPE BORNIER** (PSD-RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, uma vez que hoje se mudou o rito de votação dos vetos, gostaria aqui, como autor do Projeto de Lei nº 3.338, de 2008, de dizer que nós pedimos a V.Exas. que votem “não” ao veto, que sejam favoráveis à derrubada do Veto nº 31, aposto a projeto que tivemos a oportunidade de debater tanto na Câmara quanto no Senado Federal, durante 7 anos, em diversas audiências públicas — foram grandes debates —, e o Governo, por sua vez, não teve a sabedoria de debater com as classes envolvidas. Então, neste momento em que gostaríamos de estar aqui discutindo esse veto, temos que discutir os vetos de forma global, não tendo oportunidade de debater a importância do projeto vetado para a população, garantindo ao cidadão, acima de tudo, maior profundidade no contato com o profissional de saúde. Lembro que a questão das 30 horas semanais já foi aplicada a outras categorias e profissões da saúde, como, por exemplo, a da terapia ocupacional, a do serviço social, a da psicologia, a da medicina, a da odontologia.

É uma pena que, apesar de órgãos como a Advocacia-Geral da União, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Justiça terem pareceres técnicos favoráveis ao nosso projeto, o Governo, acima de tudo, não tenha estado aberto ao diálogo.

Neste dia, temos oportunidade de pedir aos nobres Congressistas, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, que votem “não”, pela derrubada do Veto nº 31, uma vez que não existe justificativa para esse veto e não houve, de forma alguma, por parte do Governo, essa tentativa de contribuição de modo a debater para que isso viesse a acontecer e favorecer essas categorias em todo o Brasil.

Então, aqui, nobres Deputados e nobres colegas Senadores, eu, como autor do projeto, gostaria, e muito, de ter essa oportunidade de debater melhor nesta Casa. Mas, neste momento, pelo que se observa, não estamos conseguindo fazer isso com sabedoria e no tempo oportuno.

Durante 7 anos debatemos em todas as Comissões, em grandes audiências públicas, sobre a importância da jornada de 30 horas para os psicólogos, projeto aprovado por unanimidade.

Então, a todos os colegas Parlamentares eu peço que votem “não” e que sejam pela derrubada do Veto nº 31.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Após terem discutido seis Deputados e quatro Senadores, nos termos do § 2º do art. 106-B, declaro aberto o processo de votação e solicito aos Deputados e Senadores...

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA) – Sr. Presidente, V.Exa. tem que registrar quais os itens destacados. Antes de começar, V.Exa. tem que...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, antes que V.Exa. abra... O PSDB está protocolando o destaque ao art. 121, que trata da matéria dos tratores agrícolas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado José Carlos Aleluia.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de iniciar a votação, entendo que V.Exa. deve pronunciar quais os itens que estão destacados, para que os Deputados saibam que não vão votar esses itens.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exatamente o que V.Exa. recomenda.

Nós vamos conceder a palavra aos Líderes que estão inscritos. Todos falarão na forma da resolução aprovada e promulgada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Estão destacados o Veto Total nº 31, de 2014, que regulamenta a profissão de psicólogo; o Veto Total nº 34, que altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, e o *caput* do art. 11-A da Lei nº 9.440, com a redação dada pelo art. 3º do projeto, que é um destaque pedido pelo Bloco Socialismo e Demo-

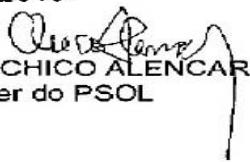
cracia; os itens 09.029; 09.030, do DEM; 09.31; 09.32; 09.33; 09.34; 09.35; 09.36; 09.37; os itens 09.84 até 09.94; 009.119 até 009.121; e, finalmente; os itens 009.199 até 009.206. Temos mais dois: 009.211 e 009.212.

São os seguintes os requerimentos de destaque para votação em separado, na íntegra:

## **REQUERIMENTO Nº 1, DE 2015-CN**

Requeiro a Vossa Excelência, destaque para votação em separado  
do Veto Total nº 31, de 2014.

Sala das Sessões, 11 de março de 2015

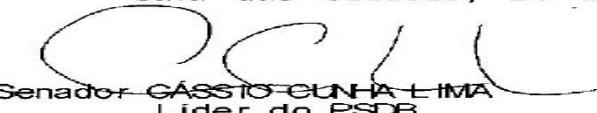
  
 Deputado CHICO ALENCAR  
 Líder do PSOL

## **REQUERIMENTO Nº 2, DE 2015-CN**

Requeiro nos termos regimentais destaque para  
votação em separado do veto n.º 31 de 2014, referente ao PL  
3338/2008 que dispõe sobre a jornada de trabalho dos  
psicólogos.

de 2015

Sala das Sessões, 24 de fevereiro

  
 Senador CÁSSIO CUNHA LIMA  
 Líder do PSDB

## **REQUERIMENTO Nº 3, DE 2015-CN**

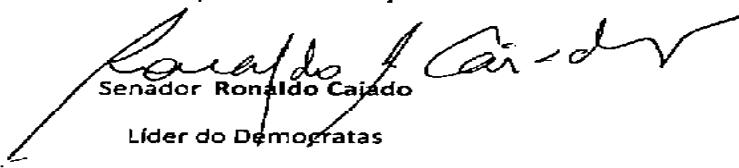
**Gabinete da Liderança do Democratas**

### **DESTAQUE DE BANCADA DEMOCRATAS**

Sr. Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos do art. 106-A do Regimento Comum, destaque para votação em separado do Veto Total n. 34, de 2014, aposto ao Projeto de Lei do Senado n. 161, de 2009 (n. 7.082/2010, na Câmara dos Deputados), que “Altera os arts. 20 e 24 da Lei n. 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei n. 9.250/95; e dá outras providências”.

Sala das Sessões, em 12 de março de 2015

  
 Senador RONALDO CAIADO  
 Líder do Democratas

## REQUERIMENTO Nº 4, DE 2015 - CN

**Requer destaque para votação  
em separado.**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do arts. 117, IX c/c 106-A do Regimento Comum 161, inciso \_\_\_\_ e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **destaque para votação em separado** da(o) do Veto [009.084] a [009.094] apresentação ao Veto Parcial nº 04 de 2015 Referente aos artigos 111 e 112 do PLV nº 18 apresenta à Medida Provisória 656 de 2014.

Sala de Sessões, 11 de março de 2015.



Líder do PSB  
**Fernando Coelho Filho**

(À Publicação)

## REQUERIMENTO N° 5, DE 2015-CN

Nos termos do art. 106-A, § 1º, do Regimento Comum, incluído pela Resolução nº 1, de 2015-CN, requeiro destaque, para votação em separado, no item 9 (Veto Parcial nº 4/2015), do *caput* do art. 11-A da Lei nº 9440, de 16 de março de 1997, com a redação dada pelo art. 3º do projeto.

Sala das Sessões, 11 de março de 2015. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Bloco Socialismo e Democracia.

(À Publicação.)

## REQUERIMENTO N° 6, DE 2015 – CN

### Destaque de Bancada.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, com as suas alterações, destaque para votação em separado do § 4º e 8º do art. 15, e § 1º do art. 130, da Lei nº 9.503, de 1997, constante do voto parcial nº 04, de 2015, oriundo da mensagem nº 21, de 2015.

Termos que peço deferimento.

Sala das Sessões, 11 de Março de 2015. – Deputado **Rogério Rosso**, Líder do PSD.

(À Publicação.)

## REQUERIMENTO N° 7, DE 2015-CN

Sr. Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos do art. 106-A do Regimento Comum, destaque para votação em separado dos itens abaixo, que guardam correlação entre si:

- 1 – alínea “i” do inciso III do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.250/95, com a redação dada pelo artigo 161 do Projeto
- 2 – alínea “i” do inciso VI do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.250/95, com a redação dada pelo artigo 161 do Projeto
- 3 – item 10 da alínea “b” do inciso II do *caput* do art. 8º da Lei nº 9.250/95, com a redação dada pelo artigo 161 do Projeto
- 4 – item 9 da alínea “c” do inciso II do *caput* do art. 8º da Lei nº 9.250/95, com a redação dada pelo artigo 161 do Projeto
- 5 – inciso IX do *caput* do art. 10 da Lei nº 9.250/95, com a redação dada pelo artigo 161 do Projeto
- 6 – tabela progressiva mensal constante do inciso IX do *caput* do artigo 1º da Lei nº 11.482/2007, com a redação dada pelo artigo 166 do projeto
- 7 – alínea “i” do inciso XV do *caput* do art. 6º da Lei nº 7.713/88, com a redação dada pelo artigo 167 do Projeto

Sala das Sessões, 12 de março de 2015. – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

## REQUERIMENTO Nº 8, DE 2015-CN

Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 106-A do Regimento Comum, destaque para votação **em separado** dos itens abaixo, que guardam correlação entre si:

<input type="checkbox"/> – “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.029]
<input type="checkbox"/> – inciso I do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.030]
<input type="checkbox"/> – inciso II do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.031]
<input type="checkbox"/> – inciso III do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.032]
<input type="checkbox"/> – inciso IV do “caput” do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.033]
<input type="checkbox"/> – § 1º-A do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.034]
<input type="checkbox"/> – § 8º do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.035]
<input type="checkbox"/> – § 9º do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.036]
<input type="checkbox"/> – § 10 do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto	[009.037]

Sala das Sessões, em 12 de março de 2015

  
 Deputado **Mendonça Filho**  
 Líder do Democratas

(À Publicação)

## REQUERIMENTO Nº 9, DE 2015-CN

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 106-A do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado dos artigos 161, 166 e 167 (Imposto de Renda) referente ao voto 4/2015.

---



---

Sala das Sessões, em 11 de março de 2015



**LÍDER DO PSDB**  
~~REP. NELSON LEITÃO~~  
 1º VICE - LÍDER

*(À Publicação)*

## REQUERIMENTO Nº 10. DE 2015-CN

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 106-A do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado

009.119 e 009.121

---



---

Sala das Sessões, em 11 / 3 / 15



**LÍDER DO PSDB**

*(À Publicação)*

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA)** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Pois não, Deputado Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA)** – Sr. Presidente, como foi apresentado agora, a minha pergunta para V.Exa. é se o destaque oferecido pelo Senador Fernando Coelho está incluído...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sim, está incluído.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA)** – ...referente à sobrevivência das empresas...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Referente aos eletrointensivos.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA)** – ...de Pernambuco, do Ceará, de Alagoas, de V.Exa., que estão ameaçadas de fechar pelo voto da Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exatamente isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra aos Líderes partidários. Deputado Mendonça Filho, com a palavra V.Exa.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu subo à tribuna do Congresso Nacional, neste instante, para, num primeiro momento, dizer da minha estranheza em relação ao procedimento da Presidente Dilma Rousseff, que inaugurou um comportamento novo dentro da nossa democracia.

Ela consagrou o desrespeito para com o Parlamento. Ela consagrou o desrespeito para com o Congresso Nacional. Senão, vejamos: o processo legislativo se inicia no Executivo ou no Legislativo; se for sancionada uma lei, evidentemente se conclui o processo legislativo; se for vetada, quem dá a palavra final é o Parlamento, apreciando o veto.

Ontem a equipe da Presidente Dilma se encarregou de anunciar ao Brasil que teria feito um acordo onde se editava, a partir de hoje, uma medida provisória para substituir o veto que nós apreciaremos, dentro de poucos instantes, relativo à correção da tabela do Imposto de Renda.

É uma coisa inusitada, uma coisa absurda. Como é que a Presidente da República edita uma medida provisória para surrupiar, para retirar poder do Parlamento brasileiro, do Congresso Nacional, que é a quem cabe decidir, em termos finais, sobre uma proposição legislativa! Aqui fica a minha repulsa a essa atitude antidemocrática.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Guimarães subiu à tribuna há pouco para falar sobre as belezas do Governo, sobre o mar de rosas da política econômica, que, lamentavelmente, escolheu um alvo. O alvo da política do Governo da Presidente Dilma e do PT tem sido a classe média, os trabalhadores, com a explosão no preço da energia, subindo, em muitos Estados, mais de 50%; com o reajuste no preço dos combustíveis; com a retirada de direitos fundamentais, como o acesso ao seguro-desemprego, o acesso à pensão integral, o acesso a outros requisitos da proteção ao trabalhador, como, por exemplo, o abono salarial.

E, agora, vem a público anunciar um acordo em torno da correção da tabela do Imposto de Renda. A única coisa que o Governo assegurou, com o anúncio da tal medida provisória, foi a correção pela inflação do ano passado para aqueles que estão situados na faixa de até 1.787 reais, ou seja, a base, que não paga Imposto de Renda. Quem ganha um pouco mais de 1.787 reais por mês, a partir da medida provisória adotada pela Presidente Dilma, pagará mais Imposto de Renda. É mais uma tungada da equipe econômica. Aquilo que prometia a equipe econômica, com relação à correção anunciada, no ano passado, pela Presidente Dilma, em 4,5% de correção da tabela do Imposto de Renda, na prática, mostra claramente que o Ministro da Fazenda conseguiu uma mágica.

Ele conseguiu apresentar uma proposta que vai aumentar a receita diante da promessa da própria Presidente Dilma Rousseff, porque quem leu a medida provisória hoje, no *Diário Oficial* da União, vai identificar que a vigência da correção da tabela do Imposto de Renda se dará a partir do dia 1º de abril. Nada mais simbólico para este Governo: 1º de abril é o dia da mentira, o que mostra claramente a cara da enganação de um Governo que quer enrolar o trabalhador.

O salário do trabalhador no mês de janeiro não terá correção; o salário do trabalhador no mês de fevereiro não terá correção; o salário do trabalhador no mês de março também não terá correção.

Então, a mágica da equipe econômica foi surrupiar 3 meses de correção em cima do bolso do trabalhador, que não terá seu salário corrigido. Isso é enganação!

A Presidente Dilma assumiu compromisso público de corrigir a tabela em 4,5%, mas surrupia 3 meses de correção e inventa uma graduação na correção, dizendo que está penalizando os mais ricos. A última etapa da tabela do Imposto de Renda é para quem ganha acima de 4 mil e 600 reais — e peço ao Presidente compreensão: conceda-me mais 1 minuto. Eu pergunto ao Plenário: quem ganha mais de 4 mil e 600 reais pode ser considerado rico neste País? Não. Pois bem, quem ganha acima de 4 mil e 600 reais vai pagar 27,5%, ou seja, a alíquota máxima determinada para contribuição do Imposto de Renda.

Então, infelizmente, é a política ao contrário, pois penaliza os mais pobres, penaliza a classe média, penaliza o trabalhador, que já está sacrificado pela inflação de 8% ao ano — que está rodando noutro patamar, pelo aumento de preços controlados, como o dos combustíveis e o da energia — e pela retirada dos direitos sociais.

Eu peço aos Deputados e Senadores que derrubemos o veto, em nome da independência do Poder Legislativo e em nome da justiça com os trabalhadores e com a classe média do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, este momento da votação dos vetos é o momento em que, de fato, se expressam as diversas opiniões políticas e ideológicas sobre o momento que estamos vivendo.

Eu estou ouvindo todas as inscrições até este momento com atenção e me estranhou muito — de fato, muito — os Líderes da Oposição, do DEM e do PSDB em particular, falarem em nome dos trabalhadores. Ora, precisam se responsabilizar pelo que já fizeram no Brasil e pelas atitudes que têm hoje. Querem, inclusive, declarar que passei no plenário um pedido de urgência dos Líderes para votação da contribuição sobre grandes fortunas para a saúde, e o DEM se recusou a assinar a urgência desse tema.

Ora, como falar em nome dos trabalhadores se a progressividade para taxação de grandes fortunas não tem a concordância do DEM? Com que autoridade política se agride e se tenta desqualificar um governo legitimamente eleito, falando, em nome dos trabalhadores? O Governo Fernando Henrique desempregou, congelou renda, aumentou inflação e aumentou juros desesperadamente.

É bom que se diga que eu aqui coordenei e fui autora de uma emenda que regulamentava os juros de 12% que estão na Constituição. Pois o ex-Presidente Fernando Henrique, quando Ministro, entrou pessoalmente para impedir a vitória dessa emenda. Portanto, não há autoridade política desses partidos para falarem em nome dos trabalhadores.

Quero aqui dizer que, com relação a esses vetos, o PCdoB atuará pela manutenção dos vetos, exceto sobre um, em que nós vamos liberar a bancada —. e eu pessoalmente votarei pela sua derrubada —, que é o projeto das 30 horas dos psicólogos. (*Palmas nas galerias.*) Nós participamos do acordo, construímos o acordo e vamos mantê-lo, porque temos a convicção da importância dessa categoria, da mesma forma como aqui defendemos as 30 horas da enfermagem.

Mas, no restante, quero aqui destacar a questão da correção da tabela do Imposto de Renda e destacar também a questão que trata da regulamentação da empregada doméstica, para o qual há um veto. A bancada acompanhará a matéria, porque quer votar a regulamentação dessa profissão, mais ampla e mais completa, de acordo com as entidades que aqui representaram esse contingente de 6 milhões de trabalhadoras e que apoiam a emenda que está na pauta.

Sobre a tabela do Imposto de Renda, eu não estou aqui discutindo, e a bancada não discute, o tamanho da economia com a medida provisória. O que nós estamos discutindo é o conceito da progressividade. Chegamos a propor que houvesse mais uma linha de progressividade para aqueles que ganham acima de 50 mil, que deveriam ter uma correção ainda menor, porque nós não podemos imaginar que Deputados e Senadores, que ganham subsídio em torno de 30 mil reais, tenham a mesma correção de quem ganha 2 mil reais neste País.

O conceito da progressividade é correto. Mesmo que o Governo economize muito pouco, nós precisamos garantir o conceito da progressividade. Portanto, a medida provisória é correta; valoriza quem ganha menos com uma correção maior e, progressivamente, corrige com a menor os maiores salários.

Portanto, o PCdoB comprehende que é correta a medida e votará pela manutenção do voto, pela aprovação da medida provisória que está tramitando no Congresso Nacional.

Por fim, Sr. Presidente, estranho também que alguns Líderes da Oposição, Senadores respeitáveis, como o Senador Aloysio Nunes, que ontem se expressou no plenário do Senado Federal, tenham dito que vão sangrar o Governo até o fim. Isso é compromisso com quem? Estranha-me que um Senador que na ditadura sofreu se avolume no discurso de enfrentar o Governo não sobre as matérias fundamentais em debate no Brasil, mas pense em sangrar o Governo que tem a responsabilidade de comandar a política brasileira. Isso não é responsável diante da sociedade brasileira.

Quero, por fim, fazer uma intensa crítica àqueles que ao mesmo tempo defendem o Estado Democrático de Direito, como eu defendo, para investigação dos Parlamentares e apoiam a ruptura com o Governo, apoiando posições de ruptura democrática em relação ao mandato de Dilma Rousseff, eleita pelo voto popular.

Dois pesos e duas medidas, não. Rito e Estado Democrático de Direito para todos. Ninguém está condenado até ser investigado e ninguém pode propor interrupção da soberania popular do voto de um Governo legitimamente eleito, no qual não há nenhuma comprovação de envolvimento com os malfeitos no Brasil.

Portanto, o PCdoB, que viveu a clandestinidade por mais de 40 anos, que tem o valor da democracia na sua essência, jamais poderá apoiar a ruptura do Estado Democrático de Direito, a soberania popular do voto ou discursos que não tenham a responsabilidade de manter uma política de avanço para o Brasil.

Debatamos os conteúdos das medidas, mas jamais poderemos fragilizar um governo por fragilizar, em nome de algo que certamente contribuirá para a ruptura democrática no Brasil.

Obrigada, Presidente.

Essa é a bancada do PCdoB, aqui representada por esta intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PDSB-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero manifestar meu profundo repúdio à tentativa do Governo de causar uma divisão na sociedade brasileira com a Medida Provisória nº 670, que estabelece a correção da tabela do Imposto de Renda.

Como diz um ditado popular, a emenda saiu pior que o soneto. O Governo insiste na equivocada política de continuar a causar distorções na economia brasileira. Nós chegamos ao atual colapso econômico justamente por causa de distorções desse tipo, com intervenções e manipulações de índices e contas públicas.

Estou perplexo, Sr. Presidente, com essa solução torta do Governo de querer diferenciar a correção da tabela do Imposto de Renda para os contribuintes. Isso viola o princípio de isonomia tributária, ou seja, de igualdade entre os contribuintes.

A verdadeira correção deve ser baseada nos índices de inflação vigentes no País, conhecidos e reconhecidos pelo próprio Governo.

Nos Governos Lula e Dilma, a inflação acumulada chega a 99%. No índice medido pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, a defasagem já ultrapassa 30% nesse período. Eu acabei de ouvir um governista dizer que a culpa é do Fernando Henrique Cardoso. Toda a culpa por esse desastre na economia brasileira nos Governos Lula e Dilma é do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Enganados estão eles!

Com essa medida torta, o Governo passa a mensagem de que a inflação não afeta toda a população brasileira. O poder de compra de todos os brasileiros está sendo corroído pela inflação, que chega a 8% neste ano de 2015. Eu acredito que ela venha a ultrapassar esses 8%, lamentavelmente.

A Medida Provisória nº 670, de 2015, Sr. Presidente, causa mais distorções no atual sistema tributário brasileiro. O trabalhador prejudicado — e, para o Governo, a inflação não o atinge — terá pleno sucesso se recorrer ao Judiciário.

A Presidente Dilma está criando mais um esqueleto para o Judiciário resolver. E aqui eu deixo claro que qualquer contribuinte que ingressar no Poder Judiciário para pedir a correção dessa tabela evidentemente terá sucesso. Eu não tenho dúvida disso. Lamento profundamente, mas essa medida deve ser sumariamente rejeitada por este Parlamento.

Sr. Presidente Renan Calheiros, gostaria que V.Exa. — e isso me deixaria muito contente — tomasse aquela mesma decisão sobre a Medida Provisória nº 669, de 2015, que trata da desoneração da folha de pagamento, e rejeitasse, devolvesse a Medida Provisória nº 670, de 2015, ao Governo Federal, que gasta muito e gasta mal! O que o Governo tem que fazer é equilibrar as suas contas públicas e combater essa maldita corrupção que campeia pelos quatro cantos deste País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, temos hoje uma pauta muito extensa de vetos presidenciais, mas quero, neste instante, em primeiro lugar, celebrar a construção do entendimento que levou à aprovação da Resolução nº 1, que criou regras para a votação dos vetos presidenciais.

A partir da sessão em curso, poderemos destacar alguns dos vetos para que haja uma discussão específica sobre determinados temas de maior relevância para a sociedade brasileira. Entre os itens da pauta, indiscutivelmente, o reajuste da tabela do Imposto de Renda é um dos mais relevantes.

E aqui cada um dos que representam o povo, ou pelo menos em campanha prometem representar o povo, farão duas escolhas: aumentar a carga tributária do povo brasileiro, das pessoas, fazendo com que paguem mais impostos, ou preservar minimamente aquilo que já foi registrado pelos dados oficiais da inflação, que já é maior do que os 6,5%, porque o acumulado dos últimos 12 meses já projeta uma inflação beirando 8%.

O contribuinte já tem na sua vida o leão da Receita Federal. Eu não quero acreditar que os Deputados e os Senadores que, em campanha eleitoral, pedem voto prometendo e jurando de pé juntos que farão aqui a defesa do nosso povo vão se converter, em homenagem à nossa fauna, Senador Aloysio, em onças-pintadas.

A Receita Federal tem um leão voraz, arrecadador, e, hoje, quem votar pela manutenção do voto presidencial estará se convertendo em onças-pintadas, mordendo ainda mais um pedaço do salário do trabalhador brasileiro, porque é isso que está em jogo.

Nós, da Oposição do Brasil, não pactuaremos com o acordo que foi firmado, ontem, entre o Governo, representado pelo Ministro da Fazenda, e a base governista. Essa base tem que olhar para o povo brasileiro, chegar ao seu local de trabalho, em seus ambientes de convivência social, e ter a coragem de olhar para cada

um e dizer: "Eu aumentei o seu Imposto de Renda, eu me converti em uma onça-pintada, que se somou ao leão da Receita Federal, para tirar ainda mais dessa gente sofrida, que não aguenta mais pagar impostos".

É essa a discussão. A base do Governo vem com sua retórica cansada de que a Oposição quer quebrar o Brasil. Não, não é a Oposição que quer quebrar o Brasil. O Governo já quebrou o País, em razão da irresponsabilidade fiscal, da incompetência, da incapacidade gerencial da Presidente Dilma Rousseff, que quebrou o País, e, agora, depois de ter quebrado a nossa Nação, chama o povo brasileiro para pagar ainda mais impostos.

O mínimo que este Congresso Nacional poderia fazer para representar o nosso povo — é o mínimo que se pede — é derrubar o veto, para que, com o veto derrubado, prevaleça o reajuste de 6,5% na tabela do Imposto de Renda, que não é mais sequer a inflação dos últimos 12 meses, uma vez que essa inflação acumulada já chegou a quase 8%.

Depois, vão para as ruas explicar ao contribuinte que estamos aumentando aqui a carga tributária, porque o acordo que foi feito ontem e que, repito e insisto, não terá o apoio...

(Interrupção do som.)

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Para encerrar, Senador.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Só mais um instante para concluir.

O acordo firmado ontem não terá o apoio da Oposição por várias razões. A primeira e principal delas é porque estamos aqui mantendo a nossa coerência. O que nós dizemos em campanha eleitoral nós praticamos no dia a dia da nossa atuação parlamentar. Não somos como os outros que prometem uma coisa, juram de pés juntos fazer em uma direção e, ao assumirem o exercício do mandato, fazem em direção diametralmente oposta.

O PSDB tem compromisso com aquilo que é dito na campanha eleitoral. E o nosso candidato a Presidente, Aécio Neves, garantiu em campanha que, se fôssemos Governo, nós iríamos reajustar a tabela do Imposto de Renda repondo pelo menos a inflação do período. É o mínimo que esta Casa pode fazer em respeito e em defesa do povo brasileiro.

Além do mais, não vamos pactuar com um ajuste fiscal que olha apenas para o lado da Receita. Um governo voraz, um governo perdulário, um governo que não cansa de gastar mal e de forma irresponsável, de aparelhar o Estado, não tomou uma só providência no campo da despesa, diminuindo sua estrutura, reduzindo seus cargos comissionados. Não, não fez nada, absolutamente nada para diminuir o tamanho exagerado desse Estado aparelhado politicamente por um partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Para encerrar, Senador.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Vou encerrar. Ao contrário, chama as pessoas para pagar mais impostos, chama o contribuinte para tentar pagar o rombo.

Temos agora voto aberto nos vetos presidenciais. O contribuinte, a sociedade, o povo brasileiro vai poder ver quem daqui deste Congresso defendeu os seus interesses ou mais uma vez contribuiu para este Governo incompetente que não cansa de sangrar a sociedade brasileira.

É um governo que vem sangrando a sociedade brasileira, mas nós vamos estancar essa sangria.

*Durante o discurso do Sr. Cássio Cunha Lima, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, por 5 minutos.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Governo vem tendo dias difíceis, e eu não tenho dúvida de que a culpa desses dias difíceis é dele mesmo. Vêm os governistas aqui discursar ainda falando sobre 12 anos atrás do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ora, esse Governo do PT já tem 12 anos. Se o Governo era tão ruim, por que não consertaram as coisas nesses 12 anos?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nós vimos ontem, na CPI da PETROBRAS, aqui na Câmara dos Deputados, uma total devastação sobre o *modus operandi*, sobre como o PT agia ou age na PETROBRAS. Esse *modus operandi* foi citado pelo Sr. Pedro Barusco, um dos operadores e beneficiários, que disse com todas as letras que o dinheiro da corrupção foi para a campanha da Presidente Dilma, em 2010, arrecadado pelo Sr. João Vaccari, arrecadado pelo Sr. Renato Duque, ex-diretor da PETROBRAS.

Nós entendemos que essa situação precisa ser resolvida de uma vez por todas. A Presidente vem colhendo os frutos. Não pode sair às ruas que é vaiada. Foi vaiada ontem em São Paulo, não pela tal da elite branca, como os governistas dizem, mas por carpinteiros, por pessoas do povo que estavam trabalhando numa exposição.

Sr. Presidente, precisamos apurar o que acontece no BNDES, de onde o Governo capta recursos na taxa SELIC para emprestar na TJLP. Há um *gap* aí de mais de 6% de juros que esse Governo vem dando de presente para fazer obras em Cuba, em países bolivarianos da América do Sul e na África. Enquanto nós estamos precisando de infraestrutura, ela está sendo financiada pelo povo brasileiro em países onde eles decidem e para onde levam as empreiteiras.

Vamos passar definitivamente o Brasil a limpo! Não podemos continuar dessa forma, com mentiras na campanha, praticando um verdadeiro estelionato eleitoral.

A PETROBRAS precisa ser recuperada. Precisamos recuperar o orgulho de termos uma empresa como a PETROBRAS. Precisamos recuperar também a ELETROBRAS. Por acaso, as duas empresas nasceram na mesma época, com Getúlio Vargas. Agora, a Presidente vem com um tarifaço de energia, um tarifaço de gasolina. Enquanto a PETROBRAS, lá no Paraguai, baixa o preço da gasolina, no Brasil ela eleva esse preço. A gasolina brasileira talvez seja a mais cara do planeta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, vamos derrubar o veto ao projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda e dar uma contribuição ao já combalido contribuinte brasileiro.

Esse Governo tira os recursos do povo como se fosse confisco, porque a tributação está muito elevada. Qualquer percentual abaixo de 6,5% é confisco, é aumento de carga tributária no bolso do contribuinte brasileiro.

Não podemos permitir que esse Governo tente fazer acordo, dando desconto maior aos que não pagam Imposto de Renda. Nós queremos que o desconto de 6,5% seja dado ao contribuinte assalariado, que recebe salário e tem que deixar nos cofres da União automaticamente 27,5% e 15%.

Conclamo todos os Congressistas a votar “não” ao veto. O resultado desse painel vai mostrar quem está a favor e quem está contra o contribuinte brasileiro. O nosso partido vai dizer “não”, porque nós queremos derrubar esse veto ao projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Nós vamos suspender a sessão do Congresso Nacional para que possamos abrir a sessão da Câmara. Retomaremos em seguida a nossa sessão.

Está suspensa a sessão do Congresso. (*Pausa*.)

(*Suspensa às 13 horas e 59 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 4 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Está reaberta a sessão do Congresso Nacional.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra V.Exa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma indagação: as reuniões das Comissões ficam suspensas ou vão funcionar paralelamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – As reuniões das Comissões permanecem suspensas, pois nós estamos em processo de votação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI) – Enquanto houver sessão do Congresso elas estão suspensas?

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Estão suspensas.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma retificação no meu voto. Gostaria de pedir a V.Exa., orientado aqui pela Assessoria da Casa, que o meu voto fosse retirado, computado pela Mesa, para apresentação de um novo voto, imediatamente em seguida, porque houve um erro em um dos pontos do voto.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – V.Exa. tem esse direito.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSB-RJ) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – V.Exa. vai encaminhar o voto à Mesa?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSB-RJ) – Não. Sobre o meu voto, que já foi encaminhado, vai ser feita uma retificação para que ele seja retirado. Imediatamente eu vou depositar um novo voto. O.k.?

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP) – Sr. Presidente...

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA) – Quero que me assegure a palavra, Sr. Presidente. Ou então que me retome o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Está garantida a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. S.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui hoje votando vetos da Sra. Presidente da República. Que vetos são esses? Quais os vetos que são importantes?

O primeiro deles é que a Presidente insiste em aumentar a quantidade de dinheiro que ela tira do bolso do povo para desperdiçar no Governo. Eu estou abismado!

Retornando ao Parlamento, eu vejo que não há a presença do Governo, seja no plenário, seja nas Comissões, para tentar limitar os gastos. O Governo não limita os gastos.

Por outro lado, o Governo mete a mão no bolso dos homens e na bolsa das mulheres, tomado, saqueando o dinheiro das famílias. Não existe dinheiro do Governo, não existe dinheiro público, só existe dinheiro do bolso do cidadão ou da bolsa da cidadã.

Esse é um Governo que diz que gasta mais do que arrecada, e só quer arrecadar mais. Aumentou o imposto da gasolina, e o povo já não pode mais abastecer os carros e as motos. Aumentou a tarifa da energia elétrica. E agora chega ao requinte de querer retirar famílias de um programa que nós criamos — eu fui o Relator, ainda no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quero falar especialmente para as famílias mais pobres que são beneficiadas pelo Programa Baixa Renda — seja no Nordeste, seja no Sul, seja no Sudeste — e que têm tarifa de energia elétrica mais barata.

O Governo da Presidente Dilma está agora resolvendo retirar do programa 5 milhões de famílias. São 5 milhões de famílias que vão pagar mais pela energia elétrica para cobrir o rombo provocado pelo Governo.

No Imposto de Renda é a mesma coisa. Não corrigir a tabela do Imposto de Renda de acordo com a inflação significa tomar mais dinheiro do bolso de quem trabalha e paga Imposto de Renda.

Ora, Sr. Presidente, a Câmara e o Senado juntos poderiam aproveitar a oportunidade e derrubar o veto de S.Exa., a Presidente da República, no que se refere ao Imposto de Renda. Poderíamos também derrubar o veto da Presidente no que se refere ao fechamento de indústrias no Nordeste, particularmente na Bahia — SIBRA, USIBA, FERBASA e BRASKEM —, em Pernambuco e no Ceará também. E em Alagoas, Estado do Presidente do Senado, querem fechar a indústria química. A Presidente vetou a decisão tomada pela Câmara e pelo Senado de prorrogar os contratos das empresas siderúrgicas, químicas e petroquímicas do Nordeste.

O Senador Fernando Coelho destacou esse veto para nós o votarmos separadamente. E faço um apelo aos Deputados: eu gostaria de ter o apoio de V.Exas. para derrubar também esse veto, além de derrubar o veto ao projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra o Deputado Chico Alencar. V.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, servidores da Casa, falar aqui é uma disputa dura, difícil até para quem está nessa condição privilegiada de Líder, que é temporária. Mas vamos lá.

Nós já colocamos a nossa posição aqui, através dos Deputados Edmilson Rodrigues e Ivan Valente, e será também a do Senador Randolfe Rodrigues, em relação à rejeição do veto às 30 horas para os psicólogos, até porque a garantia disso já é a de algo que vem com atraso e defasado da realidade. Sessenta e cinco por cento da categoria já praticam as 30 horas, o que é essencial para a boa prestação do serviço. (*Palmas*.)

Nós aqui vivemos um universo bem complicado psicologicamente nesse mundo da política e sabemos como cuidar das nossas cabecinhas; é trabalhoso e exige dos profissionais da área muita serenidade, profundidade, estudo. Eu o assemelharia, sem grande conhecimento de causa, às tarefas do magistério, que exige também muito mais do que as horas-aula, e, sim, a preparação, o tempo, inclusive para a correção de trabalhos, de provas, etc.

Portanto, pelas 30 horas semanais, tenho convicção de que o veto será derrubado (*palmas*), assim como aquele de justiça elementar. Basta olhar os números da inflação e da correção da tabela do Imposto de Renda em 6,5%. Vamos discutir em outro momento a medida provisória que o Governo editou ontem, inclusive a partir do princípio, que em tese é correto, da progressividade.

Também consideramos que o veto em relação à redução de encargos para empregados, empregadas e empregadores domésticos atendem a uma dimensão das atividades econômicas no Brasil, que ganham cada vez mais racionalidade e que precisam ter esse elemento, considerando a sua fragilidade, para que não haja desemprego nesse setor e para que o trabalhador não seja, como sempre, gravado além das suas possibilidades.

Por fim, Sr. Presidente, é preciso que falemos dessa conjuntura a partir de algo que muitas vezes não chega ao Parlamento: a dor daqueles que veem subtraídos os seus empregos, as suas condições de vida, a sua própria dignidade.

Eu me refiro à ponta oposta de um Pedro Barusco, que veio aqui confessar os milhões que roubou em conluio com os sistemas políticos de partidos e de campanhas. Ele enfatizou aqui o caráter sistêmico da cor-

rupção que pratica desde 1997; começou a partir de 2003 ou 2004 — ele não tem boa recordação. Claro que Vaccari Neto virá aqui também para explicar a parte que lhe coube nesse latifúndio podre, e assim todos os que estiverem envolvidos, de qualquer partido, em qualquer dimensão.

Ou lancetamos esse tumor, ou o País apodrecerá de vez. O financiamento empresarial das campanhas está no coração dessa corrupção sistêmica.

Mas quero falar de trabalhadores, quase sempre esquecidos aqui: são os trabalhadores do COMPERJ, no Rio de Janeiro; são os trabalhadores da Abreu e Lima, em Ipojuca, Pernambuco; são os trabalhadores de Maragogipe, na Bahia; são os trabalhadores do polo naval de Rio Grande, no Rio Grande do Sul — eram 24 mil, há poucos anos, e agora estão reduzidos a 7 mil. Trata-se da demissão de milhares, muitas vezes em apenas 1 mês, e gente lançada ao desencanto, à dor, ao desespero, sem ter a quem recorrer. Essa é a contraface mais sombria e perversa do escândalo da PETROBRAS, porque as empreiteiras corruptas e corruptoras, os prestadores de serviços, várias empresas, estão saindo, falindo, deixando de operar. Isso — a corda arrebenta sempre do lado mais fraco — afeta profundamente esses trabalhadores.

Portanto, Sr. Presidente, vamos às ruas, sim, mas com pautas: pauta da reforma política que dissocie o público do privado; pauta da reforma agrária num Brasil de grande concentração de terras; pauta da reforma das cidades, pelo direito à moradia; pauta da auditoria da dívida; pauta da luta contra os preconceitos, porque contra a corrupção todos são, até os corruptos, como sabemos. Agora, ou se tem uma pauta definida, e o País avança, ou vai ser apenas um grito parado no ar. Vamos à luta!

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) — Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Beto Mansur, quero só registrar a presença no plenário do nosso Deputado Estadual Diógenes Basegio, gaúcho, que já foi Deputado desta Casa e hoje está no segundo mandato como Deputado Estadual e é o Líder da bancada do PDT na Assembleia Legislativa. Junto com ele está o Deputado Gerson Burmann, que está no quarto mandato de Deputado Estadual do Rio Grande do Sul e hoje é o Secretário de Obras, Saneamento e Habitação do Estado do Rio Grande do Sul. Eles estão nos visitando, e estou registrando a presença dessas duas lideranças gaúchas na Casa.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) — É sempre um prazer muito grande receber lideranças gaúchas aqui na sessão do Congresso Nacional.

Eu vou aguardar mais 10 minutos para encerrar a votação dos vetos presidenciais.

**O SR. ZÉ GERALDO** — Só para dar como lido meu pronunciamento, Sr. Presidente, enquanto vai à tribuna a colega Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) — Pois não.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o pronunciamento que faço é exatamente sobre a importância dessas duas matérias, os vetos e, com certeza, a votação do Orçamento, porque o Brasil precisa de recursos para tocar as obras.

Eu peço a V.Exa. que receba como lido e autorize a ampla divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) — Está recebido como lido.

## SEGUE, NA ÍNTegra, O PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, Líderes dos Partidos e o Governo Federal fecharam nesta terça-feira, 10 de março, um acordo para a correção da tabela do Imposto de Renda e prioridade para a votação do Orçamento de 2015.

Depois de reuniões entre Líderes partidários na Câmara e no Senado, foi definido que o reajuste da tabela será encaminhado ao Congresso por meio de medida provisória prevendo uma correção escalonada.

É com pesar que ressalto a postura desconectada da realidade que vem sendo adotada pela Oposição, que se mantém trabalhando para o “quanto pior melhor” e não apoia a medida. Além disso, contava com a derrubada do veto presidencial.

O maior reajuste, de 6,5%, será para a primeira — isenta — e a segunda faixa de renda, em que estão as pessoas que ganham menos. A terceira faixa terá reajuste de 5,5%; a quarta, de 5%; e a quinta, de 4,5%.

Sras. Deputadas, Sras. Deputados, o impacto do reajuste da tabela do Imposto de Renda nas contas do Governo será de mais de R\$6 bilhões, e é fundamental que se divulgue que cerca de 25 milhões de brasileiros serão beneficiados com essa medida.

Estou muito confiante na manutenção do voto da Presidente Dilma Rousseff ao projeto que reajusta em 6,5% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. O voto está na pauta da sessão do Congresso desta quarta-feira, dia 11 de março.

Sr. Presidente, finalizo parabenizando o Governo e as Lideranças que participaram do acordo tanto para a aprovação da correção da tabela do Imposto de Renda quanto para a fundamental aprovação do Orçamento de 2015. Nossa prioridade máxima na sessão do Congresso de hoje será limpar a pauta dos vetos e votar em seguida o necessário Orçamento para 2015, que viabilizará a manutenção do bom andamento das instituições públicas no Brasil.

Sr. Presidente, o Orçamento de 2015 já tinha que ter sido votado no fim do ano passado. Ou seja, sua aprovação está atrasada, o que atrapalha o Brasil. O Governo da Presidenta Dilma e o povo brasileiro estão sendo prejudicados com esse atraso. Inúmeras obras de relevância no meu Estado do Pará e em todo o Brasil dependem da aprovação do Orçamento.

Vamos aprovar as fundamentais medidas de interesse da nossa Nação. Parabéns à Presidenta Dilma e ao Congresso Nacional que, estou convencido, aprovarão hoje tanto o Orçamento de 2015 quanto a correção da tabela do Imposto de Renda.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto, pelo tempo de 5 minutos.

**A SR<sup>a</sup> CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Beto Mansur, que preside esta sessão do Congresso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, falar neste momento em que todas as nossas cédulas já estão praticamente depositadas, em que nós estamos apreciando 323 vetos presidenciais não é fácil. Por que não é fácil? Porque o voto já está sendo depositado — mas é o rito da Casa e vamos respeitá-lo.

Mas aqui eu quero, Sr. Presidente, destacar em especial quatro vetos. Primeiro, o voto da jornada de trabalho dos psicólogos. (*Palmas nas galerias.*) Profissionais esses que compõem a equipe de saúde, tanto nas unidades básicas de saúde quanto na rede hospitalar e no serviço privado.

Nós do setor da saúde, Sr. Presidente, estamos sofrendo a cada dia com dificuldades nas estruturas públicas e privadas, com dificuldades impostas pela falta de recursos financeiros para garantirmos aquilo que está na lei. A sobrecarga e o trabalho excessivo, associados à falta de condições, fazem com que sejamos obrigados a fazer uma grande reflexão no setor saúde.

Espero e desejo que tenhamos conseguido derrubar esse voto presidencial. Em que pese, graças a Deus, estar destacado, poderemos, num segundo momento, discuti-lo novamente.

Mas aqui quero registrar a vitória que representou a aprovação desse projeto de lei dos psicólogos, assim como dos assistentes sociais. Mas temos uma grande caminhada. Precisamos definir jornada de trabalho para todos os profissionais da área da saúde. Precisamos ter uma jornada de trabalho isonômica para todos os profissionais da saúde, igualitária; senão vai ficar muito difícil trabalhar e atuar nas ações de serviços de saúde.

E aqui quero registrar a jornada de 30 horas da minha categoria de enfermeiros. Nós tínhamos o compromisso da então candidata à Presidência da República, no mandato passado, de garantir a aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, não só a sua tramitação e a sua aprovação, mas os meios necessários, que são os recursos financeiros para podermos fazer frente às 30 horas.

Portanto, somos pela derrubada do voto presidencial à jornada de 30 horas semanais dos nossos psicólogos.

O segundo voto que eu quero destacar, Sr. Presidente, é o Veto nº 33, que trata da doação de ônibus para o transporte coletivo.

Por mais que o Governo Federal tenha o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, é fundamental que os veículos de transporte coletivo apreendidos pela fiscalização aduaneira sejam doados, sim, aos Municípios, para serem adequados e liberados para o transporte escolar, porque nós precisamos cada vez mais de veículos adequados ao transporte de nossos estudantes.

Outro voto trata do emplacamento das máquinas agrícolas. Sras. e Srs. Deputados e Senadores, é inadmissível exigirmos que uma colheitadeira ou um trator que está lá em uma propriedade a quilômetros de distância dos centros urbanos tenham necessidade de ser emplacados.

É para receber mais tributos? É para dificultar o processo? Porque uma máquina agrícola não passa da substituição da tração animal que nós tínhamos alguns anos atrás ou de uma enxada motorizada. Portanto, precisamos também derrubar esse voto presidencial.

Por último, Sr. Presidente, há o voto ao projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda. Não aguentamos mais a carga tributária. A tabela do Imposto de Renda já está muito defasada. Portanto, “não” a esse voto presidencial também, Sr. Presidente.

Do conjunto de 323 vetos, como eu disse no início, consegui destacar e falar rapidamente sobre quatro. Precisamos ter uma rotina mais intensa de apreciação de vetos nesta Casa para podermos, com mais propriedade, falar sobre todos os vetos presidenciais e desta tribuna garantir a sua derrubada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS) – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra por 1 minuto? Sei que a sessão vai se encerrar e que o Deputado Sibá Machado vai fazer uma Comunicação de Liderança, mas gostaria de ter 1 minuto para fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 1 minuto.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que o PDT tem posição firmada sobre a questão dos vetos e, entre eles, há três que gostaríamos de destacar.

O primeiro deles é o que trata da jornada de trabalho dos psicólogos, da qual não abrimos mão. Vamos votar pela derrubada do voto.

O segundo refere-se aos empregados domésticos. Sr. Presidente, não há como — e falo aqui em meu nome — consentir que os empregados domésticos paguem 8% e o patrão 12%. Não há como consentir isso.

Então, nós vamos votar em favor dos empregados domésticos, valorizando-os de forma decente.

O outro voto, para concluir, Sr. Presidente, é o que recai sobre o projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda. Nós somos a favor de que o percentual do reajuste seja elevado. Então, nós somos contra o voto. Mas há um acordo com o Governo, que vai editar uma medida provisória. Cumprido esse acordo, nós vamos saber respeitá-lo, porque aí nós estaremos construindo uma saída, especialmente para os que têm um salário menor, que terão que pagar menos Imposto de Renda. Os que têm um salário maior até podem pagar mais Imposto de Renda.

Essa é a posição do PDT e do Deputado Pompeo de Mattos.

Falamos isso, Sr. Presidente, com muita convicção. Temos respeito pelo Governo, mas eu tenho respeito pelo cidadão, pela população gaúcha e pela população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Está feito o registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Nós vamos aguardar mais 5 minutos e encerraremos a votação dos vetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra o Deputado Sibá Machado. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente a forma como alguns Líderes da Oposição vieram à tribuna de hoje tratar dos vetos, especialmente no que diz respeito ao voto que corrige a tabela do Imposto de Renda, que foi votada no ano passado por emenda do DEM. Agora, segundo entendimento feito com muitos partidos desta Casa, deve-se fazer uma tabela de progressão. As pessoas que ganham menos pagam menos Imposto de Renda, e as pessoas que ganham mais pagam mais. Essa é a coisa mais tranquila, mais lúcida que se pode entender para uma regra como essa.

Mas não posso concordar, Sr. Presidente, com alguns argumentos que venham desvirtuar a verdade, a realidade, os números, os dados. Eu não sei que palavra usar quanto a isso.

Por exemplo, ouvi um Líder dizendo que não se pode fazer progressão da tabela do Imposto de Renda. Sobre isso, quero ler o seguinte trecho da Constituição Federal brasileira, art. 145, § 1º, que diz:

*“§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte (...)”*

Está na Constituição Federal de 1988. Pode! Já está escrito! Como é que um Líder vem à tribuna dizer que não pode? Com isso quer dizer que esta Casa é o quê? Pelo amor de Deus!

Muito bem, Sr. Presidente, também o art. 153, § 2º, diz que o imposto incidente sobre a renda e proventos de qualquer natureza atenderá a critérios de generalidade, sem distinção entre os diferentes tipos de renda ou proventos; de universalidade, sem distinção entre os contribuintes, em termos de idade, sexo, raça, nacionalidade, etc.; e de progressividade, quando a incidência do imposto crescerá mais que proporcionalmente quanto maior for a renda ou provento do contribuinte. É isso que está na nossa Constituição Federal.

Eu queria lembrar ainda, Sr. Presidente, que, durante o Governo dos tucanos, para a correção da tabela progressiva, o número de alíquotas do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica e seu valor estiveram enquadrados dentro das recomendações de quem? Do FMI e do Banco Mundial. Essas organizações multilaterais preconizavam uma tributação o mais neutra, o mais branda possível, sem a progressividade. Isso seria — na visão do Banco Mundial, do FMI e dos tucanos — um estímulo para que os ricos do Brasil, que já ganhavam muito, pagassem menos impostos, para poderem, assim, investir... Observem a diferença dos argumentos!

Então, é preciso falar a verdade. É preciso vir à tribuna? Tudo bem: há disputa política, há disputa ideológica, há tudo isso, mas é preciso falar a verdade. E essa é a verdade.

A progressividade está posta na Constituição Federal. Havia, sim, a política de orientação do Fundo Monetário Internacional no sentido de que, no Brasil, a progressividade não valeria para os mais ricos, porque teriam eles que pagar menos impostos e, assim, poderem investir.

Vamos falar sobre outra tabela: essa aqui, agora, da Receita Federal, sobre a carga tributária sobre a renda, o lucro e o ganho de capital no Brasil, que faz uma comparação com os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE.

Veja o que diz a tabela, Sr. Presidente: a média da OCDE — Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é de 12,2%. No caso da Dinamarca, 29,6% — são dados de 2012 —, enquanto no Brasil a carga tributária é de 6,4%. Observem a diferença! Então, não é verdade, como dizem quando vêm à tribuna, que o Brasil é o País que tem a maior concentração de carga tributária. Sr. Presidente, um discurso como esse quer transformar a população brasileira, afinal de contas, em quê?

Vou acompanhar a decisão da nossa bancada pela manutenção desse veto. Temos que garantir esse veto.

A Medida Provisória nº 670, para cá enviada, à luz da Constituição Federal, determina que os que ganham menos paguem menos impostos; que os que estão na faixa intermediária paguem na faixa intermediária; e que os que ganham mais paguem mais impostos. Essa é a regra da Medida Provisória nº 670, apresentada pela Presidenta Dilma.

Por fim, é preciso ler uma nota — não sei se o Deputado Zarattini vai falar sobre isso. Está aqui uma decisão da SABESP — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, de novo, do Governo do Estado de São Paulo, afirmindo, Presidente, que os ricos, que gastam mais água em São Paulo, vão pagar menos pela água. Está aqui — de novo!

Essas são as verdades, e gostaríamos muito que a Oposição a elas se reportasse na tribuna desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Está encerrada a votação dos vetos. A Mesa determina a apuração.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Vamos passar à votação dos destaques.

## Item 2:

### VETO TOTAL N° 31, DE 2014

Há o Veto Total nº 31, de 2014, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2009 (nº 3.338/2008, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a jornada de trabalho do psicólogo e altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Para encaminhar o Veto Total apostado ao projeto, tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPILCY** (Bloco Apoio Governo/PT-SP. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Prezado Presidente, caros Congressistas, minha posição é a favor da derrubada do veto em relação aos psicólogos. Por quê? Primeiro, porque fui Relatora no Senado e pude aprofundar essa discussão não só com entidades sindicais, mas também porque, pelo próprio exercício da profissão, sei das dificuldades do trabalho do psicólogo, o quanto extenuante, o quanto estressante é.

Esse projeto, originalmente do Deputado Felipe Bornier, previa fixação de jornada semanal de trabalho de 24 horas. O substitutivo aprovado na Câmara, remetido ao Senado, delegava a fixação da jornada aos instrumentos coletivos de trabalho da categoria, bem como a fixação dos percentuais de horas de jornada extraordinária.

O que nós acabamos aprovando no Senado é que a jornada de trabalho de toda a categoria deve ser igual em todo o Brasil, não deve ser diferente em cada região. E, mais que tudo, não pode estar submissa à pressão laboral, porque todos sabemos como isso acaba, e seria muito injusto para com o psicólogo.

Essa é uma profissão que está em permanente relação pessoal, que sofre todas as tensões de um tipo de relação que tem que lidar com os mais diferentes distúrbios psicológicos e familiares, com sofrimento mental, com desorganização psicológica e traumática e com sociopatias diversas. Realmente, a jornada de trabalho atual acaba tendo um peso no estresse, na qualidade do trabalho do psicólogo, e é isso que esse projeto visa preservar.

Quando analisamos o veto da Sra. Presidente, ele era baseado numa questão de Orçamento, principalmente no que recai sobre os Municípios. Isso, se você for pensar no custo-benefício, não vale a pena, porque o que se vai economizar num psicólogo com uma jornada mais tranquila, com uma capacidade de abstração

e com foco no paciente — e isso só se consegue se se está com uma disposição adequada e não tenso, estressado e completamente atrapalhado consigo mesmo, porque o estresse leva muitas vezes a isso —, vai se ter um resultado muito melhor do que o que se gasta com uma pessoa numa condição de qualidade de trabalho ruim. Quer dizer, mesmo os pacientes que você vai ajudar vão ficar piores e vai haver mais postos de saúde tendo que lidar com depressão, suicídio e coisas tais.

Outra ponderação a favor da jornada de trabalho mais curta para o psicólogo é a de que isso já existe em algumas cidades. Ninguém está inventando a roda ou tentando ver se vai dar certo ou errado. Por exemplo, no meu Estado, São Paulo, e no Estado do Rio de Janeiro já existe uma legislação estadual. E as cidades de Osasco, Guarulhos e Assis também aprovaram leis municipais que estabelecem a jornada de 30 horas para os psicólogos dos seus quadros.

Agora, passado um tempinho, o melhor é que o resultado foi um ganho de produtividade. A resposta dos psicólogos é a de que esse tempo a mais está sendo gasto na melhoria da sua formação, um investimento.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço aos caros Congressistas que avaliem bem. Essa não é uma profissão igual a qualquer outra. É uma profissão que não só lida com o cansaço da pessoa, mas tem um impacto na vida de outras pessoas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

*Durante o discurso da Sra Marta Suplicy, o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado Ivan Valente; depois, falará o Senador Aloysio Nunes.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, seria muito importante que pudéssemos discutir amplamente com o Congresso Nacional a qualidade da saúde pública no nosso País, o atendimento merecido de saúde que nós deveríamos ter.

Sr. Presidente, eu me lembro perfeitamente que, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, esse projeto foi aprovado por unanimidade por todos os Líderes partidários. (*Palmas.*) Ele passou lá com a defesa de todos os Líderes partidários, nem veio para o plenário.

De repente, nós fomos surpreendidos por um veto presidencial. E a justificativa do veto não se sustenta, porque não é possível, não é justificável que, toda vez que se vota mais direitos, melhor atendimento, qualidade de serviço público para a saúde, alguém vem dizer que isso tem impacto orçamentário. Mas é óbvio que tem impacto orçamentário. O problema é saber qual é o impacto orçamentário e qual é a justeza desse impacto orçamentário, que é pequeno.

Vamos dizer aqui que esse impacto é pequeno, porque, na verdade, o serviço público brasileiro tem muito poucos psicólogos. Não há quase concurso público para psicólogos nos Municípios, nos Estados ou mesmo nos órgãos federais, no Sistema Único de Saúde. É raro isso acontecer. E ganham muito mal por sinal por uma jornada de 40 horas. E, mais do que isso, é preciso ver que o sistema de saúde é recomendação da Organização Mundial da Saúde. Todos os profissionais de saúde e a interdisciplinaridade da saúde e do sistema público mostram a necessidade de se aumentar a qualidade diminuindo a jornada de trabalho para um melhor atendimento. É disso que se trata, da qualificação do atendimento.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um veto que precisa ser derrubado hoje. O que se qualificou como impacto orçamentário é desprezível, porque inclusive não atinge o Orçamento. O setor privado praticamente ignora a existência e a demanda por assistência psicológica. Vários Municípios e muitos Estados tomaram a iniciativa de fazê-lo. Na Grande São Paulo são vários Municípios, em vários Estados também há leis estaduais, há leis municipais. O que nós estamos fazendo aqui é apenas unificando nacionalmente uma proposta (*palmas nas galerias*) e mostrando à sociedade que o atendimento psicológico não é supérfluo. É um direito do cidadão como é o direito à saúde. É dever do Estado e direito do cidadão. Para fazer isso, é necessário melhorar a qualidade do atendimento.

Eu nem preciso falar, e já falei tantas vezes aqui o que de verdade tem impacto orçamentário. O que tem de fato impacto orçamentário, e não se discute aqui, no Congresso Nacional, são os 300 milhões dedicados só a juros — está lá no Orçamento —, fora as amortizações. O que não se discute aqui é sonegação fiscal. O que não se discute aqui é por que desoneram tanto setores que não deveriam ser desonerados. Agora estão cortando as desonerações, porque há o ajuste.

O Governo quer ajustar 18 bilhões de reais em cima dos trabalhadores, dos direitos trabalhistas, dos direitos previdenciários, quando, na verdade, só o HSBC diz que tem 7 mil contas de lavagem de dinheiro e evasão de divisas de mais de 20 bilhões. E agora, por causa de alguns milhões aqui, não podemos ter direito à assistência à saúde.

Pela derrubada do veto já! Trinta horas para os psicólogos já! (*Palmas nas galerias.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em seguida, falarão os Deputados José Guimarães e Domingos Sávio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP) – Sr. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o projeto de lei que regulamenta a jornada de trabalho do psicólogo já tem muitos anos de tramitação. De autoria do Deputado Felipe Bornier, ele começa a tramitar na Câmara dos Deputados no ano de 2008, Portanto, faz 7 anos que o Congresso examina essa matéria. Sete anos!

O Deputado Ivan Valente lembrou bem: aqui na Câmara dos Deputados, não houve sequer uma única objeção ao projeto. Nenhuma das alegações que constam das razões do veto da Sra. Presidente da República, nenhuma delas foi levantada durante a tramitação. No Senado, a mesma coisa. Lá a tramitação foi mais rápida e também passou pelas Comissões sem que ninguém levantasse a menor objeção.

Existe um governo — pelo menos suponho que exista um Governo neste País —, existe uma Casa Civil que acompanha a tramitação dos projetos, mas ninguém, ninguém disse nada! De repente, quando o Congresso, por unanimidade, aprova essa matéria, vem a guilhotina do veto.

Nós estamos aqui hoje, Sr. Presidente, discutindo uma matéria que não causa entre nós nenhum conflito partidário. Vejam, acabam de falar Marta Suplicy, Ivan Valente, PT, PSOL, e eu, do PSDB. E eu não quero colocar nisso nenhuma pitada, nada de disputa partidária, mas o reconhecimento de que essa profissão, a profissão de psicólogo, tem especificidades e merece tratamento especial para a sua jornada de trabalho.

Todos nós conhecemos uma sociedade em que os problemas da alma, do espírito e da psique avultam cada vez nos serviços públicos de saúde.

Todos nós sabemos da importância de um profissional bem formado, com anos de estudo, de pesquisa, para cuidar das inúmeras formas de sofrimento psíquico, de ansiedade, de transtornos afetivos, de desorganização psicológica na sequência de traumas.

Todos nós sabemos que essa é uma profissão extremamente estressante e que, para ser bem exercida, precisa de um mínimo de tempo para a reposição de energias físicas e mentais do profissional. (*Palmas nas galerias.*)

Por mais que a formação do psicólogo preconize um certo distanciamento no exercício da terapia, por mais que o psicólogo esteja formado nos cânones do exercício profissional, é inevitável que esse contato próximo, esse contato íntimo leve a um desgaste excepcional. Daí o reconhecimento da necessidade de uma jornada de trabalho reduzida, não em benefício do psicólogo, mas da saúde mental daqueles que procuram os serviços do psicólogo nos inumeráveis ambulatórios, nos Centros de Aperfeiçoamento em Psicologia Escolar — CAPEs, nos hospitais. Quantos não são os psicólogos que atendem pacientes nos hospitais para ajudá-los a superar os traumas, para ajudar as famílias a superar o drama da morte que se avizinha?

Srs. Deputados, Srs. Senadores, fica mal para o Congresso, depois de deixar tramitar esse projeto com o aplauso unânime de todos, fica muito mal para o Congresso votar pela manutenção do veto.

Por isso a bancada do PSDB do Senado, como já adiantou o nosso Líder, Senador Cássio Cunha Lima, e a bancada da Câmara, nós todos votaremos pela derrubada do veto. Trinta horas para o psicólogo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, toda vez que esta Casa que vai votar uma matéria é importante e sempre bom chamar todos os Srs. e Sras. Parlamentares para o diálogo. Aqueles que sobem à tribuna são os primeiros a não querer dialogar sobre a natureza do veto, são os primeiros a dizer que a matéria foi aprovada por unanimidade e se recusam a integrar, a participar das mesas de negociação.

Quem está falando isso é o Líder do Governo. E, para as psicólogos aqui presentes, não houve, nem no passado recente nem no mais longínquo, um governo que tenha lutado mais para a consolidação do Sistema Único de Saúde do que o Governo da Presidenta Dilma.

Só para o País ter uma ideia, nos Programas da Saúde da Família, nós consolidamos mais de 10 mil empregos de psicólogos. Nos PSFs do Nordeste brasileiro, que não existiam antes de serem criados os núcleos de apoio aos PSFs em cada Estado, estão lá os psicólogos. Foram criados em nosso Governo. Portanto, psicólogos e psicólogas, nós temos compromisso com vocês.

Para garantir o fortalecimento do SUS, nós precisamos tratar bem os psicólogos, os enfermeiros, todos aqueles que são fundamentais para a consolidação do Sistema Único de Saúde. A residência multidisciplinar que nós criamos, por exemplo, e na qual vocês estão presentes, tudo isso nós consolidamos com o objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Qual o problema agora? Nós vamos votar as 30 horas para os psicólogos. E as 30 horas para as outras categorias do Sistema Único de Saúde?

Qual a ideia que nós sugerimos e foi recusada? Sugerimos a ideia de se estabelecer uma mesa de negociação, chamar todos vocês e as demais categorias, como fizemos no Programa Mais Médicos, porque não podemos excluir dessa discussão o impacto disso no setor privado, no setor público, nem nas demais categorias do Sistema Único de Saúde. Por isso é fundamental nós abrirmos o diálogo.

Do ponto de vista do Governo, não há nenhum interesse em não abrir a mesa de negociação, até para discutir o impacto disso. V.Exas. sabem que o maior impacto, Deputado Ivan Valente, não é no Governo Federal, e, sim, nos Governos Estaduais. Temos que chamar os Governos Estaduais e Municipais para dialogar também sobre isso. O problema diz respeito muito menos ao nosso Governo e muito mais aos Governos Estaduais.

Na Casa, virou moda alguns defenderem isso. Não me refiro a V.Exa., porque V.Exa., Deputado Ivan Valente, tem uma coerência, tem uma linha, tem uma diretriz em sua atuação parlamentar no PSOL, mas outros só querem fazer média, não querem resolver o problema. Queremos resolver o problema dos psicólogos, dos enfermeiros, de todos aqueles setores que integram o Sistema Único de Saúde.

Como fica daqui para frente? Cadê a previsão orçamentária? E se entrarmos na discussão jurídica, que eu não vou entrar? E o erro de iniciativa, Deputados da Oposição, é razoável? A iniciativa pode ser do Legislativo? Vamos ter que ter responsabilidade. Prefiro o caminho da negociação, para não prejudicar os psicólogos, do que o faz de conta só para fazer média com a opinião pública e com vocês. Nós queremos resolver o problema de vocês com tempo, com diálogo e com negociação.

É por isso que eu peço a todos os Srs. Congressistas para manter o veto. Vamos abrir a discussão com os psicólogos, com todos aqueles que integram o Sistema Único de Saúde, o setor público e o setor privado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (Bloco/PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, cumprimento os profissionais da psicologia, psicólogos aqui presentes neste plenário e no Brasil inteiro, que acompanham, com certeza, este momento extremamente importante.

Peço a atenção aos colegas Parlamentares para uma reflexão sobre o assunto.

Às vezes não paramos para pensar no que é a vida laborativa, o trabalho desse profissional de saúde. É preciso levar em conta isto. Nós estamos nos referindo a uma categoria que trabalha com a saúde mental. Nós estamos nos referindo a profissionais que cuidam de crianças, jovens e adultos.

Estamos aqui para decidir sobre a carreira de profissionais que cuidam da saúde mental, das condições psicológicas e emocionais de crianças, jovens, adultos, idosos, ou seja, de milhões de brasileiros. E aqui foi lembrada a questão do Sistema Único de Saúde.

Geralmente os médicos trabalham 20 horas no serviço público. O médico cuida da saúde do cidadão, enquanto o psicólogo cuida da saúde psíquica, mental e emocional do cidadão. Alguém pode dizer que essa é uma atividade que requer menos cuidado? Ora, só se não nos ativermos ao que estamos votando.

E mais: este assunto foi exaustivamente trabalhado e profundamente debatido aqui. Esses profissionais lutam por essa causa há décadas. Aprovamos na Câmara, aprovamos no Senado, construímos um entendimento com o próprio Governo. Não se aprova uma medida dessas com minoria de votos. E depois de toda a luta foi vetada.

Percebi claramente as Sras. e Srs. Deputados se comprometendo a derrubar o veto. Isso não vai onerar os cofres públicos. Isso não vai aumentar a despesa nos cofres públicos. Um profissional dessa área, que trabalha 30 horas com dedicação plena, em condições adequadas, pode produzir até melhor do que um profissional submetido a uma jornada exaustiva que não lhe dá condições de muitas vezes acompanhar adequadamente um paciente.

Estamos falando de uma relação entre um profissional de saúde e um paciente. Ninguém procura o psicólogo só para bater papo ou contar caso. Procura-se o psicólogo para restabelecer sua plena saúde física e mental, ou quem está aqui falando em SUS não conhece o conceito pleno de saúde.

Sr. Presidente, é fundamental derrubarmos esse veto e garantirmos a conquista dos psicólogos de terem uma jornada adequada, justa. Devemos tratar com o maior carinho, com a maior competência e com condições adequadas de trabalho as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos adultos e os nossos idosos.

Faço um apelo a V.Exas. para que fiquem atentos, porque não só aqueles que vieram como líderes e representantes e que estão nas galerias irão acompanhar o voto, que está destacado, será nominal e aberto para todo o Brasil conhecer.

Eu votei “não” a este voto, porque votei com os psicólogos, em respeito a essa categoria e peço a cada um dos senhores que deem o voto a esta categoria, deem apoio a quem trabalha, talvez, em um dos ramos mais delicados da área de saúde em nosso País.

O psicólogo cuida da saúde mental, cuida do estado psicológico de todas as pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Mesmo com a ordem de discussão completa, como já havia sido anunciado, concedo a palavra ao Senador José Pimentel. Logo após, vamos encerrar a discussão, abrir a votação e recolher a orientação das Lideranças.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero começar registrando que a maior oposição à jornada de 6 horas para os profissionais da saúde vem dos Governos Estaduais, independentemente de partido político. Esses Governos Estaduais poderiam perfeitamente implantar a jornada de 6 horas, independentemente do Congresso Nacional, mas não o fazem para não se exporem, para ficarem sob o guarda-chuva do Congresso Nacional.

Quero também registrar que os grandes avanços que tivemos na área da saúde foram fruto dos 12 anos do Governo Lula e da Presidenta Dilma. Se nós voltarmos aos anos 90, vamos ver as limitações.

No caso concreto dos nossos psicólogos, o nosso Governo criou vários programas, conforme o Líder Guimarães aqui já fez referência. No Núcleo de Apoio à Saúde da Família, temos hoje mais de 4 mil profissionais; e tínhamos zero nos anos 90. Se formos observar as residências multidisciplinares, vamos verificar que eram zero nos anos 90.

É evidente que ainda há muita coisa por fazer. Nossa Governo tem procurado dialogar com as 14 categorias que atuam no setor da saúde, sendo que o último ocorreu durante a votação do Projeto do Ato Médico. Quando muitos aqui defendiam a diminuição do espaço de atuação dos nossos psicólogos, dos nossos enfermeiros, dos vários profissionais das áreas da saúde, o Governo resolveu entrar em ação para construir um entendimento, a fim de não prejudicar a atividade dessas 14 categorias. Nós queremos evitar uma falsa promessa, porque a iniciativa sobre essa matéria é de exclusiva competência do Poder Executivo.

Trata-se do Regime Jurídico Único, e toda vez em que há legislação nessa matéria do Regime Jurídico Único de iniciativa seja da Câmara de Vereadores, seja da Assembleia Legislativa, seja do Congresso Nacional, ela é inconstitucional.

Temos várias decisões do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria, e, como nós não queremos enganar ninguém, resolvemos criar uma mesa de negociação, com o envolvimento das 14 categorias que atuam na área da saúde, para que possamos construir a jornada de 30 horas sem vínculo e sem vender ilusão.

Por isso, Sr. Presidente, o Governo encaminha pela manutenção do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Encerrada a discussão.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Orientação, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Orientação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares nas bancadas, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Lembro que quem vota “sim” mantém o voto; quem vota “não” derruba o voto. As Sras. e os Srs. Deputados já podem votar. Vamos colher a orientação das bancadas.

Como vota a bancada PMDB/PP/PTdoB?

**O SR. OSMAR TERRA** (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo PMDB, eu gostaria de encaminhar o voto “sim”, porque fui o Prefeito que criou a carreira pública de saúde para todos os profissionais da saúde. E criei com dedicação exclusiva, 40 horas, e com o melhor salário que havia no Brasil.

Precisamos melhorar o salário, garantir um salário digno e uma carreira federal digna com ramificação nos Estados e nos Municípios, e não reduzir a carga horária de enfermeiro, de psicólogo e de médico, ficando a população cada vez mais desatendida.

Então, eu entendo, Sr. Presidente, que é um alto risco para o Sistema Único de Saúde encaminhar a questão das 30 horas, reduzir o tempo de trabalho para ter um segundo emprego porque paga pouco. Vamos ter tudo num emprego só. Vamos ter as 40 horas com salário digno, salário que garanta dedicação exclusiva.

Por tudo isso, encaminho “sim”, pelo PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Como encaminha o PT?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero convidar toda a bancada do nosso partido a comparecer imediatamente a essas votações.

Em segundo lugar, é claro que nós estamos preocupados com todos os ganhos dos trabalhadores do Brasil, de todas as categorias que procuram o Congresso Nacional para avançar em suas reivindicações. Nós temos 14 categorias na área da saúde pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu solicito ao Deputado Sibá Machado que conclua a orientação. O tempo de orientação é de somente 1 minuto, de acordo com a nova regulamentação que votamos. Com a palavra V.Exa.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Eu não tive 1 minuto. São 14 categorias, e gostaríamos que para todas elas fosse feito um pacote de discussão global, porque não dá para mexer também em alguns entes federativos. Os Governadores podem fazer outra coisa — como a história do salário mínimo, de haver um piso básico nacional — e avançar um pouco mais.

Então, neste caso, vamos votar “sim”, pela manutenção do texto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PT encaminha o voto “sim”.

Como vota o PSDB?

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB entende que o desgaste emocional dos profissionais que atuam nessa área é muito grande. Por isso, temos realmente que preservar a qualidade de vida deles. O meu 1º Vice-Líder também está dizendo aqui que a Presidenta Dilma vai precisar muito dos psicólogos.

Então, o PSDB é pela derrubada do voto, Sr. Presidente. O PSDB vota “não”.

*(Palmas nas galerias).*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSDB vota “não”.

Como vota o Bloco Parlamentar do PRB?

**A SR<sup>a</sup> ROSÂNGELA GOMES** (Bloco/PRB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Bloco do PRB vai encaminhar o voto “sim”, pela manutenção do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PRB vota “sim”.

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

**O SR. BILAC PINTO** (PR-MG. Sem revisão do orador.) – O PR encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PR encaminha o voto “sim”.

Como vota o PSB?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há sobre a mesa uma inscrição no horário destinado a Líder, conforme preceitua o art. 6º do Regimento Comum. Lamentavelmente, V.Exa. não permitiu que o PSB pudesse, no tempo de Líder, fazer aqui a sua fala.

Peço, então, que acrescente a este meu tempo o tempo de Líder, a fim de encaminhar na orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Nós estamos no encaminhamento de votação, em processo de votação.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA) – O art. 6º do Regimento Comum diz que a qualquer tempo, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não na resolução que nós tomamos aqui para encaminhamento dos vetos. V.Exa. terá o tempo na discussão da próxima matéria.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA) – Nós consideramos que o voto apostado pela Presidenta a este projeto, com os argumentos de que haveria impacto no orçamento dos entes públicos, não se sustenta, Sr. Presidente. Esses argumentos são absolutamente incoerentes.

O PSB tem uma trajetória de defesa dos interesses da classe trabalhadora e, correspondendo a essa sua ação em defesa dos interesses da sociedade, sobretudo da saúde pública, encaminha o voto “não” e convida os Deputados a derrubar esse voto da Presidenta Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSB encaminha o voto “não”.

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o Democratas?

**O SR. MANDETTA** (DEM-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas faz um alerta para todos os partidos, uma vez que já passou da hora de os trabalhadores da saúde terem carreira, carga horária, piso salarial. Chega de improvisações, programas eleitoreiros, pessoas sendo submetidas à carga de trabalho extenuante.

O nosso voto é “não”, para derrubarmos esse voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O Democratas encaminha o voto “não”.

Como vota o PDT?

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vai liberar a bancada, uma vez que nós temos posições divergentes. Alguns compreendem o impacto financeiro aos entes federais. Eu particularmente vou votar pela derrubada do voto, até porque comproendo a importância que tem a categoria, que é submetida a uma jornada, às vezes, extenuante para cuidar das emoções dos seus pacientes.

Portanto, o PDT libera a bancada. Desde já declaro o meu voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PDT libera a bancada.

Como vota o Solidariedade?

**O SR. JOÃO CALDAS** (SD-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota “não” ao voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O Solidariedade encaminha o voto “não”.

Como vota o PCdoB?

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a nossa bancada não teve unanimidade, não teve 100%. No entanto, como eu, outros participaram da construção desse acordo. Pessoalmente votarei “não”, pela derrubada do voto, assim como boa parte da bancada também.

Em função da não unanimidade, o PCdoB libera o voto. A Líder vota “não”.

*(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PCdoB libera a bancada.

Como vota o PROS?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Sem revisão do orador.) – O PROS vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PROS encaminha o voto “sim”.

Como vota o PPS?

**A SR<sup>a</sup> CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PPS orienta o voto “não” a esse voto. Precisamos derrubá-lo.

*(Palmas nas galerias.)*

Os psicólogos que compõem a equipe de saúde, seja na rede pública, seja na rede privada, precisam da redução da jornada de trabalho.

Quero aqui mais uma vez pontuar: precisa vir para este plenário a jornada de trabalho também das 30 horas da Enfermagem. Faz 15 anos que esse projeto está em tramitação, enquanto o dos psicólogos está há 7 anos. Por isso, precisamos honrar o que aqui foi aprovado e garantir a eles a jornada de trabalho de 30 horas.

Faço um apelo para os Deputados do PPS, a fim de que venham ao plenário e votem “não” a esse voto.

*(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PPS encaminha o voto “não”.

Como vota o PV?

**O SR. SARNEY FILHO** (PV-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Verde, sem sombra de dúvida, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PV encaminha o voto “não”.

Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL está inclusive convencendo o Deputado Sarney, que também vota “não”, pelo seguinte: nós temos aqui de parar de votar questões sobre ajuste fiscal, sobre impacto financeiro, porque afastamos aquilo que é importante para a sociedade, que é o atendimento à saúde, o atendimento emocional, a valorização de profissionais que cuidam da mente, da alma e do coração de outra forma. Nós não podemos mais achar que recomendações internacionais, como as da OMC, e o fortalecimento do SUS não valem nada aqui. O que vale aqui é saber qual é o impacto orçamentário. Nós precisamos acabar com essa vergonha.

Eu peço aos Parlamentares, inclusive do PT, do PMDB e do PR, para que revejam sua posição para derrubar o Veto nº 31, em apoio às 30 horas para os psicólogos.

O PSOL vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSOL encaminha o voto “não”.

Como vota o Líder da Minoria?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos votar “não”, para derrubar esse voto, o Veto nº 31, a fim de que os psicólogos possam ter 30 horas de trabalho semanal.

Portanto, a orientação dos partidos de oposição é o voto “não”.

**O SR. EDMAR ARRUDA** (Bloco/PSC-PR) – Sr. Presidente, o PSC gostaria de orientar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Como encaminha a Liderança do Governo?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim” e aconselha esses partidos que estão votando “não” a implantar a jornada de 30 horas nos seus governos.

Deputado Antonio Imbassahy, sugira aos Governadores de São Paulo, do Paraná e dos demais Estados onde o partido de V.Exa. governa a implantação das 30 horas, para poder estabelecer um debate.

O voto é “sim”, para continuar a mesa de negociação nacional, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

**O SR. EDMAR ARRUDA** (Bloco/PSC-PR) – Sr. Presidente, o PSC, que está no Bloco PMDB...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Reitero para as Sras. e os Srs. Deputados que nós estamos em processo de orientação.

Como vota o PSD?

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Sem revisão do orador.) – Acompanharíamos o Governo, mas, em respeito ao autor da proposta, o Deputado Felipe Bornier, do nosso partido, o PSD libera o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSD libera o voto.

Sras. e Srs. Deputados, como nós não atingimos ainda o quórum, eu faço um apelo a todos os Deputados e Deputadas: que venham ao plenário votar. Como não atingimos ainda o quórum, eu vou liberar a palavra àqueles outros inscritos que a solicitaram.

Pergunto ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL, se quer usar da palavra. (*Pausa.*)

**O SR. EDMAR ARRUDA** (Bloco/PSC-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC orienta o voto “não”. Estamos no Bloco PMDB, mas o PSC vai votar “não”.

Chamamos os nossos Deputados a plenário para que votem “não” a esse voto.

O PSC vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSC encaminha o voto “não”.

Deputado Pompeo de Mattos, do PDT, V.Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

**A SR<sup>a</sup> CLARISSA GAROTINHO** (PR-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Clarissa Garotinho declara voto divergente do partido. Eu voto “não”, a favor dos psicólogos, a favor da jornada de 30 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A ata registrará o voto de V.Exa. — e o painel também.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do PT chama os seus Deputados para votarem “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o meu partido, o PDT, liberou a votação, mas eu quero aqui fazer coro com o Líder André Figueiredo e dizer que o meu voto pessoal é contra o voto.

Tenho respeito pelo voto, pelos argumentos do voto, pelas razões do voto, até pelo argumento do Líder da bancada do PT, que pede que o PSDB, em São Paulo e no Paraná, ofereça a jornada de 30 horas. Mas existe um porém: as 30 horas é lei nacional, legislação federal. Então, quem tem de decidir se serão ou não 30 horas somos nós, os Parlamentares, somos nós, os Congressistas, porque assim a lei determina, porque assim a regra exige.

No caso específico dessa atividade, que é uma atividade da área da saúde, da área médica, da área da psicologia — aí estão também as enfermeiras, logo ali na frente —, ela precisa, merece, necessita e tem direito a um tratamento diferenciado.

Eu sei que isso tem um custo — é claro que tem um custo! Mas, se tem um custo para o Erário, se tem um custo no aspecto financeiro-orçamentário, também, Sr. Presidente, tem um custo enorme para o cidadão, para a pessoa que exerce essa profissão.

Aquele que é beneficiário desse serviço precisa de um profissional mais do que bem informado, mais do que bem capacitado; precisa de um profissional respeitado, e não com um trabalho estafante.

Ele tem que estar liberado dos seus pensamentos e das suas angústias para prestar um serviço qualificado. E, para um serviço qualificado, determina-se um horário de forma muito específica.

Por isso, eu, que sou do PDT, eu, que sou trabalhista, sei e tenho bem a compreensão do que é o direito do trabalhador, do que é a demanda do trabalhador. Aliás, eu sou bancário, sou funcionário do Banco do Brasil e me lembro do quanto nós brigamos pelas tais 40 horas, do quanto nós brigamos para diminuir a carga horária, para prestar um serviço mais qualificado, um serviço com melhor representação. Conseguimos isso, ao seu tempo, lá atrás.

Então, essa é uma luta na área da saúde que nós vamos ter que enfrentar aqui na Casa. Mais cedo ou mais tarde, nós vamos ter que decidir sobre esse aspecto. Não só na área da psicologia, mas também em toda a área da saúde, nós temos uma diferenciação que precisa ser estabelecida.

Por isso, eu entendo que o PDT tem que estar nesta hora ao lado dos trabalhadores, ao lado do cidadão, ao lado inclusive daqueles que serão os beneficiários do trabalho desses profissionais, que, como disse, além de estarem preparados, precisam ter uma carga horária condizente para desempenhar a sua função, a sua profissão e o seu trabalho com aptidão, com habilidade, com equilíbrio, o que naturalmente contribui para tratar bem o seu cliente e o seu paciente, que outro não é senão o próprio cidadão brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, nós tomamos essa posição, como a tomamos na questão da empregada doméstica. Não acho que se deve taxar a empregada doméstica. Não! Muito pelo contrário, nós temos que fazer com que a empregada doméstica pague o mínimo para a Previdência, porque até hoje não paga nada — pague o mínimo —, e o patrão também pague o mínimo, que é 6% de cada lado, para que nós possamos legalizar essa situação e institucionalizar a contribuição previdenciária dos empregados e das empregadas domésticas, a fim de que nós possamos também valorizar essa profissão.

Aí, também o veto; o meu voto também é contra. Respeito o Governo, mas entre o Governo e o povo que me trouxe aqui, eu voto com o povo que me deu o mandato. A seu serviço, eu venho prestar aqui o meu trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado Bebeto. (*Pausa.*)

**O SR. MARCELO ARO** (Bloco/PHS-MG) – Sr. Presidente, quero fazer a orientação do PHS.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Prorogo a sessão pelo tempo necessário à votação de todos os vetos e do Orçamento da República.

Com a palavra o Deputado Marcelo Aro, para a orientação do PHS, enquanto o Deputado Bebeto se dirige à tribuna.

**O SR. MARCELO ARO** (Bloco/PHS-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós reunimos a bancada. O Deputado Adail Carneiro, sensibilizado com esse apelo dos psicólogos, reuniu a bancada do PHS. Nós estamos orientando o voto “não”.

O PHS vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PHS vota “não”.

Com a palavra o Deputado Bebeto. (*Pausa.*)

Eu convido as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados a votar. O quórum já foi alcançado. Logo após a fala do Deputado Bebeto, nós vamos encerrar a votação e abrir o painel.

Portanto, solicito a todos que venham votar, por favor.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco/PRB-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso partido, o PRB, encaminhou o voto “sim”. No entanto, há um compromisso nosso: meu, do Deputado Alan Rick, do Acre; e do Deputado Marcelo Squassoni, de São Paulo. Nós votaremos “não”, pela derrubada do voto, em favor dos psicólogos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O painel registrará o voto de V.Exa.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco/PRB-AC) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. pela sua emenda de Relator ao Orçamento, que possibilitou aos Deputados e Senadores novatos apresentar emendas ao Orçamento.

Parabéns pela sua emenda! V.Exa. realmente pensou como um republicano. Que Deus o abençoe!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Agradeço a V.Exa.

Por favor, estamos com um orador na tribuna. Vamos ouvir o Deputado Bebeto, que está na tribuna. Logo após ouviremos as breves colocações.

Senador Capiberibe, a votação está na Câmara dos Deputados; a matéria não está no Senado. Se a matéria passar na Câmara, irá ao Senado, e aí V.Exa. terá a palavra para discutir.

Com a palavra o Deputado Bebeto.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, nós estamos discutindo o voto da Sra. Presidenta ao projeto de lei que trata da redução da jornada de trabalho dos nossos psicólogos.

Esse projeto, iniciado nesta Casa, Sr. Presidente, que contou com o apoio de todas as Lideranças partidárias desta Casa, foi examinado de modo intenso. O exame desse projeto possibilitou um amplo acordo entre as Lideranças, e foi votado nesta Casa e no Senado. Houve um profundo debate sobre a conveniência de adotar a redução da jornada para os nossos psicólogos.

Obviamente, aprovado esse projeto nas duas Casas, a Sra. Presidenta opôs veto ao projeto com argumentos, na nossa opinião, inconsistentes, dando conta de que a proposta impactaria o orçamento dos entes públicos, notadamente dos Municípios, com possível prejuízo à política de atendimento ao Sistema Único de Saúde.

Ao revés dessa argumentação da Presidenta da República para opor o voto, o nosso entendimento é de que a atividade do psicólogo é fundamental para o Sistema Único de Saúde. Eles, que tratam da saúde psicológica, que tratam tantos pacientes que os procuram, vivem também um processo de sofrimento psíquico e, portanto, precisam ter uma jornada de trabalho menor para que possam se dedicar integralmente a tratar da saúde de todos e todas que os procuram.

Nesse sentido, o PSB, com o seu compromisso histórico com a classe trabalhadora, aqui está mais uma vez para solicitar aos Deputados do PSB, para solicitar a esta Casa que nós possamos refletir sobre a condição do trabalho desses psicólogos. Que adotemos uma posição para estabelecer uma jornada nacional de 30 horas, garantindo uma condição de trabalho, uma efetividade do trabalho a esses profissionais.

(*Palmas nas galerias.*)

Nesse sentido, nós queremos encaminhar o voto "sim", pela redução da jornada por 30 horas para os psicólogos.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a nossa posição.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** (PSDB-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança da Minoria pede que os membros da bancada dos partidos que fazem parte da Minoria venham ao plenário para votar a favor da derrubada desse voto do Governo Federal que prejudica a categoria dos psicólogos.

(*Palmas nas galerias.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Atingido o número de mais de 300 Deputados e Deputadas, está encerrada a votação. Solicito a abertura do painel.

Anuncio o resultado da votação: "sim": 95; "não": 205; abstenções: 3. Total: 303 votantes.

O voto está mantido. E, mantido na Câmara, deixa de ser submetido ao Senado.

Será feita comunicação à Sra. Presidente da República.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento "B" ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) –

#### Item 5:

### VETO TOTAL Nº 34, DE 2014

Segundo destaque: Veto Total nº 34, de 2014, oposto ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2009 (nº 7.082/2010, na Câmara dos Deputados), que *"Altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências"*.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Esta matéria iniciou no Senado Federal. Portanto, nós vamos abrir a discussão, mas a votação se iniciará pelo Senado da República.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Helder Salomão vota com o PT.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero deixar registrada a nossa indignação. Só havia 300 Deputados aqui no plenário. Eu tenho certeza de que, na hora de votar o Imposto de Renda, V.Exa. ou quem estiver presidindo vai chamar todos os Parlamentares. Agora não conseguimos derrubar o voto por questão de 50 votos. Mas tenho certeza de que nós derrubaríamos esse voto se estivessem aqui todos os Deputados presentes na Casa.

Então, V.Exa. podia ter esperado mais um pouco.

Eu só queria registrar a posição do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Deputado Izalci, quero registrar a V.Exa. que a votação ficou aberta por 25 minutos. Nós aguardamos os Parlamentares. Nós temos ainda seis votações de destaques e mais a do Orçamento da República.

Então, mais uma vez, solicito a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que tenham interesse nos vetos que venham ao plenário para votar as matérias.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Este é um assunto em que nós precisamos definir regras. Nas matérias que são de interesse da base do Governo, espera-se 6 horas, 8 horas para se votar, e não encerram a votação com 303 Deputados Federais.

(*Palmas nas galerias.*)

É lógico que, com aquela posição ali, nós seríamos vitoriosos e ganharíamos a votação.

Então, Sr. Presidente, é fundamental que não cheguemos apenas ao quórum de 41 Senadores e encerremos a votação nesse segundo momento. Do contrário, nenhum veto mais será derrubado nesta Casa, não pela vontade dos Parlamentares, mas pela decisão da Presidência da Mesa, que não dá tempo para que os de-mais cheguem aqui.

(*Palmas nas galerias.*)

A Presidência tem sido extremamente sentimental no sentido de aceitar a demanda dos colegas a atrasarem na votação. Lembro-me de o Governo mandar buscar Deputados nos hotéis de Brasília. Nós esperamos até o dia amanhecer quando da votação da MP dos Portos.

Então, Sr. Presidente, eu acho que nada mais do que termos, no mínimo, 90% dos presentes para podemos, aí sim, abrir o painel da Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Senador Ronaldo Caiado, eu quero registrar a seguinte questão: os vetos estão pautados desde de manhã. Todos sabem a ordem dos vetos. Todos que têm interesse podem vir e têm o direito de votar. Agora, quero registrar que cada Senador, cada Deputado, cada Deputada tem o direito de votar, tem o direito de obstruir, não votando. A Mesa não ficará sem apurar os votos indefinidamente por conta de ausência, intencional ou não, de algum Parlamentar.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Portanto, quero registrar que nós vamos seguir a ordem...

(*Tumulto no recinto.*)

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM-RS) – Vamos votar pela derrubada do veto.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM-RS) – Não dá tempo de vir do gabinete até aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Atingidos mais de 300 votos, nós iremos abrir sempre as votações.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (PDT-SP. Sem revisão do orador.) – É só uma questão de bom senso, excelência. Esta Casa não tem votado nada com menos de 400 Deputados, excelência. Isso aí é “tratorada”, é para não derubar veto nenhum!

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – V.Exa. não aguardou 10 minutos, Sr. Presidente.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Congresso Nacional conhece a trajetória de V.Exa., que foi construída na base do respeito, das relações, mesmo diante de divergências, diante de embates duros. O que foi feito há poucos instantes não é coerente com a trajetória que V.Exa. tem construído nesta Casa, de respeito à Maioria e de respeito à Minoria. O que acabamos de ver é algo que poderia ter sido evitado.

O painel registra a presença de 472 Deputados na Casa, num intervalo muito curto, contrariando a tradição deste Parlamento. Não houve tempo sequer dos deslocamentos do Anexo IV, por uma razão simples: os elevadores têm filas imensas, os elevadores não estão chegando ao subsolo; é preciso atravessar a rua; é preciso descer as escadas.

O apelo que eu faço a V.Exa., conhecendo sua trajetória, que respeito, mesmo nas nossas adversidades e diferenças, é que possamos respeitar o quórum mínimo em relação à presença já registrada.

Esta categoria que está aqui representada nas galerias luta há anos por este instante. Teve resignação, teve tolerância, teve paciência. Os profissionais estão neste plenário há pelo menos 3 semanas só para o instante dos votos pautados, sem falar na luta dos enfermeiros e das enfermeiras. (*Palmas nas galarias.*)

Portanto, Sr. Presidente, apelo, em nome do PSDB, que votou “não” na Câmara, e que votaria “não” no Senado, para que possamos dar o tempo necessário para que os Parlamentares cheguem e a verdade seja expressada pela maioria daqueles que estão presentes hoje nesta sessão.

Estou prolongando a minha fala, com a tolerância de V.Exa., para que outros cheguem. Enquanto V.Exa. não cassar minha palavra, eu vou aqui me estendendo exatamente para ganhar tempo, para que todos possam chegar e exercer o seu direito de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Senador Cássio Cunha Lima, deixe-me esclarecer duas coisas.

Primeiro, eu quero dizer que nós não somos adversários nesta matéria. Meu voto está marcado. Eu não sabia se esta matéria seria destacada ou não. Eu votei “não”. Portanto, não há nenhuma diferença de voto aqui.

Agora, nós passamos praticamente 30 minutos aguardando a votação. As bancadas têm que se mobilizar. Nós vamos ter 6 votações, temos que votar o Orçamento. Então, mais uma vez, faço um apelo para que as bancadas se organizem e venham votar, porque nós vamos votar dentro desse prazo.

*(Manifestação nas galerias.)*

Se não estiverem presentes os Parlamentares, depois de 30 minutos, eu vou entender que não vieram porque não querem votar. Nós também não vamos obrigar Parlamentar a vir votar. Cada um é o senhor da sua decisão.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo plenamente com o raciocínio de V. Exa. Desde hoje de manhã estamos mobilizados para isto. A sessão começou às 11 horas. São agora 15h30min. Se estamos mobilizados desde as 11 horas até as 15 horas para deliberar, e houve uma única deliberação até agora, não é justo que nós destinemos apenas 30 minutos para colher votos. No caso, nem chegamos a 30 minutos.

É um apelo ao bom senso. Pelo menos na primeira votação, que V. Exa. compreenda que essa elasticidade tem que acontecer. Senadores saíram daqui, Deputados saíram daqui, porque ficaram até as 14h30min, 15 horas.

Eu cheguei aqui para votar, Sr. Presidente. Não vou dizer que agarrei pelo cabelo a oportunidade, porque eu estaria me dirigindo a outros. Mas V.Exa. haverá, com bom senso, de prestigiar o seu voto e o nosso voto, concedendo uma tolerância.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A votação foi apurada. Nós vamos para o item 2 da pauta, Veto nº 34.

Com a palavra o Deputado José Pimentel, para discutir.

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** (PSB-PE) – Sr. Presidente, questão de ordem, em seguida, baseado no art. 96.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu gostaria de registrar que, pela resolução que nós aprovamos, falam dois Parlamentares Deputados e dois Parlamentares Senadores. As inscrições estão abertas aqui na Mesa. Eu gostaria que os Parlamentares se inscrevessem, porque nós vamos cumprir a ordem da resolução que nós aprovamos hoje e nós vamos votar a matéria assim que...

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** (PSB-PE) – Não se trata de resolução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para discutir a matéria, Veto nº 34, Requerimento nº 3.

**O SR. GERALDO RESENDE** (Bloco/PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, se aqui estivesse, eu teria votado “não”.

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Na votação anterior, o Deputado João Fernando Coutinho votou com o partido: “não” ao voto.

**O SR. CELSO JACOB** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – O Deputado Celso Jacob votou com o partido, PMDB.

**O SR. ÁTILA LIRA** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) – O Deputado Átila Lira votou com o partido: “não” ao voto.

**O SR. FABIO REIS** (Bloco/PMDB-SE. Sem revisão do orador.) – O Deputado Fabio Reis votou “não” na votação anterior.

**O SR. LUIZ LAURO FILHO** (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Luiz Lauro Filho, do PSB, votou com o partido: “não” ao voto.

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Fausto Pinato, do PRB, votou com o partido.

**O SR. PAULO FOLETTA** (PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Paulo Foletto votou “não”. Votou com o PSB.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rubens Bueno, do PPS, votou “não” ao veto.

**O SR. JOSÉ MENTOR** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – O Deputado José Mentor votou com o PT.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Sem revisão do orador.) – O Deputado Marcos Montes votou com o partido.

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – O Deputado Tadeu Alencar, do PSB, votou “não” ao veto.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE. Sem revisão do orador.) – O Deputado Raul Jungmann votou “não” ao veto.

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – O Deputado Caio Narcio votou com o partido.

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Sem revisão do orador.) – O Deputado Laerte Bessa, do PRB, votou com o partido.

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – O Deputado Celso Maldaner também acompanhou o partido, o PMDB.

**O SR. DIEGO GARCIA** (Bloco/PHS-PR. Sem revisão do orador.) – O Deputado Diego Garcia votou com o partido: “não”.

**O SR. BETO ROSADO** (Bloco/PP-RN. Sem revisão do orador.) – O Deputado Beto Rosado acompanhou o partido.

**O SR. HISSA ABRAHÃO** (PPS-AM. Sem revisão do orador.) – O Deputado Hissa Abrahão votou “não”, com o PPS.

**O SR. DEOCLIDES MACEDO** (PDT-MA. Sem revisão do orador.) – O Deputado Deoclides Macedo, do PDT do Maranhão, votou “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares que o voto é nominal e está registrado no painel. Mesmo quem votou contra a orientação do partido estará registrado no mapa de apuração. Portanto, não é necessário o registro da votação.

Com a palavra o Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer, eu cheguei aqui há 1 minuto, e tinha se encerrado a votação. Em 12 anos de Parlamento eu nunca vi uma votação tão célera. Nunca! Fui tolhido do meu direito sagrado de exercer o voto.

*(Manifestação nas galerias.)*

Assim que a Liderança prontamente me avisou, eu, que estava no oitavo andar do Anexo IV, esperando o elevador, vim correndo, o que a minha situação de saúde não permite. Cheguei aqui, e o atropelo estava consumado.

“Não” ao voto! “Não” ao atropelo!

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu quero dizer ao Deputado que não fui ao meu gabinete. Eu comi um sanduíche de mortadela aqui no fundo. Então, quem quer fica e quem não quer sai.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – O Deputado Afonso Florence votou com o PT.

**A SR<sup>a</sup> BRUNNY** (Bloco/PTC-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Brunny, do PTC, votou com o partido.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos discutindo agora o Veto nº 34, que trata de um projeto de lei de iniciativa do Senado Federal. Esse projeto de lei foi vetado pela Presidência da República, porque a Emenda Constitucional nº 72, de iniciativa do Senado Federal, aprovada por unanimidade pela Câmara Federal, assegura às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos que tem o trabalhador urbano.

É bom dizer que o Constituinte de 1988 deu tratamento diferenciado para os trabalhadores urbanos. Em 2014 o Congresso Nacional reparou esse grave problema. V.Exa., Presidente desta sessão, Senador Romero Jucá, construiu um projeto de lei que foi aprovado por unanimidade no Senado Federal, ampliando e regulamentando a Emenda Constitucional nº 72.

Portanto, esse projeto de lei está sendo vetado porque é anterior à Emenda Constitucional nº 72 e não regulamenta o tema na sua totalidade, enquanto o projeto aprovado no Senado, que está no plenário da Câmara dos Deputados para ser votado, é muito mais amplo, reconhece o direito pleno dos trabalhadores domésticos.

Por isso, estamos mantendo o voto e recomendando o voto “sim” a esta matéria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Antes de passar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, pela ordem de inscrição, eu quero comunicar às Sras. e aos Srs. Parlamentares que são 15h35min. Nós estamos discutindo o segundo item, e a votação será iniciada pelo Senado. Portanto, Sras. e Srs. Senadores que estão em outras dependências do Congresso, venham ao plenário para votar, porque a votação será iniciada pelo Senado da República.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, para discutir a matéria.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é impressionante a rapidez com que a Mesa Diretora está apurando as votações.

Vejam, senhores, para ser aprovada, uma PEC precisa de 308 votos favoráveis na Câmara dos Deputados. Nos 20 anos que passei aqui, jamais vi uma PEC ter o resultado anunciado com 360 Deputados votantes. Para ser derrubado um veto, é preciso que 257 Deputados votem “não” a sua manutenção.

Abriu-se o painel com 303, ou seja, apenas 40 e poucos votos acima daquilo que era o quórum mínimo de abertura. Com esta metodologia, não adianta colocar veto aqui para ser discutido. A Mesa precisa de uma regra mínima. Por várias vezes, quando as matérias eram de interesse do Governo, nós ficávamos aqui a madrugada toda. Não tinha limite, eram 8 horas, 10 horas, 12 horas, esperando Deputados chegarem de viagem, outros que estavam em hotel, outros que estavam em Ministérios, até que o Governo chegasse a um patamar que garantisse a aprovação e a votação do seu texto.

Eu chamo a atenção, porque é importante a Casa recuperar essa prerrogativa, que foi uma luta durante anos e anos a fio. Esta Casa ficou sem votar vetos por mais de 12 anos. São milhares de vetos estocados.

Agora, não adianta também nós nos esforçarmos, argumentarmos e debatermos. Estamos apenas extrapolando o limite agora de 41 Senadores. É o mínimo de votos “não” de que nós precisamos para derrubar o veto da Presidente. Quando chegar a 47 votos, o Presidente da Mesa abre o resultado da votação. Isto não é votação de veto, é um faz de conta, Deputado Júlio!

Eu tenho certeza de que V.Exa. vai conosco fazer eco neste momento em que a Casa precisa se resgatar, principalmente naquilo que é fundamental perante a opinião pública, porque não é direito nosso aumentar a carga tributária para ter que explicar os desacertos e desatinos de um governo que hoje pecou pela corrupção e pelo desgoverno instalado no País.

Por isso é que, ao encaminhar esta votação “não”, faço-o em relação exatamente à contribuição previdenciária dos empregadores e dos empregados, especificamente da empregada e do empregador. Se nós derrubarmos o veto da Presidente da República, tanto o empregador vai pagar 6% da contribuição, quanto também o empregado ou a empregada vai pagar 6% da contribuição previdenciária.

Ora, se o veto for mantido, o PLP que aí está estipula que o empregador deixa de pagar 12% e passa a pagar 8%, mas a empregada e o empregado continuarão pagando 8%. Ou seja, no PLP que tramita na Casa não tem a diminuição da carga tributária para o empregado.

Ao derrubarmos este veto, nós vamos fazer justiça, no momento em que o Brasil assiste ao desemprego, no momento em que o Brasil vê uma crise econômica e política instalada jamais vista antes neste período de democracia.

Ao encerrar, eu peço a todos os senhores e as senhoras o voto “não”. O voto “não” vai dar ao empregado e ao empregador a contribuição previdenciária de 6%, ou seja, nós vamos diminuir a carga tributária e não vamos penalizar o bolso daqueles que sustentam este País e que não suportam mais, no final do mês, ter que pagar essa carga tributária. Ao invés de nós aumentarmos e não derrubarmos o veto da Presidente, nós vamos aumentar a carga tributária, nós vamos promover mais desemprego na Nação. Então, eu peço o apoio de todos neste momento.

E espero, nobre Senador Romero Jucá, que V.Exa. tenha a paciência que lhe é peculiar, como grande articulador que é, homem que sempre buscou o entendimento entre as bancadas, Governo e Oposição. Que possamos ter no mínimo 72 Senadores votando, para que, a partir daí, V.Exa. tenha sim um resultado que possa expressar o perfil do Senado Federal, que, tenho certeza, vai ser a favor da diminuição da carga tributária, 6% para o empregado e o empregador.

O voto é “não” a este destaque apresentado pelo Senado Federal, o qual, Sr. Presidente, tenho a honra de encaminhar.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, o Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – Sr. Presidente, para orientar pela bancada do PT.

**O SR. ANTONIO BRITO** (Bloco/PTB-BA. Sem revisão do orador.) – O Deputado Antonio Brito votou com o partido na última votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Humberto Costa, pela ordem, ouço V.Exa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Sem revisão do orador.) – O Partido dos Trabalhadores no Senado vota “sim”, pela manutenção.

**O SR. JOSUÉ BENGTSON** (Bloco/PTB-PA. Sem revisão do orador.) – Josué Bengtson justifica o voto anterior. Votei com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registra a manifestação de V.Exa.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado José Airton votou com o partido.

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um repúdio à manifestação, na condução da Casa, do Senador Romero Jucá, a quem respeito muito. Nós estamos fazendo aqui uma votação séria no País, e de quórum qualificado. Não é cabível a velocidade com que foi votada a matéria. Nós estamos votando o destino do Brasil aqui! Não é dessa maneira que nós vamos fazer com que o Brasil...

Sr. Presidente, eu queria contar com a sua recondução sobre a matéria. Porque não foi correto. Eu e tantos outros Parlamentares queremos aqui participar das decisões. Cortaram os microfones dos Parlamentares aqui. Esta é a Casa do Parlamento. Não é esse ou aquele que define quem fala e quem deixa de falar. Aqui ninguém vai ser atropelado! Vamos votar e vamos respeitar a maioria.

Sr. Presidente, conto com a sua delicadeza e com o seu bom senso, para que a gente possa ter uma sessão correta do Congresso Nacional. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria aproveitar a proposta de encaminhamento para convidar os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas, que estejam em outras dependências da Casa, quem, por favor, venham ao plenário. Nós vamos ter que combinar como critério, pois não poderemos deixar de ter critério, qual será o tempo que nós vamos demorar na análise de cada destaque nesta votação. Portanto, eu combinarei isso com os Líderes partidários. Nós vamos usar o mesmo critério na apreciação de todos os vetos. Mas é importante desde logo que chamemos os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas que estejam em outras dependências da Casa. Por favor, venham ao plenário, porque nós vamos ter muitas votações!

Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa., com a devida anuência do Senador Romero Jucá, compreendendo a preocupação e o interesse do Senador em agilizar, que, por favor, entenda que muitos de nós fomos frustrados. Um número muito elevado de Deputados e Senadores não pôde votar. Então, eu pediria a V.Exa. que encontrasse alguma maneira de computar esses votos — e reabrir, talvez, o painel seria uma possibilidade —, senão eu acho que nós vamos ter que recorrer aqui ao instrumento da obstrução, que, obviamente, criaria problemas para a continuidade desta sessão, o que nós não gostaríamos de fazer. Então, eu pediria a V.Exa. que, por favor, concedesse-nos isso, pelo número daqueles que permaneceram do lado de fora, e por um assunto que é fundamental e em cuja votação nós estamos engajados.

Eu pediria a V.Exa. esta compreensão, por obséquio.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria dizer à Casa que não há outra coisa a fazer, do ponto de vista do Regimento — ou dos Regimentos das duas Casas e do Congresso, e da própria resolução que hoje votamos e promulgamos —, a não ser registrar a manifestação da cada Deputado, de cada Deputada, de cada Senador e Senadora. Agora, eu me comprometo, como disse, e quero repetir: a partir da apreciação desses vetos, nós vamos combinar o tempo de duração. Nós combinaremos o tempo de duração, e, quanto às ausências, nós registraremos as manifestações, para que não contem, com relação à estatística da presença ou não.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP) – Sr. Presidente, vamos votar! Vamos continuar o debate do destaque que nós já estávamos encaminhando!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou chamar o próximo orador.

**O SR. PASTOR FRANKLIN** (Bloco/PTdoB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Pastor Franklin, na votação anterior, votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Contra ou a favor, Sr. Presidente? São dois oradores, um contra e um a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Zé Geraldo é a favor.

Nós já tivemos dois oradores: o Deputado José Pimentel e o Senador Ronaldo Caiado. Agora falarão mais dois, para iniciarmos.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo. (*Pausa.*)

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Está ausente, Presidente, o Deputado que falaria contra, pela derrubada do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós gostaríamos de manifestar aqui a nossa posição favorável à manutenção desse voto.

Ocorre o quê? Este Congresso aprovou uma emenda constitucional garantindo às empregadas domésticas e aos empregados domésticos os mesmos direitos de todos os trabalhadores. Isso foi aprovado, foi sacramentado, está na nossa Constituição e foi uma grande conquista desses trabalhadores e trabalhadoras, principalmente, em todo o Brasil.

Agora nós estamos discutindo a regulamentação dessa legislação. Essa regulamentação, que já foi objeto de um projeto aprovado no Senado Federal, relatado pelo Senador Romero Jucá, foi parte do debate de uma Comissão Mista que tratou não só do assunto da contribuição previdenciária como de várias outras questões, como a jornada de trabalho, a questão das horas extras, enfim, o conjunto da regulamentação dos direitos trabalhistas e previdenciários dos empregados e empregadas domésticas.

Portanto, não cabe agora a gente fazer a apreciação de uma parte dessa questão, só da contribuição previdenciária. Na verdade, nós vamos votar o projeto; está pautada na Câmara a votação desse projeto. Esse projeto, que já foi aprovado no Senado, vai ser votado, se possível, ainda hoje, ou, no mais tardar, amanhã, pela Câmara dos Deputados.

Quanto a esse projeto que está vetado, nós defendemos a manutenção do voto e achamos que temos que ser coerentes com aquilo que estamos votando. Esse projeto foi feito antes da promulgação da emenda constitucional, e agora nós queremos fazer um trabalho completo, um trabalho que atenda de forma plena aos empregados e às empregadas domésticas.

Por isso, nós discordamos radicalmente da Oposição, que quer aprovar aqui a derrubada do voto, porque derrubar esse voto não significa absolutamente nada, pois nós vamos aprovar uma legislação mais completa.

Nós vamos dar tratamento muito mais amplo, conforme já veio pelo projeto do Senador Jucá; inclusive, temos aqui na Câmara uma emenda global da Deputada Benedita da Silva.

Vamos buscar compatibilizar esses dois projetos e chegar a uma solução negociada, sempre levando em conta o interesse dos trabalhadores, porque é isso que nós queremos.

Sabemos bem que os empregadores domésticos são na sua maioria da classe média. E nós queremos também garantir a possibilidade de que esses empregadores possam manter os seus trabalhadores, que não haja burocracia em excesso, que não haja carga tributária em excesso, enfim, que nós consigamos manter todos esses trabalhadores e todas essas trabalhadoras no mercado de trabalho. São mais de 6 milhões de pessoas que exercem essa profissão. E nós queremos ver essa profissão respeitada no Brasil e, ao mesmo tempo, os empregadores conseguirem ter as condições de manter os seus empregados. Esse é o espírito daquilo que vem sendo debatido aqui na Câmara e já foi debatido no Senado.

Portanto, o nosso posicionamento é favorável à manutenção do voto.

Muito obrigado.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Carlos Zarattini está falando uma coisa, concordando com o projeto do Senador Jucá, e o projeto da Deputada Benedita traz 12%. Então ele está falando uma coisa e querendo dizer outra. O PT concorda com o texto?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP) – Deputado, é preciso se inscrever para falar, senão nós vamos terminar amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não é essa a discussão. Por favor, nós estamos analisando os vetos da Presidenta da República.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF) – É essa questão, a alíquota de 12%; é a mudança de alíquota, de 12% para 6%.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mas esse é um projeto de lei, é uma coisa paralela. Não é essa a discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro vamos resgatar a verdade plena, porque uma meia verdade pode nos levar a um equívoco.

Acabaram de dizer aqui que esse projeto é anterior à emenda constitucional. Ora, a aprovação deste projeto ocorreu no final do ano passado. Todos nós votamos a favor da emenda constitucional, garantindo direitos trabalhistas às profissionais e aos profissionais dos serviços domésticos — por sinal, é algo absolutamente justo garantir a todo trabalhador os direitos trabalhistas. Nós do PSDB defendemos o projeto e o aprovamos; foi aprovado antes. Depois, foi aprovada uma lei dando regulamentação à matéria, e, entre outras, estava a decisão de que a contribuição previdenciária seria uma contribuição um pouco menor — todos sabem que já há um sacrifício por parte desses profissionais —, também para não gerar desemprego, para que os patrões possam pagá-la. Hoje, o patrão de uma empregada doméstica não é, necessariamente, um milionário, não. É um servidor público, é uma professora, é uma mãe de família, que, às vezes, inclusive, é arrimo de família, tem que ter alguém para lhe ajudar, cuidando do seu filho, enquanto ela está no trabalho.

Todos nós nos preocupamos em estabelecer uma contribuição previdenciária adequada, uma contribuição menor, para o patrão e para o empregado, uma contribuição de 6% para o empregador e para o empregado. Isso foi pactuado, aqui. Foi aprovado na Câmara e no Senado. Algo justo, possível de garantir que todo patrão assine a carteira do empregado ou da empregada doméstica e tenha condição de pagar o custo previdenciário. E isso é bom para a previdência geral, porque aí ela arrecada. Até então, não havia arrecadação. Portanto, melhora para o Governo, que tem a arrecadação. Mas uma arrecadação razoável, que seja possível de ser paga pela empregada doméstica.

Agora, o que quer o Governo? A Presidente Dilma veta o projeto e depois faz discurso para as empregadas domésticas, para as mulheres. Mas ela vetou o projeto. E, ao vetá-lo, o que é que acontece? Temos uma tarifa cheia, com o empregador tendo que pagar mais 20% sobre o salário. O empregado, também, tendo um desconto alto na sua folha de pagamento, o que pesa para a categoria.

Portanto, concordar com este voto é sacrificar as empregadas domésticas. Concordar com este voto é sacrificar milhões de brasileiras e brasileiros, que precisam ter o empregado doméstico e que querem assinar a sua carteira.

Nós temos que dizer, então, “não” a este voto. Dizer “não” a este voto é dizer “sim” ao trabalhador doméstico, à classe média brasileira, que depende de ter uma empregada doméstica, à classe média que trabalha, até mesmo à classe operária, que trabalha fora, tem que ter uma empregada doméstica e tem que pagar a contribuição previdenciária.

Eu conclamo todos, portanto, a que votem, e quero fazer um apelo. Nós não derrubamos voto que prejudicou os psicólogos do Brasil inteiro, porque muita gente não votou. Então, eu quero primeiro fazer um apelo à Mesa: antes de termos pelo menos uns 450 votos... A Casa hoje está completa. Deve haver 500 Deputados aqui e próximo de 80 Senadores. Então, que nós tenhamos a votação plena.

Agora eu faço também um alerta aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras: tenham certeza de que o Brasil inteiro já está sabendo que quem não votar está votando a favor do voto. E eu vou fazer questão de dizer isso em todas as redes sociais. Quem não vota o voto votou a favor do voto. É isso que vale. Só se derruba um voto tendo número suficiente para derrubá-lo.

Quem não vem votar está votando para manter o voto, e o povo vai cobrar isso. Eu estou alertando, porque, na hora que chegarmos ao voto à correção da tabela do Imposto de Renda, o povo brasileiro inteiro vai querer saber quem votou para aumentar o Imposto de Renda, ou seja, quem votou para manter o voto da Presidente Dilma, e quem vai votar para que nós tenhamos a correção da tabela, para não mais se aumentar imposto numa hora dessas. E aí todo o mundo vai ver quem votou contra o voto, quem votou a favor. E quem não veio votar, na verdade, votou para manter o voto, votou para aumentar o Imposto.

Portanto, é isso que vai acontecer agora com o voto ao projeto das empregadas domésticas. Quem quiser que a empregada doméstica e o patrão paguem um imposto menor, uma contribuição previdenciária menor, vota contra o voto. Quem quiser sacrificar a empregada doméstica, quem quiser sacrificar o empregador, vote com a Dilma. Ela acha fácil aumentar imposto. Disse, na campanha, que não ia fazer, mas acha fácil. Vote com a Dilma. E quem não vier está votando com a Dilma.

É essa a posição da verdade.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) — O Deputado Bohn Gass votou com a bancada.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) — Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) — Deputado Mendonça Filho, pela ordem, ouço V.Exa.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só quero registrar que há pouco estive conversando com V.Exa., ao lado dos Deputados Antonio Imbassahy e Rubens Bueno. Apresentamos a seguinte proposição — o Senador Romero Jucá participou —: que o processo de votação no Senado aguarde pelo menos 30 minutos, para que os Senadores cheguem, façam a

sua escolha, referendem o veto presidencial ou não, e, no caso da Câmara dos Deputados, como o número de Parlamentares é bem maior, nós teríamos um prazo de 45 minutos.

Então, com esse prazo pactuado — Senado, 30 minutos; Câmara, 45 minutos —, evidentemente, a gente vai ter transparência para saber...

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP) – Sr. Presidente,...

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Eu estou com a palavra, por favor, Deputado Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP) – Eu só estou pedindo a palavra. Não fique nervoso, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida, eu ouvirei V.Exa. também.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – V.Exa. tem o direito de pedir a palavra depois que eu terminar de usar a palavra.

Ao concluir as minhas palavras, eu queria que V.Exa. acolhesse a nossa posição de forma pública, porque, assim, cada Deputado e cada Senador terá a sua responsabilidade, e o Brasil inteiro vai conhecer como cada um vai votar com relação à correção da tabela do Imposto de Renda e aos demais vetos que serão apreciados.

Obrigado.

Desculpe-me, Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu não só acolho como comemoro esse critério. É fundamental que nós tenhamos uma referência. Se a votação ocorrer de forma mais rápida, nós avaliaremos aqui com os Líderes se poderemos encerrá-la. Mas é importante que todos saibam que nós estamos num verdadeiro aprendizado. O Congresso conquistou no ano que passou o direito de apreciar vetos. Hoje nós votamos uma resolução, promulgamos as regras, e é natural — eu queria cumprimentar o Deputado Mendonça Filho — que nós tenhamos um critério para que toda hora nós não passemos à leitura sobre se o Senador Renan Calheiros está decidindo em favor disso ou absolutamente em favor daquilo. Foi o caso do Senador Romero, e todos nós sabemos da correção e da isenção do Senador Romero e quanto o Senador Romero ajuda aqui no encaminhamento.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Ele é conhecido como locutor de jóquei clube aqui, no Congresso Nacional.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP) – Sr. Presidente Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós não fomos ouvidos pela Liderança do Governo na Câmara, e nós consideramos o seguinte: se estabelecermos aqui tempo em toda votação, pode ser mais uma forma de obstrução da Oposição. Portanto, nós consideramos que na primeira votação é natural que se dê um tempo maior, até porque os Deputados e Senadores estão vindo ao plenário, mas agora nós estamos tendo uma sequência de seis votações. Portanto, não cabe aqui aguardar tanto tempo em cada votação.

Nós, então, propomos que, ao verificar que haja o quórum de votação, dê-se mais algum tempo para que cheguem possíveis retardatários, mas, sim, que se faça um apelo a todas as bancadas para que fiquem em Plenário votando, porque a votação é rápida, uma atrás da outra. Portanto, não vemos sentido em estabelecer cronômetro para a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra a Deputada Clarissa Garotinho.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) – O Deputado Bohn Gass votou com o partido.

**A SR<sup>a</sup> CLARISSA GAROTINHO** (PR-RJ. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu me inscrevi para discutir esta matéria e peço licença para discordar do meu partido. Discordo do meu partido porque entendo que é necessário derrubar esse voto para garantir os direitos das empregadas domésticas e para facilitar a vida dos empregadores. Entendo que isso é bom para o Brasil.

Da maneira como é hoje, com o empregador pagando 12% e o empregado pagando de 8% a 11%, isso está onerando demais, principalmente o empregador, porque em muitas casas do Brasil o empregador acaba pagando a parte dele e paga também a parte do empregado. Então, o percentual hoje já é alto, já está variando de 20% a 21%, quando o empregador paga as duas partes. E, quando ele não paga, esse ônus fica todo para a empregada doméstica. Isso sai do salário dela, que já não é um salário alto.

Então, eu entendo que diminuir essa parte para 6% para as empregadas domésticas e 6% para os empregadores é muito bom, porque mesmo o empregador que continuar pagando a parte da sua empregada doméstica vai pagar algo que é razoável, vai permitir que a formalidade aumente.

Então, quando o Governo diz: “Nós teremos uma perda de 600 milhões de reais na Previdência”, eu queria fazer três observações. Primeiro, 600 milhões de reais, diante de um orçamento de mais de 2 trilhões de reais,

representa muito pouco; apenas 0,03% do nosso Orçamento. Segundo, que ninguém tem certeza desse número de 600 milhões de reais — o Governo disse, mas quem tem um documento que comprove isso? Terceiro, essa medida vai ajudar a aumentar a formalidade; nós sabemos que na realidade brasileira muitas empregadas domésticas ainda trabalham na informalidade. Então, não teremos um prejuízo de 600 milhões de reais, porque mais pessoas estarão contribuindo.

Alguns dizem: *“Não, nós temos que manter esse veto porque estamos discutindo um PLP”*. O PLP trata de outros direitos. E derrubar esse veto não nos impede de garantir posteriormente outros direitos e outros benefícios que estão no PLP. Porém, nesse ponto específico, esse projeto é melhor do que o PLP, porque o PLP faz o patrão pagar obrigatoriamente 20% de INSS e FGTS, e ainda há a parte do empregado, de 8% a 11%.

Então, o empregador, se quisesse também contribuir e ajudar a sua empregada doméstica, teria que pagar de 28% a 31%. Pode parecer uma coisa boa? É boa, porém, onera o empregador. E, onerando o empregador, nós estaremos contribuindo para que mais empregadas domésticas percam o seu emprego ou tenham que novamente voltar à informalidade.

Assim, eu faço aqui um apelo ao bom senso. Todos os argumentos que foram apresentados não são argumentos justificáveis. As empregadas domésticas merecem a formalidade. Os empregadores merecem pagar uma contribuição menor, mais justa. Muitas vezes, as empregadas domésticas sabem mais da nossa vida do que muitos dos nossos amigos e parentes, convivem com as nossas famílias e, às vezes, são consideradas até integrantes da família. São pessoas que cuidam dos nossos filhos, das nossas coisas. Portanto, merecem todo o nosso carinho, toda a nossa atenção e todo o nosso respeito.

Peço desculpas ao meu partido, o Partido da República, mas não seguirei a orientação e votarei pela derrubada desse veto, a favor do Brasil, das empregadas domésticas e dos empregadores brasileiros que já pagam muitos impostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, a tarde de hoje marca um momento histórico para o Parlamento brasileiro para muitos dos que aqui estão estiveram, como eu, neste mesmo plenário, ajudando na construção da nossa Constituição Cidadã, que só agora ganha forma definitiva, com a aprovação, na manhã de hoje, da Resolução nº 1, que criou critérios para a apreciação dos vetos presidenciais. E, dadas as transformações da sociedade, que aqui representamos, de 1988 para cá, os vetos presidenciais que ocorriam em votação secreta passaram a ocorrer em votação aberta. E esta é a sessão inaugural em que o Congresso Nacional, de forma transparente, estará mostrando o seu rosto, apresentando sua face ao trabalhador, à trabalhadora brasileira, à sociedade do nosso País.

Duas matérias que estão sendo apreciadas hoje dizem respeito diretamente ao orçamento da família brasileira. Nós estamos neste instante decidindo qual será a alíquota de contribuição previdenciária para o empregado e para a empregada doméstica e também para o empregador. Logo adiante, vamos discutir o veto ao projeto de correção da tabela do Imposto de Renda, ou seja, vamos decidir se o nosso povo vai pagar mais ou um pouco menos de imposto. É claro que este veto deve ser derrubado. E repito o argumento, porque faço política há 30 anos: em todas as campanhas eleitorais, o compromisso solene, a jura absoluta, é o de defender o interesse do trabalhador, é o de defender o interesse do povo.

Portanto, Deputado Vicentinho, queremos a contribuição de 6%, para que os empregados domésticos possam ter o seu trabalho formalizado, saiam da informalidade, e para que a classe média brasileira não seja ainda mais onerada por um Governo que não faz a sua parte.

O Governo da Presidente Dilma Rousseff não tem autoridade para pedir nenhum sacrifício a mais à sociedade brasileira. O Governo da Presidente Dilma Rousseff não tem autoridade para continuar sangrando a sociedade brasileira, porque o Governo simplesmente se recusa a cortar despesas.

Todo o ajuste fiscal que o Governo da Presidente Dilma Rousseff, perdão, Dilma Rousseff, quer realizar é no aumento da receita. Não corta um cargo comissionado! Há uma semana, o Governo da Presidente Dilma Rousseff — Dilma Rousseff — estava tentando criar mais cargos, milhares e milhares de cargos comissionados, dezenas de Ministérios. É um Governo que gasta mal, afundado numa crise ética sem precedentes, que não planeja, que é perdulário e que não faz a sua parte.

E a primeira parte a ser feita seria ter a humildade de se dirigir ao povo brasileiro e pedir desculpas pelos equívocos, pelos erros grosseiros, na condução da economia, erros que nos levaram à recessão que estamos vivendo. Não é mais possível, não é mais tolerável que o trabalhador e a trabalhadora brasileira sejam chamados para pagar esta conta.

O nosso voto será fiscalizado. Cada um de nós — acredito que todos nós temos as colaboradoras domésticas, os colaboradores domésticos, os empregados domésticos — vamos ter que chegar em casa à noite e dizer, como direi à Edna, que tanto me ajuda aqui em Brasília: *"Edna, eu, como Senador, votei para que você pagasse 6% de contribuição pela sua carteira assinada"*. Ou então vou dizer: *"Edna, eu votei para que você pague 8% pela sua carteira assinada"*. É essa a decisão que está sendo tomada.

E não me venham com o argumento de equilíbrio atuarial da Previdência Social, porque os 600 milhões de reais que podem resultar dessa diferença são menos que um Barusco. São muito menos que um Barusco, que ontem, na CPI, disse ter recebido 200 milhões de dólares em propina!

Ou seja, vamos penalizar todas as empregadas domésticas do País, vamos penalizar a classe média do Brasil, em nome de um discurso falso, de um discurso que não corresponde à realidade de responsabilidade com a Previdência? Não!

O PSDB vota "não". As Oposições brasileiras, em defesa da classe média, em defesa das empregadas domésticas, votam "não" ao veto da Presidente Dilma Rousseff.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nos termos do art. 46, § 2º, do Regimento Comum, a votação iniciar-se-á pelo Senado Federal, uma vez que o projeto é de iniciativa da Senadora Serys Shessarenko.

Em votação, portanto, o veto total aposto ao projeto no Senado Federal.

A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares para darmos início ao processo de votação no painel eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Randolfe Rodrigues, como vota o PSOL?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL-AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto, essa matéria, na própria argumentação do veto, diz que seria por relevante interesse público. No nosso entender, no entender do PSOL, não há relevante interesse público para esse voto. Essa é uma matéria que favorece as trabalhadoras domésticas e a classe média.

Dessa forma, não há sentido em justificativa de constitucionalidade, não há a justificativa de interesse público para que essa matéria tivesse sido vetada, e ela é complementar à PEC das Domésticas, que já foi aprovada.

Dessa forma, o PSOL, no Senado, encaminha o voto "não".

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB-AP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador João Capiberibe, como vota o PSB?

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB-AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a crise recai sempre nas costas dos mais fracos. Na hora da abundância, a distribuição é feita para o andar de cima da economia, mas, na hora da crise, quem paga é o trabalhador.

Portanto, o PSB, mesmo reconhecendo que estamos diante de uma crise profunda, não pode permitir que essa crise seja paga, como sempre, pelos trabalhadores.

O PSB encaminha "não".

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS-MT) – Sr. Presidente...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, para encaminhar pelo PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB) – Como vota o PCdoB, para orientar a bancada?

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – Perfeito. Sr. Presidente. Eu quero falar aqui não apenas como integrante da bancada do PCdoB, mas como mulher, visto que estamos votando uma matéria de interesse de trabalhadores cuja maior parte é de mulheres, mais de 90%.

Nós temos um entendimento, Sr. Presidente, de que essa matéria, que já foi analisada pelo Senado Federal através do projeto de regulamentação da PEC das Domésticas, relatada pelo Senador Romero Jucá, que aí está, já está pautada para votação no plenário desta Casa, a Câmara dos Deputados — já está pautada — que, nos próximos dias, analisará a matéria não apenas no que diz respeito à contribuição previdenciária, mas no que diz respeito a todas as questões que envolvem a regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

Então, em respeito até à posição das entidades das trabalhadoras domésticas que querem analisar a matéria no âmbito da regulamentação geral, nós encaminhamos "sim" ao voto, com o entendimento de que, nos próximos dias, votaremos a matéria de forma mais ampla e sempre em favor dos mais pobres, das mais pobres e daquelas que precisam, Sr. Presidente.

Encaminho o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador José Medeiros, como vota o PPS?

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS-MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PPS vota pela derrubada do voto, Sr. Presidente, porque entende que, senão fizermos isso, a PEC das Domésticas perde o sentido, fica manca.

Assim vota o PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Cássio Cunha Lima, como vota o PSDB?

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PSDB vota “não”, pela derrubada do voto, na compreensão de que quem sabe faz a hora, não espera acontecer. Esta é a hora. Não há que esperar projetos que estão ainda em discussão. Se temos a oportunidade neste instante de defender a empregada doméstica, de defender a classe média, não há por que atender o apelo do Governo para se esperar uma negociação em curso sobre o PLP que tramita na Câmara Federal.

Apendemos, Senadora Vanessa, desde cedo, que quem defende de verdade o povo não espera acontecer. A hora é esta.

O PSDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSDB vota “não”.

Senador Marcelo Crivella, como vota o PRB?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB-RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a aquiescência do meu partido para, apenas neste caso, votar contra o voto da Presidenta, porque tenho relação pessoal com os anseios dos trabalhadores domésticos, aos quais me curvo pela grandeza do trabalho que fazem por este País.

Então, Sr. Presidente, o PRB do Senado Federal vota contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PRB vota contra.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Queria convocar os Senadores, já que esta votação está se dando no âmbito do Senado, para que venham ao plenário para que a gente possa concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Nós estamos realizando uma votação nominal e teremos, na sequência, outras votações. (*Pausa.*)

A partir de agora, todos os outros destaques são da LDO. Portanto, eles começarão a ser votados pela Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não estou conseguindo votar no terminal.

O meu voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós aguardaremos. (*Pausa.*)

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO) – Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Ronaldo Caiado, como vota o Democratas?

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O Democratas vota “não”, Sr. Presidente, pedindo o apoio de todos os Senadores e Senadoras para nós podermos fazer com que a contribuição previdenciária seja de 6%, tanto para o empregador quanto para o empregado ou a empregada, diminuindo a carga tributária.

Então, a posição do Democratas é “não”. E pedimos a presença de todos os Parlamentares para atingirmos o quórum de 72 Senadores e vermos o resultado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecemos a V.Exa.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PROS-RJ) – Presidente Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Miro Teixeira, com a palavra V.Exa.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – Na votação do voto 31.1, o dos psicólogos, é claro que eu votei contra o voto, em favor dos psicólogos, referente às 30 horas — refiro-me ao voto propriamente dito. Agora, no destaque, eu não cheguei a tempo; foi ligeira aqui a votação. Eu estava me deslocando e encerrou-se a votação.

Então, eu quero deixar consignado que — e basta olhar o voto assinado, o voto aberto — mantive o meu compromisso em favor da reivindicação dos psicólogos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registrará mais uma vez a manifestação de V.Exa.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PROS-RJ) – Muito obrigado.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, chamo a atenção para o abuso que ocorreu na semana passada quando houve um ato de vandalismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que invadiram um centro de pesquisa de uma empresa privada do setor de eucaliptos, no Estado de São Paulo, no Município de Itapetininga — ao que parece.

Esse abuso, esse absurdo já havia sido executado lá no Rio Grande do Sul, na empresa Aracruz, na Comunidade Barra do Ribeiro. Da mesma forma ocorreu, Deputado Covatti Filho, lá no Rio Grande do Sul, terminaram com um experimento de soja que nós tínhamos na cidade de Não-me-Toque. E assim ocorrem esses atos de vandalismo contra pesquisas da iniciativa privada.

O Brasil precisa de pesquisa. Os órgãos públicos federais, estaduais e as universidades têm pouco recurso para aplicar. É importante que nós possamos ter, Senador Moka, a iniciativa privada também fazendo esses experimentos.

O Brasil tem um grande potencial para explorarmos o florestamento no País através do eucalipto, que é uma grande fonte de riquezas. Lá no meu Estado, nós precisamos ampliar tal exploração.

Então, lamentamos a ocorrência desse ato de vandalismo ocorrido na semana passada.

Agora, estão ameaçando, em todos os recantos do Brasil, inclusive em Brasília, fazer uma grande mobilização. Vou chamar a atenção dos colegas Parlamentares, Deputado Odelmo Leão, pois eles se movimentam com o dinheiro público. A gente soube da dificuldade dos caminhoneiros, que fizeram uma greve legítima, para virem aqui. O Deputado Valdir Colatto fez uma vaquinha na semana passada, Deputado Hauly, para conseguir recursos para o alimento deles. A população de Brasília, vendo um movimento justo, conseguiu aportar recursos para o alimento dos caminhoneiros.

Então, a baderna que o MST fez na semana passada lá em Itapetininga e também aqui na frente do Ministério da Ciência e Tecnologia está sendo programada para tantos outros lugares, para invadir prédios públicos. Portanto, nós precisamos que a sociedade brasileira interprete isso. O que eles querem? Amedrontar as famílias de bem, as pessoas de bem? Estão atendendo à ordem do Presidente Lula, que disse alguns dias atrás que botaria nas ruas o exército do MST. Isso é um verdadeiro absurdo! O Brasil não pode compactuar com esses atos de vandalismo e barbárie.

Digo mais: há dinheiro público! Eles só se locomovem porque são pagos com dinheiro da Nação brasileira.

Que a sociedade, que está nos ouvindo neste momento, saiba que é o seu imposto que está financiando essa baderna que está sendo executada hoje pelo MST, orquestrada a partir de um pedido, um chamamento de um ex-Presidente da República, cuja postura tinha que ser outra, e não a de estimular o confronto, a baderna, como eles fizeram quando estiveram aqui no ano passado, ocasião em que inclusive vários policiais militares aqui de Brasília foram agredidos por esses vândalos do MST.

Para que a população de bem não vá as ruas no dia 15 fazer um grande protesto nacional, eles estão querendo amedrontar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM-BA. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando que estamos em um período de transcurso da votação, eu queria expressar o meu repúdio veemente à atitude da delegada da 9ª Circunscrição Policial do Bairro da Boca do Rio, Município de Salvador, no Estado da Bahia, em razão de um episódio que, circunstancialmente, envolveu minha filha, Manuela Sampaio, que teve seu *notebook* furtado dentro da sala de aula do curso de Medicina da UNIFACS — Universidade Salvador.

A delegada, após Manuela se dirigir a ela — uma servidora que estava lá trabalhando e com a obrigação e responsabilidade de atuar com cortesia e competência para evitar que a violência, os homicídios, os latrocínios, os roubos e os furtos aumentem, como têm aumentado na Bahia —, tratou com grosseria essa jovem estudante.

Veja agora V.Exa., Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, se uma delegada trata com grosseria uma estudante do curso de Medicina de uma universidade, imagina como ela age com as pessoas mais humildes.

Portanto, gostaria de chamar a atenção da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia para que tire essa Delegada Izaltina, para dar-lhe um curso de reciclagem, e que ela não leve os problemas que deve ter — pessoal e familiar — da sua casa para o trabalho. Casos como esse denigrem o trabalho de recuperação da estrutura de segurança pública que se tenta fazer na Bahia. Profissionais desse tipo, em vez de ajudar, prejudicam o serviço de persecução da Justiça, porque qualquer vítima de violência na Bahia que se submete a

necessariamente ter que tirar um boletim de ocorrência e sofre maltrato por parte de uma autoridade policial, como foi o caso dessa Delegada Izaltina, não merece se socorrer da estrutura do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, lavro aqui o meu protesto para que casos como esse não voltem a ocorrer. Darei conhecimento ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Maurício Telles, para que tome providências contra essa delegada, que não está em condições de poder exercer a sua função de forma digna e que merece, sim, ser submetida a um curso de atualização e de procedimentos para atuar como delegada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao reiterar o meu voto “não” ao veto das 30 horas semanais para os profissionais da Psicologia, quero dizer que a decisão clara, cristalina dos 45 minutos para as votações é absolutamente correta. Se tivesse acontecido naquela primeira votação, claro que um número muito maior teria podido manifestar o seu direito de voto.

Aproveito para indagar do Senador Romero Jucá onde ele encontra sanduíche de mortadela para adquirir, porque penso que é difícil encontrar esse produto popular aqui na Câmara; no Senado, talvez, mais ainda.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Sibá Machado. S.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um minuto só para registrar que hoje a Presidenta Dilma está, neste momento, no Estado do Acre para fazer visita e fazer também a entrega de quase mil casas populares do Programa Minha Casa, Minha Vida, por conta da tragédia das enchentes que assolam o nosso Estado.

A maior enchente da história arrebentou fortemente o centro das cidades de Brasiléia, Xapuri, Rio Branco e Tarauacá. O esforço do Governo do Estado, do Governador Tião Viana, e da Presidenta é no sentido de remover agora essas famílias — não há outro jeito — para outros lugares. Está sendo criada uma cidade paralela para atender essas famílias.

Então, deixo aqui o registro e os meus agradecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passo a palavra ao Deputado Marcos Pontes e, em seguida, ouviremos V.Exas.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, o Líder do meu partido, Rogério Rosso, colocou uma situação de equilíbrio para que nós possamos, num momento desastroso em que o País vive, do ponto de vista econômico, do ponto de vista político, do ponto de vista legal, ético, para que possamos reconquistar a serenidade deste País e possamos caminhar num diálogo, buscando alternativa para este País, que, infelizmente, hoje se encontra numa situação que o mundo inteiro conhece e, cada vez mais, desabona este País.

Quando nós estamos buscando isso, nós somos surpreendidos e, como Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, ontem, durante a nossa reunião das terças-feiras, nós resolvemos fazer um manifesto, publicado em todos os jornais do País. Que também esta Casa possa retransmiti-lo, para que todo o Brasil o conheça, através do programa *A Voz do Brasil* e de outros órgãos desta Casa.

Esse manifesto foi pela surpresa que tivemos — e não sei se foi surpresa: um ex-Presidente da República, que deveria ser aquele que mais busca a alternativa do diálogo, aquele que mais busca a serenidade nesse momento difícil que este País está vivendo, graças a uma economia desastrosa no passado, de que ele é o grande responsável, o ex-Presidente Lula incita o seu exército a ir às ruas; incita aqueles que têm na destruição o propósito maior, destruindo a história, destruindo a pesquisa do Brasil.

Isso que o Deputado Heinze disse, com muita correção, levou-nos a fazer a nota oficial. Fui impelido pelos meus companheiros Senadores, Senadoras, Deputadas e Deputados, a transmiti-la para todo o Brasil, e peço a permissão para lê-la a V.Exa. e a todos os companheiros.

“Manifesto pela Paz do Brasil e dos Brasileiros

A Frente Parlamentar da Agropecuária vem manifestar o seu repúdio aos fatos que vêm ocorrendo nos últimos meses, em que autoridades que deviam zelar pelo bem-estar dos brasileiros estão trabalhando de maneira grosseira e perniciosa contra o setor produtivo brasileiro, que é o responsável em colocar comida na mesa de nossa sofrida população.

Mas fato de extrema gravidade está configurado na bisonha atitude de o ex-Presidente Lula liderar os Movimentos dos Sem-Terra e a Via Campesina, instigando-os a fazer um verdadeiro desmonte das

novas tecnologias implantadas pela EMATER, pela EMBRAPA e por outras instituições que cuidam da descoberta e implantação de novas tecnologias no campo.

Os desmandos articulados por Lula e seus apaniguados, por certo, irão dificultar ainda mais a vida de nossos irmãos brasileiros, independentemente do nível social em que se encontrem, porque as irresponsáveis providências por ele apregoadas atingirão os principais setores da economia.

A sequência de erros cometidos pela Dilma, alçada à Presidência pelo próprio Lula, foi desencadeada em todo País uma crise sem precedentes, haja vista que já no início de seu Governo não pode sequer sair às ruas, porque será vaiada.

A Frente Parlamentar da Agropecuária não defende e não está disposta ao confronto que fira os princípios democráticos, mas não irá se calar contra os desmandos do Governo, mormente daquele que acha que ainda está dirigindo o Brasil."

Assinam o Deputado Marcos Montes, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Frente Parlamentar pelo Senado; e o Deputado Nilson Leitão, Vice-Presidente da Frente Parlamentar pela Câmara dos Deputados.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

Em seguida, o Deputado Valmir Assunção e o Deputado Alfredo Kaefer. (*Pausa.*)

Consulto os Líderes do Senado Federal sobre se nós podemos encerrar a votação.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PDSB-TO) – Sr. Presidente, podemos, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

Em seguida, nós vamos encerrar a votação.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero registrar a insensibilidade deste Governo com relação a matérias sociais.

Quanto a essa questão do voto, Sr. Presidente, o empregador doméstico não é empresário, não tem fins lucrativos. É inadmissível este Governo não ter a sensibilidade de perceber que é diferente. Não dá para querer tributar da mesma forma que se tributa as empresas. Hoje, quando pessoas mais humildes vão para o mercado de trabalho, elas têm que contratar alguém para cuidar da sua casa, dos seus filhos. E o PT apresenta um projeto de lei com 12% para os empregados domésticos e não aceita a derrubada desse voto! O Governo perdeu, sinceramente, a sensibilidade com relação à questão social.

Agora, Sr. Presidente, a moeda que tem circulado, nesta Casa, nos discursos é barusco. Um barusco vale 300 milhões de reais! O Governo, insensível, diz que essa matéria tem um impacto de 600 milhões. Então, corresponde a 2 baruscós! (*Risos.*)

Agora, o que a gente percebe — e o Governo não viu isso — é que, com a oficialização, com a regularização da questão dos domésticos, aumentou, e muito, a arrecadação. Então, ele não pode alegar que houve redução com relação à carga tributária. O Governo precisa rever isso.

Quanto ao Imposto de Renda, está em mais de 30% a defasagem da tabela do Imposto de Renda.

Será que o Governo não percebe isso? Será que o Governo não vê que já aumentou o preço dos combustíveis, aumentou o preço da energia elétrica em mais de 40%, e ainda quer reajustar progressivamente a tabela do Imposto de Renda de 4,5% até 6,5%?

Acho que está faltando alguém para fazer as contas para este Governo. O que ele tem que fazer não é corrigir a tabela do Imposto de Renda, não é aumentar a tributação em cima das empregadas domésticas; o que o Governo tem que fazer é cortar na própria carne, é diminuir a corrupção, é diminuir os Ministérios. São 39 Ministérios!

Quando é que vai cair a ficha do Governo de que toda a revolta da população brasileira se refere à sua cara de pau, à sua mentira, à sua hipocrisia, à sua demagogia?

É por isso que, no dia 15 de março, podem ter certeza, a população vai para as ruas manifestar a sua indignação com este Governo insensível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP-RS) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. Em seguida, à Senadora Ana Amélia e ao Senador Ataídes Oliveira.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho aqui, nesta tribuna, primeiro, para parabenizar todas as trabalhadoras e trabalhadores organizados pela Via Campesina, sobretudo pelo Movimento dos sem-terra, que, neste mês de março, têm iniciado uma série de mobilizações em todo este Brasil, lutando pela reforma agrária.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que o art. 184 da Constituição diz que todas as terras improdutivas devem ser destinadas para a reforma agrária. Pois bem, desde 1988 o povo que precisa de terra vem lutando para que esse artigo da Constituição seja cumprido. Mas ocorre que há um setor da sociedade, o agronegócio, que é a favor do latifúndio, que impede o avanço da reforma agrária. Por isso, tem-se que caminhar, que se mobilizar, que chamar a atenção para a pauta da luta pela reforma agrária em todo o Brasil.

Por exemplo, os companheiros da Via Campesina e do Movimento dos sem-terra, que estão caminhando por todo este Brasil, eu acho que este Parlamento deve parabenizar, porque o que há de reforma agrária neste Brasil é fruto das caminhadas, das lutas dos movimentos sociais no Brasil. Por isso, eu, desta tribuna, só tenho que parabenizar os sem-terra que estão lutando. São 122 mil famílias acampadas em todo o Brasil.

A esperança que nós temos agora, a expectativa dos sem-terra, com a nomeação do Ministro Patrus Ananias, é de que nós possamos avançar no processo de reforma agrária. O Ministro Patrus Ananias é um homem sério, comprometido com a luta do povo e, sobretudo, uma pessoa conciliadora que tem a convicção de que a terra tem que cumprir função social. É a partir disso que acredito que nós vamos avançar.

Nesses trinta e poucos anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, todo mês de março, todo mês de abril, o Movimento sempre esteve em caminhada. Então, não é por que vai haver um ato que ele vai deixar de fazer isso agora — porque estão dizendo que vai haver ato no dia 15. É uma necessidade do Movimento dos sem-terra lutar por seus direitos.

Nós vivemos em uma sociedade democrática. Todos os movimentos têm o direito de ir às ruas, todos os movimentos têm o direito de reivindicar, e é isso que o MST faz.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que a decisão da Presidente Dilma de nomear o Ministro Patrus Ananias e o Leonardo Goés para a Presidência do INCRA cria um novo horizonte, uma nova expectativa. Por isso, acredito que nós estamos dando um passo significativo para avançar na consolidação dos assentamentos, com investimento cada vez maior e, sobretudo, desapropriação dos latifúndios que existem neste Brasil improdutivo, em que é preciso assentar as famílias.

Era isso, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP-RS) – Sr. Presidente, agora é a minha vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP-RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou extremamente feliz e animada, olhando o painel com a orientação dos partidos da base de sustentação do Governo: PMDB, PDT, PP, meu partido, PR, PSD, PTB e PSC. Ao não anunciar a orientação de bancada, liberaram as suas bancadas para democraticamente definirem o “não” para a derrubada deste veto com relação à contribuição dos domésticos.

Penso que a argumentação usada aqui pelos oradores foi muita clara. A classe média, a dona de casa... Eu pago salário à minha empregada que está há 30 anos comigo. Não é mais uma servidora; é uma pessoa da minha família. Estamos ela e eu em casa, e os eventuais que vão lá.

Então, eu vejo que isso é uma ajuda à classe média e à formalidade do trabalhador doméstico.

Sei que o Senador Romero Jucá fez um belo trabalho na regulamentação desse trabalho. Mas hoje aqui é uma outra questão: é um veto que nós estamos apreciando, para que não seja anulado o esforço do Poder Legislativo em matéria social tão relevante quanto esta que envolve Previdência Social para os empregados domésticos.

Eu quero parabenizar a Liderança do PMDB, do PDT, do PP, do PR, do PSD, do PTB e do PSC.

Eu queria também convidar o Senador Paulo Paim, que está no plenário, a nos ajudar a derrubar esse voto.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

**O SR. ALFREDO KAEFER** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu quero cumprimentá-lo pela devolução da medida provisória que versava sobre a desoneração da folha de pagamento.

Nós fizemos aqui um trabalho incansável. O mundo inteiro não tributa folha de pagamento. Mas essa matéria virá através de projeto de lei, se já não veio, e vai tramitar inclusive em urgência. Todos nós, Senado e Câmara, devemos nos esforçar para não mudar essa regra, uma regra estabelecida, o que vai quebrar a confiabilidade das empresas que acreditaram nesse projeto.

Nessa mesma linha, Sr. Presidente, temos aqui algo versando sobre redução de tributos de empregados domésticos. A Constituinte de 1988 foi sábia na época ao tratar de forma diferente os empregados domésticos. Nós os incluímos de forma igual na legislação votada aqui nas duas Casas. E essa redução volta um pouco à equiparação, fazendo com que a gente reequilibre essa situação.

Peço então a todos os Senadores e Deputados que votem “não” ao veto, para que a gente tenha uma forma diferenciada de manutenção dos empregos domésticos, tão importantes para o nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (PSDB-TO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós tivemos um sucesso enorme quando aprovamos aqui, nesta Casa, a PEC das Domésticas. Sabemos que muita coisa ainda está para se regulamentar. Esse veto com relação a este percentual patronal pago pelo empregador, de 12% para 6%, e do empregado doméstico, de 8% para 6%, não representa nada para o Governo. Não vai ser através desta pequena alíquota que se vai resolver o problema da Previdência Social no País.

Eu tenho dito que a Previdência Social é superavitária. O que nós precisamos fazer é ter pessoas competentes à frente deste Ministério e que venham coibir a corrupção e acabar com as aposentadorias especiais.

Portanto, Sr. Presidente, eu aguardo que este veto seja derrubado, e peço a V.Exa. que, se possível, abra o painel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vou encerrar a votação.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi emocionado que tem 120 mil sem-terra depois de 12 anos de Governo do Partido dos Trabalhadores. Não é opção deles o trabalhador! Porque 120 mil sem-terra custam 12 bilhões reais, para que sejam assentados. E o Governo paga 250 bilhões de reais de juros.

Eu não sei se é para chorar ou rir. Um Governo que se diz trabalhista usa o trabalhador, o sem-terra, e não dá terra para ele. É uma vergonha o Governo não ter assentado 120 mil famílias!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Toninho Pinheiro.

**O SR. TONINHO PINHEIRO** (Bloco/PP-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em relação à votação anterior, é justa a reivindicação dos psicólogos, assim como a dos enfermeiros, sobre a redução da jornada de trabalho, mas infelizmente isso é inviável, porque não há recurso. Quem vai bancar isso são os Municípios, que estão quebrados e sofridos por causa da Mesa do Senado e, principalmente, da Mesa da Câmara dos Deputados, que não ouviram a população quando veio aqui pedir para o Congresso votar os 10% para a saúde.

Nós precisamos reparar os erros e votar de acordo com a população. É preciso votar, no futuro, os 10% da saúde. Quero deixar bem claro isso. Não podemos deixar que a Mesa da Câmara dos Deputados seja puxa-saco do Governo Federal.

É preciso votar aquilo de que o povo precisa e por que clama a todo o momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos proceder ao encerramento da votação.

Encerrada a votação.

Proceda-se à apuração. (*Pausa.*)

Resultado da votação: “sim”, 23; “não”, 37; abstenções, 2. Total: 62

Portanto, o veto está mantido no Senado Federal.

Como consequência, o veto deixa de ser submetido à Câmara dos Deputados.

Será feita a comunicação à Sra. Presidente da República.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento “B” ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Comunico que os vetos constantes da cédula eletrônica de votação utilizada na data de hoje já foram apurados.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, divulgue o resultado no painel. (*Pausa.*)

Comunico às Sras. e aos Srs. Congressistas que o resultado detalhado, relativo aos vetos parciais, já está publicado no Portal do Congresso Nacional.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento “B” ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passa-se agora à apreciação do terceiro destaque, referente aos itens 9.01 e 9.02 da cédula, que trata do crédito de IPI.

São os seguintes os dispositivos destacados:

- “caput” do Art. 11-A da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, com a redação dada pelo artigo 3º do projeto.
- inciso V do “caput” do art. 11-A da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, com a redação dada pelo artigo 3º do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para encaminhar a votação, eu concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a matéria trata da concessão de compensação do IPI do crédito presumido sobre as contribuições sociais. Em outras palavras, aquele empreendedor, aquele industrial que for pagar IPI, deixa de pagar o IPI e compensa isso nas contribuições sociais.

Qual a consequência imediata desse procedimento? Diminuir os recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Como sabemos, 24,5% do IPI vão para os Municípios. E os Municípios estão todos reclamando da diminuição pela sua dificuldade de manter a máquina municipal funcionando. Eles estão agora preparando a Marcha dos Municípios a Brasília exatamente para discutir mais receitas.

Esse dispositivo também retira recursos do Fundo de Participação dos Estados. Os 26 Estados e o Distrito Federal recebem 22,5% deste valor; e retiram recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ou seja, 49% dessa política que aqui está se propondo vai para as costas dos Municípios, dos Estados e dos Fundos Constitucionais.

O montante previsto nessa isenção é da casa de 30 bilhões de reais. Portanto, derrubar o veto é retirar algo em torno de 15 bilhões de reais dos Municípios, dos Estados e dos Fundos Constitucionais.

Em face dessa dificuldade orçamentária dos Estados e Municípios, em face da situação fiscal da União, nós mantemos o veto e o diálogo com esses setores para construir outras políticas alternativas que não prejudiquem Estados e Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu venho à tribuna para discordar do encaminhamento do meu amigo, do meu Líder José Pimentel. Diferentemente do que foi aqui afirmado, esta é uma matéria muito importante que merece a atenção de todo o Congresso Nacional.

O País está parado. Os dados do boletim *Focus* do Banco Central apontam para uma retração econômica este ano. Já, já a crise econômica vai bater no nível de emprego, e o nível de emprego é a coisa mais importante que nós conquistamos ao longo dos últimos anos.

A matéria destacada pelo Partido Socialista Brasileiro se refere ao regime automotivo do Nordeste, política industrial essa que foi implementada ainda à época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que permitiu a descentralização da indústria automotiva. Daí a Ford pôde se instalar na Bahia.

No Governo do Presidente Lula, numa decisão corajosa, os incentivos foram prorrogados. Isso permitiu que a indústria automobilística pudesse ir além, e Pernambuco recebeu a planta automotiva da FIAT, que vai gerar 10 mil empregos e está criando um novo polo industrial num Estado pobre.

Por isso, eu quero aqui lembrar aos companheiros do Centro-Oeste que a indústria automotiva foi para aquela região graças à política do regime automotivo. Nós não vamos retirar recurso nenhum do Fundo de Participação de Estados, nem do Fundo de Participação dos Municípios, até porque os incentivos foram concedidos até 2020.

Essa medida não tem nenhum impacto fiscal no orçamento deste ano, nem no orçamento dos próximos 4 anos. O que nós estamos aqui defendendo é uma política industrial que possa contemplar os interesses das regiões menos desenvolvidas.

Eu não posso me calar, até mesmo em respeito ao esforço da administração do Presidente Fernando Henrique, da administração do Presidente Lula e da administração da Presidenta Dilma, que ofereceram incentivos financeiros para que a FIAT pudesse chegar ao Estado de Pernambuco.

Esta emenda significa emprego; significa manter o desenvolvimento industrial brasileiro! É por isso que faço um apelo aos Senadores, às Senadoras, aos Deputados, às Deputadas, independentemente da cor partidária, independentemente de ser contra ou a favor do Governo, a fim de que nos unamos em torno de uma agenda positiva, de uma agenda a favor do emprego.

Este destaque quer preservar, sobretudo, os empregos para os brasileiros, num momento tão crucial e tão frágil como o que atravessa a economia brasileira.

Sr. Presidente, peço a atenção de todos os membros do Congresso Nacional: não vamos engolir os remédios que estão nos receitando goela abaixo para o enfrentamento da crise. Vamos apoiar o Governo nas medidas que levem ao equilíbrio fiscal.

Essa medida não trata da retirada de nenhum centavo para os cofres do Tesouro Nacional. O que ela propõe é a prorrogação por mais 5 anos para que os incentivos sejam estendidos até 2025. O Congresso Nacional, para preservar a Zona Franca de Manaus, prorrogou os incentivos fiscais até o ano de 2050. O que o Nordeste pede, o que o Nordeste exige é justiça, é igualdade, é equilíbrio!

Por isso, em nome da Liderança do PSB, eu peço enfaticamente a este Congresso Nacional que apoie a manutenção e a extensão de uma política industrial que não só preserve como também gere o desenvolvimento de forma equilibrada para o nosso Brasil.

Esse é o meu encaminhamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha posição é pela manutenção do voto.

Quero dialogar aqui com o Senador Fernando Bezerra Coelho. Embora tenha ouvido atentamente as suas preocupações e até compreendido profundamente as suas razões, nós queremos manter este voto porque, se estendermos essa proposta até o ano de 2025, vamos prejudicar substancialmente as receitas do IPI, uma vez que 49% de suas receitas são destinadas para a composição do Fundo de Participação dos Estados, do Fundo de Participação dos Municípios e também dos fundos constitucionais.

A Presidenta tem se esforçado para que apontemos — na sequência da discussão das Medidas Provisórias nº 664, 665, 670 e outras — um plano ousado de fortalecimento da indústria de exportação do nosso País, até porque o câmbio já dá sinal que é altamente favorável para esse setor.

Durante todo o período mais difícil das sequelas da crise da economia mundial, o Governo tomou todos os cuidados possíveis para facilitar as condições da indústria nacional, e foram adotadas medidas muito importantes para a garantia do emprego e da manutenção dessas empresas no Brasil. Mas a nossa preocupação aqui é que essa renúncia fiscal vai tirar substancialmente a capacidade de trabalho das Prefeituras, dos Municípios, dos Governos Estaduais e dos fundos constitucionais: o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO, da Amazônia; o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE; e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO, que é basicamente o que se tem hoje para garantir investimentos no setor produtivo destas três Regiões.

Então, nós pedimos encarecidamente ao Plenário desta Casa que de jeito nenhum derrube este voto. Este voto tem que ser mantido, até porque, como já disse o Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel, os Prefeitos irão se dirigir para cá e cobrarão um percentual ainda maior, uma vez que há emenda constitucional que aumenta a participação dos Municípios em 2%.

Se nós tirarmos isso aqui, Senador Fernando Bezerra Coelho, pode até atender ao setor industrial, mas vai prejudicar substancialmente a municipalidade, os Estados e os três fundos constitucionais que ajudam, e muito, as três regiões mais carentes do nosso País.

Portanto, o nosso pedido, Sr. Presidente, é pela manutenção deste voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. Em seguida, nós vamos começar a votação na Câmara dos Deputados.

Com a palavra V.Exa.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, este voto é do tipo: “*se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*”. A essência dele — se mantido o voto — castiga as empresas e os empreendedores. No fundo, no fundo, aumenta o imposto. Ou seja, aquele incentivo que havia se perde e, consequentemente, aumenta o imposto.

Por outro lado, do jeito que está hoje, com a desoneração do IPI, Municípios e Estados estão deixando de arrecadar. Se nós votarmos com o voto, estamos prejudicando as empresas, os empresários e os empreendedores e, de certa forma, estamos repondo aquilo que os Municípios e os Estados estão perdendo, e vice-versa.

Então, nós estamos aqui numa dicotomia. Aliás, mostra muito claramente o que é o dinheiro do recurso público: as verbas públicas existem por causa das receitas e se esvaem por causa das despesas. E, aí nós temos que fazer a leitura. Significa que o dinheiro público existe, mas é que nem coberta curta: tem para os pés? Claro que tem para os pés. Pode tapar os pés; mas vai faltar para a cabeça. “Ah, mas eu quero tapar a cabeça.” Tapa, não tem problema, mas vai deixar os pés de fora.

Então, não há como agradar a Deus e ao diabo ao mesmo tempo, exatamente pela angústia vivida. Agora, é preciso deixar aqui claro, de forma muito transparente, que quando é para conceder benefícios para a indústria, quando é para desonerar, o Governo desonera sozinho. E quando é para aumentar, aí nós temos que aprovar. Resultado: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Sobra sempre para nós aqui na Câmara dos Deputados.

Eu não quero aumentar imposto para ninguém. Eu não vim aqui para aumentar imposto de nenhuma empresa, de nenhum empresário, de nenhum empreendedor, ainda que seja em forma de oneração devido à desoneração. Nós temos nesta hora que estimular o emprego e a empregabilidade no País.

O Governo, por exemplo, investiu muito no Bolsa Família, que é bom, é necessário, é imprescindível. Mas, na minha visão, mais importante do que o Bolsa Família poderia ser a desoneração do emprego, a desoneração da folha de pagamento. Ao invés de pagar para o cidadão não trabalhar, eu vou pagar para ele trabalhar. Ou seja, eu vou desonrar de imposto a folha de pagamento para que o empregado custe menos ao empregador e, consequentemente, empregue mais. É isso que nós queremos. É isso que nós pregamos. É isso que o Pasqualini, inspirador da doutrina trabalhista, prega.

É preciso um convívio harmonioso entre o capital e o trabalho. Não é matando o capital que nós vamos projetar o trabalho. Um é como se fosse irmão siamês do outro. Não há trabalho sem capital nem capital sem trabalho.

É verdade que eu pondero que o capital tem relevância, mas ainda o trabalho é mais importante, porque, como dizia o Pasqualini, o capital é o resultado do trabalho acumulado. Se trabalha, trabalha, trabalha, a pessoa tem o capital.

Resumo da ópera, Sr. Presidente: eu não vim aqui para aumentar imposto; eu não vim aqui nem para onerar. E, se antes houve desoneração, mantenha-se a desoneração para que se possibilite a manutenção do emprego, porque a corda sempre arrebenta na ponta mais fraca. A ponta mais fraca não é a do empresário, é a do empregado. Isso vai resultar em desemprego, e aí não contem comigo.

Então, eu voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria dizer aos Srs. Líderes que a regra que nós aprovamos hoje estabelece dois oradores para falar contra e dois para falar a favor de cada destaque, exatamente para que os Líderes se entendam: quem vai falar a favor e quem vai falar contra. Não é a Presidência do Congresso Nacional que vai decidir sobre isso, porque senão falarão três, quatro, cinco, e nós haveremos quebrado a regra.

Então, o fundamental é que haja uma conversa entre os Líderes e que, para cada destaque, os Líderes estabeleçam dois contra e dois a favor. Eu acho que é assim que nós resolveremos essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados.

A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para darmos início ao processo de votação no painel eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço aos Líderes que desejarem: orientem as suas bancadas.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, quero fazer a orientação do PT.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu creio que não foi má-fé, foi apenas falta de informação. O argumento utilizado pela representação do Governo foi o de que a proposta defendida pelo Senador Fernando Bezerra Coelho significaria perda de receita para a União, Estados e Municípios.

Ocorre que nós temos atualmente vigendo na legislação brasileira incentivo fiscal que permite o regime automotivo para a Região Nordeste do Brasil, beneficiando empresas no Ceará, em Pernambuco, o meu Estado, como é o caso da FIAT, e na Bahia, também, que teve o benefício consagrado ainda na gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Prorrogar esse regime automotivo não vai custar um tostão para o Governo Federal, tampouco para Estados e Municípios, diferentemente do que disse o Senador Pimentel e o Deputado Sibá. É completamente diferente. Eles estão redondamente equivocados. Na verdade, está se estendendo por mais 5 anos um direito já assegurado. Não vai ser nem na vigência do atual mandato da Presidente Dilma essa questão.

Então, eu quero deixar aqui, de forma clara e objetiva, que nós estamos apenas estendendo e dando longevidade, perspectiva de médio e longo prazo, aos investimentos na área do regime automotivo, que são vitais para o desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Por isso, nós pedimos que derrubemos o veto, votando “não” ao veto da Presidente Dilma.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ) – Orientação do PSOL, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, agora é a orientação do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PT, Deputado Sibá Machado?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – O PT vai orientar o voto “sim”, pedindo a toda a nossa bancada que venha imediatamente para cá.

Só quero aqui contestar, de novo, o Líder do DEM. Eu acho que o Líder do DEM não entendeu a matéria. A matéria trata de renúncia fiscal através do IPI.

Se mexer nas receitas do IPI, que é componente de 49% dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e dos fundos constitucionais, é claro que vai haver perda de receita! Perdendo receita, os Municípios ganharão menos, os Estados ganharão menos, e os fundos constitucionais não poderão mais ter o volume de investimentos que têm hoje para o desenvolvimento do setor produtivo das regiões mais carentes do Brasil.

É por isso que nós estamos pedindo... Não pode haver um debate aqui desta maneira! O debate tem que ser claro, lúcido e informativo! Vamos para a disputa em outro patamar.

Portanto, a pedido, o PT vota “sim” pela manutenção deste veto, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PP-SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante da não manifestação de outros partidos...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – É isso que eu estou cobrando agora.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PP-SC) – Sr. Presidente, diante da não manifestação de outros partidos, eu quero recomendar à nossa bancada do PP a clareza de quem vai votar.

Eu vou votar contra o voto do Imposto de Renda, mas, neste caso aqui, eu recomendo e peço que os companheiros de partido votem “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Como vota o Solidariedade?

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** (SD-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Como vota o PCdoB?

**A SR<sup>a</sup> LUCIANA SANTOS** (PCdoB-PE. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PCdoB encaminha o voto “sim”.

Como vota o PROS?

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Para orientar pelo PSDB, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> ROSÂNGELA GOMES** (Bloco/PRB-RJ) – Para orientar pelo PRB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSDB como vota?

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – O PSDB, Sr. Presidente, vai liberar a bancada por uma razão simples: esta é uma discussão que envolve sentimentos regionais. Há outros problemas, além disso, que podem afetar Municípios e Estados. O Centro-Oeste, por exemplo, é prejudicado; o Nordeste é beneficiado.

Então, o PSDB libera a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSDB libera a bancada.

Como vota o PRB?

**A SR<sup>a</sup> ROSÂNGELA GOMES** (Bloco/PRB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PRB vai votar pela manutenção do voto, “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR.) – O PRB vota “sim”.

Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL entende que essa prorrogação de renúncia fiscal, de fato, incidirá sobre a arrecadação de Estados e Municípios.

A indústria automotiva também, no Brasil, tem que ser repensada porque vemos que o caos e o crédito para compra de automóveis têm trazido problemas tremendos de mobilidade urbana.

Nesse sentido, nosso voto nesta matéria é “sim” ao voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSOL vota “sim”.

Eu convido o Deputado Chico Alencar para, daqui a pouco, comer um sanduíche de mortadela ali atrás, porque eu já estou com fome de novo.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ) – Desta vez não arredarei o pé daqui. Ficarei em jejum cívico, jejum cívico.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – V.Exa. é meu convidado.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ) – Mortadela faz muito mal à saúde.

**O SR. NEWTON CARDOSO JR** (Bloco/PMDB-MG) – Sr. Presidente, pelo PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PMDB como vota?

**O SR. NEWTON CARDOSO JR** (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão do orador.) – Neste momento de crise, Sr. Presidente, o partido não pode se furtar a orientar “sim”, tendo em vista que iremos castigar mais ainda todos os Estados e os Municípios com perda de receitas, o que não suportam mais.

Portanto, reitero o apelo a todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas do PMDB pelo voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PMDB encaminha o voto “sim”.

Como vota o PSD?

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Sem revisão do orador.) – O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSD encaminha o voto “sim”.

Como vota o PR?

**O SR. AELTON FREITAS** (PR-MG. Sem revisão do orador.) – O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PR encaminha “sim”.

Como vota o PSB?

**O SR. FERNANDO COELHO FILHO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – O PSB vota “não”, Sr. Presidente, e pede à bancada que o acompanhe nesse voto, tendo em vista que a prorrogação dos incentivos fiscais do Nordeste não visa atender novos empreendimentos, só empreendimentos já existentes, prorrogando de 2015 até 2020. Não afeta nenhum outro Estado brasileiro, mas os empreendimentos que já geram hoje emprego no Ceará, Pernambuco e Bahia terão estendidos até o ano de 2025 esses benefícios, para poder continuar gerando emprego e movimentando a nossa economia.

Por isso, pedimos o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSB vota “não”.

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o PROS?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Sem revisão do orador.) – O PROS vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PROS encaminha o voto “sim”.

Como vota o PPS?

**O SR. MARCOS ABRÃO** (PPS-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em defesa da geração de emprego no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste, o PPS vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PPS vota “não”.

Como vota o PV?

**O SR. SARNEY FILHO** (PV-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV sempre foi contra a isenção de IPI para veículos sem uma contrapartida sobre as emissões de gases poluentes. No entanto, nós estamos vendo uma excepcionalidade: trata-se de incentivar a indústria do Nordeste.

Meu voto pessoal será “não”, e eu vou liberar a bancada para votar de acordo com a sua consciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PV libera a bancada.

Como vota o PDT?

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PDT encaminha o voto “sim”.

Como vota a Liderança da Minoria?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Minoria vai liberar a bancada, por haver divergência deste tema dentro dos partidos da Oposição.

O meu voto é “não”, porque entendo que nós devemos incentivar a indústria do setor automotivo no Norte e no Nordeste do País, para gerar emprego e renda.

Mas a Liderança da Minoria, em razão dos partidos da Oposição terem algum entendimento diferenciado, libera a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A Minoria libera a votação.

Como orienta a votação a Liderança do Governo?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – O Governo vota “sim”, Sr. Presidente, e pede a toda a base para vir votar, porque este voto, se for derrubado, vai gerar um impacto de mais de 30 bilhões de reais, recaindo principalmente sobre Estados e Municípios — são os 49% dos fundos constitucionais.

Em nome da responsabilidade fiscal com o conjunto da Federação, nós orientamos o voto “sim”, para preservar a integração federativa, Sr. Presidente. Não podemos impor um prejuízo desses para os entes Federais, os Estados e Municípios.

Portanto, o Governo vota “sim” e pede à base para vir votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

Feita a orientação das bancadas, como nós ainda não atingimos o tempo acertado para o fim da votação, eu vou passar a palavra aos Parlamentares que foram inscritos, mas que excederam o número previsto na resolução. Se quiserem usar a palavra, terão direito.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Moroni Torgan. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O Deputado João Rodrigues se dirige à tribuna para usar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Gostaria de anunciar a visita oficial de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Saudita Brasileiro do Conselho de Consultas do Reino da Arábia Saudita.

Da delegação oficial fazem parte o Sr. Mohamed Bin Hamed Al Nakadi, o Sr. Ahmed Bin Saad Al Mufarreh, o Sr. Awadh Bin Khozeim Al Asmari, o Sr. Sadakah Bin Yahya Fadhel, a Sra. Ferdaws Bint Saud Al Saleh e o Sr. Mansour Bin Saad Al Kraidees. O Sr. Ibrahim Aleisa é integrante da delegação acompanhante.

São todos bem-vindos ao Congresso Nacional! (Palmas.)

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço questão de fazer um registro. Não sei se há no Plenário mais alguém que visitou a Arábia Saudita. *I visited Saudi Arabian.* À época, fui recebido pelo Rei Fahd. Estive no Parlamento, que era um projeto incipiente tanto na Arábia Saudita quanto no Kuwait.

Então, quero dizer a todos que nos visitam: (*expressão em árabe*).

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra o Deputado João Rodrigues.

**O SR. JOÃO RODRIGUES** (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está em andamento a votação para a derrubada ou a manutenção do voto da Sra. Presidenta.

O nosso partido tomou uma posição de manter o voto, mas, com a liberdade que o meu partido me deu, como Deputado Federal eleito com 221.409 eleitores em Santa Catarina — juntamente com o Deputado Esperidião Amin, tivemos a honra de ser os mais votados da história —, eu quero aqui trazer a público a minha posição: sou a favor da derrubada do voto da Presidenta.

Primeiro, nós estamos em um ano de crise. Quando a folha foi desonerada no passado, era para aquecer a economia. Então, este é um momento errado para revogar essa decisão, que deu resultado no passado. E qual é a justificativa? Cobrar mais impostos para cobrir o rombo, levando-se em consideração que o Governo não fez o dever de casa.

Como se pode explicar à população brasileira que é necessário onerar de novo, se não se reduz um centavo, se não se faz economia em absolutamente nada, se não se diminui o tamanho da máquina pública? De que forma poderão dizer isso ao contribuinte brasileiro, aos pequenos e aos médios empresários, que, com muito sacrifício, mantêm as suas portas abertas, geram empregos, movimentam esta economia decadente, pela crise que o nosso País enfrenta?

Então, eu quero aqui manifestar minha posição de derrubar o voto para poder, primeiro, ajudar a manter os empregos do nosso País; segundo, ter a coragem de olhar nos olhos do eleitor catarinense, do cidadão do meu Estado. Esta Legislatura, este mandato é diferente dos demais mandatos que todos nós Parlamentares tivemos. É um mandato em que nós estamos sendo acompanhados *pari passu* por cada cidadão.

É oportuno também falar aqui sobre o ato do próximo domingo. Mas o que me espantou, caros Deputados, é que no dia de ontem e hoje tivemos atos públicos pelo País patrocinados pelo MST. E o que me chama atenção é que a bandeira levantada é pela reforma agrária.

Na minha cidade de Chapecó, por exemplo, hoje um grupo de integrantes do movimento trancou algumas avenidas — na mão direita, a bandeira do movimento; na mão esquerda, a bandeira do PT. Parece-me que o poste está fazendo xixi no cachorro. Ora, quem é que pode, quem é que deve e quem é que tem obrigação de promover e efetivar a reforma agrária no País? Pelo que me parece — não só me parece, mas pelo que é —, é obrigação do Governo. Faz se quer. Agora, ir para a rua protestar contra quem?

Por outro lado, o Presidente Lula recentemente convocou o MST. Obedientemente, o movimento atendeu ao apelo do Presidente. Por mais que se justifique que todo mês de março o movimento vai às ruas, é importante que o movimento aliado e alinhado com o Governo possa discutir, interna e partidariamente, os encaminhamentos.

E mais: é importante que o MST solicite ao Governo a titulação das terras daqueles que já foram assentados. Pelo que me parece, não há vontade política da titulação e da escritura efetiva para cada um daqueles que hoje já foram assentados.

Por fim, quero aqui concluir os demais colegas, não em nome da ideologia, nem em nome da posição partidária, mas em nome do bem-estar do nosso País, pela honra de cada cidadão de bem do nosso País e do meu Estado, principalmente. O meu voto é pela derrubada do veto, até porque, com todo respeito, esse era também um compromisso de campanha da Sra. Presidenta Dilma. Assim sendo, eu estou contribuindo para que ela possa honrar com o seu compromisso de campanha, que não era aumentar tributos, que era garantir os empregos; que não era tirar direito de trabalhadores, que era manter tudo aquilo que viesse para aquecer a economia do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM-BA. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, venho nesta oportunidade, informar a este Plenário as medidas que a Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados tomou contra o Ministro Cid Gomes, diante do que ocorreu no relato publicado no *Blog do Josias*.

Disse S.Exa. que aqui na Câmara havia de 300 a 400 achacadores.

Diante de tais afirmações, nós interpelamos S.Exa., o Ministro de Estado, pessoalmente. Porém, enviamos uma representação ao Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador-Geral da República para que o Ministro Cid Gomes se manifeste extra e judicialmente, objetivando que ele confirme a autoria da manifestação publicada no *Blog do Josias*.

Segundo, quem seriam os 300 ou 400 Deputados Federais que o interpelado definiu como achacadores?

E, terceiro, quais condutas materializariam tais atos de enfraquecer o Governo, para achacarem mais, tomarem mais e tirarem mais?

Essas medidas, Sr. Presidente, tornam-se necessárias. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Procuradoria Parlamentar, cuja titularidade eu exerço, tem por obrigação promover a defesa da Câmara dos Deputados e dos seus membros, quando atingidos na sua honra e na sua imagem.

Se algum Parlamentar pratica o malfeito, ele responde. Mas, da forma como foi dita pelo Sr. Ministro, colocando todos em um nível de práticas criminosas, com o que nós não concordamos, nós não podemos deixar de promover os meios legais para que o Ministro diga quem e como esses políticos ditos por ele como Parlamentares achacam o Governo Federal.

A gravidade da situação é tanta que foi aprovado um requerimento, por iniciativa da Mesa Diretora e dos Líderes partidários, para que o Ministro viesse aqui e pudesse esclarecer essa questão. Foi-nos dito que ele, desde ontem, está hospitalizado no Hospital Sírio-Libanês e não pôde aqui comparecer.

Independentemente do comparecimento do Ministro, nós fizemos essas interpelações extra e judicialmente para que possamos esclarecer não apenas aos Deputados e às Deputadas integrantes da Câmara dos Deputados e, também, para esta instituição, mas acima de tudo à sociedade, que não pode julgar os maus pelos bons, principalmente na acusação extemporânea do Ministro, ao dizer que aqui tem de 300 a 400 achacadores.

Pessoalmente, não aceito. E na titularidade da Procuradoria Parlamentar não poderia me furtar de tomar essas medidas que dou conhecimento a todos os Parlamentares aqui presentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB muda o seu voto para “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O PSDB muda o voto para “não”.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente. Não sei se o Deputado ainda quer usar a palavra, mas está aqui a sua inscrição. (*Pausa*.)

Eu faço um apelo aos Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras: que venham ao plenário para votar. Nós temos 389 votantes. Já estamos com 24 minutos de votação. Portanto, fazemos um apelo para que nós possamos acelerar, já que nós temos outros temas importantes a votar hoje, como vetos e também a votação do Orçamento federal.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero só reafirmar a posição do PSOL sobre esta questão da isenção: favorável; vota “sim”.

Acho que essas reduções do IPI se mostraram inócuas; e, mais do que isso, são baseadas num modelo econômico que gera pouco emprego, cria mais filas nas cidades, mais poluição e desincentiva o transporte coletivo de massa.

Realmente, é preciso pensar um novo modelo econômico.

Por isso o PSOL vota “sim”.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar também para deixar um pronunciamento como lido, neste momento em que analisamos o ataque feito a jovens negros e pobres pela ação do Estado pela ação policial e que é denunciado diuturnamente em fatos nos meios de comunicação de massa.

Acho que há uma verdadeira articulação para garantir a impunidade. Vários mecanismos utilizados, subterfúgios: a alegação de confronto, através dos autos de resistência, a manipulação de cena do crime e o uso do chamado *kit flagrante* para incriminar pessoas mortas pela PM com armas raspadas, porte de pequenas cápsulas de cocaína, *crack* e maconha.

Dados da Ouvidoria da Polícia de São Paulo apontam que, só no ano de 2014, 801 pessoas foram assassinadas pela PM paulista, o que representa um aumento de mais de 80% em relação ao ano anterior, o que pode ser caracterizado como genocídio de jovens negros e pobres, na sua grande maioria. Desses 801 mortes, com certeza, mais de 700 inquéritos foram arquivados.

Sr. Presidente, nós descrevemos aqui vários fatos ocorridos que traduzem essa violência, na última semana, e o pouco avanço nessa direção.

Quero ressaltar a abertura da CPI para apurar a violência contra jovens negros e pobres, uma oportunidade para esta Casa fazer um raios-x da violência no Brasil inteiro. Quero deixar este pronunciamento como lido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero colocar politicamente por que o PSOL não estará e não participa de manifestações, como a do dia 15, como está previsto nas redes sociais.

Tenho aqui também um pronunciamento que vai mostrar, Sr. Presidente, que os partidos que fazem oposição hoje também não são alternativas. Basta ver os tucanos. Por que o PSDB não é alternativa? Tucanos atacam direitos no Paraná, promovem tarifaço em São Paulo, omitem-se no caso HSBC, restringem investigações na PETROBRAS, impedem apuração do trensalão e defendem a manutenção do financiamento privado nas campanhas eleitorais.

Nós acreditamos, Sr. Presidente, que o PT e o seu Governo, ao irem para a direita com um programa neoliberal, criaram uma profunda crise de identidade na oposição de direita. Hoje, vemos que o projeto econômico é exatamente o mesmo. O que Aécio Neves faria no lugar de Dilma Rousseff? O mesmo que V.Exas. estão criticando aqui: as Medidas Provisórias nºs 664, 665, do Sr. Levy, e assim por diante.

Eles se bandeiam para uma única bandeira, que é a da ética na política. Mas, para haver ética na política, é preciso apurar o trensalão de São Paulo; e, para acabar com o ajuste fiscal, não se pode fazer o que o Governador Beto Richa faz no Paraná, e assim por diante.

Devemos mudar a política econômica e os métodos políticos. Ou seja, vamos fazer uma reforma política pondo fim ao financiamento privado de campanha. Mas não só de boca, nem do PT, nem do PSDB nem de outros partidos. Vamos dar o exemplo! Ninguém recebe mais de empresa. Está aí a Operação Lava-Jato para mostrar: 65% dos Parlamentares receberam de 12 ou 13 empresas. Empresários estão presos, minha gente!

Nós não temos como substituir gente na CPI da PETROBRAS; há partido em que praticamente todos receberam de empresas envolvidas. E mais: peguem o escândalo do HSBC. Lá no Senado, o nosso Senador Randolfe Rodrigues não conseguiu colher as assinaturas do PSDB para implantar a CPI do HSBC, para saber quem são os lavadores de dinheiro, quem pratica evasão fiscal neste País, quem faz lavagem de dinheiro no exterior, e assim por diante.

A mesma coisa vale para o PT. Ou seja, aqui os projetos que vêm — como foi esse do Imposto de Renda hoje e como são as Medidas Provisórias nºs 664 e 665 — servem só para arrochar os trabalhadores brasileiros. Nós não vamos aceitar isto, que haja arrocho. Quem vai pagar a crise? Têm que ser os ricos.

A D. Dilma Rousseff que mande para cá o projeto de taxação das grandes fortunas. Se o PT quer sair do corner, ele precisa fazer auditoria da dívida pública, parar de transferir recursos para banqueiros no nosso País. E eu quero saber qual é a diferença que está lá do outro lado, para o povão.

Então, ir para a rua é fazer reforma agrária, é fazer reforma urbana, é fazer com que os ricos paguem pelo ajuste fiscal, e não os pobres que estão aí. Nós temos que mudar esse raciocínio. E mais: temos de democratizar os meios de comunicação de massa, e mais um conjunto de bandeiras que nos interessam.

Por isso, queremos dar como lido também esse pronunciamento sobre o que seria uma alternativa para o Brasil.

Obrigado, Presidente.

#### **SEGUIM, NA ÍNTEGRA, OS PRONUNCIAMENTOS DO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE**

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, desde que o PT chegou à Presidência da República e resolveu adotar, pelo menos em parte, o programa tucano-liberal na economia e fisiológico na política, o PSDB entrou numa profunda crise de identidade, tendo-se tornado, após sucessivas derrotas eleitorais, em depositário do mais puro conservadorismo político e econômico no País. Portavoz da ética e da moralidade, sem, no entanto, conseguir escapar das denúncias de corrupção e desvios onde governam.

A adesão do PT à política de austeridade, neste segundo mandato de Dilma, deixou os tucanos ainda mais desorientados em seu papel de oposição de direita, já que, se Aécio Neves tivesse ganhado as eleições, estaria aplicando o mesmo ajuste fiscal conduzido pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, com os mesmos cortes de direitos sociais e trabalhistas. A situação do Paraná, marcada, desde o início do ano, por mobilizações maciças dos servidores públicos em defesa dos direitos que estão sob ataque do Governador Beto Richa (PSDB), não deixa dúvida a esse respeito, assim como o aumento de tarifas, acima da inflação, nas contas da SABESP, em São Paulo.

Diante dessa dificuldade em diferenciar-se no plano da política econômica liberal, há uma óbvia tentativa por parte dos tucanos em deslocar a disputa política para o terreno da ética. Uma opção que, embora tenha o apoio da grande mídia, se mostra frágil, na medida em que os tucanos não representam nenhum exemplo de ética na política, transparência administrativa nem muito menos de participação popular.

Neste sentido, foi revelador que toda a bancada tucana no Senado não tenha dado uma assinatura sequer para a instalação da CPI do HSBC, cujo objetivo é investigar as mais de 8 mil pessoas suspeitas da prática de evasão de divisas e fraude fiscal, num montante de aproximadamente 20 bilhões de reais em desvios. Depois da repercussão negativa nas redes sociais, os tucanos voltaram atrás, afirmando que agora irão indicar membros do partido para compor a CPI do HSBC, proposta pelo Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Outro caso simbólico dos limites da direita representada pelo PSDB está no caso da PETROBRAS, em que os tucanos operam para que as investigações da CPI sejam limitadas ao período 2005-2015, não incluindo as várias denúncias que pairam sobre a gestão da empresa durante os dois Governos FHC. Um dos delatores da Operação Lava-Jato, Pedro Barusco, chegou a afirmar, por exemplo, que ele mesmo vinha recebendo propina desde 1997. Essa dissimulação tucana faz com que a declaração dada por escrito pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao *Jornal Nacional*, de que “deseja que a Justiça vá até o fim na investigação da Lava-Jato”, pareça mera demagogia.

Afora isso, os tucanos impediram a instalação de uma CPI, na Assembleia Legislativa de São Paulo, sobre as gravíssimas denúncias do trensalão no Metrô/CPTM, cujo processo de investigação anda a passos de tartaruga na Justiça.

O PSDB é hoje, junto aos setores mais retrógrados da política e da sociedade brasileira, um dos maiores defensores do financiamento privado das campanhas eleitorais no País — fonte de toda a corrupção na política, da troca de favores nos contratos públicos, da propina e do controle de bancadas de interesse privado no Congresso Nacional. Por essa razão, foram os tucanos um dos maiores opositores ao impedimento de Parlamentares financiados pelas empreiteiras denunciadas na Lava-Jato de participarem da CPI da PETROBRAS, num gesto de submissão aos seus financiadores de campanha.

Este é o cenário da disputa política e ideológica que está em curso no País. De um lado, um governo acovardado, refém da pressão do mercado e da grande mídia. De outro, uma oposição de direita depositária do golpismo e do preconceito, comprometida com a manutenção da mesma estrutura corrupta baseada no financiamento privado das campanhas eleitorais. Somos um país em que a polarização se dá entre forças partidárias dependentes dos mesmos financiadores de campanha e imersas no mesmo fisiologismo político. Uma disputa que tem tido como resultado prático o crescimento da desesperança da maioria do povo com a política e a abertura de mais espaço para posições autoritárias e reacionárias na sociedade brasileira.

Cabe ao PSOL continuar lutando por uma verdadeira transformação do País, com o fortalecimento da democracia, da participação popular, da distribuição de renda e da garantia de justiça social. Neste sentido, é fundamental ganharmos as ruas, mas associados à luta contra a corrupção, à luta contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, ao fim do financiamento privado de campanha e à defesa da PETROBRAS 100% pública, contra a privatização. São nossos aliados todos aqueles que compartilham desses objetivos.

Muito obrigado.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, nos últimos dias foram veiculados nos grandes meios de comunicação reportagens que trazem provas cabais de que existe um abuso da ação policial que atinge brutalmente jovens, negros e moradores das periferias de nosso País. Contudo, para garantir a impunidade, diversos são os mecanismos usados como subterfúgio: a alegação de confronto, através dos autos de

resistência, a manipulação da cena crime e o uso do chamado *kit flagrante* para incriminar pessoas mortas pela PM com armas raspadas, cápsulas de cocaína, pedras de *crack* ou trouxas de maconha.

Dados da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo apontam que, só no ano de 2014, 801 pessoas foram assassinadas pela PM paulista, o que representa um aumento de mais de 80% em relação ao ano anterior. Segundo o ouvidor Júlio Cesar Neves, em entrevista concedida ao *Profissão Repórter*, edição do dia 24 de fevereiro de 2015, “*de 801 mortes, com certeza, mais de 700 inquéritos policiais foram arquivados. O que alegam é que não existem indícios de dolo naquele homicídio e sim uma resistência ocorrida numa intervenção policial*”.

As imagens da câmera de segurança de uma distribuidora da Zona Leste de São Paulo, veiculadas no *Fantástico* do dia 22 de fevereiro de 2015, mostram um jovem de 23 anos sendo assassinado por um policial após uma perseguição. O rapaz não portava nenhuma arma e não colocava em risco a vida do policial. Porém, em depoimento ao Departamento de Homicídios de São Paulo, o agente alegou agir em legítima defesa após troca de tiros. Além das imagens, o laudo da perícia aponta que a vítima não tinha resíduos de pólvora nas mãos, indicando que ele não disparou nenhum tiro.

No último dia 20 de fevereiro, um jovem, tragicamente, filmou a própria morte. As imagens mostram três amigos brincando na Favela da Palmeirinha, em Honório Gurgel, Subúrbio do Rio. Em um dado momento eles correm e se ouve os disparos e na sequência a agonia dos jovens baleados. No final do ano, um vídeo com imagens de dentro de uma viatura que mostram o abuso de policiais após uma perseguição teve grande repercussão na Internet. Ontem, os jornais anunciaram resultado de perícia: a bala que atingiu o dançarino DG foi disparada por um policial. Em Salvador, na semana que antecedeu o carnaval, uma intervenção policial resultou na chacina de 12 jovens na comunidade de Cabula. Os policiais, mais uma vez, alegaram um confronto que não existiu, eis que foram desmascarados por filmagens feitas por moradores.

Esse cenário, Sr. Presidente, evidencia o que já denunciamos há algum tempo desta tribuna, em relação à violência praticada pelo Estado contra a população, em especial jovens negros e moradores da periferia. Os números apontam para um genocídio. São números de uma guerra civil, legitimada por um discurso de guerra ao crime, guerras às drogas, o que, na verdade, se materializa em guerra contra uma parcela dos cidadãos de nosso País. Essa parcela é tratada como “suspeito” ou “bandido em potencial”, o que lhe confere uma cidadania restrita e, ao mesmo tempo, legitima a violência, baseada, inclusive, em mecanismos legais, como autos de resistência, que são resquícios da ditadura militar.

Neste sentido, o Congresso Nacional tem a responsabilidade de fazer um amplo debate sobre o modelo de segurança pública adotado no Brasil. É fundamental a aprovação do PL 4.471, que define o fim dos autos de resistência, garantindo a investigação e punição de todos os crimes cometidos pela polícia. Precisamos avançar na discussão da desmilitarização da polícia, buscando caminhos para a efetivação de uma polícia integrada e aliada da cidadania. É necessário que o Estado garanta indenizações aos familiares das vítimas da violência e que sejam construídos canais efetivos e seguros de denúncias sobre abusos policiais.

Acredito que a instalação de uma CPI para apurar a violência contra jovens negros e pobres é uma excelente oportunidade para esta Casa fazer um raios-x da violência em nosso País e construir mecanismos efetivos e estruturais para a mudança desta realidade.

Não poderemos celebrar 30 anos de redemocratização brasileira, se a cidadania e os direitos humanos, sobretudo, o direito à vida, não forem garantidos a todos brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado.

**O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT-SP)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela ordem, V.Exa., Deputado Major Olimpio.

**O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT-SP)** (Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Trata-se de uma reclamação. Eu ouvi uma manifestação agora falando sobre 800 pessoas que foram assassinadas pela Polícia Militar de São Paulo. Nós temos, sim, marginais sendo mortos. Mas, muito mais que isso, é importante que fique claro para esta Casa e para o Brasil que nós nunca tivemos tantos policiais sendo dizimados na mão de criminosos e facínoras!

A cada ação da Polícia Militar, seja em São Paulo, seja no restante do Brasil, nós temos um inquérito. E não vou aceitar essa questão, essa apologia, essa defesa de marginais que estão atirando na polícia, sim, como aconteceu em São Paulo, com metralhadora .50, uma metralhadora antiaérea. Nós temos seis PMs baleados e dois mortos, em São Paulo, por semana. E foram 110 mortos só no ano de 2014!

Não é justo que quem está na defesa da sociedade seja tido como assassino. Isso, não! Nós, Congresso, estamos nos omitindo em não tornar a lei mais rígida, para que o policial tenha mais força de atuação e a sociedade fique mais protegida. Não tem essa conversa de pessoas coitadinhas assassinadas pela Polícia Militar, nem em São Paulo nem em qualquer outro Estado do Brasil.

**O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE)** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e

Srs. Deputados, Senadoras e Senadores, o Senador Fernando Bezerra Coelho, do meu Estado de Pernambuco, do PSB, foi muito feliz ao encaminhar a votação desse destaque, que tem como foco principal o interesse do Norte e do Nordeste. E pode-se dizer que a lógica também avança para o Centro-Oeste do nosso País.

Lamentavelmente, a orientação do Governo foi muito mais no sentido de confundir do que facilitar a interpretação do Plenário do Congresso Nacional.

Eu subi a esta tribuna, por exemplo, para votar a prorrogação da vigência dos incentivos fiscais que beneficiam a Zona Franca de Manaus até 2050. Tive o prazer, o privilégio de ser autor da lei que prorrogou, por 10 anos, os incentivos fiscais para a área da chamada indústria de informática, que tem como palco principal Estados como São Paulo, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, incluindo aí também Santa Catarina. Então, eu não vejo por que a bancada do Governo, a sua representação, queira emparedar os nordestinos, aqueles que vêm do Centro-Oeste, do Norte do País, posicionando-se contra o destaque defendido pelo Senador Fernando Bezerra. O destaque é importante. A descentralização da indústria automobilística — e ele fez justiça — iniciou-se no Brasil a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso, viabilizando-se, por exemplo, a instalação da Ford na Bahia, o que se ampliou durante a gestão do PT.

Eu sou homem suficiente para reconhecer aquilo que é meritório no Governo. Não sou oposição apenas para apontar os erros; sou capaz de apontar também os benefícios. E aí temos os exemplos: a Ford, que se expandiu, adquirindo uma planta no Ceará; e a Fiat, que marchou do glorioso Estado de Minas Gerais para fincar bandeira no meu Estado de Pernambuco, com o apoio maciço da bancada nordestina, em especial da bancada pernambucana.

Então, antes que se conclua o processo de votação, eu peço apenas que se faça uma reflexão. Será que o Norte do País merece a prorrogação da Zona Franca — e nós apoiamos —, o Centro-Sul e o Sudeste merecem a prorrogação dos incentivos da Lei de Informática — e nós apoiamos; e discurso a favor —, e o Nordeste não merece absolutamente nada?!

Não vamos entrar nesse engodo do discurso do Governo! Os incentivos foram dados. Com os que foram dados e concedidos, as Prefeituras e os Governos Estaduais estão girando a máquina no seu dia a dia, levando em consideração essa realidade fiscal.

Vem a pressão governamental porque estão perdidos. Não há política econômica, não há política alguma neste Governo! E é por isso que este Governo está no chão, do ponto de vista de credibilidade.

Eu peço ao Plenário da Câmara e, depois, ao do Senado que derrubem o veto e apoiem o destaque apresentado pelo Senador Fernando Bezerra, dizendo “não” ao Governo. Ninguém está aqui no Congresso Nacional para, a todo instante, a todo o momento, seguir a orientação da Liderança do Governo, como se, porventura, o Congresso Nacional fosse correia de transmissão e tivesse sempre de seguir a orientação de S.Exa. que está de plantão lá no Palácio do Planalto. Se a Presidente está perdida, que não venha colocar o Congresso Nacional na mesma direção.

Vamos votar com altivez, defendendo os interesses do País. Se a gente quer investimento no Brasil, se a gente quer geração de oportunidade de trabalho, a gente tem que criar incentivo e gerar condições para que o investimento apareça, e não fazer essa política de terror fiscal, que, infelizmente, se instala na realidade do nosso País.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não posso deixar de, primeiro, reiterar aos colegas que vêm ao plenário, até que se completem os 45 minutos pactuados aqui mais cedo...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu quero só dizer, aparteando V.Exa., e até quebrando o Regimento, que faltam ainda 7 minutos.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Ótimo! Há tempo. Que venham cumprir seu dever cívico!

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Quero fazer um apelo aos Deputados e às Deputadas: venham ao plenário!

Está com a palavra V.Exa.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Obrigado, Presidente.

Mas não posso deixar de fazer aqui uma breve consideração sobre a fala do Deputado Ivan Valente, que nós sempre tratamos com profundo respeito, embora divergindo, em alguns aspectos, dada a forma como se posiciona o PSOL, que tem as suas posições, assim como o PSDB tem, com muita clareza, as suas posições. Eu

queria dizer, com todo o respeito ao Deputado Ivan, até porque nós temos lutado com frequência por causas de interesse do País de maneira suprapartidária, que, na minha opinião, não contribui para o País essa tentativa infeliz que S.Exa. teve de querer colocar na mesma vala PT e PSDB. São coisas absolutamente distintas, embora nós também saibamos tratar com o respeito que a democracia pressupõe aqueles que representam o PT, de quem discordamos profundamente.

Mas o que me traz a esta tribuna é que o Deputado foi extremamente infeliz ao querer fazer a colocação de que há problemas em São Paulo que precisam ser investigados. Ora, Deputado Ivan Valente, primeiro, quero lembrá-lo de que o próprio Governador Geraldo Alckmin foi à Justiça abrir processo contra as empresas que se organizaram em sistema de cartel, demonstrando, de maneira clara, no primeiro momento, diante da primeira denúncia, o desejo de que tudo seja investigado e punido.

Ao longo dos trabalhos desenvolvidos pelo mesmo Ministério Público que investiga o PT e encontra toda essa quadrilha na PETROBRAS, ao longo do trabalho feito pela Polícia Federal, a mesma Polícia Federal que investiga o PT e encontra essa roubalheira toda, não se encontrou nenhum político do PSDB envolvido com essas falcaturas, para o senhor vir aqui querer colocar ambos na mesma vala. Aliás, recentemente, o Supremo arquivou acusações infundadas contra o grande Líder José Aníbal.

Portanto, Deputado Ivan Valente, colocar os dois na mesma vala é um desserviço ao País, porque hoje o País vê quem é de fato o PT, um partido que se envolveu em toda essa lama de corrupção.

O PSDB, que se orgulha da sua história, continua pronto para que tudo seja apurado. No caso da CPI do HSBC, a que V.Exa. faz referência, o PSDB priorizou a CPI da PETROBRAS, mas nunca se recusou a assinar qualquer CPI de investigação. Pelo contrário.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA)** – Moral da história: é calúnia e difamação só do PSDB contra o PT!

**O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)** – Para concluir, está aqui ao meu lado o Senador Aloysis Nunes, que fica indignado quando tentam plantar essa mentira, porque o próprio Senador Randolfe, homem digno e sério, confirma, e reconheceu, que não procurou o PSDB, não protocolou tão logo obteve as assinaturas.

E V.Exa. vem trazer essa meia verdade. Pior do que isso, V.Exa. vem trazer uma afirmação de que o PSDB se recusa a investigar o HSBC. Que o Senador Renan instale a CPI do HSBC. O PSDB está pronto para dar a sua contribuição para investigar. E aqueles que tiverem culpa no cartório que sejam punidos.

Agora, não tragam falácias, não joguem na vala comum situações absolutamente desiguais, o que é um desserviço ao País. O País vai à descrença, acha que está tudo ruim. Não, o PSDB não aceita que o queiram nivelar a este Governo de corrupção que aí está.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Esperidião Amin. Logo depois, o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Eu pediria ao Deputado Domingos Sávio que reconhecesse que há 20 anos não vemos uma CPI na Assembleia Legislativa de São Paulo para investigar, por que lá os tucanos governam.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Deputado Ivan Valente...

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP) – E, sobre a CPI do HSBC, a informação que eu recebi do Senador Randolfe foi essa. Não há nenhuma assinatura do PSDB na CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Deputado Ivan Valente, a palavra está, pela ordem, com o Deputado Esperidião Amin.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Pela ordem, Presidente Romero Jucá! Art. 14, no Senado; no Congresso, eu não sei qual é. Pela Liderança do PSDB!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu vou perdoar publicamente o nosso Deputado Ivan Valente. O Deputado Ivan Valente é um homem sério, e hoje se deixou traer pela sua impulsividade da época de estudante. Mas ele está perdoado porque tem outras virtudes.

Estou usando o microfone em nome do meu partido, Sr. Presidente — como eu critiquei a sua celeridade, a sua afobação na primeira votação —, para reconhecer que V.Exa. está conduzindo corretamente, e de maneira temporal adequada, a presente votação. E acho que vou falar mais um pouco para pelo menos aliviar as tensões que ocorrem à minha sinistra.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Obrigado. Eu solicitaria aos Parlamentares que tivessem calma. Nós estamos numa longa jornada de votação. Teremos mais votações pela frente. Portanto, vamos ter tranquilidade, vamos votar, com cada um colocando seu posicionamento, respeitando a individualidade e a democracia.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, eu me dirijo muito especialmente ao ilustre Deputado Ivan Valente. É um homem que admiro e com quem convivi durante muitos anos. Até peço desculpas a ele, porque me excedi um pouco na interpelação que fiz agora há pouco.

O fato é o seguinte: o Senador Randolfe Rodrigues recolheu assinaturas para instaurar a CPI do HSBC. Ele não procurou nenhum dos Senadores do PSDB para pedir assinatura, embora o Líder Cássio Cunha Lima tivesse dito a ele que estava pronto para assinar e que a nossa bancada apoiaria. Acontece que o nosso querido colega Randolfe Rodrigues, tendo sido atingido o número protocolar de assinaturas, resolveu formalizar imediatamente o pedido de instalação da CPI, antes de procurar a bancada do PSDB. Ele justificou, e o fez da tribuna do plenário do Senado, dizendo que se precipitou para formalizar o pedido da instalação com receio de que outra CPI entrasse na frente, e ele se visse às voltas com embaraços regimentais para fazer funcionar aquela CPI que ele havia requerido. Ele disse isso. Nenhum de nós foi procurado.

Eu peço ao nosso colega Deputado Ivan Valente que dê um telefonema para o Senador Randolfe, que é um homem veraz, um homem sério, e ele poderá confirmar aquilo que estou dizendo. Nós não fomos procurados. Eu tomei conhecimento da CPI quando o Senador Randolfe anunciou sua criação na tribuna do Senado. Eu fiz questão de cumprimentá-lo, e, nesse momento, ele deu essa explicação de que não havia recolhido a nossa assinatura em razão da urgência que via em protocolar o seu pedido.

Então, espero que isso fique esclarecido, para que esse tema não volte a ser levantado novamente aqui, porque eu o considero uma infâmia, pura e simplesmente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP) – Sr. Presidente, só para esclarecer, é correto que...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Deputado Ivan Valente, tem a palavra V.Exa., para, rapidamente, colocar um ponto final nessa discussão.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Só preciso de 1 minuto, Sr. Presidente.

Eu reafirmo toda a minha fala, comparando os partidos, a sua política econômica, a sua política social, o que se faz no Paraná, o que se faz em São Paulo. Faz 20 anos que não se abre uma CPI lá.

Mas quero dizer ao Senador Aloysio que não fique nervoso, porque a informação que eu tive é de que nenhum Senador assinou e de que o Senador Randolfe Rodrigues não coletou nenhuma assinatura.

Agora estou recebendo a informação de que o Senador Randolfe colocou que o PSDB se dispunha a assinar e que ele entregou as assinaturas antes.

Quero colocar que houve um engano. O Senador Randolfe reconheceu, e eu estou retirando o que disse, porque realmente não corresponde.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Agradeço a V.Exa. por jogar água na fervura neste momento.

Com a palavra o último orador antes de eu proclamar o resultado da votação, Deputado Delegado Edson Moreira. E registro que já foram completados os 45 minutos de votação. Portanto, eu solicito, pela última vez, aos Deputados e às Deputadas que estão em seus gabinetes que venham ao plenário votar, porque, logo após a fala do Deputado Delegado Edson Moreira, iremos proclamar o resultado da votação.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (Bloco/PTN-MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu quero dizer ao Deputado Ivan Valente que, lá na minha terra, onde convivo atualmente, diz-se o seguinte: “*Quem fala muito dá bom dia a cavalo*”.

Como é que um Deputado, um Parlamentar que representa o povo, vem aqui dizer que policiais militares estão assassinando cidadãos? Muito pelo contrário, é o criminoso que procura o confronto com o policial; o policial só se defende.

Segundo a lei, arts. 23 e 25 do Código Penal, quando a agressão é injusta, repele-se na medida. É isso o que está acontecendo, e os criminosos estão morrendo.

Agora, um senhor que nunca foi para a rua, que nunca enfrentou um criminoso, um senhor que só sabe falar, falar, falar, sem sair do lugar, não pode vir aqui e, publicamente, na Casa do Povo, acusar os policiais de serem assassinos. Não pode e não deve, porque isso é uma injúria, isso é uma inverdade!

Um Parlamentar deve se comportar como tal. Portanto, repudio veementemente a acusação de que policiais são criminosos. Criminoso, vão me desculpar, é quem injuria, e eu fui injuriado.

Portanto, em defesa da segurança pública, meu protesto contra essa fala do nobre Parlamentar.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já se passaram mais de 40 minutos, e ainda há quatro vetos para votarmos. O quórum já foi atingido: 419.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu gostaria de pedir a compreensão de todos. Nós temos aqui dois Deputados inscritos para usar da palavra, o Deputado Edmilson Rodrigues e o Deputado Caetano.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ) Nós estamos aguardando a reunião da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu queria pedir compreensão, para que eles pudessem falar na próxima votação. Nós poderíamos abrir a votação, se os Deputados concordarem.

Nós vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Vamos à apuração do resultado: "sim": 254; "não": 165.

O veto está mantido. A matéria não vai ao Senado da República.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento "B" ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu não sei se o Deputado Rodrigo Maia, do Democratas, está aqui. O próximo destaque, Requerimento nº 8, Veto nº 4, diz respeito à regra de recuperação judicial, que nós colocamos na medida provisória — eu coloquei o texto. Nós aprovamos, e o Governo vetou.

Estou negociando com o Ministério da Fazenda uma nova regra de recuperação judicial, porque entendo que este é um tema que precisa ser enfrentado. Nós precisamos ter uma regra efetiva, tendo em vista a conjuntura econômica do País. Precisamos de uma regra efetiva que permita às empresas brasileiras entrar num regime de recuperação judicial e sobreviver. A regra de hoje não permite isso.

Então, como nós vamos ter mais 1 hora de discussão e esse veto não vai cair, eu queria propor a retirada do destaque. Vamos tratar dessa questão conjuntamente e vamos procurar colocar essa nova regra, negociada, na nova medida provisória, ou a 61 ou a 63, que está sendo discutida.

Além disso, há um pleito para que nós antecipemos a votação do requerimento sobre o destaque do Imposto de Renda. É o sétimo item.

Nós poderíamos, de certa forma, retirar esse destaque, o de nº 4, que não vai avançar. Votaríamos o requerimento e iríamos para a questão do Imposto de Renda. Não sei se os Líderes estão de acordo...

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sugiro invertermos a ordem, mas retirarmos o destaque. Eu acho que o plenário está lotado. Este é um momento que pode realmente ser favorável a assuntos importantes como este. A inversão de pauta, colocando-se o Imposto de Renda na frente, seria a melhor sugestão. Mas devemos manter a pauta, porque esses vetos são importantes para o Brasil.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PT.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ) – Sr. Presidente,...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Posso fazer uma sugestão alternativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pode, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia, que tem tratado desta questão, e, logo após, terá a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sugiro inverter, colocar o item 7, que é o do Imposto de Renda, primeiro, e depois o item 4.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O problema é o seguinte, vamos falar claro: o item do Imposto de Renda é o último item do voto.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Seria o primeiro, pela minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria PMDB-RR) – Tudo bem. Mas é o seguinte: se nós fizermos isso, poderemos ter, logo após a votação do Imposto de Renda, o esvaziamento do plenário, e nós não iremos votar os outros itens...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Esse é outro problema, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – E nós não votaremos o Orçamento da República.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Mas é a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Na hora em que votarmos o requerimento do Imposto de Renda, liberamos a pauta e votamos o Orçamento.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – É a minha sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu tenho que cuidar da pauta como um todo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Sr. Presidente, eu estou fazendo uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pois não.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – V.Exa. ouve o Plenário. V.Exa. já disse que, no item 4, o veto vai ser mantido.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu pressuponho que sim.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Eu sei que V.Exa. tem experiência e sabe lidar com o relógio.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O relógio está domesticado pelo acordo que foi feito com as Lideranças. Eu vou cumprir os horários que foram acertados com as Lideranças.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Mas há outras soluções, há um inventário de soluções.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/PMDB-RS) – Sr. Presidente, cumpra a ordem.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Sr. Presidente,...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Eu pediria que V.Exa. submeta minhas sugestões ao Plenário.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Encurre para 20 minutos. O plenário está lotado. Somente esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu só vou inverter a pauta se houver acordo das Lideranças.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a posição do PT.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/PMDB-RS) – Segue a ordem, Sr. Presidente.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ) – O Deputado Esperidião Amin apresentou. Inverta.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Entendemos que é importante construir um acordo em torno do acesso a uma boa política de recuperação judicial e da gestão dos créditos que essas empresas têm. Entretanto, o seu diagnóstico é correto. Vamos avançar na pauta, estendendo o tempo, e não vamos aprovar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não, mas eu só posso...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA) – O seu encaminhamento de um acordo para construirmos a inclusão numa próxima...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não há acordo.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Item 4: Requerimento nº 8, parcelamento de débitos, do Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ) – Sr. Presidente, eu sou o autor do destaque. Quero dialogar com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Aceito total diálogo com V.Exa.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Até usando o bom verbo do PT: dialogar. Sr. Presidente, eu acho que esse é um tema muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Considero importantíssimo.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ) – Se nós o derrubarmos na tarde de hoje, é muito difícil que encontremos com o Governo o bom diálogo para que, numa nova medida provisória, essa matéria entre, e ela precisará entrar de qualquer jeito.

V.Exa. colocou que teríamos duas hipóteses: na 661 e na 663.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu fiz emenda para as duas. Eu, pessoalmente, como Parlamentar.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ) – Mas V.Exa. está relatando alguma das duas?

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não, ainda não estão definidos os Relatores, porque os Líderes não indicaram ainda. Não estão definidos ainda os Relatores.

**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ) – Pessoalmente — com o compromisso de V.Exa., principalmente de V.Exa., do PMDB, e, claro, do PT, como de todos os partidos, PSB, todos — desejo que nós possamos de fato dialogar, discutir esse tema e encontrar um caminho para não aprovar apenas o parcelamento, mas a possibilidade da utilização do passivo que essas empresas têm, sem precisar que elas coloquem 30%, como queria o Governo no ano passado. Nenhuma empresa em recuperação judicial tem essa condição.

Então, tendo a sua palavra e se o meu Líder estiver de acordo, da minha parte, eu prefiro garantir um diálogo — para que, nas próximas medidas provisórias, nós possamos avançar nessa matéria — a ir para uma votação em que, a partir de amanhã, não tenhamos mais condição de dialogar esse tema com o Governo. Mas é uma questão para o Plenário decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu comungo com a posição de V.Exa. Quero dizer que já apresentei emendas sobre a questão da recuperação judicial e vou me empenhar, com todas as minhas forças, nesse trabalho, que considero extremamente importante e relevante para a economia do País e para a conjuntura em que a gente vive.

Então, aqui fica a colocação. Se houver concordância dos Líderes, nós vamos retirar o destaque e vamos seguir a votação. (Pausa.)

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – O PT concorda com o acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não havendo ninguém contra a retirada do destaque, vamos seguir a votação.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – O Deputado Luiz Sérgio, nas votações anteriores, votou de acordo com a orientação do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Item 5: Requerimento nº 4. Fornecimento de energia elétrica.PSB, Senado Federal.

Este veto diz respeito aos eletrointensivos do Nordeste.

São os seguintes os dispositivos destacados:

- “caput” do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 1º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 2º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 3º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 4º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 5º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 6º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 7º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 8º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, com a redação dada pelo artigo 111 do projeto.
- § 13 do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo artigo 112 do projeto.
- § 14 do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo artigo 112 do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Em discussão.

Com a palavra o Deputado Silvio Costa. (Pausa.)

O Deputado Silvio Costa abriu mão da palavra.

Com a palavra o Sr. Deputado Hugo Leal; logo após, o Sr. Deputado Domingos Sávio.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Giovani Cherini votou com o partido nas votações anteriores.

Obrigado.

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado Valmir Prascidelli votou de acordo com a orientação da Liderança do PT.

**O SR. HUGO LEAL** (PROS-RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse veto que nós vamos tratar agora, o Veto nº 4, que foi destacado pelo Partido Socialista Brasileiro, trata de um pedido — foi introduzido na medida provisória — de prorrogação até 2042 dos contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados entre concessionárias e consumidores finais, mantendo as tarifas a critério de reajuste em vigor até 2042.

É óbvio que, da forma que foi apresentado este texto, e como está hoje a política energética, o Governo não teria como manter essa circunstância dentro do País sem comprometer o equilíbrio do fornecimento de energia elétrica para todo o País.

A questão desta prorrogação até 2042 é nociva à circunstância dessa distribuição, porque vai privilegiar alguns contratos que vencem agora, em 2015. E o princípio deste vencimento contratual de 2015 é renovar, é estabelecer novos critérios para a escolha dos fornecedores de energia.

É óbvio que ele atinge alguns territórios e algumas regiões do nosso País; porém, concentradas. É lógico que essa prorrogação pode facilitar, pode contribuir para uma circunstância regional, mas é prejudicial. Ela é nociva à questão da capacidade energética que o País tem, e à distribuição.

É óbvio que no Nordeste existe até uma subvenção, um valor menor para o reajuste da tarifa, diferentemente do Sudeste, que é um grande consumidor. Porém, se nós mantivermos esse texto da forma que está, prorrogando até 2042 — são mais 27 anos para as concessionárias —, nós estaremos abrindo mão de estabelecer uma nova negociação para um novo contrato de concessão. O art. 175 da Constituição Federal, quando fala do princípio das concessões — estabelece, no dispositivo legal, a regulamentação dessas concessões —, fala do estímulo de não haver prorrogação, exatamente para que o mercado, para que a circunstância atual possa definir novos parâmetros.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a manutenção desse veto é fundamental, para que nós possamos permanecer no equilíbrio da distribuição energética no País. Permanecer com circuns-

tâncias que existiam há mais de 20 anos e prorrogar essas circunstâncias por mais 27 anos no fornecimento de energia, muitas vezes até subsidiado, prejudica e fere de morte principalmente os Estados que são os maiores consumidores e também os Estados que são os maiores produtores.

Então, por uma questão de equilíbrio, de ser equânime, isso é importante. Nós até entendemos o desejo, mas estamos tratando de uma matéria que já vem sendo postergada há muito tempo. E não é por acaso que nós sofremos essa crise energética, mas, por causa exatamente da forma desequilibrada dessa distribuição e do financiamento dessa energia. Nós compreendemos e estimulamos o debate para o desenvolvimento regional, mas nós aqui não podemos concordar com esse dispositivo.

Por isso, peço a atenção de todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, para que nós possamos manter esse veto com o fim de equilibrar a distribuição energética em nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, peço a atenção de todos. Eu não tenho dúvida, se não tomarmos a decisão acertada quanto a essa matéria, nós iremos trazer prejuízos irreparáveis especialmente à indústria em todos os Estados da Federação. Posso citar alguns exemplos de Minas Gerais, mas não tenho dúvida de que o problema não será diferente nos Estados que cada um dos Srs. Deputados e Senadores representam.

O problema começou com as atitudes populistas, atitudes, por que não dizer, irresponsáveis da Sra. Presidente, que, no ano passado, já pensando em voto, pensando em eleição, e não pensando no Brasil, foi em rede nacional, anunciou redução no custo da energia elétrica, desorganizou, através de medida provisória, todo o sistema de produção de energia no Brasil, tirando a possibilidade de as empresas e o setor privado, em parceria com o poder público, investirem, planejarem o desenvolvimento, até de empresas públicas, como a CEMIG, a ELETROBRAS, que caíram, perderam mais de 50% do seu valor no mercado, dadas as decisões desastrosas, eleitoreiras da Sra. Presidente Dilma.

O que este veto que a Presidente apresentou ao projeto de lei vai representar para a indústria brasileira e por que nós temos que derrubá-lo? Aqui, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós estabelecemos em lei — e foi votado nesta Casa e no Senado — que os contratos de fornecimento de energia elétrica das concessionárias públicas, inclusive federais, seriam prorrogados quando dos contratos celebrados com o consumidor final.

Cito um exemplo. A indústria de ferroligas, por exemplo, que é um componente essencial para a produção do aço, tem contratos especiais em todos os Estados, porque ela consome muita energia elétrica. Se esses contratos não forem prorrogados, dado o desastre que virou a gestão do PT no setor energético, nós teremos todas essas indústrias fechando. Fica absolutamente impossível competir com as economias do mundo todo com o custo da energia elétrica para essas indústrias.

Estou me referindo a algo que vai impactar o emprego do brasileiro. Estou-me referindo a algo que interfere na cadeia produtiva não só do aço, mas também dos seus derivados e de toda a produção nacional. Estou-me referindo a um erro que a Presidente cometeu, e que agora, ao vetar essa prorrogação dos contratos vigentes, quer transferir para a indústria nacional, que já sofre tanto, um ônus que a indústria não vai dar conta de pagar.

Temos a oportunidade de evitar essa tragédia derrubando esse veto. Derrubando esse veto, a gente garante uma perspectiva de estabilidade. Manter esse veto significa perda de emprego nos Estados que os senhores representam, significa a inviabilização de vários setores cuja atividade industrial depende essencialmente da energia elétrica. Aí perde todo mundo.

Alguém pode dizer: "Ah, mas você está defendendo a indústria." Eu estou defendendo o emprego de quem está trabalhando na indústria. Eu estou defendendo a economia brasileira, porque, se o Brasil passar a ser um mero importador de aço e derivados, nós arruinaremos ainda mais a nossa economia, voltaremos àquela condição de mero exportador de minério de ferro, de *commodities*, que, aliás, é para onde está caminhando o Brasil, com um Governo que não pensa na indústria brasileira.

Vetar isso é não pensar no desenvolvimento do Brasil. Portanto, é muito importante que vocês estejam atentos. Às vezes a gente chega a este plenário e diz: "A minha base, o meu partido, orientou-me a ser a favor do voto".

Pensem, Srs. Deputados: daqui a pouco nós vamos votar o voto do Imposto de Renda, e eu acho que todo mundo já entendeu que, se se mantiver o voto do Imposto de Renda, será o equivalente a aumentar o imposto. E todo mundo sabe que vai ser cobrado. Nesse caso, pensem nos empregos que nós poderemos perder nos nossos Estados. Nós não podemos chegar aqui para votar e não fazer uma reflexão sobre o que nós vamos votar.

Esse voto é um desserviço ao País, numa hora em que nós precisamos garantir a competitividade da economia brasileira. A balança comercial brasileira está despencando. Nós estamos importando produto acabado

e exportando só *commodities*, e olhem que mesmo elas estão em declínio. A verdade é que é uma oportunidade de defendermos a indústria brasileira.

Portanto, é “não” ao voto e “sim” ao desenvolvimento do País, ao desenvolvimento da indústria e à geração de emprego.

**O SR. BALEIA ROSSI** (Bloco/PMDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, o Deputado Baleia Rossi votou contra o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Senador José Pimentel, para falar a favor da manutenção do voto.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a matéria está em plena negociação entre essas empresas que dizem respeito a este voto. Nos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda estão muito adiantadas essas negociações.

Portanto, os interesses do setor industrial intensivo de energia, que é muito importante para o Brasil e diz respeito a apenas cinco empresas do Brasil, estão em plena negociação. As empresas, elas mesmas, avisam que as tratativas estão muito adiantadas. O Ministério de Minas e Energia, através do Senador Eduardo Braga, nosso atual Ministro, está pessoalmente conduzindo esse debate.

Eu sou um daqueles que entendem que um acordo é muito melhor do que votar uma matéria dessa magnitude. Evidentemente, uma série de Senadores que acompanham essa matéria solicitou diretamente à Mesa a retirada desse requerimento, a pedido das partes inclusive, mas não houve acordo.

Nós estamos mantendo o voto para não prejudicar a mesa de negociação, que foi constituída entre as cinco empresas, com o Ministério de Minas e Energia presidindo, e com a participação de uma série de outras empresas. Portanto, o que está sendo construído em torno dessas ideias, na avaliação das duas partes, resolve um conflito no vazio que havia no final de 2014.

Como as duas partes estão dizendo que esse processo está muito adiantado, eu encaminho o voto “sim”, pela manutenção do voto, porque estamos resolvendo, na mesa de negociação, uma saída que será boa para o Brasil e será boa para esse setor.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romero Jucá, peço a V.Exa. que, tendo em vista a argumentação que foi muito bem apresentada e defendida pelo Deputado Rubens Bueno — e S.Exa. tem razão —, submeta o voto que foi destacado a partir da sugestão do Deputado Rodrigo Maia.

Se os demais Líderes concordarem, nós teríamos um prazo de votação um pouco mais curto e, na sequência, deliberaríamos sobre o voto que está em discussão.

Então, eu pediria a V.Exa. que não deixe de apreciar o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Nós vamos apreciar o voto. A Mesa já tomou essa decisão. Não houve um acordo. Não está pacificada a questão regimental.

Então, para não haver nenhum risco, nós vamos colocar em votação, logo após este, o Requerimento nº 8, que trata de parcelamento de débitos, conforme a argumentação do Deputado.

Aí podemos reduzir o prazo, em um acordo de Líderes, para fazer o encaminhamento da votação.

**O SR. MENDONÇA FILHO** – O.k. Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu chamo agora, para discutir, o Deputado Luiz Carlos Hauly. V.Exa. tem a palavra. Logo após, falará o Senador Fernando Bezerra.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, esse voto é mais um capítulo da irresponsabilidade e da insanidade desse Governo que, há alguns anos, desestruturou todo o setor elétrico brasileiro, que funcionava muito bem. O Governo emparedou as companhias elétricas estaduais nas concessões, criou regras absurdas e veio com esse processo de encarecimento.

Às vésperas da eleição, 1 ano e meio antes, a Presidenta faz uma redução brutal de tarifa, desorganizando as receitas de todas as empresas elétricas, a maioria estatais, dos Governos Estaduais. E S.Exa., a Presidente Dilma, responsável direta dessa crise, colhe hoje uma desorganização do setor elétrico brasileiro, um “liberou geral!”, um “Banzé no Oeste”.

Essa medida provisória é um dos resultados. Cada um está tentando salvar a sua parte. Essa é a verdade. O aumento da tarifa é 100% culpa da Presidente Dilma e do PT, porque usou essa matéria do setor elétrico para ganhar a eleição, reduzindo tarifa para o povo.

E não é só aí: para cada dólar exportado em manufaturados o Brasil está importando 2 dólares. Hoje nós somos vendedores de *commodities* para o mundo, e compramos tudo do mundo, especialmente da China, a grande companheira do Presidente Lula, da Presidente Dilma e do PT.

Desindustrialização, tarifa de energia cara, impostos caros... O Brasil tem uma carga tributária de 36%. Mas, se se medir a carga tributária potencial, esta chega a 60%, porque o Governo gasta 40% — refiro-me aos três entes governamentais — todos os anos. E quem paga mais impostos, embutidos no preço das mercadorias, dos bens e dos serviços? É o trabalhador, explorado pela maior carga tributária do mundo, maior taxa de juros do mundo; quem paga é o trabalhador, que tem o seu patrimônio, a exemplo do Fundo de Garantia e do PIS/PASEP, remunerado com a menor taxa do País — a 3,5 ao ano; e o Governo do PT, trabalhista, remunerando a 12,75 o banqueiro rentista, que vive de especulação financeira. Não é um Governo; isso é uma fraude! Se fosse um Governo de qualquer país da Europa, só pelo problema do setor elétrico ele teria caído; pela corrupção da PETROBRAS, que representa 10% do PIB brasileiro, teria caído.

Sr. Presidente, esse Governo já deveria ter caído! Como o presidencialismo só tem o processo de *impeachment*, não tem o voto de desconfiança para mandar para casa todos os Ministros e a Presidente da República, o Governo fica agonizando na zona morta, tal como um zumbi.

Qual é a saída, dentro do presidencialismo, de um Governo incompetente, com vários setores eivados e tomados pela corrupção?

Eu ficaria falando aqui por mais uma hora dos problemas desse Governo, a exemplo do massacre de Estados e Municípios. Nunca na história do Brasil um Presidente da República tirou tanto dinheiro dos Estados e Municípios! E ainda cobra o Governo juros escorchantes da dívida dos Estados. Só do Paraná, o Governo Federal recebeu de juros mais de 6 bilhões nos últimos anos.

O Governo do Paraná pagou 6 bilhões em juros para o Governo Federal, nos últimos anos, e não teve retorno. Não há uma obra pública grande e importante no Paraná. As estradas federais foram todas privatizadas por concessionárias.

Eu vejo que hoje o SUS é um caos. O Governo tirou 30 bilhões este ano do SUS — e todo o ano tira 30 bilhões. O Governo não dá atenção à segurança pública! Há problemas nas estradas, portos e aeroportos; há gente morrendo nas filas dos hospitais e estão ocorrendo assassinatos como nunca. Tenha paciência, D. Dilma! Está na hora de a senhora pegar o boné e ir embora, antes que a coisa fique feia realmente, porque o País hoje não suporta. É o povo brasileiro que está falando nas redes sociais que vai às ruas no domingo pedir a saída da Presidente Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho. Logo após, falará o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB-PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, na tarde de hoje, eu sou forçado a vir pela segunda vez à tribuna do Congresso Nacional para fazer a defesa de políticas industriais que geram emprego, que desconcentram a produção no Brasil.

Entendo que estamos vivendo um momento de crise, de dificuldades, e que é preciso que o Governo equilibre as suas contas. Entendo que é preciso cortar despesas e que é preciso cortar subsídios. Entendo que o Governo tenha que elevar as suas receitas. Mas eu não entendo que, no conjunto de medidas tomadas para promover o ajuste fiscal — com o que todos concordamos —, o Nordeste brasileiro tenha que pagar a conta mais alta para o equilíbrio das contas nacionais.

Aqui, agora há pouco, não conseguimos manter a prorrogação do regime automotivo; agora, nesse desafogo, está-se impondo uma nova relação entre as indústrias eletrointensivas, indústrias que estão em todo o Brasil, como os oradores que me precederam aqui salientaram. E foram essas indústrias as que se instalaram no Nordeste, a partir do polo petroquímico na Bahia, a partir da NORQUISA, em Alagoas, a partir dos projetos siderúrgicos em Pernambuco e no Ceará, a partir da produção de alumínio no Estado do Maranhão. Essa venda de energia, através de energia reservada da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, existe há 30 anos, Srs. Parlamentares! Esse é um insumo essencial para a competitividade dessas empresas. No Nordeste brasileiro são 140 mil empregos.

Eu não posso me silenciar e deixar passar em brancas nuvens essa decisão equivocada, tão equivocada, que o Governo já reconhece a necessidade de negociação com as empresas que estão sendo afetadas por essa medida.

Mas é importante que o Congresso Nacional sinalize com o voto pela derrubada do veto, para poder dizer que as medidas não podem ser tomadas ao arrepio do diálogo, ao arrepio de empreendimentos que estão fincados em uma região pobre há tantos anos.

Por isso, eu queria, de novo, fazer um apelo a todos os Parlamentares do Brasil. Nós não podemos fechar a nossa indústria petroquímica, não podemos fechar a nossa indústria química, não podemos fechar a nossa indústria de alumínios.

Dados apontam que o Brasil já enfrenta um perverso processo de desindustrialização. Na época do Presidente Juscelino Kubitschek, a indústria representava 15% do PIB nacional. Ao longo dos anos, nós chegamos a mais de 25% e, há mais de 20 anos, o setor industrial brasileiro só cai na formação da nossa riqueza.

Portanto, no momento em que a indústria retoma a sua posição, inclusive nas economias centrais, não podemos querer fazer esse ajuste fiscal, fechando a indústria nacional, fechando a indústria de base, fechando a indústria eletrointensiva.

Por isso, renovo aqui o apelo para que a bancada do PSB no Senado e na Câmara vote “não” e para que os Parlamentares que lutam pelo desenvolvimento industrial do Brasil, aqueles que defendem o emprego, também votem “não”; para que possamos, se possível, derrubar o veto. Mas, se não for possível, que o Congresso Nacional mande um recado para a mesa de negociação de que a sociedade brasileira não vai aceitar a perda de milhares de emprego no setor industrial.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra ao Deputado Aleluia.

Eu quero registrar que nós já completamos o número de oradores, de acordo com a resolução. Então, eu pediria a compreensão. Nós vamos ouvir o Deputado Aleluia, que é um especialista no assunto, inclusive foi Presidente da CHESF — Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Logo após, nós vamos colher a orientação de bancada, das Lideranças.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA) – Sr. Presidente, é a terceira vez...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – V.Exa. vai falar, peço 1 minuto só. É isso que eu estou explicando.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA) – Estou inscrito para falar antes do Deputado Aleluia. O Senador Renan passou três na minha frente, e eu estou caladinho. Depois, vão dizer que eu sou um cabano rebelde e que mereço Comissão de Ética.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Está bom. Vamos ouvir o Deputado Aleluia. Vamos ouvir o Deputado Edmilson. Vamos pegar a orientação dos Líderes. Vamos abrir a votação e, depois, continuaremos ouvindo os que estão inscritos, já que vamos ter 45 minutos aqui para ouvir, enquanto votam as Sras. e Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS AELUIA** (DEM-BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, derrubar esse veto não é votar contra a Presidente da República. Derrubar esse veto é corrigir um erro no momento em que a Presidente foi levada, de maneira equivocada, a destruir o entendimento construído pelo Senado e pela Câmara, pelo Senador Romero Jucá, pelo Senador César Borges, pelo Senador Renan Calheiros. S.Exas. construíram o entendimento para que a indústria brasileira não fosse, mais uma vez, penalizada.

Todos sabem que estamos vivendo uma profunda crise, Deputado Imbassahy. Agora, se nós jogarmos essas indústrias para adquirir energia no mercado livre a 380 reais por megawatts-hora significa, senhores, fechar fornos, fábricas, empregos, destruir famílias.

Eu não consigo ver, aqui, no lugar onde estou, os Senadores da Bahia. Mas tenho absoluta certeza de que eles não vão faltar à Bahia, assim como os Senadores de Pernambuco, de Minas Gerais, do Ceará, como o Senador Tasso Jereissati.

Quero louvar pelo discurso aqui feito anteriormente o Senador Fernando Coelho. S.Exa. entendeu perfeitamente, como Secretário de Indústria e Comércio que foi de Pernambuco, os reflexos que isso traz para a indústria nacional. Levar às indústrias brasileiras! Não se trata de subsídio! Não se trata de subsídio! Eu fui Presidente da CHESF. Para a CHESF, a energia que não for vendida às indústrias será vendida por um valor melhor, menor do que vem das indústrias.

Trata-se de manter as indústrias em funcionamento. Trata-se de evitar o fim dos empregos, Deputado Heráclito Fortes, V.Exa. que é um grande defensor do nordeste do Piauí. Nós não podemos deixar de corrigir esse erro, corrigir esse erro que, aliás, corretamente o Ministério das Minas e Energia já tenta encontrar soluções. Mas não é fácil, porque teria que construir uma medida provisória, e derrotando aqui, neste momento, votando “não” ao veto na Câmara e no Senado significa dar oportunidade a que o Brasil continue tendo indústrias capazes de produzir a matéria-prima de que precisamos. Só a título de exemplo, nos últimos 4 anos, o pouco que cresceu, o mercado de aço no Brasil foi integralmente atendido por importação da China. Sem energia, não há aço. Sem energia, não há petroquímica. Sem energia, não há produto siderúrgico em geral.

Nós devemos derrubar o veto. Nós devemos votar “não”. Votar “não” não significa votar “não” ao Governo. É o momento em que a base do Governo, a Oposição, todos devem se unir para corrigir um equívoco cometido pelo Palácio do Planalto, por má orientação do relatório feito pelo Ministério na gestão anterior. O atual Ministro gostaria muito de ver isso corrigido.

*Durante o discurso do Sr. José Carlos Aleluia, o Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. MARCELO MATOS** (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Matos votou com o PDT na última votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, venho, em nome do PSOL, encaminhar a favor do voto. No entanto, quero anunciar que fiquei preocupado com as manifestações do Senador José Pimentel.

É importante, inclusive, que este Congresso possa debater as bases do acordo com as poucas empresas eletrointensivas, que têm interesse nas benesses, nos benefícios fiscais em montantes de energia e de recursos públicos, que realmente são avassaladores da possibilidade de uma sociedade menos desigual, portanto, mais justa, saudável e feliz.

Para se ter uma ideia, a metrópole de Belém, com cerca de 2,5 milhões de habitantes, consome menos energia do que a ALBRAS — Alumínio Brasileiro S.A., que é apenas uma das empresas que produz o lingote do alumínio. Diferentemente do que um Deputado disse aqui, lingote é produto industrial, mas é semielaborado.

Sabem quanto a ALBRAS/ALUNORTE — Alumina do Norte do Brasil S.A., a VALE, a Votorantim, mais as madeireiras, para incluir outro setor, pagam de ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre a exportação pelos milhares e milhares de toneladas que saem do nosso minério ou do lingote do alumínio lá de Barcarena? Zero! Qualquer taberneiro do interior do Piauí, ou do Pará ou da Bahia, paga mais ICMS do que essas empresas.

Ora, tributos aprovados por este Congresso têm uma função social. Benefício fiscal pressupõe que a empresa que vai deixar de pagar e vai ser beneficiada com a isenção de impostos, com a redução de tarifas ou com subsídio de energia, tem que dar uma contrapartida social. Eu pergunto: qual é a contrapartida da Vale para o Brasil? Qual é a contrapartida das mineradoras para o Brasil? Para muitos, talvez, sejam beneficiadas com incentivos eleitorais.

O setor mineral, no último levantamento das revistas especializadas, cresceu, em uma década, de 10 bilhões para 50 bilhões de faturamento e, cada vez mais, por serem empresas de capital intensivo, necessitam de menos trabalho humano. É trabalho cada vez mais mecanizado.

Então, vamos parar de falar em pobre e de defender aqui a perpetração da injustiça ou o aprofundamento das desigualdades. Há muita pequena empresa, há muito pequeno produtor rural que vive na escuridão, há muito pequeno empreendedor que precisa, sim, ter incentivos creditícios e fiscais. Agora, não falemos aqui em nome do pobre para viabilizar o aumento do lucro de quem já tem todos os tipos de subsídio. Basta falar da Lei Kandir.

É absolutamente verdadeiro que uma empresa não tem interesse em verticalizar, por exemplo, o alumínio, e investir em siderúrgicas no Estado do Pará, ou mesmo em Minas ou no Espírito Santo, porque é mais fácil exportar e pagar zero de imposto do que ter que contratar operário, pagar salário, direitos trabalhistas, enfrentar greve, Justiça do Trabalho e agregar valor ao produto, o que é bom para o Brasil. Mas o que é bom para o Brasil não interessa a essas empresas. Não podemos aqui ser advogados dos ricos. O Brasil é muito injusto!

Eu quero dar como lido um pronunciamento que mostra que, enquanto a ONU nos informa uma redução em um terço das infecções e mortes por AIDS no mundo, o Brasil, no mesmo período de 1 década, teve um crescimento de 11%. No Estado do Pará, esse índice foi de 14%. Quarenta e sete por cento dos mortos pela AIDS, na América Latina, são do Brasil. E isso é falta de investimento! Então, se há problemas sociais, por que não investir os recursos públicos em favor da resolução dos problemas estruturais?

Eu concluo dizendo que, na Frente Parlamentar de Apoio às Universidades Públicas Estaduais e Municipais Brasileiras hoje de manhã, manifestei o meu apoio contra os cortes de 14 bilhões da educação.

Enquanto a educação mingua, não podemos admitir incentivos às empresas de capital estrangeiro transnacionais, que já são muito ricas à custa da miséria do nosso povo.

Por isso, nada de negociações nos corredores e nada de incentivar os que têm sido incentivados ao longo de séculos à custa da miséria, da morte e das mazelas sociais em nosso País.

Então, somos a favor do voto neste caso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria, antes de conceder a palavra ao próximo orador, dizer que nós vamos ter mais três votações nominais, três requerimentos de voto. Tão logo acabemos a apreciação deste requerimento, vamos ter a votação de mais três requerimentos. Nós vamos ter ainda a votação dos requerimentos das máquinas agrícolas, do Imposto de Renda e do parcelamento de débitos.

Eu queria, portanto, consultar os Líderes partidários se podemos começar o processo de votação. Eu queria apenas ouvir os Líderes e fazer novamente um apelo aos Deputados que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao Plenário. Este voto é muito importante. Ele trata dos contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados entre as concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, com consumidores finais, vigentes na data da publicação desta lei e que tenham atendido ao disposto no art. 3º da Lei 10.604.

Portanto, podemos começar a votação.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Vamos à orientação, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Vamos à orientação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho para orientar a sua bancada.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós reiteramos os argumentos, que foram muito bem apresentados pelo Deputado José Carlos Aleluia e por outros oradores, em defesa da derrubada desse voto, o qual, na prática, inviabiliza segmentos importantes da economia do Brasil, especialmente no Norte e no Nordeste do País.

Se o Brasil quer produzir e tem como uma dádiva da natureza justamente o potencial de gerar energia barata, não pode, de forma alguma, nas atividades intensivas de uso da energia, inviabilizar a produção por conta de custos extraordinários, como quer fazer o atual Governo.

Então, em defesa do setor produtivo, nós votamos “não” ao voto, pela derrubada do voto e em defesa da indústria do Norte e do Nordeste do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Os Líderes que quiserem continuar orientando as suas bancadas podem fazê-lo.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB-BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em nome do PSB no Senado Federal, com base, inclusive, no pronunciamento do nosso companheiro Senador Fernando Bezerra, nós nos pronunciamos pelo fortalecimento da economia nordestina, contra os impedimentos e o peso sobre aquelas empresas consumidoras intensivas de energia. Por isso, encaminhamos o voto “não”. A nossa bancada do Senado votará pela rejeição do voto da Presidente da República.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** (PSDB-BA) – Sr. Presidente..

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Antonio Imbassahy, está com a palavra V.Exa.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa decisão que nós estamos tomando agora é mais uma consequência danosa da incompetência de um Governo que modificou o modelo do sistema elétrico nacional trazendo prejuízos para os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização e, principalmente, para os consumidores brasileiros, que estão tendo, agora, um aumento muito acima do esperado. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, os consumidores residenciais terão aumento da ordem de 65% nas suas contas de energia. Na indústria, o patamar é bastante elevado: 50%.

O que se pretende agora é sacrificar, é interromper contratos legítimos e legais que foram consolidados, nesta Casa e também no Senado Federal, que permitem, Sr. Presidente, nesse quadro dramático da economia, a sobrevivência das indústrias instaladas notadamente no Nordeste brasileiro.

Nós estamos evitando o desemprego, nós estamos evitando que a recessão seja ainda maior, e estamos protegendo uma região muito carente do nosso País. Portanto, a posição do PSDB é contrária a essa decisão, a esse voto da Presidente.

Esse voto prejudica, Sr. Presidente. V.Exa., que é da nossa querida Alagoas, sabe muito bem o mal que esse voto traz para Alagoas, para a Bahia e para todos os demais Estados do Nordeste.

Portanto, nossa posição é “não”, “não” a essa decisão equivocada da Presidente da República.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Sibá Machado, pelo PT.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Muito bem, Sr. Presidente, nós vamos querer manter o voto.

Vamos votar “sim” pelas seguintes razões: primeiro, foi muito acertada essa decisão do Governo de fazer o Sistema Interligado Nacional de Energia e Abastecimento; segundo, foi muito acertada, pelo nosso Governo, a diversificação das fontes de geração de energia. O megawatt da energia eólica, que no começo passava de 300 reais, agora já está muito próximo ao da energia hidrelétrica.

Qual o fator ruim que nós temos neste momento? Faltou chuva. As hidrelétricas estão com os lagos muito baixos. Com isso, o sistema teve que partir para as térmicas. Todos aqui sabem disso. O PSDB já governou o Brasil e sabe que, por conta do Apagão de 2001, teve que jogar uma fonte muito forte de termelétrica à base de *diesel*, o que é caríssimo! Chega a mais de mil reais o megawatt.

Nesse momento, nós estamos fechando um grande acordo entre o Governo e as empresas para a busca de novos investimentos no setor de energia. E o BNDES já tem 192 bilhões de reais guardados para investir em 2015 e 2018.

O PT, portanto, pede a manutenção deste voto. Vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PRB encaminha o voto “sim”.

Como vota o Solidariedade, Deputado Arthur Maia?

**O SR. ALEX MANENTE** (PPS-SP) – Sr. Presidente...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, o PT é “sim”. O voto está errado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já mandamos modificá-lo.

Deputado Arthur Maia, como vota o Solidariedade?

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SD-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há 2 anos, a Presidente Dilma Rousseff anunciava de maneira glamorosa, até diria escandalosa, em toda a mídia brasileira, que diminuiria a conta de energia em 20%.

Durante a campanha eleitoral, foi dito aqui que não havia nenhum perigo de apagão, que os projetos de expansão da nossa produção elétrica estavam a pleno vapor pelo Governo da Presidente Dilma.

E eis, Sr. Presidente, que, passadas as eleições, não é apenas o apagão que se mostra, o apagão causado pela falta de planejamento, mas sobretudo o aumento exorbitante da conta de luz, que tem de maneira perversa tirado o sono das famílias brasileiras. Isso tem trazido consequências terríveis para o Brasil.

Temos visto, a cada dia, a diminuição da produção industrial, a diminuição do PIB, que se tenta maquiar modificando a forma de cálculo efetuada pelo IBGE.

Apesar de tudo isso, a Presidente da República, quando tem a oportunidade, de acordo com lei aprovada por esta Casa, de manter pelo menos o nível de preço da energia elétrica produzida no Nordeste, uma vez que esta Casa prorrogou o prazo dos contratos com as fornecedoras de energia, eis que S.Exa., sem nenhuma sensibilidade, veta aquilo que certamente favoreceria, como já favorece, a indústria do Norte e Nordeste do Brasil.

É um absurdo, Sr. Presidente, essa atitude que contraria tudo o que foi dito na campanha eleitoral, mas que atingiu fortemente a economia brasileira em um momento tão difícil como esse.

O Solidariedade encaminha “não” ao voto na certeza de que esta Casa será a guardiã da vontade do povo brasileiro, que nesse momento quer rejeitar esse voto e fazer prevalecer o mínimo de esperança, de crescimento, ou, se não de crescimento econômico, de manutenção dos atuais níveis.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani para orientar a posição da bancada.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento em que nós precisamos preservar os empregos e a economia do País, não devemos aumentar o custo das empresas.

Portanto, neste caso, o nosso Bloco votará pela derrubada do voto; votará “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PMDB encaminha o voto “não”.

Se os Líderes desejarem...

**O SR. ALEX MANENTE** (PPS-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. ALEX MANENTE** (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS encaminha “não”, porque acreditamos que esse voto prejudica a indústria e o desenvolvimento num momento em que estamos vivendo uma crise. Representando, inclusive, as indústrias do Grande ABC Paulista, que certamente sofrerão com a economia, e nós já estamos sentindo esses efeitos, creio que esse voto, sem dúvida alguma, prejudicará ainda mais. Os investimentos que deveriam ser feitos, nos últimos anos, deveriam ter ocorrido, e nós não sentimos esse efeito.

Por isso, nesse momento, nós encaminhamos pela derrubada do voto.

O PPS encaminha o voto “não”.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Sr. Presidente, pela Minoria.

**O SR. FÁBIO MITIDIERI** (PSD-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD encaminha “não”. Pela manutenção dos empregos, o PSD encaminha “não”!

**O SR. FERNANDO COELHO FILHO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB também encaminha o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) – O cobertor está curto demais. Há aumentos de 40% em todos os Estados, inclusive no Pará que consome apenas 20% da energia que produz e exporta para o Brasil. As empresas estão bem cobertas. As pequenas e médias empresas, que geram setenta e tantos por cento dos empregos, estão desempregando.

Não falemos em nome do pobre, para proteger as empresas que empregam pouco, porque são de capital intensivo. E são do setor eletrointensivo, porque são de capital intensivo e precisam de poucos empregados.

Então, nós somos a favor do voto, a favor do povo!

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar pela Liderança da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Logo após a intervenção de V.Exa., nós vamos suspender a sessão do Congresso Nacional por 2 minutos, para que o Presidente da Câmara dos Deputados faça um rápido comunicado, encerre a sessão ordinária de hoje e convoque uma sessão para amanhã. Em seguida, começaremos o processo de votação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pauderney Avelino.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós entendemos que a regra do jogo não pode ser modificada depois que se inicia o jogo.

Esse voto é completamente extemporâneo. As empresas que estão instaladas no Nordeste, que para lá se mudaram, as empresas que estão no Norte, no ABC Paulista, em Minas Gerais, no Sul do Brasil, não poderão sofrer um adicional tarifário, já não bastasse esse tarifaço que as empresas e os consumidores estão tendo.

Portanto, a nossa orientação aos partidos de oposição é “não”. Vamos derrubar o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos suspender a sessão por pouquíssimos minutos, para que o Presidente da Câmara dos Deputados encerre a sessão de hoje da Câmara dos Deputados e convoque sessão da Câmara dos Deputados para amanhã.

Em seguida, nós retomaremos esta sessão e abriremos o processo de votação.

*(Suspensa às 18 horas e 58 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 1 minuto.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está reaberta a sessão do Congresso Nacional.

Vamos iniciar o processo de votação.

A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que ocupem seus lugares para darmos início ao processo de votação pelo sistema eletrônico.

Se os Líderes desejarem continuar orientando as suas bancadas, por favor, podem fazê-lo.

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PROS vota “sim”.

Como vota o PR, Deputado Maurício Quintella?

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, este voto causa um prejuízo imenso ao setor produtivo do Norte e Nordeste do Brasil.

Então, conversando com a nossa bancada, o PR resolveu liberar a bancada.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT também, no mesmo caminho, vai liberar a bancada e, particularmente, já declaro o voto “não”.

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Sem revisão do orador.) – O PSD libera a bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSD libera a bancada.

Sras. e Srs. Deputados, por favor, tomem os seus lugares. Nós vamos iniciar o processo de votação.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Voto “não”, Sr. Presidente, para salvar os empregos do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Este voto é realmente nocivo a qualquer política de combate à desigualdade regional.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PV.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para orientar pelo PV, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV vota “não”. Nós precisamos viver um momento de desoneração fiscal. Ninguém suporta mais a carga tributária que temos no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PV vota “não”.

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Sem revisão do orador.) – Registre-se no painel, Sr. Presidente, que o PSD libera, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSD também libera a sua bancada.

Tão logo nós começemos a votação, vamos retomar a lista de oradores, enquanto durar a votação.

Sras. e Srs. Deputados, por favor, V.Exas. já podem votar. (*Pausa.*)

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA) – Sr. Presidente, o PCdoB orienta “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB orienta “sim”.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente Renan.

Eu queria registrar que nesta semana há uma grande movimentação de aposentados e pensionistas.

Eles inclusive lotaram hoje o Auditório Nereu Ramos, onde foram apresentadas duas propostas. Os aposentados do serviço público querem a votação da PEC 555, que acaba com a contribuição previdenciária dos inativos. Já os aposentados do Regime Geral da Previdência Social querem a votação de dois projetos: o PL 4.434, que trata da recomposição das suas perdas, e o PL 3.299, que trata da alteração do fator previdenciário.

Todos fizeram pressão nesta Casa, conversaram com vários Parlamentares, e lamentaram que, na tarde de ontem, quando votamos o projeto do salário mínimo, foi dada preferência a outro projeto, que não contemplava os aposentados e pensionistas na extensão deste reajuste.

Portanto, no dia de hoje, todos eles percorreram os gabinetes desta Casa, para que essa matéria possa ser colocada em votação.

O Presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo esteve com o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, e, na ocasião, entregou a ele uma placa dos aposentados de São Paulo, por ter defendido questões sociais de extrema importância. Sem dúvida nenhuma, essa é uma das questões sociais que nós devemos rever. Precisamos garantir o direito a aposentados e pensionistas, aos idosos em geral.

Aliás, apesar de haver essa previsibilidade no Estatuto do Idoso, ela não está sendo cumprida. Tenho certeza, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e Sr. Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, de que nós estaremos atentos a essa luta de aposentados e pensionistas. Espero corrigir essas distorções, ainda que saibamos que nós estamos passando por um momento econômico difícil. Os aposentados e os pensionistas estão em situação difícil há muito mais tempo e até agora estão sobrevivendo.

Obrigado, Presidente Renan.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo encaminha “sim”.

Cheguei agora para encaminhar o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Governo encaminha o voto “sim”.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio e, em seguida, ao Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vou pedir licença para ocupar esta tribuna hoje para falar sobre o que está acontecendo no Brasil. Uma crise sem precedentes se instala em nosso País. O Governo promete uma coisa em campanha, e faz exatamente outra quando começa a exercer o mandato.

Nós ouvimos o Governo dizer que não haveria inflação, mas, logo após a eleição, vimos o aumento dos combustíveis, que puxou o aumento da energia. Agora nos defrontamos com o veto da Sra. Presidente sobre a questão da energia.

A Presidente não pode, antes das eleições, enviar ao Congresso uma medida provisória para baixar o preço da energia e, após a eleição, aumentar novamente o custo do Brasil! Não pode agir assim. O País está totalmente paralisado! Estamos assistindo a jovens estudantes sem acesso à faculdade não saberem como agir diante do não financiamento do FIES. Estamos assistindo a uma paralisação da saúde. As estradas estão todas esburacadas. A paralisação no País é geral, causada pela desastrosa administração deste Governo.

Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, que antes se colocava como paladino da ética, está demonstrando o contrário mais uma vez. Depois do escândalo do mensalão, agora recentemente temos, com o depoimento de Pedro Barusco, a confirmação do talvez maior escândalo da história do Brasil, com desvio de recursos da nossa PETROBRAS.

Sr. Presidente, num momento como este, ouvimos a Presidente dizer, no pronunciamento de domingo, que a crise não é do tamanho que estão pintando. Ora, Sr. Presidente, em que Brasil esta Presidente está vivendo? Este é o País do desemprego, o País da inflação, o País do aumento dos combustíveis.

A inflação voltou e foi anunciada como mero argumento da oposição. Está instalada a inflação! Está instalado o aumento dos combustíveis e da energia.

Para completar os desmandos do partido do Governo, Sr. Presidente, o PT votou ontem contra o reajuste salarial dos trabalhadores. E para encerrar sua participação neste momento, o partido que dizia que era contra aumento de impostos está aqui votando justamente isso.

Sr. Presidente, estamos assistindo aqui ao Partido dos Trabalhadores trabalhar para retirar direitos conquistados pelos trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores está enterrando a sua história. Talvez seja o momento de fazer uma reflexão, para que o Partido dos Trabalhadores volte às origens e seus valores da ética, da defesa dos direitos dos trabalhadores e de seus salários voltem a ser os princípios do partido. Talvez o poder tenha embriagado esses valores num momento de crise.

Como estão dizendo por aí, no próximo domingo haverá manifestações nas ruas: para um *impeachment*, dizem alguns; para a saída da Presidente, dizem outros. Chego a uma conclusão, Sr. Presidente: a PETROBRAS tem jeito, o Brasil tem jeito, mas o PT não pode continuar no poder. Se existe uma oportunidade para a Presidente demonstrar seu amor ao Brasil e senso de responsabilidade para com este País, é chegado o momento. Que ela demonstre um ato patriótico em defesa deste País: renuncie ao seu mandato, Sra. Presidente da República, e ajude a tirar o Brasil do buraco em que a senhora o colocou!

Sra. Presidente, antes das eleições a senhora foi à televisão dizer que estava baixando a tarifa da energia. Eu a convido a voltar à televisão, agora para dizer que a senhora está enviando uma medida para tirar direitos trabalhistas, para baixar salários, para não reajustar os salários, de acordo com o recebimento do trabalhador.

Faça um ato em benefício de todos os brasileiros, Sra. Presidente: renuncie e devolva ao Brasil a condição de voltar a ser grande, da estatura que ele merece.

Um forte abraço e uma boa noite!

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo aos companheiros da base: evitem falar, a fim de agilizarmos os trabalhos. Deixem a Oposição falar o tempo todo. Não vai adiantar, nós vamos manter os vetos.

Eu faço um apelo a todos os companheiros da base: em nome da agilidade, não falem, apenas digam “sim” e acabou, só isso.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Eu concordo, desde que o Deputado Silvio Costa seja o primeiro a não falar.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Eu quero que a Oposição fale muito. Quanto mais ela falar, mais nós temos voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB/AL) – Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente eu não posso me dar ao luxo da base do Governo de calar numa hora destas. Seria da minha parte irresponsabilidade e desrespeito para com o meu Estado, que sofre com uma decisão como esta.

Eu sou de uma região que, por falta de energia, provocada pela falta de planejamento do Governo, perdeu a instalação de algumas fábricas, mais recentemente a da Suzano. Como eu justificaria aos piauienses o meu silêncio neste fim de tarde e começo de noite? O que nós estamos discutindo aqui é consequência da falta de planejamento e da desorganização do Estado, que não investe em infraestrutura desde o famoso apagão pelo qual quiseram crucificar o Governo Fernando Henrique.

Vou citar aqui apenas o exemplo de que tomei conhecimento hoje, meu caro Deputado Aleluia, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Todos nós sabemos que o Paraguai foi um vendedor tradicional da energia de Itaipu para o Brasil: 40%. Há 3 anos, por uma manobra ideológica, o Governo aceitou antecipar o final do contrato e aumentou o preço dessa energia. Pois bem, agora está sendo instalada em Assunção uma fábrica de alumínio — esta informação foi trazida pelo Deputado Jair Bolsonaro.

Vejam bem os senhores. A fábrica de alumínio vai fazer com que a energia não seja mais vendida para o Brasil. E o grave disso tudo é que a fábrica é de brasileiros, que atravessaram a fronteira para montar uma indústria onde têm segurança jurídica.

O problema, meu caro Senador Fernando Bezerra, é que muitas indústrias se instalaram nos Estados contando com incentivos fiscais e, acima de tudo, com garantia jurídica. Mas o Brasil não votou o marco regulatório. O marco regulatório ficou por aí — o PT, desde 2003, passa por cima —, e nós já perdemos grandes oportunidades.

Portanto, meus caros Deputados, é preciso tomar algumas providências. O Piauí, por exemplo, tem hoje em crescimento um grande parque eólico, mas não consome essa energia em um só bico de luz. Toda a energia

produzida ali é vendida, vai para fora. Estou até discutindo a questão, para apresentar um projeto de lei que torna opção do Estado produtor ficar com até 30% da energia por ele produzida pelo preço mínimo do leilão. Ora, o preço mínimo do leilão já é lucrativo; a partir daí, é especulação. O Estado produtor, Deputado Rômulo Gouveia, tem o direito de optar. Talvez nós possamos diminuir um pouco esse problema.

A derrubada deste veto é fundamental não só para os Estados que hoje produzem, com indústrias que consomem grandes quantidades de energia, mas também para Estados como o Piauí, que querem produzir, que querem ter um lugar ao sol.

Meus nobres companheiros, através da derrubada deste veto, nós temos que corrigir essas distorções.

Tenho certeza de que, independentemente de partido, independentemente de ideologia, independentemente de qualquer outro sentimento, nós temos que votar pensando no futuro deste País, um país produtor, um país crescente. Para isso, não adianta falar em Norte e Nordeste, porque nós não podemos separar o Brasil neste desejo de produzir.

**O SR. CAETANO** (PT-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Eu estava inscrito para falar, mas, em razão da solicitação da nossa bancada, retiro a minha inscrição, para podermos agilizar esta votação e iniciar logo a votação do Orçamento. É importante hoje esta produtividade do Congresso Nacional.

E quero agradecer a esta Casa por ter mantido o veto com relação ao FPM e ao IPI, para que os Municípios brasileiros não percam recursos e, consequentemente, possamos ajudá-los, na sua maioria Municípios pequenos, a se desenvolver. Foi importante a posição da Casa nesta tarde de manter o veto que diz respeito ao IPI, para que os Municípios brasileiros sigam conseguindo recursos e possam se desenvolver cada vez mais.

O municipalismo agradece a esta Casa a posição que manteve hoje à tarde, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço aos Deputados e Deputadas que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Nós estamos apreciando um voto muito importante.

É evidente que temos que fazer o ajuste da economia, mas não podemos ampliar no Brasil a insegurança jurídica. As indústrias que foram para o Norte e para o Nordeste tiveram esse preço de energia como política industrial. É evidente que, na hora em que se retirar isso, elas perderão competitividade e, em primeiro passo, sairão do Nordeste, do Norte.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer coro com a pregação de V.Exa. Isso é muito importante para o Nordeste.

Eu espero que, logo mais, este mesmo quórum de 440 Deputados se repita na Câmara, no Congresso, para derrubarmos o voto à correção da tabela do Imposto de Renda. A gente tem que pensar na energia do Nordeste e também na classe média, no trabalhador brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputada Josi Nunes, com a palavra V.Exa.

**A SR<sup>a</sup> JOSI NUNES** (Bloco/PMDB-TO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos votando outra matéria, mas eu quero aproveitar para fazer, rapidamente, uma observação sobre matéria que já votamos e que foi concluída.

Refiro-me ao Veto nº 31, que trata da jornada de trabalho do psicólogo. Na cédula, eu votei contra o voto. Protocolei todo o processo, mas, na hora do destaque, houve uma confusão na orientação do partido. Eu quero então solicitar que fique registrado que a nossa intenção era votar contra o voto. Trabalhei por isso, fiz pronunciamentos, pedi apoio. Só quero solicitar que fique o registro de que na hora do destaque houve esse equívoco.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecemos a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho.

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, este assunto é de extrema importância para a sociedade brasileira, principalmente para a minha Região e para o meu Estado — para o Nordeste e para Pernambuco.

Nós sabemos da dificuldade dos Estados mais pobres, em especial dos Estados do Nordeste, em atrair investimentos. Sabemos dos custos para produzir naquela região. A manutenção dos contratos e do preço da energia elétrica é essencial para que não causemos desemprego, para que não causemos dificuldades econômicas para uma Região historicamente já tão sofrida.

Não basta o que acontece hoje em Pernambuco? Foram divulgadas ontem, em matérias de todos os telejornais, as dificuldades e o desemprego causados na região de Suape pela desaceleração das obras que lá aconteciam e também por estas dificuldades da PETROBRAS, e agora vem mais esta bomba dificultar a vida

do empreendedor, daquele que quer construir, que quer produzir e gerar emprego e renda nas regiões mais pobres do País.

Relembro, Srs. Deputados, o que ocorreu no ano passado, durante o período eleitoral. O argumento da então candidata Dilma era de que ela representaria os interesses do povo do Nordeste e de que a Oposição seria contrária aos interesses da Região. Pois bem, é só olhar para o painel e ver quais partidos encaminham o voto em defesa do Nordeste e quais pouco se preocupam com a Região. Vejam lá o PT e os outros partidos do Governo querendo aumento do custo de produção e desemprego, enquanto a Oposição se mantém firme e atuante. Nossos Deputados, sejam eles dos Estados do Nordeste, sejam eles de São Paulo ou de qualquer outro Estado do País, posicionam-se a favor do emprego, a favor da produção e a favor de custos aceitáveis, para que possamos nos desenvolver.

Também é importante relembrarmos outra promessa do período eleitoral descumprida. Foi anunciado que o valor da conta de luz seria diminuído, que a população pagaria menos por esse insumo, através de medida provisória. Com este veto, vai aumentar, como disseram aqui alguns que defendem a medida, não somente o custo para os empresários, porque, no momento em que se aumenta o custo de produção, gera-se inflação, aumento de preço do produto final, desemprego para o trabalhador, do mais qualificado ao mais simples.

Esta medida é extremamente prejudicial ao Brasil. Vou ficar de olho no painel. Espero que os 25 Deputados do nosso Estado de Pernambuco votem não com o Governo, não com subserviência, mas com foco nos interesses do nosso povo. É importante que a população observe o posicionamento de cada Parlamentar nessa votação.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF) – Sr. Presidente Senador Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar ao Plenário notícia que acabei de lei sobre a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que ontem prestou um desserviço ao povo brasileiro ao aprovar projeto que proíbe a revista íntima dos familiares dos presos. Digo desserviço porque nós sabemos que a entrada de drogas e celulares nos presídios, lamentavelmente, está se dando com os familiares do preso. E agora vemos o PSOL apresentar e aprovar na Assembleia Legislativa um projeto que vai na contramão de tudo o que nós estamos tentando fazer. Assim fica muito difícil a atuação do Congresso Nacional, que tem como dever aprovar uma legislação melhor, para tirar a sociedade brasileira deste caos em que vive hoje. Nós realmente nos deparamos com um projeto equivocadamente aprovado pela Assembleia Legislativa.

E, lamentavelmente, é esta Casa que vai ter que corrigir mais esse absurdo aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Osmar Terra.

**O SR. OSMAR TERRA** (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu recebi há pouco uma informação das lideranças dos caminhoneiros da região noroeste do Rio Grande do Sul e da região oeste de Santa Catarina — está aqui o Deputado Valdir Colatto, nossa liderança nesta questão. Elas nos comunicam que, à zero hora de amanhã, reiniciam o movimento de bloqueio nas estradas.

O Governo havia convocado uma reunião com os líderes caminhoneiros, e nessa reunião não se chegou a nenhum resultado prático, então marcaram outra reunião, para daqui a 15 dias, para o dia 26.

Os caminhoneiros estão com a sensação de que estão sendo enrolados, de que a questão está sendo empurrada com a barriga e de que não vai haver nenhuma solução para o pleito. Então estão voltando ao movimento amanhã, à meia-noite. Isso é muito grave, porque afeta toda a produção agroindustrial do interior dos Estados do Sul do Brasil, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, da zona de produção de grãos deste País.

Eu queria fazer um apelo, através deste microfone, através da Casa, ao Ministro Miguel Rossetto. É importante que o Ministro Rossetto anuncie alguma medida concreta amanhã. Essa é a única maneira de evitarmos que esse movimento tome mais força ainda agora, num momento crítico para o País.

O movimento dos caminhoneiros não tem ligação com partido político, não está trabalhando pelo *impeachment*, não está reivindicando nada que não seja a solução do problema deles, que hoje não conseguem sair de casa sem gastar...

(Interrupção do som.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu só queria comunicar aos Srs. Deputados que nós estamos apreciando vetos. É evidente que a pauta nacional é ampla, geral e irrestrita, mas, se cada um colocar um item desta pauta, nós vamos dificultar a apreciação do voto, e na prática estaremos desfazendo

uma conquista do Congresso Nacional, que é o direito de apreciar vetos em 30 dias. Não estamos conseguindo fazer isso, e a população tem nos cobrado.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Zé Geraldo, que já está na tribuna, e, por último, ao Deputado Ronaldo Lessa, e então concluímos o processo de votação.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos aqueles que me ouvem neste momento, quero deixar muito claro para o eleitor e para a eleitora deste País que estão assistindo a esta sessão, para os filiados, os dirigentes e os simpatizantes do Partido dos Trabalhadores que a nossa bancada de Deputadas e Deputados Federais, Senadoras e Senadores, nesta noite, está 100% fechada com a nossa Presidenta Dilma, que mandou para esta Casa os vetos.

Temos a certeza e a confiança de que o nosso Governo está no rumo certo, como esteve o Governo do Presidente Lula em seu primeiro mandato, como esteve o Governo do Presidente Lula em seu segundo mandato, como esteve o Governo da Presidente Dilma em seu primeiro mandato.

Nesta noite, com certeza, o Congresso vai dar uma resposta a muitas situações inquietantes dos Municípios brasileiros, com a votação do Orçamento, que deveria ter feita no final do ano passado.

Não é normal, não é razoável para um Congresso Nacional como o nosso deixar de votar o Orçamento no final do ano para só votá-lo agora. Milhões de empresas, microempresas, médias e grandes, milhões de obras por este País afora, obras que já foram feitas, obras que estão em andamento e obras que esperam o Orçamento para se iniciar, dependem desta votação.

Não adianta a Oposição ficar aqui só falando mal do Governo, do PT, da Presidenta. É preciso que a Oposição entenda que a eleição foi em outubro e novembro e que agora só teremos eleições em 2016 e em 2018, até que haja uma reforma política para mudar o calendário eleitoral.

Quero dizer ao povo brasileiro que hoje nós temos talvez a pauta mais positiva de todas as sessões do Congresso Nacional, não somente para apreciação dos vetos, mas também para votação do Orçamento. Parabenizo as Lideranças de todos os partidos, que chegaram a um acordo para que pudéssemos destrancar esta pauta e votar o Orçamento Geral da União. Sem Orçamento não há dinheiro, e sem dinheiro não há desenvolvimento neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Lessa. Em seguida, nós vamos encerrar a votação.

**O SR. RONALDO LESSA** (PDT-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, venho defender o Governo, que fez com que o Nordeste nos últimos anos pudesse crescer o dobro da média do País, que fez a distribuição, independentemente do mérito das críticas que possam ser feitas à receita deste País.

Sou da base do Governo, mas não posso defender aqui a manutenção deste voto da Presidente Dilma. O Nordeste e o Norte do País estão tendo esse desenvolvimento por causa do olhar diferente do Presidente Lula e da Presidente Dilma.

Não podem agora tirar o principal incentivo que pode ter o Nordeste: a industrialização. Acho que é um tiro no pé. Não acredito que quem foi Ministro de Minas e Energia possa entender que não é necessário apresentar imediatamente ao País alguma alternativa para que não continuemos a reboque no País em termos de desenvolvimento. Não acredito!

Vejam a contradição. Não há perda de receita. Ninguém está pedindo subsídio, redução da tarifa. Nós estamos pedindo que se mantenha um contrato feito para incentivar as empresas a irem para aquela região do País para fazer um processo de industrialização. Querem tirar isso exatamente no momento em que o País está precisando crescer! Nós precisamos aumentar a geração de empregos. Para a crise econômica que o País vive, não é essa a solução.

Portanto, eu faço um apelo ao Partido dos Trabalhadores e a todos os partidos da base do Governo para que, se este voto for mantido hoje, possamos imediatamente pedir ao Planalto uma proposta de energia para este País, principalmente para as regiões que precisam crescer e chegar ao nível que o Brasil precisa. Nós não podemos ter dois brasis aqui dentro.

Este é o apelo que eu faço. No PDT, consegui convencer os meus companheiros a liberar a bancada. O PDT queria dar apoio, porque faz parte da base do Governo. Mas, para quem é do Nordeste e para quem é de regiões subdesenvolvidas, não é só um apelo. Eu acho que isso interessa ao País. Não interessa aos Estados ricos um processo de desaceleração do desenvolvimento das regiões mais pobres. Eu acho que isso interessa a todos os Parlamentares desta Casa. É o apelo que faço: se não for possível mudar o voto, se não houver mais condições, que, pelo menos, todos os partidos da bancada do Governo possam chamar a Presidente da República para que seja apresentada uma proposta de alternativa de energia a este País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, pela ordem.

**O SR. MAURO PEREIRA** (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Renan Calheiros, eu gostaria de, primeiramente, parabenizar V.Exa. e o nosso Presidente Eduardo Cunha pela negociação com o Governo, para inclusive melhorar a tabela do Imposto de Renda.

Eu gostaria de pedir a V.Exa., Senador, que, junto com o nosso Deputado Eduardo Cunha, intercedesse no Governo, com a nossa Presidente Dilma Rousseff, com o Ministro Joaquim Levy, pelos caminhoneiros. Eu estou aqui há 1 mês, e até agora nós não fizemos nada de bom para a nossa sociedade, para amenizar os seus problemas.

Esse aumento de PIS e COFINS sobre o óleo *diesel* está causando um transtorno muito grande para os agricultores e para os nossos trabalhadores do transporte rodoviário e do transporte coletivo.

Se não entrarem em campo essas lideranças, nós não vamos avançar. Infelizmente, com o Ministro Miguel Rossetto não tivemos avanços.

Por favor, ajude-nos; caso contrário, vai acontecer coisa muito grave em nosso País. Senador Renan Calheiros, nosso Presidente Eduardo Cunha, ajudem-nos a convencer a Presidente Dilma Rousseff a dar uma mãozinha ao nosso Brasil, a tirar PIS e COFINS do óleo *diesel*, para que possamos ter paz, para que o povo possa trabalhar com tranquilidade, para que desacelere a inflação — óleo *diesel* é gasolina na veia da inflação.

Muito obrigado. Parabéns!

Eu votei “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo da Presidente Dilma Rousseff sempre respeitou os movimentos sociais e não vai agir de outra forma com o movimento dos caminhoneiros.

Eu participei do movimento dos caminhoneiros desde 2000, quando o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Na época, não havia quem discutisse a pauta dos caminhoneiros. Durou 2 dias o movimento, porque a repressão fez com que se desmobilizassem. Tiveram que parar, porque não havia ninguém que negociasse a pauta. Agora, no Governo Dilma Rousseff, graças à articulação do Ministro Miguel Rossetto, do Ministro dos Transportes e da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram atendidos mais de 90% da pauta.

Aqueles que querem se agregar não ao movimento reivindicatório, mas...

(Interrupção do som.)

**O SR. MARCON** (PT-RS) – Lá no Rio Grande do Sul, nos últimos 8 dias, não se via nenhuma faixa pedindo a redução do preço do óleo *diesel*, era só faixa contra a Presidente Dilma Rousseff. Eu diria que são de políticos, de viúvas do Fernando Henrique Cardoso e do Aécio Neves.

O Governo vai respeitar os caminhoneiros. Foi atendida a pauta e estão sendo encaminhados tecnicamente os pontos que restaram.

Muito obrigado.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP-RJ) – Sr. Presidente, permita-me, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Pela ordem, rapidamente, eu lhe concedo a palavra.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só cego não tomou conhecimento de que a principal pauta de reivindicação dos caminhoneiros é a redução do óleo *diesel*. E participei agora a V.Exa. o que tenho visto nas redes sociais: o MST marchando em alguns Municípios do Brasil armado com facão, com foice, com gadanho, com enxada, etc.

Ontem ajuizei um mandado de segurança aqui, outro em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, para que se dê legitimidade à Polícia Militar para desarmar esses que nada produzem a não ser violência. Ou nós botamos um ponto final nisso e partimos para o respeito ao Estado Democrático de Direito, ou podemos ter um banho de sangue, patrocinado por esses verdadeiros marginais do MST, que nada produzem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado:

“sim”, 154 votos; “não”, 310 votos; abstenção, 1.

Rejeitado na Câmara.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento “B” ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passa-se à votação no Senado.

Eu peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, por favor, venham ao plenário. Nós estamos apreciando um veto muito importante, que acabou de ser derrotado na Câmara dos Deputados.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço que se mantenha o quórum da Câmara, para derrubarmos o veto ao Imposto de Renda. Este foi o da energia para as grandes empresas. Vamos proteger os trabalhadores e a classe média do Brasil! Vamos manter este mesmo entusiasmo com os trabalhadores e com a classe média do nosso País!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É importante a presença de todos, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, para que possamos concluir esta pauta de apreciação de vetos e, na sequência, votar o Orçamento da União para 2015. Mais uma vez faço um apelo aos Senadores e às Senadoras, para que venham ao plenário.

A Presidência solicita às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Peço aos Srs. Líderes que, por favor, se houver condição, designem os dois Senadores que falarão contra e os dois Senadores que falarão a favor.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Sr. Presidente, peço inscrição para falar contra o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra o Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu quero começar registrando que o Ministro Eduardo Braga, que preside o Grupo de Trabalho, acaba de informar a posição das empresas beneficiárias que estão no Grupo de Trabalho discutindo o setor de energia intensiva, grupo que S.Exa. preside. Há acordo sendo construído para mantermos o voto e construirmos políticas específicas para esse segmento, que hoje tem incentivos na Região Nordeste.

Tive o cuidado de ouvir algumas empresas que fazem parte do Grupo de Trabalho. Eu disse a elas que é preferível manter o acordo, porque estão construindo políticas para manter-se a competitividade das empresas que fazem uso intensivo de energia.

Registro também que o Governo, representado pela Casa Civil, Ministro Aloizio Mercadante, e pela SRI, Ministro Pepe Vargas, tem a mesma posição.

Estão construindo um entendimento com as entidades e pretende-se chegar a uma saída para este impasse sobre o custo da energia na Região Nordeste, onde estão as empresas intensivas de mão de obra.

O nosso Congresso é livre para decidir. A Câmara se posiciona pela derrubada do voto, mas eu peço aos nossos pares no Senado Federal que demos um crédito ao Ministro Eduardo Braga, que é do PMDB e está pedindo a manutenção do voto, está pedindo um voto de credibilidade a ele, pessoalmente, que é o Presidente do Grupo de Trabalho. As empresas com as que eu consegui falar, volto a dizer, têm o mesmo entendimento.

Por isso eu peço aos nossos pares que, respeitado o resultado da Câmara Federal, votemos “sim”, pela manutenção do voto no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a emenda que neste momento está sendo votada como destaque é inclusive de autoria do Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia. Nós discutimos bastante este tema. Sabemos que, especificamente para o Nordeste, para todos os Estados do Nordeste, este é um tema bastante sensível, que precisa de solução.

Recebemos aqui um telefonema do Ministro Eduardo Braga, que demanda a manutenção deste voto, porque o Ministério de Minas e Energia vem discutindo uma alternativa com todas as empresas que fazem uso intensivo de energia, uma solução, a criação de um fundo que possa garantir as condições de termos um diferencial de competitividade neste aspecto.

Naturalmente, há aqueles que querem transformar isto numa disputa entre Governo e Oposição, ou numa disputa de uma Região contra a outra. Mas não se trata de manutenção do voto em troca de nada. Trata-se da manutenção do voto porque se aguarda o resultado de um trabalho, já avançado, desse Grupo, o qual contará, sem dúvida, com um entendimento com as empresas, que, segundo informação do Ministro Eduardo Braga, concordam com a manutenção do voto.

Por essa razão, eu quero encaminhar aos Senadores do PT a manutenção do voto, o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço aos Senadores e às Senadoras que venham ao plenário. Nós estamos apreciando um voto importantíssimo, que já foi derrubado na Câmara dos Deputados. Este voto trata das eletrointensivas, uma matéria importantíssima para a redução da desigualdade regional. Quando essas indústrias foram para o Nordeste e para o Norte, tiveram o preço da energia como

parte da política industrial. Na medida em que se retira isso sem que haja prorrogação, elas, evidentemente, sairão do Nordeste, porque o mercado é diferenciado.

Esta é uma matéria importante para a Câmara e é muito mais importante ainda para o Senado, a Casa da Federação, que tem responsabilidade para com o equilíbrio entre os Estados do Brasil.

Portanto, eu peço aos Senadores que venham ao plenário.

Tem a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, alguns aspectos do veto que está sendo discutido e votado precisam ser analisados.

O primeiro deles, que poderia funcionar como uma preliminar de argumentos sobre qualquer outro poder de argumentação, é que estamos diante de algo muito grave para o nosso País, que é a quebra de contratos. O País demorou décadas para construir um conceito de credibilidade no que diz respeito a contratos firmados. Não faz muito tempo que os investidores internacionais fugiam do Brasil porque o nosso País não inspirava confiança em matéria de contratos assinados. E é rigorosamente isso o que está sendo agora discutido no veto da Presidente Dilma Rousseff: se os contratos serão mantidos ou serão rasgados, jogando-se no lixo o que resta, o que sobra de credibilidade do atual Governo.

A recessão econômica que o Brasil vive não foi provocada pelos trabalhadores, pelos empresários, pelos industriais, pelos comerciantes. Toda esta crise econômica que o Brasil enfrenta foi produzida pelo próprio Governo Federal, pela Presidente Dilma Rousseff. E uma das maiores dificuldades que o Governo vem enfrentado para sair da crise é exatamente a falta de credibilidade. Se o Governo perder o resto de credibilidade que lhe sobra, e que é muito pouco, dificilmente nós conseguiremos trazer investimentos para o nosso País, porque, novamente, seremos vistos, no Brasil e mundo afora, como uma república que não respeita contratos.

Contrato firmado tem que ser respeitado. Não se pode desrespeitar contrato.

Eu ouvi com muita atenção a palavra do Senador José Pimentel e a palavra do Senador Humberto Costa. Ambos usaram o gerúndio para dizer que o Governo está tentando, está buscando um acordo com as indústrias eletrointensivas do País. Ou seja, ficou claro na palavra dos representantes do Governo que não há acordo nenhum firmado, que está sendo feita uma tentativa pelo Ministro Eduardo Braga de construção de entendimento com as indústrias intensivas de energia.

Portanto, se não há acordo, o que cabe ao Congresso Nacional é respeitar os contratos. Se porventura o veto for derrubado e logo adiante, semana que vem, próximo mês, o Governo encontrar um ponto de entendimento com a indústria eletrointensiva, tudo bem, num ambiente de acordo, de entendimento, poderá ser revisto esse contrato, de forma bilateral. Não se rompe, Senador Blairo Maggi, um contrato de forma unilateral. O Estado brasileiro, o Governo Federal não pode dar esse mau exemplo. Não é possível que um contrato seja rejeitado de forma unilateral.

Se há um espaço de entendimento, vamos torcer para que o entendimento prospere e possamos encontrar um acordo. Acordo não é firmado por uma parte só, acordo pressupõe a participação de duas partes.

Nós ouvimos, há poucos instantes, os Líderes do Governo no Senado e no Congresso afirmar, de maneira textual, que o Governo ainda está tentando um entendimento com as indústrias. Portanto, recomendo bom senso.

**A SR<sup>a</sup> JÔ MORAES** (PCdoB-MG) – A Deputada Jô Moraes votou com o partido.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Para concluir, Sr. Presidente, espero que nós possamos votar “não”, a exemplo do que acabou de fazer a Câmara Federal.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a nossa responsabilidade neste instante é imensa, porque a Câmara Federal já rejeitou o veto presidencial. Nós, Senadores da República, estamos neste Congresso para representar os nossos Estados. O Brasil inteiro poderá ter um imenso prejuízo. Podemos ter indústrias desativando suas operações. O desemprego, que já é um problema grave na nossa realidade econômico-social, estará sendo ampliado. Não é possível que contratos sejam rompidos e que as empresas tenham que passar a comprar no mercado livre de energia uma energia muito mais cara do que aquela que foi contratada.

Em algumas regiões do Brasil, o insumo de energia foi um fator diferencial para a atração do investimento. Quando determinada empresa se instalou no Norte, no Centro-Oeste, no Nordeste brasileiro, no seu planejamento constava, de forma antecipada, uma energia a determinado preço, que viabilizava o investimento. Não é possível que o Senado da República vá, de forma consciente, inviabilizar investimentos que promoveram a oferta de emprego e, principalmente, dar o péssimo exemplo da ruptura de contratos. Não será essa a pedagogia exemplar do Senado Federal.

Portanto, estamos encaminhando o voto “não”, para que o veto presidencial seja derrubado, os contratos sejam respeitados e os empregos sejam preservados. “Não”, em respeito aos contratos! “Não”, pela preservação dos empregos!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço aos Senadores e Senadoras que, por favor, venham ao plenário. Nós ainda vamos ter pelo menos três votações nominais.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata. Em seguida, darei a palavra aos Senadores Fernando Collor e Fernando Bezerra Coelho.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB-BA. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação, solicito a presença dos Senadores da bancada do PSB.

Para efetivamente garantirmos a economia do Nordeste, é preciso votar “não” ao veto da Presidente. Eu convoco os seis Senadores do PSB a comparecerem ao plenário, para que nós possamos ajudar a derrubar este voto, que prejudica profundamente a economia do Nordeste, especialmente a da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Fernando Collor, tem a palavra V.Exa.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB-AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria, neste momento que julgo da maior importância para o futuro do desenvolvimento do nosso Nordeste, de que todas as Sras. e Srs. Senadores aqui presentes atentassem para a importância de nós apormos um “não” ao voto de S.Exa. a Presidenta nesta medida provisória.

A utilização dessa energia há tempos foi objeto de um contrato firmado pelo Governo Federal com as empresas que se dispuseram a implantar as suas iniciativas em território nordestino. Foi com base na confiança nesse contrato que os investimentos foram feitos e hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, dão oportunidade a 120 mil pessoas de ter emprego com carteira assinada, podendo esse número atingir quase meio milhão de pessoas, se contados os dependentes das atividades das empresas eletrointensivas no Nordeste brasileiro.

A quebra de contrato é um dos pontos primordiais para que se deteriore a confiança que possa existir ainda entre a iniciativa privada e o Executivo, o Governo. Não será desta forma, penalizando uma Região sofrida como o Nordeste, que haveremos de colaborar para o chamado ajuste fiscal.

É necessário que todos nós tenhamos a consciência voltada para o sofrimento do povo nordestino, dos milhares e milhares de pessoas que serão despedidas dos seus empregos. Isso vai gerar uma insegurança social sem precedentes no Nordeste.

Sabendo disso, digamos “não” a este voto. Temos que derrubar este voto, para, aí sim, podermos criar um espaço de negociação e de entendimento que atenda aos interesses de desenvolvimento e de segurança social do povo nordestino e também para podermos de alguma forma colaborar com o esforço do ajuste fiscal que o Governo pretende fazer.

Em nome do Bloco União e Força, do Senado Federal, que reúne o Partido da República — PR, o Partido Social Cristão — PSC, o Partido Republicano Brasileiro — PRB e o Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, encaminhamos o voto “não” à matéria que é hoje objeto de discussão neste plenário do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente manifestar a minha alegria pelo resultado que obtivemos na Câmara. O destaque que permitiu esta votação é da Liderança do PSB no Senado.

Agora é importante que todos os Senadores que ainda se encontram em seus gabinetes venham ao plenário, para que possamos concluir esta votação de grande importância para o desenvolvimento industrial brasileiro, de forma especial para a indústria do Nordeste.

Eu queria dar o exemplo da planta petroquímica no Estado de V.Exa., Sr. Presidente, o Estado de Alagoas, onde a Braskem tem uma unidade química da maior importância para o Brasil. O que vai ocorrer é que, com essa quebra no contrato de fornecimento de energia, que é o principal insumo para a indústria petroquímica, nós vamos assistir à redução das atividades produtivas e à consequente demissão de milhares de trabalhadores.

O mais grave é que o Brasil, para substituir os produtos químicos e petroquímicos que poderiam ser produzidos aqui dentro e suprir as cadeias de negócios de outras atividades do nosso País, vai se socorrer de produtos da petroquímica chinesa, da petroquímica Indiana, da petroquímica americana.

E prestem bem atenção, Sras. e Srs. Parlamentares: nós estamos convivendo com um problema crônico de déficit da balança comercial brasileira. O Governo tem que fazer um esforço para voltar a produzir superávits comerciais, mas sobretudo para recuperar a posição dos produtos manufaturados na nossa pauta de exportação.

Esta medida vai ao encontro de tudo que não pode ser feito no momento em que a economia brasileira se encontra em grave crise.

Eu disse antes e repito agora: dados do boletim *Focus*, do Banco Central, já apontam para uma retração da economia brasileira. O que nós conquistamos ao longo dos mandatos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma foi quase o pleno emprego. A economia brasileira, mesmo crescendo pouco, teve os mais baixos índices de desemprego. Agora, em nome de um ajuste fiscal, propõe-se rever todos os contratos de um setor importante da indústria nacional. Isto o Congresso não pode permitir.

Nós queremos, sim, contribuir, colaborar para o equilíbrio das contas nacionais. É importante, sim, gerar superávit primário. É importante, sim, reduzir as despesas. É importante, sim, ampliar as receitas. Mas a indústria brasileira não tem mais o que oferecer.

Eu dizia que, no final da década de 50, quando Juscelino iniciou o processo de industrialização do nosso País, a indústria representava 15% da formação do produto nacional. Chegamos a atingir 25%, Sr. Presidente. Mas, segundo dado do ano passado, a indústria já retraiu a sua participação na formação da riqueza nacional para menos de 15%.

Portanto, não podemos apoiar medidas que constranjam ainda mais o ambiente de investimentos no setor industrial, até porque, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é a indústria que oferece os melhores empregos, os melhores salários. Se queremos construir um Brasil mais igual, um Brasil mais justo, é importante apoiar a indústria nacional.

Estou aqui mais uma vez, Sr. Presidente, para dizer da importância de todos os membros do Congresso Nacional, formado também pelo Senado Federal, participarem desta votação, de todos se inteirarem da responsabilidade deste voto. Aqueles que têm compromisso com a manutenção de empregos na economia brasileira podem expressar seu compromisso votando “não”, para derrubar este voto que representa o equívoco de uma decisão de política econômica que não pode encontrar guarida no Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, renovo o apelo aos meus companheiros do Senado Federal, as Sras. e Srs. Senadores, para que afirmemos hoje a independência de posicionamento do Congresso Nacional e, com esta votação, mostremos que o Congresso Nacional quer ajudar, mas quer ajudar participando da construção de políticas econômicas que possam de fato ajudar o Brasil a atravessar esta grave crise. Nós não queremos contribuir para o agravamento da crise que aí está. Queremos para o Congresso Nacional uma agenda positiva, que eu tenho a esperança de que V.Exa. lidere, Sr. Presidente. Como Presidente do Congresso Nacional, V.Exa. vai liderar uma agenda positiva que possa animar o ambiente de negócios em nosso País, para que possamos elevar a taxa de investimentos e o Brasil, num momento em que a economia mundial se recupera, participe dessa recuperação econômica em âmbito internacional e assim saímos o mais rápido possível da crise em que estamos mergulhados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT-BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, esse é um tema de que V.Exa. é testemunha. Nós chegamos a produzir, há mais de 8 meses, Senador Benedito, um estudo sobre essa questão. Não chamamos o Governo para discutir essa matéria a partir de uma relação, Senador Romero, meramente para atender esse ou aquele investimento no Nordeste, meu caro Senador Fernando. Discutimos com a Federação das Indústrias em todos os Estados do Nordeste — todos!

Eu participei de todas as reuniões, Senador Fernando Bezerra. Paguei do meu bolso estudo, exatamente para comprovar qual era a nossa capacidade de fornecimento de energia para a renovação desses contratos. Sentei com o Governo, busquei a Casa Civil e o Ministro Aloizio Mercadante, para tentar inclusive mostrar que era fundamental fazer a correção de rumo, porque a medida provisória anterior, Senador Fernando Collor, que tratou da reestruturação do setor elétrico, cometeu um grave equívoco com a CHESF: de cada 10 reais da recompensação do Sistema Nacional, a nossa CHESF, no Nordeste, entra com R\$6,60. É o que está viabilizando todo o processo nacional hoje. É a CHESF, energia do Nordeste, que está bancando todo o sistema de reintegração, todo o sistema de readequação e todo o sistema de ajuste tarifário!

Portanto, não falo aqui como alguém que trata esse assunto na perna, Deputado José Carlos Aleluia, porque trato de algo que inclusive faz parte da minha formação e da minha profissão. Busquei discutir com o Governo para entender as dificuldades, diria inclusive financeiras, à questão dos ajustes em relação ao setor elétrico. Apresentei, Senadora Lídice da Mata, em 2011, quando cheguei ao Senado, uma proposta de emenda à Constituição para tratar da renovação dos contratos. Disse ao Ministro Lobão, em audiência no Ministério de

Minas e Energia, com toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, que as concessões iriam vencer em junho de 2015 e que, portanto, era necessário tomar uma medida antes.

Nós não estamos falando de uma área em que se pode remanejar um operador da noite para o dia. Esse é um sistema complexo e caro! Não se encontram operadores no mundo que tenham disponibilidade para assumir tarefas dessa magnitude. Portanto, nós não estamos aqui tentando dizer, como muita gente tentou, que se trata de subsídio para empresa. Nós não estamos votando aqui subsídio para empresa. Nós estamos discutindo como se dará a renovação dos contratos para utilização de energia. Senador Renan Calheiros, a emenda que consta da medida provisória é de nossa autoria — minha, do Senador Romero Jucá e de outros Senadores. Mas escrevemos essa emenda com a CHESF — a CHESF! O texto a que eu aportei a medida provisória, Senador Eunício, foi discutido e escrito pela CHESF.

E ainda disse mais: “*O que vocês botarem no texto eu apresento enquanto emenda*”. A CHESF fez uma emenda analisando qual era a sua capacidade de fornecer energia. Na proposta, Sras. e Srs. Parlamentares, a CHESF propõe rebaixar, diminuir, a quantidade de energia que será apresentada na renovação de contrato.

Portanto, não é manter o mesmo contrato de hoje. É atender olhando inclusive a própria situação hídrica. E é bom lembrar para as Sras. e os Srs. Parlamentares que, na geração de energia, na hidroeletricidade, a gente não guarda energia, a gente guarda água. O lago é o grande capacitor; o lago é o depósito de energia.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PDSB-TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT-BA) – O lago é o grande capacitor, Sr. Presidente. E no período de baixa entram dois fatores: a água precisa ser liberada para o consumo, e a água também tem que ser manipulada para geração de energia. Portanto, foi com essa responsabilidade, foi com base inclusive nesse princípio, que nós escrevemos a emenda. Portanto, não se trata aqui de birra nem de uma guerra, mas se trata principalmente de uma justa ação para repor a questão do fornecimento de energia.

Por isso, Sr. Presidente, eu aqui agora quero falar como nordestino, e principalmente como baiano. Getúlio Vargas, quando acuado em determinada época, sobre os temas do País dizia: “*O Brasil é importante. Amo o Rio de Janeiro, porque a sede do Governo está lá. Adoro o Rio Grande do Sul, mas meu São Borja primeiro*”. E eu estou falando aqui como baiano: meu São Borja é a Bahia, e essa questão é crucial para a economia do meu Estado, para a gente do meu Estado. Não é só para as finanças do Governo do Estado, mas para a economia do cidadão baiano, para a geração de postos de trabalho e a continuidade da atividade produtiva no período de crise.

Por isso, vote “não”, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PDSB-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan, vamos encerrar esta votação? Nós ainda temos mais três vetos pela frente. Vamos encerrar esta votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar já, Senador Ataídes Oliveira.

Hoje, no início da sessão do Congresso Nacional, eu fui cobrado, porque o Senador Romero Jucá encerrou o período de votação rapidamente. É importante deixar que cada Senador e cada Senadora expresse a sua vontade. Eu acho que os representantes do Norte e do Nordeste, diante de uma circunstância dessas, não podem verdadeiramente se omitir.

Com a palavra o Senador Romero Jucá. Em seguida, o Senador Magno Malta.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB-RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz questão de usar da palavra para registrar claramente aqui o meu voto, porque entendo que este voto precisa ser bem compreendido por todos os setores da política e da economia brasileiras.

Primeiro, nós estamos aqui exercendo um papel fundamental do Parlamento, que é o de dar a última palavra legislativa sobre algo que foi votado nesta Casa e construído, como disse o Senador Walter Pinheiro, num debate técnico com a CHESF, com os setores do Ministério que, muitas vezes, levantaram questionamentos.

Quero aqui dizer que estou votando para derrubar o veto. Não é um ato contra o Governo, não é um ato contra o Ministério de Minas e Energia, não é um ato contra o Ministro Eduardo Braga. Ao contrário, ao votar assim, Sr. Presidente, esta Casa sinaliza que quer um modelo econômico de desenvolvimento, que quer um ambiente econômico de garantias e segurança jurídica. E, mais do que isso, sinalizamos que é uma decisão política do Congresso brasileiro de que essas indústrias eletrointensivas de energia, que se instalaram há muito tempo no Nordeste, mantenham o preço da energia que lhes é vendida, que não é diferente daquilo que se cobra das eletrointensivas internacionais, que compram energia a 30 ou 40 dólares o megawatt.

Os produtores do Nordeste não querem nada de diferente dos outros produtores de energia do restante do mundo. Eles querem ter as mesmas condições de competitividade. Se isso não ocorrer, se isso não acontecer, serão fechadas as portas das fábricas, das indústrias, e haverá ainda mais desemprego e ainda mais depressão econômica.

E por que eu digo que isso não é contra o Governo? Por uma questão muito simples, Sr. Presidente: soberanamente esta Casa está marcando uma posição.

O Governo tem até julho, porque esses contratos vencem em julho. A Casa está marcando uma posição junto com os técnicos da CHESF — Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Mas se, até julho, o Governo sentar-se à mesa, construir uma alternativa e propuser outras questões, haverá prazo para ajustar tudo isso. Mas não há prazo para o Congresso se omitir.

E digo isso porque a Câmara dos Deputados rejeitou o veto, e o Senado da República, que é a Casa da igualdade, a Casa da Federação, a Casa do desempenho e da busca do desenvolvimento regional, não pode efetivamente se furtar a dar essa posição.

Não votei contra o Governo. Voto a favor do desenvolvimento do País, da segurança jurídica, da credibilidade do próprio Governo, que um dia, lá atrás, sinalizou para essas empresas. E votei na esperança de que, com o Congresso sinalizando dessa forma, o Governo, o Ministro Eduardo Braga e os Ministros da economia tenham a competência de construir, quem sabe, uma alternativa até melhor do que essa, mas que permita que as indústrias e os empregos do Nordeste sejam garantidos.

É por isso que eu votei pela derrubada do veto. E é por isso que eu entendo que o Senado marca uma posição firme em defesa do Brasil, em defesa do que nós estamos defendendo. Não é o corte, não é a depressão, não é a diminuição da economia. O Brasil vive um momento difícil. É preciso fazer os ajustes fiscais. Mas não é isso que vai resolver o problema deste País.

O que falta não é corte. O que falta é animação econômica. O que falta é credibilidade. O que falta é segurança jurídica. O que falta, enfim, é um projeto de desenvolvimento para este País.

O Governo deve fazer o ajuste fiscal, mas o Congresso Nacional tem que ter a responsabilidade de ser o carro-chefe, de ser o precursor dessa questão, por tudo o que representa na política e na história desse País.

Voto “não” com muita consciência, Sr. Presidente, e peço ao Senado que ajude o Governo e que ajude o Nordeste com o voto “não” também.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Sr. Presidente...

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta e, em seguida, concederei a palavra ao Deputado José Guimarães, ao Senador Ronaldo Caiado e ao Senador Benedito de Lira.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR-ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, este momento se reveste de uma importância singular para o Parlamento brasileiro. Quando eu escuto o discurso do Senador Walter Pinheiro, fico mais convencido de que não é demérito nenhum ser base de Governo; demérito é ser subserviente.

Eu quero um conselho, mas não do Líder da bancada do meu partido. Eu não quero conselho do Senador Blairo Maggi. Eu não quero conselho do Líder do meu partido na Câmara dos Deputados. Eu quero fazer uma pergunta, porque, se houver uma resposta, quem sabe, eu vou votar com a Presidente.

Eu quero perguntar à Presidente Dilma em qual das duas Dilmas eu devo encontrar uma resposta para a minha pergunta: a Dilma de 4 meses atrás ou a Dilma de hoje? Porque, há 4 meses, o diabo era o pai da mentira, e ela era a mãe. A Dilma de hoje tem especializações, doutorado...

Sr. Presidente, com essas razões que temos, quando eu escuto o discurso de que “temos que salvar o Brasil”, como se o Brasil fosse se ajoelhar diante de uma posição serena, verdadeira do seu Parlamento...

Quando a Presidente quis estuprar a Lei de Responsabilidade Fiscal — e estuprou —, ela não nos perguntou; e ela arrumou argumentos jurídicos para tal.

Sr. Presidente, quando a Presidente Dilma preparou as lambanças que colocaram este País no esgoto, onde ele ainda está hoje, não nos consultou, não nos chamou para uma reunião. Muito pelo contrário! Quem somos nós para nos assentarmos com essa senhora que é o próprio *glamour* do poder no mundo? Quem somos nós? Ela não nos convidou!

Mas agora até me vem uma figura à cabeça de um sujeito que olha para mim e fala: “Olha, eu não bebo, não cheiro, não fumo. Olha, meu amigo, eu não dirijo sem carteira e não dirijo com o carro dos outros”. Digo eu: “É verdade? Parabéns!” No outro dia, sou chamado e encontro aquele indivíduo com o carro batido, tendo atropelado um monte de gente. “Você?!” Ele diz: “É. Eu menti para você. Sou eu mesmo. Eu bebo, eu não tenho carteira, eu não sei dirigir, e o carro não é meu. Mas, se você não me salvar agora, você vai acabar com a minha família”. Ora, morde aqui para ver se sai leite...

Então, quer dizer que você dirigiu sem ter carteira, atropelou pessoas, o carro não era seu e agora bateu o carro. "Ou vocês, Senadores e Deputados, socorrem a mim, ou vocês vão acabar com a minha família". El! Só falta eu ver chover para cima agora, porque o resto tudo eu já vi.

E a posição do Parlamento deve ser de lucidez, de avidez em dizer "não" agora; aliás, dizer "não" sempre, porque há formas de não punir, existem formas de não acabar com o emprego. Eu vou dar uma — e olha que eu sou analfabeto profissional: há quantos Ministérios? Passam de 30. Corte 15 Ministérios. Se forem cortados 15 Ministérios, será porque em pelo menos dez deles só tem operador de "pare-e-siga". Ninguém resolve nada! Nada se resolve! Faz de conta que eu resolvo, e você faz de conta que acredita. Corte os Ministérios.

Sr. Presidente, a Presidente Dilma está propondo cortar na carne. Nossa! Na verdade, ela está dando beliscão no nosso braço; cortar na carne é na própria carne. Mas S.Exa. tem uma saída, só existe um caminho para a Presidente da República, se S.Exa. puder fazer: o tapete da humildade pode salvá-la. Mas S.Exa. não é capaz de fazer *mea-culpa* de nada.

V.Exa. ouviu, Sr. Presidente, o discurso arrogante de S.Exa. no Dia Internacional da Mulher? "A crise que nós estamos vivendo — e estamos vivendo uma crise — não é tão grande como alguns falam". Alguns somos nós, cara-pálida?

A crise é grande, sim. Mas a Presidente não é capaz de reconhecer, não é capaz de fazer *mea-culpa*. Se essa senhora entrar no tapete e disser: "Gente, perdoe-me; desculpe-me; eu errei, eu não estava com carteira, esse carro não era meu, eu atropelei pessoas. Ajude-me, ajude-me, eu estou pedindo com humildade, algumas coisas eu errei, tentando acertar; mas errei. Por favor!".

Quando se pede perdão, mesmo que a gente esteja trancado aqui por dentro, a tendência é perdoar, é ajudar. Eu não acredito nunca que este País irá para o buraco. Agora, eu vou dizer uma coisa: votar as coisas que ela está mandando para cá, para estas duas Casas, é tirar a corda do pescoço dela e colocá-la no nosso. E tirar a corda do pescoço dela e colocá-la no nosso é dar um folegozinho para eles. Amanhã, do alto da arrogância, eles dirão: vivemos a maior crise da história deste País, e o nosso partido o salvou! "Me engana que eu gosto!"

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, com a permissão desta Casa, despedir-me da condição de Líder do Governo e fazer um pronunciamento. Talvez eu não seja compreendido por todos, mas, diante de tantos desafetos, de tanta demagogia, não posso deixar de me manifestar neste momento.

Primeiro, não é razoável, Sr. Presidente, o que está acontecendo — eu me dirijo ao País. É como se nós que votamos pela manutenção do voto não fôssemos a favor do Nordeste. E como ficamos nós nordestinos?

Eu ouvi o pronunciamento do Senador Walter Pinheiro, do meu partido. Eu ouvi o pronunciamento do Senador Fernando Bezerra Coelho, meu amigo, que serviu ao Governo até um dia desses. Eu ouvi o pronunciamento do Senador Romero Jucá. Enquanto eu ouvia S.Exas., estava o Ministro de Minas e Energia a ligar-nos para pedir, para rogar que nós mantivéssemos o voto.

Ora, meus senhores e minhas senhoras, isto não é razoável na política deste Parlamento. É como se o PT estivesse contra o Nordeste. E ainda temos que ouvir Lideranças do PT, individualmente, respeitar a orientação do Líder no Senado.

O meu conselho para os Senadores do PT no Senado, com a permissão do Líder Humberto Costa, é que liberem a bancada. Sabem por quê? Porque fazer o discurso é fácil. Eu represento um projeto, Senador Renan Calheiros, e nos momentos mais difíceis da minha vida pública, eu sempre tive lado. Não sei ser Governo num dia e Oposição no outro. Não é do meu feitio, e isso não é bom para a política.

Nós fizemos vários acordos, Senador Walter Pinheiro. V.Exa., que é do meu partido, sabe disso. Nós nos reunimos com a Presidenta Dilma na segunda-feira da semana passada. V.Exas. se reuniram com a Presidenta Dilma, e fechamos os acordos. De uma hora para outra, isso não vale nada? É preciso ter um pouco mais de decência nas relações políticas aqui dentro, até porque, Senador Renan Calheiros — permita-me V.Exa. —, o que está sendo dito aqui pelo objeto da emenda que foi vetada é que os contratos firmados estão automaticamente prorrogados até 2042. Será que isso não é tanto tempo? Será que é razoável nós prorrogarmos os contratos até 2042?

A lei diz, Senador Walter Pinheiro, Senador Fernando Bezerra Coelho, que o critério para o restabelecimento, para a fixação das tarifas, é definido na mesa de negociação, que está sendo presidida pelo Ministro de Minas e Energia. As concessionárias vão estabelecer critério para isso.

Como pode isto, meus companheiros do PT? Está lá o PT votando "sim" e todo mundo votando "não"! Meu conselho aos Senadores do PT: não vamos ser buchas de canhão nesse negócio. A minha sugestão é que

tenham responsabilidade com o Nordeste brasileiro, Senador Renan Calheiros. Faço este pronunciamento como brasileiro.

Nos momentos mais difíceis, nós não podemos desrespeitar a Presidenta da República. Como disse agora o Senador Magno Malta, eu não sei fazer isto, falar mal da Presidenta aqui e no outro dia subir com ela no palanque nos Estados. Isso não é razoável para a política nem para o Parlamento.

Vamos ter lado na política, vamos ter coesão na base. Esse é o esforço que eu estou fazendo, Senador Renan, é o que tenho feito aqui como Líder do Governo.

Acabamos de negociar com o PSD e com a Oposição a emenda das máquinas e equipamentos agrícolas, porque isso é do Parlamento. O que eu não posso tolerar... Isso não é razoável, Sr. Presidente!

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR-ES) – Sr. Presidente, com todo o respeito, porque ele citou o meu nome — eu tenho o maior respeito por ele, e vou continuar tendo...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Eu continuo falando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do artigo que dá direito ao Parlamentar nominado, eu concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR-ES) – Deputado, eu lhe tenho o maior respeito, e vou continuar...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Sr. Presidente, eu não...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos aguardar a conclusão do Deputado José Guimarães. Em seguida V.Exa. falará, e então seguiremos a lista de oradores.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Alguns oradores falaram 3 ou 4 minutos a mais. Eu não sou Senador, mas sou Deputado, tenho a mesma delegação do povo brasileiro, do povo do Ceará.

Sr. Presidente, eu quero fixar um comportamento político que não é de divergência, não é de conteúdo, é de conduta. Aconselho os Senadores do PT a retirar esse “sim”, senão amanhã estará nos jornais que toda a Casa está querendo a manutenção dos subsídios para as empresas públicas que financiam o investimento das empresas que geram emprego no Nordeste e que está o PT do Nordeste contra.

Isso não é razoável. Faço esta manifestação em nome da verdade. Eu não quero elogiar, ocasionalmente, com discursos fáceis. Nós temos que seguir uma linha, por isso eu me senti na obrigação de fazer este pronunciamento, para os brasileiros, para o Nordeste, para o Ceará.

Senador Renan, trata-se de um projeto nacional. Eu não tenho medo de dizer isto, Sr. Presidente, nem no meu Estado, nem em outro canto. O Deputado Danilo Forte me conhece do Ceará. Sempre tive um lado. Eu quero dizer aos brasileiros e brasileiras que sempre defendi o Governo Lula e que defendo o Governo da Presidenta Dilma. As dificuldades do momento não autorizam este Parlamento a ouvir tantos desafetos, tantas maldades e tantas inverdades contra a Presidenta Dilma.

Peço licença ao Senador Humberto. Não tenho que me meter na bancada do Senado, mas sou brasileiro. Afinal de contas, esta é uma sessão do Congresso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria cumprimentar o Deputado José Guimarães e aclarar o entendimento. V.Exa. pediu aos Senadores do PT que retirarem o voto “sim”? Quer que seja liberada a bancada?

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Magno Malta. Em seguida, o Senador Ronaldo Caiado e o Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro bem rápido. Quero dizer ao Deputado José Guimarães que eu mantenho o respeito e vou continuar respeitando-o e até o seu pronunciamento, porque este é o Parlamento, o lugar de parlar, e esse é o seu sentimento e a sua visão. Só quero consertar alguma coisa quando se referiu a mim. V.Exa. disse que não vale fazer isso que eu disse e andar nos palanques com ela.

Faço um registro. Eu fui ao palanque com ela e fui com o Lula. No primeiro turno da campanha do Lula, eu cruzei este País com o Senador Walter Pinheiro com uma missão e uma frase que foi entregue lá: “*a sua obrigação é ‘dessatanizar’ o Lula*”. E eu o “*dessatanizei*”. Na segunda campanha do Lula: “*tem que repetir*”. E nós “*dessatanizamos*”. Na terceira campanha, Dilma, pela arrogância, achou que ia ganhar no primeiro turno. Foi para o segundo. Foram me chamar. Eu resisti para não ir. Walter Pinheiro ligou para minha casa à meia-noite: “*amigo, vamos para Brasília ajudar*”. Eu disse: “*não vou, nada. Estou escaldado. Eu não aguento Gilberto Carvalho. Chega! A minha cota já deu!*” “*Amigo, você vai*”. Liga o Governador Renato Casagrande: “*vamos*”. “*Não vou*”. Acabei

vindo, porque disseram: "o que estão fazendo com Dilma Rousseff, com esses e-mails, é uma indignidade, é prática de injustiça, e você não é um homem que lida com injustiça". Mexeu comigo. Eu vim para Brasília.

Saiu a pesquisa: José Serra empatou tecnicamente. Deputado José Guimarães, o Senador Magno Malta morou 29 dias dentro de um jato, falando cinco a oito vezes por dia no País, "dessatanizando" a Dilma Rousseff, com o Senador Walter Pinheiro, desfazendo os e-mails, e ela cresceu 14% nas pesquisas, mas eles não foram capazes de reconhecer.

Tudo o que estou dizendo não é porque sou do PSDB, ou porque sou do DEM, ou porque sou Oposição; eu estou dizendo porque tenho conhecimento, e continuo respeitando V.Exa.

Quando José Airton, do seu partido, foi candidato a Governador no Ceará, eles levaram Magno Malta para o Ceará, para o palanque de José Airton. Certamente, ele podia falar com os evangélicos, e os evangélicos votariam em José Airton. Não me arrependo, até porque fui levado por Moroni Torgan, meu professor nesta Casa, com quem aprendi tudo o que sei no Parlamento. Eu disse: "Pinheiro, eu vou. Moroni me chamou". Ele disse: "Vá. José Airton é meu companheiro". Eu fui.

Então, Deputado José Guimarães, não faço este discurso e depois vou para o palanque com ela. Eu fui para o palanque com ela; hoje faço este discurso; e nunca mais vou!

Muito obrigado.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que encerre a votação. Já completou uma hora. Acho que já está de bom tamanho: 60 votos. Vamos seguir a pauta e esperar mesmo a mobilização, para que possamos apreciar o voto relativo à tabela do Imposto de Renda, que é o terceiro na pauta, terceiro e último.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – Sr. Presidente, na condição de Líder do PT, eu lhe peço a palavra.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem, baseada no art. 38 do Regimento da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Benedito de Lira...

Eu darei a palavra a V.Exa. para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Benedito de Lira, como vota o PP? (Pausa.)

Senador Flexa Ribeiro, peço que V.Exa. use o microfone.

Muito obrigado.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, V.Exa. pode autorizar? Ela tem precedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu sei que tem precedência. Tem a palavra V.Exa.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava calado até agora, mas, sinceramente, pelo que eu acabei de presenciar aqui, fiquei um pouco estarrado com esta sessão do Congresso.

Primeiro, V.Exa. cometeu um erro. Sabe qual foi o erro? V.Exa. parou uma sessão do Congresso Nacional e deu 2 minutos ao Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha. V.Exa. sabe que o Presidente não poderia...

(Soa a campainha.)

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Deixe-me terminar. Eu vou fazer a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço a V.Exa. que conclua a questão de ordem.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Calma! Vou concluir. Eu tenho o tempo da questão de ordem.

O Presidente da Câmara não leu de forma muito clara, e eu estou aqui estarrado agora. Baseado no art. 38, ele tomou a posição de ofício, sem poder, de mandar um grupo de Parlamentares médicos visitar o Ministro Cid Gomes lá no Hospital Sírio-Libanês, desconfiando do hospital. (Apupos no plenário.) Podem vaiar! Podem vaiar! A vaia é o aplauso dos contrários.

(Soa a campainha.)

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Podem vaiar! Podem vaiar! Vaiem à vontade! A vaia é o aplauso dos contrários!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Conclua a questão de ordem, Deputado.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Eu vou concluir. A questão de ordem é a seguinte: quero saber qual foi o artigo do Regimento Comum que V.Exa. usou para autorizar a interrupção da sessão do Congresso e dar a palavra ao Presidente da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria dizer ao Deputado Silvio Costa que a questão de ordem levantada por S.Exa. tem muito sentido ser feita amanhã, na sessão da Câmara dos Deputados.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós estamos realizando uma sessão do Congresso Nacional.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – V.Exa. é muito inteligente, mas não tem a resposta. O que eu perguntei foi sobre o Regimento Comum.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O art. 24 do Regimento Comum diz exatamente o seguinte: “Art. 24. A sessão poderá ser suspensa por conveniência da ordem” do dia.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Não estava na Ordem do Dia o requerimento do Ministro Cid Gomes. Essa matéria não estava na Ordem do Dia. A Ordem do Dia era para apreciação de voto. V.Exa. é um malabarista do Regimento, um craque, mas desta vez está errado. Arranje outra desculpa. Foi equivocada a decisão política de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fortes, para uma questão de ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria fazer uma pergunta a V.Exa. Quem é o Líder do Governo no Senado?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não tem.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Não tem. Procura-se um Líder no Senado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI) – O Deputado Silvio Costa se disse estarrecido com o que acabou de ver. Pois eu fico mais estarrecido ainda com o fato de que até o dia de hoje o Governo não tenha definido um Líder para defendê-lo. Socorreu-se do Líder da Câmara, que, aliás, saiu-se brilhantemente, dentro daquilo que poderia fazer. Digo isto para que o Brasil que está nos ouvindo tenha noção do que o País vive neste momento.

Não conseguiu o Governo, até agora, convencer um Senador a ser Líder, para defendê-lo, para defender as suas ações. Por isso nós estamos vendo, Senador Renan Calheiros, Srs. Deputados, este caos instalado no Governo, que não completou ainda 3 meses.

Dizer que o Senador Walter Pinheiro não pode votar a favor do Nordeste, seguindo a sua consciência, por questões políticas, é, no mínimo, subestimar o representante da Bahia no Senado da República. Nós não estamos discutindo aqui questões partidárias nem políticas, estamos defendendo um aspecto vital para a sobrevivência das Regiões mais sofridas do País.

Portanto, Sr. Presidente, apesar de todo o brilhantismo do Líder do Governo na Câmara, fica o registro: o Governo não conseguiu ainda quem viesse liderar a sua bancada no Senado.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Sr. Presidente, vamos encerrar a votação.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB-PA) – Sr. Presidente...

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Já houve 1 hora de tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Flexa Ribeiro, Senador Humberto Costa...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – Sr. Presidente, eu quero saber se V.Exa. vai me dar a palavra em algum momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ao Senador Humberto Costa. Em seguida vamos encerrar o processo de votação.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu fiz questão de vir manifestar a posição do PSDB, que já é conhecida, o “não”, e justificar por que nós estamos derrubando o voto da Presidente.

Por tudo o que aqui já foi dito, pelos benefícios que foram levados para o Nordeste, as empresas que lá se instalaram não podem deixar de ter segurança jurídica, senão vão perder a confiança no País não são só as que já estão instaladas, mas outras que poderiam vir para o Brasil e não virão porque o Brasil está se tornando uma Venezuela, uma Argentina. Nós do Congresso brasileiro não podemos permitir que isso aconteça aqui no Brasil!!

O meu Estado, Senador Renan Calheiros, é um grande produtor de energia e será em médio e longo prazos o maior produtor de energia do Brasil. Nós pagamos, lá no Estado do Pará, uma das maiores tarifas de energia do País.

Sr. Presidente, assim como eu faço questão de vir aqui defender o “não” para atender o Nordeste — V.Exa. muito bem conduz a sessão, Sr. Presidente —, peço o apoio de todos os Parlamentares para que nós possamos atender também as necessidades da Amazônia, em especial do meu Pará.

Eu lamento, Senador Renan Calheiros, que Parlamentares da Região atendida pela derrubada do veto venham aqui defender a sua manutenção, colocando-se de joelhos perante a Presidente que está aí, que deveria falar ao povo sem mentir, dizer a verdade, dizer aquilo que ela não fez e deveria ter feito e aquilo que ela fez e não deveria ter feito.

O Senador Magno Malta falou aqui no tapete da humildade. Eu quero relembrar à Presidenta que ela pode, sim, calçar as sandálias da humildade, para ter o respeito dos brasileiros. Da forma como hoje se encontra, sem credibilidade, sem confiança, a Presidente não tem condições de ir a nenhum evento, em nenhum lugar do Brasil, porque será recebida de forma...

(Interrupção do som.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que concordo com boa parte do conteúdo do discurso aqui pronunciado pelo Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado José Guimarães. Acho que o Deputado chamou a atenção para muitos valores importantes que nós temos que cultivar no Congresso Nacional, até para que possamos, de forma harmônica, discutir e votar uma série de assuntos, como o cumprimento dos acordos e a relação de lealdade entre os integrantes do Congresso Nacional. Eu concordo com o conteúdo da fala do Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

Agora, quando nós defendemos aqui a manutenção do voto, quando encaminhamos o voto “sim”, nós o fizemos com ampla consciência de que não estamos prejudicando o Nordeste. Não aceitamos essa pecha que nos querem colocar.

Eu disse aqui que recebi um telefonema do Ministro de Minas e Energia, nosso companheiro do Senado Federal, que me deu todas as garantias de que há um grupo de trabalho em estágio avançado produzindo uma alternativa para essa situação, porque não é privilégio da Oposição preocupar-se com a competitividade das empresas instaladas no Nordeste. Não é privilégio da Oposição preocupar-se com o Nordeste. Aliás, o Nordeste só teve vez neste País no período em que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma governaram o Brasil. (Palmas.)

Portanto, acho que a Presidenta e o Ministro Eduardo Braga têm credibilidade para pedir a manutenção deste voto, que não causará prejuízo para o Nordeste e suas empresas.

Concordo em parte com o Deputado Guimarães, mas a nossa posição permanece a mesma. Nossa posição é “sim”, pela manutenção do voto, com todo o respeito a quem discordar. A posição do PT é, sim, a de manter o voto a essa medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Telmário, tem a palavra V.Exa.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT-RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ouvindo aqui os diversos debates, eu não ouvi ninguém defender o trabalhador, o pobre, o necessitado. Eu vi um debate de pessoas defendendo grandes empresas.

O que mais me causa estranheza é que o Ministro do PMDB ligou e garantiu que não há nenhuma retaliação ao Nordeste, que não há nenhuma retaliação a essas empresas que estão buscando um bom termo.

Vejam V.Exas. que está garantido o prazo até 2017. Mas o Ministro quer até 2042, então está se buscando um bom termo: até 2030. O Ministro está fazendo esse estudo.

Nós encaminhamos o voto “sim” do PDT, porque acreditamos no Ministro de Minas e Energia, acreditamos nas informações passadas, e ele é do próprio PMDB.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos encerrar. Levamos 1 hora e 15 minutos. A gente superou até o nosso acordo. E eu espero naturalmente a mobilização e a permanência das bancadas aqui para a apreciação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar.

Senador José Medeiros, como vota o PPS?

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo Democracia/PPS-MT. Sem revisão do orador.) – O PPS vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PPS vota “não”.

Senador Benedito de Lira, como vota o PP?

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Apoio Governo/PP-AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faz aproximadamente 60 dias que nós tivemos uma reunião no Ministério de Minas e Energia com o Ministro Eduardo Braga representando as empresas do Nordeste.

A preocupação generalizada era com o prazo, que é julho deste ano, para a extinção do contrato de fornecimento de energia para essas empresas. E o Ministro nos informou que iria montar um grupo de trabalho para encontrar os caminhos entre o Governo e as empresas localizadas no Nordeste.

Nós temos tido uma postura, o meu partido, de apoiar o Governo da Presidenta Dilma. Nunca negamos o nosso apoio ao atual Governo. Agora, infelizmente, nesta oportunidade, eu gostaria de pedir ao meu partido que nós votássemos “não”, considerando que a importância maior é ver as indústrias em perfeito funcionamento. Com especialidade, a única que nós temos em Alagoas — e V.Exa. sabe disso — é a Braskem, que utiliza um volume considerável de energia fornecido pela CHESF.

Então, nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero cumprimentar V.Exa. Não se trata de ser contra o Governo, mas de ser a favor do País.

Como todos devem se lembrar — e permitam-me rapidamente colocar aqui —, o Congresso Nacional renovou a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos para não sinalizar no sentido contrário. É o mesmo argumento que nesse momento está sendo defendido pelo Nordeste em prol de seu desenvolvimento e de sua política industrial.

Nós renovamos a Zona Franca de Manaus, antes de encerrar seu prazo, por mais 50 anos, para não sinalizar diferentemente com relação à política industrial adotada para o Estado do Amazonas e aquela região.

Sinceramente, eu não acho que haja conflito do grupo de trabalho criado no âmbito do Ministério de Minas e Energia com uma solução para mantermos o Governo honrando contratos e respeitando uma política industrial utilizada lá atrás com relação ao preço de energia, para desenvolver não só uma região, mas duas regiões importantes de nosso País.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP-RJ) – Sr. Presidente, viva Castelo Branco, que criou a Zona Franca de Manaus!

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB-PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar, em nome do PSDB, e renovar três argumentos que são irrespondíveis. Por maior que seja o esforço dos que aqui representam o Governo, não há como defender, em nosso País, a quebra de contratos. Esta é uma discussão preliminar que se sobrepõe a qualquer outro argumento. É o princípio do respeito ao que está pactuado que fará com que o País possa continuar recebendo investimentos.

Não há ambiente para investimento, sobretudo internacional, num país que desrespeita contratos firmados. E o veto, sendo derrubado, não inviabiliza o grupo de trabalho que está debruçado sobre o assunto, porque aí, sim, num acordo bilateral, os contratos poderão ser revisados. Mas jamais poderíamos admitir que isso acontecesse, de maneira unilateral, num Governo que quase não tem credibilidade alguma, porque, diante de tantas crises enfrentadas pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff — a crise econômica, a crise ética, a crise política —, talvez a crise de credibilidade seja a de mais difícil superação. E o que está se fazendo agora é aprofundar a crise de credibilidade do Governo.

Vejo Parlamentares defendendo o emprego, querendo fechar indústrias. Não comprehendo a defesa do emprego em prejuízo da indústria. E a indústria brasileira é o segmento mais sofrido de nossa economia. A indústria não tem mais sacrifício a dar ao Governo. Todas as nossas dificuldades passam necessariamente pelas dificuldades da indústria.

Não romper contratos, nesse instante, derrubando o veto, é o melhor caminho. Portanto, o PSDB orienta o voto “não”, em respeito aos contratos e à preservação de empregos.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM) – Sr. Presidente! Sr. Presidente Renan Calheiros, peço a palavra para fazer uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. Em seguida, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acaba de sair publicado na Internet, no site da Globo-CBN, que o Governo da Presidente Dilma acaba de cair no chão, com 7% de aprovação, como fica demonstrado nesses movimentos que estão fazendo nas ruas. No domingo, nas cidades do Brasil praticamente inteiro, o povo vai mostrar a sua insatisfação.

Digo, Sr. Presidente, que este é o momento de inflexão, para que este Congresso comece a raciocinar. Esse Governo perdeu completamente a credibilidade e assim chega, dessa forma melancólica, a 7% de aprovação.

É chegado o momento de uma reflexão grande por parte dos partidos que ainda estão na base do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Consulto os Senadores se podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação: "sim", 24; "não", 39.

Está, portanto, mantido o veto no Senado Federal. Será feita à comunicação a Sra. Presidente da República.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento "B" ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Com certeza, houve traição aos partidos políticos aqui.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Parabéns à bancada do Senado!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/AL) – Passa-se agora à apreciação do quarto destaque, referente aos itens 9.29 a 9.37 da cédula, que tratam de parcelamento de débitos tributários.

São os seguintes os dispositivos destacados:

- "caput" do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- inciso I do "caput" do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- inciso II do "caput" do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- inciso III do "caput" do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- inciso IV do "caput" do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- § 1º-A do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- § 8º do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- § 9º do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto
- § 10º do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, com a redação dada pelo art. 45 do projeto

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/AL) – Para encaminhar, concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu quero inicialmente agradecer aos 24 Senadoras e Senadores que compreenderam que os interesses do País estão acima de eventuais disputas pontuais em detrimento da nossa economia.

Nós, sobre a matéria anterior, temos um grupo de trabalho que está discutindo a prorrogação. Anteriormente, houve a prorrogação de prazo até o ano de 2042. Agora estamos discutindo um prazo intermediário com as empresas beneficiárias.

Esta matéria tem a mesma sequência: trata de renegociação de dívidas para com o Tesouro Nacional. Nós fizemos, Srs. Congressistas, em 2013 e 2014, uma grande renegociação de todas as dívidas com o Tesouro Nacional.

Essa renegociação foi feita para pagamento no prazo médio de 90 meses. Com este veto, pretende-se prorrogar o prazo de 90 para 180 meses. Ou seja, em 2013 e 2014, nós fizemos uma ampla negociação com todos os devedores do Fisco num prazo médio de 90 meses. Em algumas situações, o prazo foi de 180 meses. Agora, em 2015, estamos pagando a terceira parcela dos 90 meses. E o Congresso Nacional, com este veto que aqui querem derrubar, vai prorrogar o prazo desses mesmos devedores, cuja dívida foi renegociada, para 180 meses, com a agravante de que eles terão o impacto maior nas últimas parcelas. Em vez de haver o pagamento regular, linear, de acordo com o pactuado, nos primeiros meses, pagarão um valor irrisório, e somente pagarão mais no final do prazo.

Aqui, Srs. Congressistas, há outra grande injustiça: o empresário, o contribuinte que paga em dia não tem qualquer tratamento diferenciado. Mas aquele que se utiliza do planejamento tributário, que se utiliza de mecanismos para não pagar, no aguardo de um novo parcelamento, nós estamos dando a ele, ainda quando está pagando a terceira parcela da última negociação feita, mais 180 meses para que possa dizer: "Eu não pago, porque tenho certeza de que o Congresso Nacional vai me beneficiar e não vai tratar diferentemente nenhum daqueles que pagam em dia, sejam os tributos municipais, estaduais ou federais".

Portanto, essa política de renegociação é necessária, mas precisamos também ter clareza de que não podemos trata-la dessa forma, até porque não se está discutindo neste momento financiamento de campanha.

Por isso, nós encaminhamos pela manutenção do voto, para que possamos respeitar os contratos feitos, a renegociação feita no prazo médio de 90 meses, e não prorrogá-lo para 180 meses, como pretendem aqueles que querem derrubar este voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a palavra para fazer uma indagação a V.Exa. e aos demais Líderes. Eu fui abordado há pouco sobre a hipótese da retirada desse destaque.

Eu me pronunciei dizendo que isso seria impossível, porque, como todos os destaques foram votados, ressalvados os destaques para votação em separado — V.Exa. sabe, como Presidente do Congresso Nacional —, para que possamos avançar na pauta, faz-se naturalmente necessária a apreciação de todos os vetos.

No entanto, para cooperar e para que possamos avançar na pauta, seria possível fazer uma votação harmonicamente, digamos, endereçada pela Oposição e pelo Governo, uma vez que nosso interesse maior é o Imposto de Renda. Iniciariam a votação, se todos concordarem, Oposição e Governo — eu não quero quebrar aqui acordo —, e, quando atingíssemos o quórum constitucional de 257 votos, eu abriria mão do entendimento feito previamente para avançarmos na pauta.

O Deputado Rodrigo Maia me autorizou a fazer essa proposta. Evidentemente, eu a submeto aos demais Líderes, porque o nosso interesse maior é focar no voto que interessa ao trabalhador e à classe média: o que trata da tabela do Imposto de Renda.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas complementar. Eu conversei com o Líder do Governo, Deputado José Guimarães, e ele está de acordo em abreviarmos o procedimento de votação sem ferir o Regimento. Dessa forma, podemos votar efetivamente o destaque já indicado, mas que sejamos econômicos na votação.

Por isso, nós estamos de acordo, e o Líder do Governo concordou também em abreviar essa votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Antes de qualquer coisa, eu quero cumprimentar V.Exas., porque, ao final e ao cabo, nós temos um caminho para simplificar esta sessão do Congresso Nacional.

O art. 42 do Regimento Comum diz o seguinte:

*"Art. 42. A retirada de qualquer proposição só poderá ser requerida por seu autor e dependerá de despacho da Presidência."*

Se nós fizermos um acordo para retirar não apenas este destaque, mas o destaque seguinte... Parece que já há um acordo com relação às máquinas agrícolas.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito, não é essa a proposta. Para que não haja nenhuma alteração do Regimento, nós combinamos sobre o procedimento, ou seja, por medida de economia, votarmos o mais breve. Atingido o quórum, anunciaríamos o resultado. É apenas isso.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Essa é a minha proposta, Sr. Presidente, para a gente naturalmente não venha atingir o próprio texto constitucional, que impede esse tipo de procedimento.

O destaque para votação em separado é um item novo no Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há um acordo dos Líderes partidários no sentido da simplificação da votação.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Há, sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que ocupem seus lugares, porque nós vamos começar o processo de votação.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Todos e todas já podem votar.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – O Democratas vota "não".

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT-CE) – Orientação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Continua a votação. Os Líderes, se desejarem, podem orientar suas bancadas.

Com a palavra V.Exa., Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo mantém o voto, fruto do acordo que nós construímos com várias Lideranças aqui. Para simplificar, é evidente que, na hora em que eu for instado a falar sobre o tema, eu falarei. Mas há acordo, e o Governo encaminha o voto "sim", para manutenção do voto.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Eu encaminho o voto “não”, Sr. Presidente. Em nome da bancada do PPS, eu voto “não”.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, esse debate e essa falação do PT de que precisa manter a governabilidade, que discutiu muito esses assuntos... O Brasil está quebrado. Nós temos a maior carga tributária da América Latina. Quando se tem incentivo para o pequeno e para o grande empresário, novamente vem o PT obstruir contra o empresário. Já votou hoje aqui contra o trabalhador, vota contra o empresário, está votando contra o Nordeste e consolidou o voto contra o Nordeste. E foi o PT que encaminhou tudo isso.

Nós queremos votar “não” e derrubar esse voto, Sr. Presidente.

O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. ENIO VERRI** (PT-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. ENIO VERRI** (PT-PR. Sem revisão do orador.) – O Partido dos Trabalhadores orienta o voto “sim”, porque a manutenção deste voto é apenas resultado das grandes reformas microeconômicas que se iniciaram no Governo Lula. Nós tínhamos antes a figura da concordata, que era muito ruim. Foi através das políticas que nós fizemos que chegamos à situação positiva a isso.

Por isso, nós orientamos a nossa bancada a votar “sim”.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – O Democratas reitera o voto “não”, orienta o voto “não” e pede aos Deputados que votem rapidamente. Ao atingirmos o quórum de 257 Deputados, podemos encerrar a votação para que avancemos para o penúltimo voto e, na sequência, finalizemos o processo de votação com a apreciação do voto que corrige a tabela do Imposto de Renda, o que é vital para os trabalhadores e a classe média do Brasil.

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota “não”.

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco PRB vota “sim”.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB orienta voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB orienta o voto “sim”.

Os Líderes, se desejarem, podem orientar suas bancadas.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PDT vota “sim”.

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Sem revisão do orador.) – O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em ritmo do Senador Jucá, numa votação lá do início da tarde, quem sabe em 25 minutos, já que há um acordo aqui, nós conseguimos o quórum mínimo.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB orienta “sim”.

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Sem revisão do orador.) – O PSD orienta “sim”.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ) – O voto do PSOL é coerente com a posição que nós temos em relação à prática do Governo Dilma de seguidamente desonrar, de maneira tantas vezes inconsequente, o que o Governo parece ter descoberto só agora, muitas empresas, fazer essas benesses tributárias que nas MPs ganhavam uma dimensão extraordinária.

Portanto, o nosso voto é “sim”, em coerência com o que sempre colocamos aqui.

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Moroni, com a palavra V.Exa.

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Sem revisão do orador.) – A Minoria, Sr. Presidente, orienta o voto “não” e conclama todos os Deputados a vir a este plenário. Temos a votação mais importante, a última votação, justamente a da tabela do Imposto de Renda.

Não podemos deixar que a medida provisória editada hoje dite as regras da correção da tabela do Imposto de Renda. É preciso que derrubemos o voto referente ao Imposto de Renda e justamente restabeleçamos aquela tabela digna, a feita pelo Líder Mendonça Filho. Nós vimos a inflação sendo devidamente atendida pela tabela do Deputado Mendonça Filho, enquanto nós vemos um escalonamento na medida provisória que ainda começa a partir de 1º de abril. Isso quer dizer que em janeiro, fevereiro e março não haverá correção nenhuma.

Quanto a isso, nós precisamos ficar alertas. Isso vai depender justamente do dinheiro que vai ser tirado do bolso dos brasileiros e brasileiras. E fiquem bem cientes: precisamos estar no plenário, sob pena de estarmos coadunando justamente com esse assaque ao bolso do nosso povo. Temos que saber que a medida provisória pode ser vencida pela derrubada do voto. E aí nós poderemos fazer justiça na tabela do Imposto de Renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecemos a V.Exa.

Consulto os Líderes se podemos encerrar o processo de votação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Não tem quórum ainda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Faltam dois votos para que possamos encerrar a votação, se esse for o desejo do Plenário.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP) – Pode encerrar! Pode encerrar!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação: "sim", 160; "não", 119.

Está, portanto, mantido na Câmara dos Deputados. Deixa de ser submetido ao Senado Federal. Será feita a devida comunicação à Presidenta da República.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento "B" ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**A SR<sup>a</sup> KEIKO OTA** (PSB-SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Keiko Ota vota com o partido.

**O SR. INDIO DA COSTA** (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Indio da Costa vota com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registrará a manifestação de V.Exas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passa-se agora à apreciação do sexto destaque, referente aos itens 9.119 a 9.121 da cédula, que tratam de registro de maquinário agrícola.

Eu vou abrir a votação.

São os seguintes os dispositivos destacados:

- § 4º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 125 do projeto.
- § 8º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 125 do projeto.
- § 1º do art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 125 do projeto.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me esqueci de votar na votação anterior. Votei com o partido.

**A SR<sup>a</sup> KEIKO OTA** (PSB-SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputada Keiko Ota vota "não".

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Celso Maldaner votou com o PMDB.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu considero um absurdo o Governo querer pagamento de IPVA e placa para trator. Eu recebi a demanda daqueles que representam a agricultura, o agronegócio aqui, e acho que dá para nós celebrarmos um acordo. Eles dizem que têm canal com o Governo para que se possa construir um texto, outra medida provisória.

Então, eu proponho a V.Exa. que abra o processo de votação. Atingido o quórum, nós vamos respaldar o encerramento da votação também.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Eu darei a palavra...

**O SR. NEWTON CARDOSO JR** (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Newton Cardoso Jr votou com o partido — orientação "sim" — na última votação.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO) – Sr. Presidente, seria importante o Líder do Governo...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE) – Sr. Presidente, eu preciso...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vou dar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado e, em seguida, a V.Exa.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que o Líder do Governo se pronuncie para confirmar o acordo da redação de uma medida provisória...

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Sim, claro!

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Na votação anterior, o Deputado Luiz Sérgio votou de acordo com a bancada do PT.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR.) – O Líder do Governo tem que falar sobre o acordo, Presidente!

**A SR<sup>a</sup> MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Maria do Rosário votou com a bancada do PT.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO) – ... com a qual será excluída a necessidade do licenciamento, conforme acordo feito no texto elaborado pelo Senador Romero Jucá.

**O SR. ANDRES SANCHEZ** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Andres Sanchez votou de acordo com a orientação do partido.

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Na votação anterior, o Deputado Valmir Prascidelli votou com a bancada do PT.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Ivan Valente votou com o partido na votação anterior.

**O SR. CABO DACIOLLO** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Cabo Daciolo votou com o partido na votação anterior.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Dê a palavra ao Líder do Governo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu preciso me pronunciar até para orientar e colocar os termos do acordo que nós fizemos com alguns Líderes sobre esta matéria. Eu aproveitei para comunicar a V.Exa. Nós fomos aí à Presidência para comunicar.

Qual é o acordo? Há dois destaques: um do PSD e um do PSDB. Nós acordamos, consultando o Governo — e esse é o meu compromisso como Líder do Governo —, com o setor, com o PSD e com o Líder da Minoria, para amanhã formatar um texto que tenha como base o destaque do PSD, para, imediatamente após a reunião, nós entregarmos o texto ao Governo. E será editada uma medida provisória imediatamente. Aliás, havia uma medida provisória tramitando no ano passado que caducou, porque o seu prazo venceu. Portanto, há esse acordo. Como Líder, transmito o compromisso do Governo para ajudar neste entendimento.

É claro que V.Exa., Sr. Presidente, com base — parece-me — no art. 42, pode retirar de pronto os dois destaques. O veto é mantido, e amanhã nós encaminharemos o que já está acordado com o Líder do PSD, com Deputados do setor que me procuraram e com o Presidente da Frente Parlamentar. Esse acordo é bom para o Congresso e para o setor e dialoga com a reivindicação que nós estamos acatando.

Esse é o compromisso da Liderança do Governo, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Alceu Moreira votou com o partido.

**A SR<sup>a</sup> CRISTIANE BRASIL** (Bloco/PTB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Cristiane Brasil votou com o partido.

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PT-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Assis do Couto votou com o PT na última votação.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS) – Sr. Presidente, pelo PDT.

**O SR. BALEIA ROSSI** (Bloco/PMDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Baleia Rossi votou com o partido.

**O SR. VICENTINHO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Vicentinho votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Ouviremos a todos.

Com a palavra o Deputado Marcos Montes.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com muita serenidade, a bancada ruralista, a Frente Parlamentar da Câmara e do Senado se reuniram agora há pouco, e escutamos o Governo. Nós queremos que isso alcance o produtor rural. O que nos serve é o produtor rural ser alcançado naquilo que ele busca diuturnamente.

Se o Governo se compromete a editar uma medida provisória amanhã, colocando de forma muito clara essa situação da liberação do emplacamento das máquinas agrícolas, nós do PSD, com a autorização do meu Líder, Deputado Rosso, falando pela Frente Parlamentar e também acordado com o PSDB, na pessoa do Deputado Nilson Leitão, nós retiraremos o destaque e esperaremos amanhã.

Indo ao encontro do art. 42 do Regimento Comum — como V.Exa. disse, podem ser retirados os destaques sem comprometer o prosseguimento das nossas discussões —, o PSD retira o destaque, acreditando no Governo. Amanhã, nessa medida provisória, o produtor rural será atendido da maneira que nós achamos ser correta. Apesar de não ser na sua plenitude, pelo menos nessa questão do emplacamento das máquinas agrícolas, nós iremos atender o produtor rural nesse acordo que fizemos com o Líder do Governo.

Então, o PSD retira o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Sem revisão do orador.) – O Deputado Afonso Florence votou com o PT na votação anterior.

**O SR. FABIO REIS** (Bloco/PMDB-SE. Sem revisão do orador.) – O Deputado Fabio Reis votou com o partido.

**O SR. CELSO JACOB** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – O Deputado Celso Jacob votou de acordo com a orientação do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer, apenas mais uma vez, que não existe essa possibilidade. Matéria destacada é matéria não votada. Vou repetir: matéria destacada é matéria não votada. Como tal, não pode ser retirado o destaque.

Nós estamos acompanhando o acordo, a proposta do Líder do Governo...

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Sem revisão do orador.) – Não, Deputado, não. Essa é uma decisão que o Presidente já tomou.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB-AL) – Eu queria só ajudar um pouco nesta discussão, para nós não perdermos mais tempo com ela.

De qualquer maneira, Deputado Rubens Bueno, já houve uma manifestação de vontade na apreciação da cédula. Se houver um acordo, para simplificarmos o processo, o autor retira o destaque, a Presidência defere a retirada, e nós mandamos apurar a manifestação da cédula.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Sr. Presidente, em 5 minutos nós votamos, por favor!

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG) – Se não há acordo, façamos isso.

**A SR<sup>a</sup> CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) – A Deputado Carmen Zanotto votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB-AL) – Fale um de cada vez.

**A SR<sup>a</sup> BRUNA FURLAN** (PSDB-SP. Sem revisão da oradora.) – A Deputada Bruna Furlan votou com o partido.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG) – O destaque é do PSDB. O PSDB é que tem que se pronunciar, não o PPS.

**O SR. LUIZ CARLOS BUSATO** (Bloco/PTB-RS) – O Deputado Luiz Carlos Busato votou com o partido.

**A SR<sup>a</sup> MARA GABRILLI** (PSDB-SP. Sem revisão da oradora.) – A Deputada Mara Gabrilli votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, sobre o encaminhamento de acordo que está sendo dado neste momento, eu só quero chamar a atenção do Deputado José Guimarães e também do Senador Pimentel: é importante que nós possamos fazer um arranjo.

O Governo já teve 4 anos para acertar esta matéria. Já mandou uma medida provisória que caducou, mas ela não servia para o setor. Há uma emenda que é da minha autoria e que já foi aprovada aqui. Havia uma emenda do Deputado Alceu Moreira. Nós queríamos isso. E agora temos que assumir o compromisso de fazermos o ajuste, a correção. A Senadora Kátia Abreu, nossa Ministra da Agricultura, está consciente de que precisa fazer isso.

Então, nós temos que ajustar o texto que será construído amanhã, para que não prejudique o produtor. Imaginem cada produtor brasileiro, quando comprar um trator de R\$ 100 mil, R\$ 200 mil, R\$ 500 mil, uma máquina de 1 milhão de reais, ter que pagar 3% de IPVA!

Portanto, o acordo é mantido; nós temos que ajustar o texto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos seguir a ordem aqui.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se nós tivéssemos votado como na votação anterior, já teríamos resolvido isso. Abre-se a votação, e, chegando o quórum a 257, é encerrada.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Abra a votação, Sr. Presidente, e com o quórum de 257 é encerrada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP) – Abra a votação agora!

**O SR. LUIZ CARLOS BUSATO** (Bloco/PTB-RS) – Sr. Presidente, fica faltando um destaque.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Sr. Presidente, fica faltando um destaque. Abra a votação, e, atingido o quórum de 257, o acordo está celebrado. É a mesma lógica.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos abrir o processo de votação.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG.) – Exatamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida, darei a palavra a todos os Deputados e Senadores.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – O Democratas orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados.

A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que, por favor, ocupem os seus lugares, para darmos início ao processo de votação no painel eletrônico.

As Sras. e os Srs. Deputados já podem votar.

**O SR. DAMIÃO FELICIANO** (PDT-PB. Sem revisão do orador.) – O Deputado Damião Feliciano votou com o partido na votação anterior.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado do PSDB que foi autor deste destaque teve o cuidado de conversar com o Líder do Governo, José Pimentel, e nós concordamos com o procedimento rápido. Ou seja, deu o quórum de 257, encerra-se a votação. É praticamente uma votação simbólica. Nós vamos encaminhar o voto “não”.

O Líder do Governo disse que, mesmo o veto tendo sido mantido em votação, ele mantém o acordo de que o Governo dará o tratamento e a solução para a matéria, conforme o Deputado Marcos Montes disse.

Eu estava disposto, já havia atendido ao pleito do nosso Presidente da Frente Parlamentar, mas fui alertado pelo Deputado Rubens Bueno de que nós correríamos o risco, e a própria Presidência, de o veto trancar a pauta. Obviamente, quando V.Exa. colocou em votação os vetos e citou claramente “salvo os destaques”, todos aqueles Parlamentares que vieram aqui e votaram — e não são os mesmos que estão agora em plenário —...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Fala um de cada vez. Não podem falar dois ao mesmo tempo.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – ...votaram apenas os projetos que precisavam votar.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Mas já estamos votando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Fala um de cada vez.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Portanto, é ao contrário do que ocorre com a previsão do Regimento. A previsão do Regimento é para aquela hipótese em que você está destacando alguma coisa, desiste de destacar, e a votação é feita em bloco. Agora, não. Agora nós já votamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu disse a V.Exa. — deixe-me só lembrar — que...

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Não, Presidente. Eu quero votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – ... há uma manifestação de vontade com relação ao voto na cédula.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há uma manifestação dessa vontade.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Concordo com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se houver a retirada, eu mando apurar a manifestação de vontade.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Não vejo nenhum problema.

Agora, eu não posso, sem haver acordo, deixar de proceder ao processo de votação.

**O SR. DEOCLIDES MACEDO** (PDT-MA. Sem revisão do orador.) – Presidente, o Deputado Deoclides Macedo votou com o partido na última votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado José Guimarães, com a palavra V.Exa.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Em nome do acordo que nós fizemos, o Governo encaminha o voto “sim”. Já acertamos com todos os partidos da base e com a Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Governo encaminha o voto “sim”.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já deu quórum, e eu consulto os Líderes sobre se podemos encerrar o processo de votação.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG.) – Pode encerrar.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – A orientação do Democratas é “não”, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO MATOS** (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) – O Deputado Marcelo Matos votou com o PDT na última votação, Sr. Presidente.

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Sem revisão do orador.) – O PROS indica o voto “sim”.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – O Deputado André Figueiredo votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Leonardo Picciani, com a palavra V.Exa.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do acordo que foi construído por todos os partidos, pela representação do setor produtivo, do agronegócio, nós votaremos pelo acordo. O voto é “sim”.

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós do PSD, diante de um acordo mantido pelo Líder do Governo, vamos também encaminhar o voto “sim”.

**O SR. ABEL MESQUITA JR.** (PDT-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Abel votou com o partido na votação anterior.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peça que se registre no painel que o voto do PPS é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PDT não pôde dar a sua posição. É importante que o PDT deixe claro que essa questão de emplacar trator e automotriz mata a economia do Rio Grande, que é o Estado que mais produz máquinas neste País. Se tiver que emplacar trator e automotriz, daqui a pouco vão querer emplacar carroça, carreta. Vão querer emplacar até os cavalos, Sr. Presidente. Então, não dá para aceitar isso.

Por isso, nós confiamos em que o Governo venha para um acordo. E é o que nós estamos esperando: palavra dada, empenhada, que seja resgatada. Nós estamos confiando no Governo e esperamos essa resposta.

Estamos juntos nesta caminhada, Presidente.

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito aos produtores rurais, o PRB e o Bloco Parlamentar PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PRTB/PTC/PSL/PTdoB votam “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Um de cada vez, um de cada vez!

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero propor o encerramento desta discussão. Já há um acordo, e nós confiamos em que ele será cumprido pelo Governo. É relevante.

Agradeço a V.Exa. por ter autorizado a presença da Comissão de Agricultura na cidade de Não-Me-Toque, para debater o emplacamento de tratores. Levaremos a contribuição do Congresso Nacional a toda a produção agropecuária brasileira.

Agradeço a V.Exa. pelo acordo firmado entre o Governo e a representação da Frente Parlamentar da Agricultura.

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/PMDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a bancada.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas que V.Exa. registrasse o seguinte: houve um defeito na bancada em que eu estava, na votação anterior. Por isso, o meu voto não apareceu.

Eu queria registrar que eu segui a orientação do partido.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto “sim”.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro o voto “sim” do nosso partido, pelo acordo e pelo voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se todos concordarem, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a votação. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -Resultado da votação: “sim”, 168; “não”, 215; abstenções, 3.

Mantido o voto na Câmara dos Deputados, ele deixa de ser submetido ao Senado Federal. Será feita a comunicação à Presidente da República.

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento "B" ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. DIEGO ANDRADE** (PSD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o partido.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agora, é o último voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Logo em seguida, nós passaremos à apreciação do Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passa-se agora à apreciação do sétimo destaque, referente aos itens 9.199 a 9.206 e 9.211 a 9.212 da cédula, que tratam de Imposto de Renda.

São os seguintes os dispositivos destacados:

- alínea “i” do inciso III do “caput” do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- alínea “i” do inciso VI do “caput” do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- item 10 da alínea “b” do inciso II do “caput” do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- item 9 da alínea “c” do inciso II do “caput” do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- inciso IX do “caput” do art. 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- inciso VII do “caput” do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- inciso I do §3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- inciso II do §3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 161 do projeto.
- Tabela Progressiva Mensal constante do inciso IX do “caput” do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, com a redação dada pelo art. 166 do projeto.
- alínea “i” do inciso XV do “caput” do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 167 do projeto.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, peço-lhe que inscreva o Deputado Sibá Machado, pela manutenção do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para encaminhar a votação, eu concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito para falar pela derrubada do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria lembrar aos Líderes partidários que falam dois a favor e dois contra. É muito importante que os Líderes se entendam sobre quem vai falar.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – Eu fiz a inscrição prévia, Sr. Presidente. Está sobre a mesa.

**O SR. PASTOR EURICO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Pastor Eurico, nas votações anteriores, votou com o partido.

**O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR** (PDT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Félix Mendonça votou com o partido nas votações anteriores.

**O SR. DÉCIO LIMA** (PT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Décio Lima votou com o partido em todas as votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós já temos 15 Deputados e Senadores inscritos. Só falarão 2 contra e 2 a favor. Em seguida, os Líderes orientarão suas bancadas.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ontem tivemos um gesto de um simbolismo muito importante para a Nação brasileira.

O Congresso Nacional, a partir da iniciativa do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, provocou o Governo para um debate sobre o voto ao reajuste de 6,5% apostado pela Presidenta Dilma a uma medida provisória transformada em lei de conversão pelo Congresso Nacional.

Essa iniciativa permitiu um diálogo elevado, com a apresentação de propostas e contrapropostas. Chegamos ao entendimento diretamente com a Presidenta e o Ministro da Fazenda, para que tivéssemos hoje, como aconteceu, a apresentação de uma medida provisória corrigindo em percentuais diferentes o reajuste do Imposto de Renda.

O simbolismo do entendimento é a coisa mais importante que nós conseguimos construir com essa medida. Por isso, na noite de hoje, nós temos que dar consequência a esse ato, mantendo o voto.

A proposta acordada com todos os Líderes da base do Governo na Câmara e no Senado propõe que haja uma graduação, um escalonamento, de maneira que aqueles trabalhadores de faixas salariais menores tenham a possibilidade de um abatimento maior no Imposto de Renda e também que os demais possam gradualmente ter valores diferenciados.

Nós ouvimos aqui, o dia inteiro, os próceres da Oposição denunciarem o arrocho contra os trabalhadores, dizerem que o Governo está agravando a situação dos contribuintes.

Mas vamos ver como essa Oposição se comportou no tempo em que era Governo, no que diz respeito ao reajuste da tabela do Imposto de Renda. Vejam os senhores: em 1995, houve correção: a inflação foi de 22,41%, a correção foi de 22,7%. Em 1996, a inflação foi de 9,56%, a correção da tabela foi zero; em 1997, a inflação foi de 5,22%, a correção da tabela do Imposto de Renda, de zero; em 1998, com inflação de 1,65%, a correção da inflação, zero; em 1999, inflação de 8,94%, correção da tabela do Imposto de Renda, zero; em 2000, inflação de 5,97%, correção da tabela do Imposto de Renda, zero; em 2001, inflação de 7,67%, correção do Imposto de Renda, zero. Em 2002, o Governo deu uma correção de 17,5% para uma inflação de 12,53%.

Ao longo do Governo do Presidente Lula tivemos momentos — 2 anos — em que a correção foi zero para inflações de 9,3% e 7,6%; mas tivemos, em 2005, correção de 10% para uma inflação de 5,69%; em 2006, correção de 8% para uma inflação de 3,14%; em 2007, correção de 4,5% para uma inflação de 4,45%; depois, correções de 4,5% até 2010. Realmente, em dois casos, maiores que a inflação e, em outros, não.

Portanto, que autoridade política tem essa Oposição para cobrar aqui que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff e depois o do Presidente Lula tenham sido responsáveis por arrochos contra o contribuinte? De forma nenhuma! Nós estamos dando à população brasileira, hoje, uma medida provisória que procura, no momento de crise, de dificuldade do Brasil, fazer pesar menos sobre os mais humildes e os mais pobres os efeitos desse ajuste, enquanto que essa Oposição, que agora se diz defensora do contribuinte, precisa responder a isso aqui.

Portanto, nós do PT encaminhamos o voto “sim”, pela manutenção deste voto e pela retomada importantíssima do entendimento entre o Governo e o Congresso Nacional.

Muito obrigado. Sr. Presidente, agradeço-lhe a tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mendonça Filho.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Onyx Lorenzoni, na votação anterior, votou “não”, de acordo com orientação do Democratas, contra o emplacamento das máquinas agrícolas. E vai votar “não” a este voto, porque este Governo não tem autoridade moral para continuar sugando o sangue dos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registra a manifestação de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, peço a pena ordem, só para ficar consignado o meu voto, acompanhando a orientação do partido na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registra a manifestação de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o Senador Humberto Costa falava de autoridade. Eu acho que a primeira autoridade do homem e da mulher é falar a verdade, é assumir compromisso público e cumprir com os compromissos assumidos publicamente, é assumir compromissos com o povo e honrar os compromissos assumidos diante do povo. Quem assumiu o compromisso de corrigir a tabela do Imposto de Renda em 4,5% foi a Presidente Dilma Rousseff. O que ela fez? Os brasileiros assalariados — que recebem todo mês —, desde janeiro, quando a tabela deveria ter sido corrigida, estão pagando Imposto de Renda sem cor-

reção. Não foi corrigida a tabela em janeiro, não foi corrigida a tabela em fevereiro. E agora esta medida provisória, editada no dia de hoje, joga para abril a correção da tabela, da forma como foi defendida pelo Líder do PT, ainda há pouco, nesta tribuna. O que isso significa? Significa que, mais uma vez, a Presidente Dilma engana o povo brasileiro, engana o trabalhador, engana a classe média.

E aí vem o PT falando de pagamento de Imposto de Renda, como se, porventura, estivesse tratando dos ricos do Brasil. Dez milhões de brasileiros que ganham acima de 2.800 reais terão perda do ponto de vista de tungada do Imposto de Renda sobre a sua renda, por conta da não correção da tabela do Imposto de Renda. O brasileiro que paga a maior alíquota, de 27,5%, paga a partir de 4.600 reais. Para o PT, 4.600 reais por mês é coisa de rico. Isso faz diferença, minha gente, e muita diferença!

Assisti há pouco este Plenário se mobilizar em defesa da indústria do Nordeste, defendendo a modicidade tarifária para as indústrias da minha Região.

E eu pergunto: como é que esta Câmara dos Deputados, como é que o Senado da República vai encarar o povo brasileiro, a partir de amanhã, quando se revelarem os nomes de cada Parlamentar, como votou, fazendo questão de 1 ponto percentual, de 2 pontos percentuais, que representa muito pouco para o Erário, para o Tesouro, mas representa muito para a população brasileira, que está escabreada, sacrificada pelas decisões tomadas pelo Governo da Presidente Dilma, que jogou o Brasil na recessão?

Está-se falando de uma correção da tabela de 6,5%, que corresponde à inflação do ano passado. Para a inflação deste ano, já se projetam 8%. A correção ou o reajuste para a área de energia superou, em muitos Estados, 50%. A gasolina também, mais de 8%, 9%, pesando no bolso do trabalhador.

A Presidente Dilma retirou direitos: abono salarial, acesso a seguro-desemprego, redução da pensão das pensionistas do Brasil. E o que é que ela dizia na campanha? Que quem iria praticar essas maldades seria o então candidato Senador Aécio Neves, a então candidata Marina Silva. A popularidade dela desabou, está no chão, está desmoralizada, mas quem desmoralizou a Presidente Dilma não foi a Oposição,...

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Está encerrada.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – ...foi o descumprimento dos seus compromissos de Governo, foi a recessão que o Brasil hoje enfrenta por conta da irresponsabilidade da política econômica comandada pelo então Ministro Guido Mantega.

Por isso, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Senadoras e Senadores, é hora de o Congresso Nacional dizer, em alto e bom som, ao Brasil, ao Palácio do Planalto, que esta Casa não é correia de transmissão do Gabinete Presidencial. Não está aqui para dizer amém a S.Exa. a Presidente da República, está aqui para respaldar a voz do povo, e a voz do povo quer a derrubada do voto, que é um voto da mesquinharia, que tunga o bolso do trabalhador, que tunga o bolso da classe média.

E se há Deputado e Deputada independente nesta Casa,...

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Para encerrar, Deputado.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE) – ...devem votar — Sr. Presidente, peço paciência a V.Exa. — com independência, com responsabilidade e, sobretudo, em sintonia com o sentimento de independência e de vontade de mudança do povo brasileiro.

Vamos dizer “não” ao voto da Presidente Dilma e vamos homenagear o povo que trabalha, o povo que produz neste Brasil tão querido por gente séria e honesta, que quer ver um Governo decente.

*Durante o discurso do Sr. Mendonça Filho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, 1º Secretário.*

**O SR. DEOCLIDES MACEDO** (PDT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Deoclides Macedo, do PDT, na votação anterior, do refinanciamento das dívidas com a Fazenda, votou com a orientação do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Para falar a favor do voto, pela manutenção do voto, com a palavra o Deputado Sibá Machado.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Sr. Presidente, sou eu agora. V.Exa. se equivocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Deputado Sibá Machado, V.Exa. tem a palavra.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Vamos à orientação das bancadas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Na substituição autorizada pelo Deputado Sibá Machado, falará a favor o Deputado Silvio Costa.

V.Exa. tem 5 minutos.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Depois vamos à orientação das bancadas.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu vim falar daqui, do lado da Oposição, porque, na verdade, eu não vim falar sobre Imposto de

Renda, Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu vim falar sobre saudade. Tenho saudade da época em que 90% da Oposição brasileira era responsável e 90% do PT era irresponsável.

Vejam, fala-se aqui em mexer em direito do trabalhador. Quem primeiro mexeu em direito do trabalhador no País — e mexeu de forma correta, de forma decente, de forma corajosa, com essas galerias lotadas — foi o PSDB, quando criou o fator previdenciário, Senador Aloysio. Hoje o déficit da Previdência é de 123 bilhões de reais por ano, mesmo com o fator previdenciário. Se não fosse o fator previdenciário, o nosso déficit seria exatamente de 350 bilhões. Naquele momento, o PSDB agiu preocupado com o País, e 90% do PT agiu contra o País.

Disse uma vez, lá atrás, o competente Mário Covas, numa certa ocasião, à revista *Veja*, se eu não me engano em 1989, que o Brasil precisava de um choque de capitalismo. Eu acho que o Brasil hoje precisa, na verdade, é de um choque de responsabilidade pública. Eu acho que não dá para aceitar que cada sessão seja transformada num programa eleitoral. O Brasil tem 200 milhões de brasileiros, e, na verdade, as suas vidas dependem dos nossos votos.

Nós sabemos que todos os países do mundo têm um movimento ondulatório na economia. É verdade que o nosso País está com problema no fluxo de caixa. É verdade, sim. Como também é verdade que, se a Oposição responsável não falar a verdade para as pessoas, se não disser a elas que o Brasil precisa economizar para voltar a crescer, isso é ruim para todo o mundo.

Eu faço um apelo à porção responsável da Oposição — não à porção panfletária, não à porção que sobe aqui fazendo macaquices —, aos homens e mulheres de bem da Oposição brasileira, aos homens que sabem que milhões de brasileiros sequer sabem o que é ajuste fiscal. Quem sabe o que é ajuste fiscal somos todos nós que estamos aqui.

**O SR. ADEMIR CAMILO** (PROS-MG) – Ninguém está escutando, Deputado Silvio. V.Exa. fala a favor. Não fale isso, não!

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – O Deputado Nilson tem mania... Foi o Deputado Nilson que falou?

**O SR. ADEMIR CAMILO** (PROS-MG) – Não, fui eu, Deputado Silvio. V.Exa. está inscrito para falar a favor.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Deputado Ademir, primeiro vá estudar Regimento! V.Exa. não podia nem me atrapalhar.

**O SR. ADEMIR CAMILO** (PROS-MG) – V.Exa. está inscrito para falar a favor.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Vá primeiro estudar Regimento!

Sr. Presidente, foram tirados 30 segundos.

Então, eu queria fazer um apelo, dizer que, pela própria etimologia da palavra... Senador Ronaldo Caiado, tenho saudade de V.Exa., saudade mesmo. Veja: pela própria etimologia da palavra, ninguém gosta, Deputado Onyx, de ouvir a palavra "imposto". "Imposto" é uma palavra horrível. Nenhum governo gosta de aumentar imposto. Agora, o Estado de São Paulo precisa fazer ajuste fiscal, o Paraná precisa fazer ajuste fiscal, todos os Estados brasileiros precisam de ajuste fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Encerre, Deputado.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Vou encerrar. V.Exa. me deu 2 minutos.

Todos os Estados têm a Previdência quebrada, por exemplo, e precisam de ajuste fiscal. Eu queria perguntar aos Deputados do Paraná, de São Paulo, aos Deputados do PSDB, do DEM: V.Exas. leram a matéria sobre o Paraná? As finanças estão ruins. Se eu estivesse no Paraná, eu estaria ajudando o Paraná, Deputado Rubens Bueno e Deputado Luiz Carlos Hauly. Portanto, esqueçam a Dilma.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR) – V.Exa. me permite um aparte, para responder?

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Não é permitido aparte.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR) – Eu respondo e desafio V.Exa. e o Líder do Governo a discutir o Paraná.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Não é permitido aparte.

Sr. Presidente, não é permitido aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Encerre, Deputado.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PSC-PE) – Para encerrar, eu queria que V.Exas. parassem com a "PTfobia" — V.Exas. estão com "PTfobia" — e pensassem no País.

Vamos votar pelo País.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado, para falar contra.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero um espaço para contraditar esse desafio, esse repto, porque é o terceiro que fala do Paraná. Eu desafio o Governo da Dilma na educação, na saúde, na receita, nas contas públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – V.Exa. deve se inscrever. Existem Deputados e Senadores na fila.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR) – Eu estou inscrito.

Eu desafio de público a se fazer uma convocação, porque o Paraná tem melhor desempenho do que o Governo da Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM-GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este voto tem uma importância ímpar, até porque nós já estamos no avançado da hora, e o plenário está lotado, com quórum de Deputados e Senadores.

É importante que a sociedade saiba, que tenha conhecimento do que está ocorrendo hoje na vida de cada um dos brasileiros. Há desemprego, inflação desenfreada, greve de caminhoneiros por causa do aumento de combustível, crise no setor de energia elétrica. E o Governo Federal não tem a menor credibilidade.

Pesquisa feita agora pela CBN e pelo *O Globo* mostra a aprovação da Presidente da República em 7%. Nunca na história deste País, Senador Aloysio Nunes, um Presidente chegou a ter uma aprovação de 7%. É a deterioração completa da figura da Presidente da República. Desintegrhou-se, deixou de ter aquilo que é o fundamento básico do sistema presidencialista, que é exatamente a credibilidade moral.

O Governo não tem como sustentar a manutenção de um voto em virtude do qual o cidadão brasileiro está sendo assaltado em mais de 7 bilhões de reais, por não haver a correção da tabela do Imposto de Renda. Esse aumento de carga tributária... O cidadão brasileiro não tem nada a ver com o assalto na PETROBRAS, nem com o financiamento de campanha do PT, nem com o BNDES, nem com fundo de pensão. O eleitor brasileiro está desesperado porque não tem sequer como dar atendimento de saúde e de educação digno a seus filhos.

Como esta Casa vai negar um reajuste que é exatamente baseado na inflação do ano passado, de 6,5%? Mas o Líder do Governo no Senado vem à tribuna e diz: "Os ricos..." Vejam bem: na tabela do Imposto de Renda, o que o PT hoje identifica como ricos? Quem recebe salário acima de R\$ 3.751,00.

Além do mais, eu desafio o Governo! O Governo está assaltando o bolso do brasileiro nos meses de janeiro, fevereiro e março, porque a medida provisória só vai entrar em vigor a partir de abril. V.Exas. sabem o que isso significa para o bolso do cidadão brasileiro? Falo de mais de 1 bilhão e 200 milhões de reais!

Sr. Presidente, é grave! Nós temos que ter a noção da importância da derrubada deste voto, para que o Imposto de Renda seja reajustado em 6,5%. A inflação anual no Brasil já extrapolou a aprovação da Presidente Dilma. Vejam V.Exas. a que ponto nós chegamos no Brasil: a aprovação da Presidente Dilma em 7%, e a inflação em 8%. Chegamos a este momento da economia em decorrência da falta de credibilidade da Presidente da República.

É por isso que eu peço, independentemente de sigla partidária: vamos entender a posição do PT, que tem que sustentar o petrolão, o eletrolão, o fundão e tantas coisas mais, mas o resto de todos nós, partidos, vai pensar no Brasil, no cidadão que não aguenta mais ser achacado, que não tem necessidade de pagar por esse desfalque todo que foi imposto exatamente pela malversação do dinheiro público, pela corrupção instalada no País. O País não suporta mais essa sangria dos sanguessugas que hoje destruíram a economia brasileira.

Votem "não", e vamos, sem dúvida nenhuma, derrubar o voto da Presidente da República, e fazer justiça a quem trabalha e produz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco PRB-SP) – A Presidência vai abrir o processo de votação. Vamos iniciar o processo de votação e vamos ouvir os Líderes.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco PRB-SP) – Está aberto o processo de votação na Câmara dos Deputados.

A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para darmos início ao processo de votação no painel eletrônico.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – O encaminhamento dos Líderes deve ser feito antes, Sr. Presidente. É preciso encaminhar antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco PRB-SP) – Como vota o PMDB?

**O SR. LEONARDO PICCIANI** (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vai votar pela manutenção do voto, mas eu quero explicar, até para que o Plenário e sobretudo quem nos assiste tenham conhecimento, o que está acontecendo e o que nós estamos votando.

Nós tínhamos aprovado, no ano passado, a correção da tabela do Imposto de Renda, que posteriormente foi vetada. Portanto, não houve o efetivo reajuste da tabela do Imposto de Renda. E esse impasse se arrastou ao longo desses 2, 3 primeiros meses do ano de 2015.

O Congresso Nacional, por intermédio de várias Lideranças, conduziu a construção do acordo que culminou com a edição da medida provisória que, aplicando a fórmula da progressividade, que é justa, ampliou a correção da faixa da tabela do Imposto de Renda.

Então, votando a favor do acordo que beneficia a população, sobretudo aqueles que ganham menos, nós votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PT?

**O SR. EDMAR ARRUDA** (Bloco/PSC-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só um minutinho, por gentileza. O PSC está no Bloco do PMDB, e nós respeitamos a opinião do PMDB, mas nós queremos concluir os nossos Deputados do PSC a votarem “não”.

O PSC está votando “não” porque o PSC defende o trabalhador. Nós não podemos de forma alguma permitir que o Governo continue reajustando a tabela do Imposto de Renda abaixo da inflação. Ou seja, está aumentando os impostos, cobrando mais daqueles que ganham menos.

Então o PSC vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Na sequência, Sr. Presidente. Tem que ser na sequência.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero compreender a explicação do Líder do PMDB. No mínimo, no mínimo, a Presidente Dilma deve, em termos de reajuste, aos brasileiros, de 8% a 9%. Dizer que há um escalonamento, que há qualquer outro tipo de alternativa para melhorar a questão do reajuste do Imposto de Renda é no mínimo algum acordo que foi feito.

Quero de fato deixar claro aos brasileiros que esse não reajuste, que este veto da Presidente Dilma é mais um tapa na cara dos brasileiros. E esse é mais um dos motivos da queda da sua popularidade. Podia haver apenas um dígito hoje, e realmente a Presidente não ser reconhecida pelos brasileiros como a Presidente de todos.

É lamentável ver isso no partido que poderia fazer a diferença para os brasileiros, principalmente para aqueles que mais precisam, no partido que poderia fazer hoje a correção e justiça ao Brasil.

O PSDB vota “não”. Nós queremos derrubar este veto da Presidente Dilma, que, sinceramente, atrapalha cada vez mais a vida do trabalhador.

O voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PRB?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PRB?

**O SR. VICENTE CANDIDO** (PT-SP) – Encaminhamento pelo PT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – O PT já encaminhou o voto “sim”.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, assim como o PSC, que fez uma colocação, que dizer que nós integramos o Bloco liderado pelo PMDB, mas temos aqui, no Partido Progressista — V.Exa. nele se inspira —, o princípio de respeitar e tomar muito cuidado para não aumentar impostos. Qualquer correção abaixo da inflação significa aumentar impostos.

Por isso, nós respeitaremos aqueles que votarem “não”. Sei que isso é uma insurgência, pelo princípio do respeito a não aumentar impostos, especialmente numa época como esta.

Finalmente, eu não posso deixar de lembrar do que disse o Deputado Silvio Costa...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Para concluir, Sr. Deputado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PP-SC) – Só para concluir. O Deputado Silvio Costa começou com a palavra “saudade” e esqueceu que essa palavra foi conceituada por um poeta pernambucano, Antônio Pereira, e imortalizada por Raul Seixas. “Saudade”, Deputado Pompeo, “é um parafuso que no buraco cai. Só entra se for torcendo, porque batendo não vai. E depois que enferra lá de dentro nem distorcendo sai.” Acho que a saudade enferrujou no Deputado Silvio Costa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PSD?

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Sem revisão do orador.) – O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PR?

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – O PRB não encaminhou, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PR?

**O SR. VICENTE CANDIDO** (PT-SP) – Sr. Presidente, o PT precisa orientar.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR, entendendo que a Presidenta, com a emissão da medida provisória, dando progressividade à correção do Imposto de Renda, atende à grande maioria dos trabalhadores, vai votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PT?

**O SR. EDUARDO DA FONTE** (Bloco/PP-PE) – Sr. Presidente.

**O SR. VICENTE CANDIDO** (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero orientar para a votação a minha bancada com muita tranquilidade, para que mantenha o voto “sim” a este voto.

Nós julgamos que a emenda à medida provisória, no ano passado, foi feita sob o calor da disputa eleitoral aqui no Brasil, sem responsabilidade por parte de quem a fez. Os autores dessa emenda à medida provisória, quando governaram o Brasil, por 8 anos, deixaram uma defasagem na tabela do Imposto de Renda dos trabalhadores de pelo menos 60%. O Presidente Fernando Henrique, no final, corrigiu a tabela em apenas 17%, deixando um residual de aproximadamente 60%. Foi com o Presidente Lula e, agora, com a Presidente Dilma que nós a corrigimos e fizemos justiça tributária para os trabalhadores do Brasil.

Durante vários anos, com o Presidente Lula, a correção da tabela do Imposto de Renda ficou acima da inflação, começando em 2005, quando o Presidente Lula a corrigiu em 10%. Em 2006, corrigiu-a em 8%. Depois, instituiu uma lei permanente, que vigeu até o ano passado, com correção de 4,5%. Agora, a Presidente Dilma vem novamente cumprindo o compromisso da correção da tabela do Imposto de Renda.

Então, o resto é demagogia da Oposição, porque, se estivesse no Governo, não faria o que fizemos. Nós tivemos saldo positivo nesse período.

É por tudo isso que a bancada do Partido dos Trabalhadores não só recomenda a manutenção deste voto, mas também dialoga com todo o Congresso Nacional pela responsabilidade...

(Interrupção do som.)

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PP?

**O SR. EDUARDO DA FONTE** (Bloco/PP-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista vota com o Bloco do qual faz parte, vota “sim”.

Eu peço a todos os Parlamentares que acompanhem o voto “sim”, para que possamos cumprir o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PRB?

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP) – O Democratas, Sr. Presidente. V.Exa. pulou o Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PRB?

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas vota “não” porque entende que esse voto...

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – O PRB, como vota?

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP) – Sr. Presidente, o Democratas, pela ordem.

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB, cumprindo o acordo que fez na reunião com os Líderes, o acordo feito pelo Governo, de que seria editada uma medida provisória, e esta medida provisória atenderia às necessidades, principalmente, das pessoas com mais baixa renda, indica o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Voto “sim”.

Como vota o PSB?

**O SR. FERNANDO COELHO FILHO** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – O PSB vota “não”, Sr. Presidente, pela derrubada do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PDT?

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT, seguindo a mesma linha dos demais partidos da base, mesmo compreendendo que precisamos nos abrir mais ao diálogo e não ter que editar medidas provisórias às vésperas de um processo de vetos, e cumprindo o acordo, vai orientar o voto “sim”, pela manutenção do voto.

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP) – Sr. Presidente, o Democratas não fez a orientação ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o Democratas?

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – O Democratas vota “não” porque entende que os trabalhadores brasileiros são saqueados todos os dias por este Governo, que traiu a confiança do cidadão brasileiro.

Esse projeto já poderia estar em vigor, surtindo efeito desde janeiro, mas foi vetado pela Presidente Dilma. Quem sempre disse que defendia os interesses do trabalhador brasileiro traiu a confiança do povo brasileiro. Esta Casa tem a responsabilidade de resgatar a confiança e a dignidade.

Por isso, nós somos a favor da derrubada do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o Solidariedade?

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade sabe que a defasagem da tabela do Imposto de Renda, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, chega a 61%. Então, um partido trabalhista, como o Solidariedade, nunca poderá votar e nunca votará contra os trabalhadores e o povo brasileiro.

Então, o Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PCdoB?

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB, cumprindo o acordo que foi feito pela Liderança e defendendo os interesses dos trabalhadores, vai votar “sim” ao voto, porque desmascara também essa Oposição que vem aqui falar do povo trabalhador e da classe média, mas que foi a responsável por este grande arrocho que existe hoje em relação ao Imposto de Renda.

Quero dizer que essa pesquisa deve ter sido a mesma que dava ao DEM o Governo do Estado da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PPS?

**A SR<sup>a</sup> CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PPS orienta “não”. Precisamos derrubar este voto. Não adianta dizer que a responsabilidade é dos governos anteriores, porque há 12 anos o Governo que aí está não fez também a sua tarefa.

Portanto, nós orientamos o voto “não”. Precisamos derrubar o voto, porque é o mínimo da recuperação da inflação. Sr. Presidente, 6,5% não é nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PV?

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Sem revisão do orador.) – O PV vota “não” Sr. Presidente, porque reconhece que uma parte significativa da renda que é colhida pelo imposto vem daqueles que trabalham, e não simplesmente daqueles que a recebem por outras fontes.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL diz “não” a este voto porque considera que a reposição da inflação do ano-base de 2014, de 6,5%, é absolutamente correta. E é esse o patamar que devia ser respeitado pelo Governo na sua, digamos, autocritica da undécima hora, com a medida provisória. O princípio da progressividade é correto, mas a perda inflacionária tem que ser considerada.

Por fim, nós insistimos em que a solução para o Brasil, do ponto de vista da renda, é gravar mais os que ganham muito e avançar para o imposto sobre as grandes fortunas, sempre esquecidas, inclusive por esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota a Minoria?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a inflação medida pelo IBGE nos últimos 12 meses já chegou a 7,7%. E nisso não está contido ainda o tarifaço da energia elétrica, que entra em março, não está contido ainda o preço da gasolina, que entra agora em março.

Sr. Presidente, nós estamos falando aqui de uma reposição, de uma meta de inflação que este Governo largou, abandonou pelo meio do caminho. Para que meta de inflação de 4,5%, se este Governo está promovendo uma inflação que em março será de 8%?

Sr. Presidente, 4,5% não são suficientes. O Ministro da Fazenda veio aqui e engabelou os partidos da base do Governo. A Presidente da República está enganando os Parlamentares da base do Governo. Não há qualquer Parlamentar aqui, qualquer Deputado ou Senador, que, ao sair às ruas, não vá ser cobrado.

Portanto, o voto é “não”. Vamos corrigir a tabela do Imposto de Renda em 6,5% e dar uma folga ao assalariado.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Como vota o Governo?

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, quero fazer, com firmeza, alguns registros.

Em primeiro lugar, desde o voto apostado pela Presidente da República, ela anunciou que apresentaria uma alternativa ao Congresso Nacional. E o segundo registro que eu quero deixar é de que ela construiu essa alternativa com o Congresso Nacional. A maior expressão disso é a unidade da base do Governo neste painel, hoje, do Congresso Nacional: todos os partidos da base encaminharam unanimemente pela manutenção do voto, apoiando a medida provisória que aqui chegou.

Essa alternativa apresentada pelo Governo respeita a sociedade e reinicia um conceito na tributação brasileira, que é o conceito da tributação progressiva. Todos os trabalhadores isentos e de baixa renda estão com a correção de 6,5%. E essa progressividade, que todos os trabalhadores cobram do Governo, demonstra aquilo que é indefensável: não pode alguém que ganha 30 mil reais, 40 mil reais ou 50 mil reais de salário ter a mesma correção na tabela de quem ganha 2 mil reais ou 2.500 reais. Isso o povo entende. E é em respeito à sociedade que a medida provisória aparece com o conceito da tributação progressiva.

Quero ver aqueles que falam que defendem os trabalhadores votarem aqui a tributação sobre grandes fortunas. O DEM recusou a assinatura de requerimento de urgência para o projeto da contribuição sobre grandes fortunas. Que defensor de trabalhador é esse que não tributa as grandes fortunas e quer manter igualdade entre os que ganham mais e os que ganham menos?

Portanto, o Governo agiu corretamente: defendeu os de baixa renda, tributou progressivamente e construiu com o Congresso, com grandeza e com democracia.

Por isso o PCdoB, em unidade à base, vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP) – Para um esclarecimento sobre a pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra, como Líder, o Deputado Rubens Bueno.

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento sobre a pauta da Ordem do Dia.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR) – V.Exa. vai me dar a palavra para um esclarecimento depois? Estou pedindo a V.Exa., pedi ao Senador Renan Calheiros e pedi a esse moço.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Há uma inscrição junto à Mesa.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR) – Esse moço já escreveu umas dez vezes o meu nome aí e não me chamou.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos votando um veto que trata da reposição da inflação para a correção da tabela do Imposto de Renda. E a Presidente da República prometeu, durante a campanha eleitoral, fazer a correção da tabela do Imposto de Renda baseada na inflação de 6,5% — exatamente 6,41%.

A Presidente da República mentiu. É feio mentir. A Presidente da República prometeu publicamente, durante a campanha, que jamais aumentaria a taxa de juros, porque, aumentando a taxa de juros, segundo ela e o seu marqueteiro João Santana, tiraria comida da mesa do pobre brasileiro. Na primeira semana depois da eleição, ela aumentou os juros.

A Presidente da República mentiu para o povo brasileiro. É feio mentir. Ela disse que não aumentaria a tarifa de energia elétrica. Logo depois das eleições, aumentou a tarifa de energia elétrica e continua aumentando.

É feio mentir. Imaginem uma Presidente da República mentir para o seu povo. Disse a Presidente que não aumentaria o preço dos combustíveis — nem da gasolina, nem do óleo diesel. Já na segunda semana, aumentou o preço da gasolina, aumentou o preço do óleo diesel. A Presidente mentiu. Imaginem uma Presidente da República mentir. Isso não é feio?!

Os nossos pais nos puxavam a orelha, Deputado Nilson Leitão, por qualquer mentira que pudesse desviar a sua atenção ou da qual pudéssemos tirar proveito.

A Presidente da República mentiu para todo o povo brasileiro, reiteradamente, por várias vezes!

Os juros não aumentaram somente depois da eleição. Já é a quarta vez que aumentam os juros! Reiteradamente, ela mentiu: quatro vezes, só com relação à taxa de juros. Aí vem o desafio público que nós queremos...

O Líder Humberto Costa está reclamando do tempo. Que barbaridade! Ele não gosta de ouvir verdades, ele gosta de ouvir mentiras, ele gosta de ouvir o petróleo, ele gosta de ouvir os empreiteiros do petróleo distribuindo dinheiro para o PT, que institucionalizou a corrupção dentro do poder! Eles não gostam de ouvir verdades.

Tenha paciência, Senador. Nós ouvimos tanto V.Exa. aqui. Tenha paciência para ouvir a Oposição dizer as verdades que V.Exas. não gostam de ouvir. A verdade dói.

Então, mais do que isso, nós precisamos dizer claramente ao povo brasileiro que o petróleo que está aí é o exemplo maior.

Nós estamos propondo a correção da tabela do Imposto de Renda em 6,5%, mas ouvimos um discurso aqui sobre o ocorrido em anos anteriores que não deixa de ser verdadeiro. É uma verdade o que o Líder disse daqui: que não foi corrigida a tabela lá atrás. Nós confirmamos essa verdade. Eles não confirmam a verdade da roubalheira de bilhões da PETROBRAS, empresa que está derretendo sob o patrocínio e o aval do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma, que assinaram, que nomearam, que avalizaram os diretores e os gerentes daquela empresa. E, ante tudo isso, ouvimos dizer que não houve nada, que isso é uma bobagem e que, para justificar os fins, valem os meios, não importam quais.

Estamos aqui a dizer que nós queremos a correção da tabela do Imposto de Renda. Se estão reclamando de tempos anteriores, que reclamem dos 12 anos de seu Governo e façam uma proposta de correção com base naquilo que está acumulado nos últimos 12 anos. Aí, sim, o discurso seria importante. Mas não venham com essa conversa mole de trabalhador daqui e dali. Trabalhador o quê? O PT aprendeu a fumar charuto cubano, a tomar Romanée-Conti, a viajar em jatinhos das empreiteiras para baixo e para cima e a fazer negócios com

elas. O ex-Presidente Lula viaja useiro e vezeiro nos jatinhos das empreiteiras, viaja pelo mundo e leva um pacote de negócios junto. Os negócios sabemos quais são e o que há por trás disso tudo.

Este País está nas mãos dessa gente, nas mãos de quem, terminada a campanha eleitoral, agora nem João Santana salva.

Ela foi, no domingo, para a televisão falar ao povo brasileiro, com João Santana a tiracolo, imaginando que a mentira reiterada, que a mentira repetida nunca vai chegar ao final.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Para encerrar, Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR) – Isso está chegando ao final, está derretendo, está se acabando. O povo brasileiro não suporta mais o que está acontecendo: má gestão, falta de ética pública, falta da moral na gestão e com aqueles que querem levar a sério os impostos do povo brasileiro.

E o desafio lançado está aceito: queremos aqui o imposto sobre grandes fortunas, a começar pelos grandes empreiteiros que patrocinam o PT.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – Sr. Presidente.

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – Presidente, um esclarecimento referente à Ordem do Dia: o Presidente Renan Calheiros anunciou que nós votaríamos o Orçamento hoje, mas estamos ouvindo de diversos Líderes que o Orçamento não será votado hoje.

Então, eu gostaria de um esclarecimento, porque muitos Deputados já foram embora.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – A ideia é votar hoje.

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP) – Será votado hoje ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Eu peço aos Deputados e também aos Senadores que permaneçam aqui, porque nós vamos votar o Orçamento.

A Mesa do Congresso concedeu a palavra a dois Líderes e vai concedê-la a mais um Líder. Depois nós vamos encerrar a votação.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – Sr. Presidente, sobre o art. 14.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria que a Liderança do PT tivesse um pouco de calma neste momento.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Sem revisão do orador.) – Não, nós só queremos que os votos sejam contados. É só isso. Podem falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Está mantida a palavra ao Deputado Nilson Leitão.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Eu agradeço.

Sr. Presidente, eu acredito que defender a Presidente Dilma no atual momento é como defender Judas. Eu estou sentindo que há certa dificuldade por parte de várias Lideranças da base do Governo.

Mais uma vez o PT encaminha uma votação enganando a sociedade brasileira. Pior que isso: coloca dentro de um balaio vários Deputados e Senadores de bem, mas que estão votando contra o seu povo.

É importante entender que, agora no dia 15, domingo, os brasileiros irão para a rua sem motivação partidária, sem cor, e justamente por causa de atitudes como essas de alguns Deputados e Senadores desta Casa.

Encobrir os malfeitos da Presidente Dilma é trair o seu povo. Estão traendo a sociedade brasileira. Não adianta mais vir a esta Casa ou ir à imprensa e dizer o seguinte: “*Quem vai a Presidente Dilma é a elite brasileira*”. Qual elite? A elite que ganha um salário mínimo? A elite da qual faz parte o trabalhador que pega o ônibus de madrugada? Qual elite? A dos 70% de Pernambuco ou de Mato Grosso que — estes, sim — estão pedindo o *impeachment*? Esse não é o pedido de nenhum Deputado ou Senador desta Casa. O brasileiro não suporta mais! Será que V.Exas. não perceberam isso? Será que V.Exas. não entenderam isso? Se não entende, quem mora em apartamento deve visitar seus vizinhos, quem mora em casa deve visitar seus vizinhos, quem mora em condomínio deve visitar seus vizinhos. De cada grupo de dez, V.Exas. vão encontrar sete ou oito descontentes com a Presidente Dilma e com o comportamento de alguns Deputados e Senadores deste Congresso.

A lista que vai sair na segunda-feira e na terça-feira não vai ser só do movimento, vai ser desses Senadores e Deputados que estão votando contra os trabalhadores.

O reajuste que a Presidente Dilma deveria dar ao Imposto de Renda é de 17%, não de 6,5%. A defasagem é de 17%. V.Exas. estão roubando o dinheiro, o salário do assalariado brasileiro. V.Exas. estão brincando com o trabalhador brasileiro e passaram todos os limites. Deveriam, pelo menos, repor os 7%, percentual que ainda pode ser aprovado pela Presidente Dilma. São só 7%! Deem pelo menos, em homenagem a esse povo, 7% de reajuste à tabela do Imposto de Renda. Mas nem a isso V.Exas. têm a sensibilidade de dar.

**O SR. MARCON** (PT-RS) – Vamos votar, vamos votar.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Eu sei que V.Exas. estão cansados de ouvir as críticas. Eu quero que V.Exas. tenham a coragem de ir para a rua no domingo.

**O SR. DÉCIO LIMA** (PT-SC) – Qual é o critério, Sr. Presidente?

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Vistam uma camisa com os dizeres “eu apoio Dilma” e vão para a rua no domingo. Tenham essa coragem! Tenha essa coragem! Eu desafio os Senadores e os Deputados que apoiam Dilma a irem para a rua no domingo.

**O SR. MARCON** (PT-RS) – Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Vá para a rua, pegue o metrô, pegue o ônibus, e encarre a população brasileira, encarre a sociedade brasileira! V.Exas. estão contra o povo do Brasil.

(*Tumulto no recinto.*)

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/PMDB-MA) – Sr. Presidente, temos o Orçamento a votar. Temos um compromisso com a União. Vamos votar o Orçamento.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Nós vamos confeccionar a camiseta para V.Exas.

(*Tumulto no recinto.*)

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/PMDB-MA) – Vamos votar o Orçamento, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Nós vamos pagar os *banners* e as faixas. Saim à rua e digam: “Eu apoio Dilma”. Sejam corajosos! Não façam isso apenas aqui dentro, protegidos por seguranças. Vão para a rua no domingo e demonstrem essa coragem que estão tendo de votar contra o povo brasileiro.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/PMDB-MA) – Vamos votar. O País espera o Orçamento, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Calma, Deputados e Senadores! Calma! Usem toda essa energia no domingo. Vão para as ruas. Sejam corajosos e vão para as ruas no domingo. Calma! (*Palmas.*) Gastem essa energia no domingo, a favor do povo do Brasil.

Votem “não” a este voto amaldiçoado de Dilma, que não respeita o povo brasileiro.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas reiterar o acordo feito com o Senador Renan, de 45 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – A Mesa quer informar que houve um acordo de manutenção de pelo menos 45 minutos, e nós vamos cumprí-lo. Faltam 15 minutos.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Exatamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Acordo é para ser cumprido.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Mas já deu quórum!

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Tem V.Exa. 5 minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Estou inscrito como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou usar a tribuna.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder! Não aceito que a Oposição fale sozinha! Por favor, conceda-me a palavra, porque...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Sr. Presidente, há orador na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – Quero dizer ao Deputado Sibá Machado que ele já usou o seu tempo de Liderança.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Já usou hoje. O PT já usou o tempo de Líder.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Eu não usei tempo de Líder!

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur. Bloco/PRB-SP) – V.Exa. já usou o seu tempo de Líder.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio. V.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu peço a recomposição do meu tempo, por gentileza. Eu peço a atenção dos colegas Parlamentares.

Nós vivemos aqui uma noite histórica no Congresso brasileiro. Nós vivemos uma noite em que o País está de olho, sim, e ainda bem! Isso reflete, ao mesmo tempo das graves dificuldades que nós vivemos, a esperança de que o nosso País, sim, possa superar essas graves dificuldades pela vontade do povo, pela participação popular. Esse é o grande sentido da democracia.

Há alguns que ainda teimam em dizer que essas manifestações talvez não sejam o melhor caminho.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Sr. Presidente, que fala é essa? É inscrição de quê?

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG) – Mas não há democracia que se sustente sem que o povo participe, sem que o povo se manifeste, sem que se respeite o sentimento do povo.

E eu inicio as minhas palavras me referindo ao povo brasileiro, que está indignado, que está revoltado, com razão, porque assiste a um Governo que rouba, aumenta tarifas públicas, aumenta combustível, aumenta energia elétrica, aumenta juros. No entanto, Sr. Presidente, esse mesmo Governo quer transferir a conta para o povo aumentando imposto, aumento o Imposto de Renda.

Portanto, ainda há alguns Deputados para votar, 448 já votaram. Aqueles que votaram para aumentar o imposto, votaram “sim” a esse voto, serão cobrados na rua. Agora, os que ainda não vieram votar serão cobrados, porque não votar é dizer “sim” ao voto. O cidadão brasileiro está cada dia mais atento.

Portanto, eu conclamo os que ainda não vieram: Venham votar! Ainda faltam um pouco mais de 12 minutos, 15 minutos, para que possamos derrubar esse voto e não permitir que haja aumento no Imposto de Renda em um momento tão difícil para o povo brasileiro, em um momento em que está se cobrando do povo aquilo que ele já não dá conta de pagar.

Aumentou a gasolina, aumentou a energia elétrica, aumentaram os juros, e vêm agora aumentar o Imposto de Renda? Por que eu digo aumentar? Porque, se você não corrige a tabela do Imposto de Renda de maneira adequada, é a mesma coisa de aumentar, e o Governo vem com uma proposta absurda. Não se deixem levar por essa proposta enganadora de querer corrigir. É como se a inflação só existisse para alguns. Para alguns, pode-se corrigir 7,5%; para outros, não. É como se o custo da família de um aumentasse, e do outro, não. A correção da tabela é para corrigir o que a inflação corroeu do seu salário.

E é importante que essa correção seja igual para todos, porque isso é um princípio de justiça. Se acabar esse princípio de justiça no País, vai-se ter uma sociedade que não se entende. Já há uma tarifa diferenciada. Aquele que ganha mais paga mais. O que ganha menos paga menos. O que ganha muito pouco não deve pagar nada. Agora, a correção que se vai poder deduzir sobre os seus dependentes, sobre a atividade escolar, sobre o gasto com saúde é medida pela inflação. Não pode haver inflação medida de uma maneira para um e diferente para outro. Isso é elementar. Então, é claro que todos nós temos que votar “não” a esse voto.

Faço este apelo. Quem não votou não pense que será absolvido pela voz das ruas, será cobrado de maneira dura. E é importante que o Senado — aí eu já deixo uma palavra ao Senado; eu tenho confiança de que a Câmara vai derrubar o voto —, que os Srs. Senadores honrem os seus Estados, honrem as suas biografias, honrem as suas histórias, e fiquem com o povo. Não se submetam a votar no Palácio do Planalto, que já não tem nem 10% de aprovação do povo brasileiro, tem menos de dois dígitos, tem 7% de aprovação! Isso revela a indignação do povo brasileiro, que vai ficar mais indignado também com aqueles que votarem para aumentar imposto, às vésperas de o povo ir para a rua, pacificamente, não tenho dúvida, pacificamente, para dizer que não aguenta mais. Chega de corrupção!

*Durante o discurso do Sr. Domingos Sávio, o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Quero chamar os Deputados do PSDB para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Com a palavra S.Exa.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – É Líder, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT) – Quero convocar os Deputados do PSDB para votarem.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/PMDB-MA) – Sr. Presidente, o Líder está na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Deputado Sibá Machado, que é meu amigo muito querido, já falou como Líder.

Com a palavra S.Exa.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Desculpe-me, Senador.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP) – Deputado Sibá.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, peço apenas um esclarecimento. Primeiro, no mês que vem...

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Só Líder...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Sr. Presidente, dê-me 1 minuto de sua atenção.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Encerre a votação!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – Eu asseguro a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Com a palavra S.Exa.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP) – Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Líder Sibá Machado, V.Exa. poderá falar logo em seguida. Faltam ainda alguns minutos para encerrarmos a votação.

Eu gostaria de fazer um comentário sobre esta noite, meus caros colegas, uma noite que trouxe algumas alegrias à Presidente Dilma Rousseff. Ela teve vitórias parlamentares. Muitos dos seus vetos — todos até agora

— foram mantidos. Mas ela também teve um dissabor: a comunicação de uma pesquisa em que seu prestígio popular desaba a níveis nunca antes atingidos, mais profundos do que o pré-sal.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ) – Cadê a pesquisa? Queremos ver.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB-SP) – Os Srs. são Congressistas da Situação. Calma!

Uma vitória parlamentar contra o sentimento popular é uma vitória de Pirro, que se esboroa, que não tem solidez. Como disse o nosso querido Esperidião Amin, é uma aparência de solidez que se desmancha no ar.

A Presidente Dilma Rousseff está colhendo aquilo que plantou, e não apenas ela, o seu antecessor também, porque, não nos esqueçamos, não nos iludamos, a consequência — o PT é o queridinho do capital financeiro, meu amigo, é um partido neoliberal (*palmas*) —, a consequência do descalabro, da falta de planejamento, da corrupção, levou a resultados que hoje amarram os movimentos do nosso País como numa camisa de força. Crise fiscal; um déficit nominal de mais de 6% do PIB; desequilíbrio externo; desindustrialização!

Meu caro Senador Fernando Bezerra Coelho, que abordou tão bem esse tema aqui, hoje, a participação da indústria brasileira no PIB é equivalente ao nível que ela tinha em 1946. Este é o resultado: a ruína da PETROBRAS, o saque predatório aos fundos de pensão. Tudo isso levou a um resultado que não é com esse ajuste fiscal improvisado, que não ajusta nada, porque aquilo que se tira com uma mão se dá com a outra, aumentando a taxa de juros... Isso não vai levar a nada. Não há nenhuma perspectiva. Não há liderança. Não há Governo. A rigor, basta que nos recordemos daqueles 16 minutos patéticos da Presidente Dilma Rousseff na televisão: um discurso escapistas, falso, um discurso em que repetia, como comida requentada, promessas de campanha eleitoral que nunca se realizaram. Esta é a situação em que estamos.

Com esse ajuste fiscal — refiro-me agora ao Imposto de Renda, que foi apresentado aqui por Congressistas do Governo como sendo o suprassumo da progressividade em matéria de Imposto de Renda. Convenhamos! A faixa de renda que será, digamos assim, contemplada — para usar esse verbo —, com um reajuste de apenas 4,5% é a faixa que ganha 4.200 reais. Seriam esses os nababos que o PT quer penalizar com a sua tabela progressiva do Imposto de Renda?

Ora, convenhamos! (*Manifestação no plenário.*) Convenhamos! O fato, senhores, é que, diante dos ajustes da negociação feita pelo Governo com a sua base, da qual nós participamos... (*Manifestação no plenário.*) Silêncio! Ouçam-me em silêncio, Senadores e Deputados! Essa correção, depois de ter sido devidamente descartada, no entendimento entre o Joaquim Levy e a base governista, sabem quanto vai representar? Um bilhão. O que é 1 bilhão? Apenas o Pedro Barusco confessou que ele desviou para si 100 milhões de dólares, e para o PT, 200 milhões de dólares. Convertam isso ao câmbio de hoje, e dará 1 bilhão de reais.

Os senhores estão castigando o povo brasileiro por uma importância equivalente a 1 Barusco. Nós vamos introduzir essa nova moeda de conta no Brasil. É 1 Barusco. É 1 Barusco esse ajuste fiscal de Imposto de Renda!

Srs. Senadores, não sucumbamos a uma moléstia que já foi apontada por um autor de preferência do nosso querido Esperidião Amin, Karl Marx: o ceticismo parlamentar. Ceticismo parlamentar é uma doença que acomete aqueles Parlamentares que se esquecem de que o mandato deles vem do povo. Ceticismo parlamentar é isso. É desconhecer que a fonte do poder não está aqui dentro, está lá fora. As ruas vão manifestar, com ênfase, democraticamente, com força e com indignação. E se os senhores não se desvincularem da sabujice que os faz votar pela manutenção do voto, serão arrastados com a Presidente Dilma, junto com ela, para as profundezas da impopularidade e da traição nacional. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Sibá Machado, com a palavra V.Exa.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, faço um pedido de esclarecimento. Eu entendi que as minhas falas, até então, estavam dentro da discussão da matéria, não como Líder. Se houve isso, eu não entendi. E, ainda, meu nome foi citado. Então estou recorrendo também ao art. 14 do Regimento Comum. É por isso que eu estou aqui nesta tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC) – Por fim, todos os Líderes que estavam falando são da Oposição, e o debate está muito forte.

Eu queria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, tratar desta matéria, mas é bom repor algumas coisas. Primeiro fato: sobre aquela história dos trens de São Paulo, um diretor da Siemens acusou fortemente lideranças do PSDB, e foi duramente rechaçada esta pessoa. E, por fim, até o processo da investigação foi recusado.

Naquele momento, foram dadas como verdade a postura e a palavra do PSDB. Não há, em nenhum momento, uma única palavra, um único documento que comprove o envolvimento do meu partido, o PT, com o Sr. Barusco. (*Manifestação no plenário.*) Aliás, corrupto assumido! Corrupto assumido! E ele começou a sua tecnologia no ano de 1997, como ele mesmo disse — como ele mesmo disse!

Então, Sr. Presidente, a nossa preocupação aqui é que, em primeiro lugar, lá na Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill, Presidente da Inglaterra, já dizia (*manifestação no plenário*) que entre a opinião pública e a opinião publicada existe uma grande diferença. E essa grande diferença foi usada por marqueteiros ao longo da história dizendo: “*Diga uma mentira várias vezes, e ela valerá como uma verdade*”.

Então, a primeira inverdade que foi dita aqui: duas Lideranças — uma do DEM e outra do PSDB — vêm à tribuna para falar de uma pesquisa e não apresentam a fonte. Não se pode vir à tribuna desta Casa falar sobre uma situação como essa sem citar uma fonte. Onde foi que nasceu a história dessa pesquisa? Já sei: num comentário de Merval Pereira na CBN. E isso vale aqui como uma verdade? Não podemos aceitar!

A segunda: vir falar mal da tabela do Imposto de Renda? Sr. Presidente, de 2005 até agora, nós corrigimos a tabela do Imposto de Renda em 4 percentuais acima da taxa da inflação. Foi 65% o aumento da inflação, e 69% o ganho na mexida na tabela do Imposto de Renda, desde o primeiro mandato do Presidente Lula. Então, vamos discutir as coisas direito!

Eu tenho aqui outra tabela. E vem-se dizer que há sobrecarga de tributos no Brasil? Vejam a situação de uma série de países comparados ao Brasil. Olhem a taxa brasileira mais baixa, que é de 7,5%, e a mais alta, que é de 27,5%, e comparem com as de outros países, como é o caso da Bélgica, que chega a tirar 50% da margem dos mais ricos! Aqui nós estamos falando de 27,5%.

Eu não posso concordar quando o Líder do DEM vem a esta tribuna dizer que se está tirando dinheiro da classe trabalhadora. Nós estamos separando muito bem o joio do trigo; a classe trabalhadora está sendo beneficiada, Sr. Presidente. Os 6,5% da tabela são para quem ganha menos. Como disse aqui a Líder do PCdoB: quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos. E aumenta-se a taxa de isenção de 1.750 reais para 1.950 reais. Então, vamos propor aqui um debate de alto nível. Temos de trazer aqui um debate de alto nível.

Por fim, Sr. Presidente, o que mais me assusta é que, após o debate que nós fizemos, os vetos estão todos sendo mantidos. E agora, desculpe-me o Senador Aloysio Nunes, dizer que a matéria de amanhã será uma informação dada pelo Merval? É isso o que os jornais vão publicar? Porque, se os jornais brasileiros transformarem em notícias de amanhã as palavras de Merval Pereira, sinceramente eu digo que eles estão andando de lado, como anda o caranguejo, e fazendo a contrainformação, dizendo que isso é notícia. Eu não acredito nisso!

Portanto, a votação do Orçamento hoje é para pôr o País para a frente.

Vamos superar a crise! Viva o povo brasileiro, que escolheu o Presidente Lula, a Presidenta Dilma para governarem bem!

(Apupos no plenário.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado: “sim”: 208; “não”: 239; “abstenções”: 3.

Mantido na Câmara, o veto deixa de ser submetido ao Senado Federal e será feita a devida comunicação à Presidente da República.

(Manifestação no plenário.)

*O resultado da votação encontra-se publicado no Suplemento “B” ao presente diário. (Vide item 5.2 do Sumário).*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Chega-nos a informação de que há um acordo dos Líderes partidários no sentido de que nós deixemos a votação do Orçamento Geral da União de 2015 para a próxima terça-feira. É essa consulta que eu gostaria de fazer à Casa. (Pausa.)

É a seguinte a matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão conjunta:

## ITEM 11 PROJETO DE LEI N° 13, DE 2014-CN

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei nº 13, de 2014-CN, de autoria do Presidente da República, que Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Cumprida a finalidade da sessão, eu queria, antes de encerrá-la, comunicar aos Líderes, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que há sobre a mesa um projeto para o qual, chega-nos também a informação, já há acordo.

Trata-se do Projeto de Resolução nº 2, de 2015, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre a representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL, sua composição e sua organização".

Eu coloco este PRN na pauta do Congresso Nacional de terça-feira.

É o seguinte o projeto, na íntegra:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2015-CN

*Dispõe sobre a Representação  
Brasileira no Parlamento do Mercosul,  
sua composição e organização.*

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 2011-CN, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º Estabelecidas as representações previstas no art. 7º desta Resolução, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no prazo dez dias, os nomes que integrarão a Representação Brasileira para mandato na 55ª Legislatura.

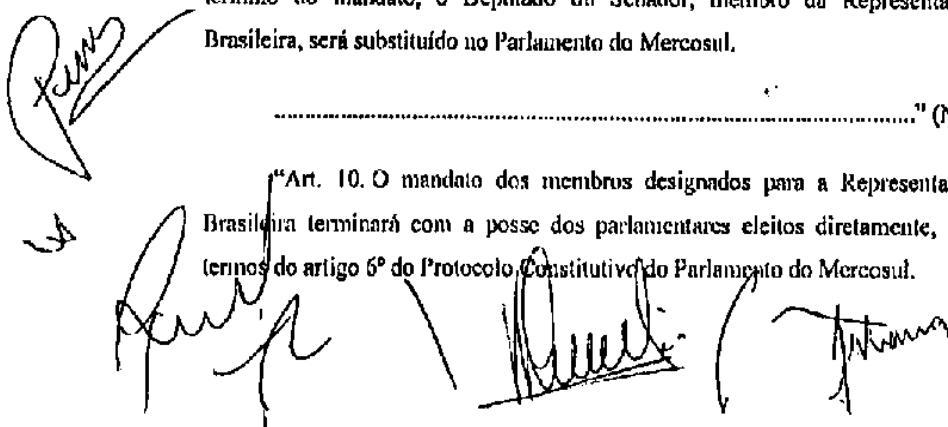
§1º A partir da 56ª Legislatura, após a fixação da proporcionalidade partidária pela Mesa do Congresso Nacional, haverá nova designação de representantes para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

§ 2º Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das lideranças, o Presidente do Congresso fará as respectivas designações". (NR)

"Art. 9º Em caso de falecimento, renúncia, afastamento, impedimento ou término do mandato, o Deputado ou Senador, membro da Representação Brasileira, será substituído no Parlamento do Mercosul.

....." (NR)

"Art. 10. O mandato dos membros designados para a Representação Brasileira terminará com a posse dos parlamentares eleitos diretamente, nos termos do artigo 6º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.



*Parágrafo único.* Não sendo realizadas as eleições previstas no *caput*, as lideranças dos partidos indicarão, dentre os membros de suas bancadas no Congresso Nacional, os parlamentares que comporão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul até o prazo previsto na normativa comum". (NR)

"Art. 16. A instalação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ocorrerá até o décimo dia após sua designação". (NR)

Art. 2º Na Resolução nº 1, de 2011-CN, substitua-se, onde couber, a referência à Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 28, de 2010, por "Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 11, de 2014".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

The image shows several handwritten signatures in black ink, some with accompanying initials or titles like "Sen. Presidente" and "Sen. Vice-Presidente". Below these signatures is a rectangular stamp with the following text:  
Senado Federal  
Protocolo Legislativo  
PRN nº 2 / 2015  
Fls. 02

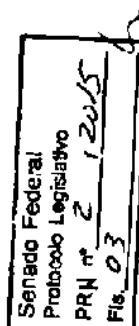
## JUSTIFICATIVA

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal decidiram pela aprovação do anteprojeto de resolução que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competência", nos termos da minuta encaminhada pela Secretaria daquele Colegiado, acompanhada de documento intitulado Nota da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Segundo o documento supracitado, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul é atualmente o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul, assumindo o papel de braço legislativo nacional do bloco regional, antes desempenhado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Em 2007, o Congresso Brasileiro aprovou a Resolução nº 1-CN, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (PCPM), que dispôs sobre a composição, organização e competências da Representação, de acordo com estabelecido nas Disposições Transitórias Primeira, Segunda e Terceira do PCPM.

Até 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido na Disposição Transitória Primeira do PCPM, a Representação Brasileira foi composta por 18 parlamentares, sendo 9 senadores, 9 deputados, e igual número de suplentes, indicados no início da antiga legislatura, obedecendo ao critério da proporcionalidade partidária adotado nas duas Casas do Legislativo Nacional.

Em 28 de abril de 2009, de acordo com a Disposição Transitória Segunda do PCPM, foi aprovado por unanimidade pelos parlamentares do Bloco o Acordo Político para a Consolidação do Mercosul e Propostas Correspondentes, que prevê uma proporcionalidade atenuada, contemplando com 37 vagas o Brasil, 26 a Argentina, 18 o Paraguai e 18 o Uruguai. Em 18 de outubro de 2010, em sessão extraordinária, o Conselho do Mercado Comum referendou o Acordo Político pela Decisão 28/2010.



Two handwritten signatures are placed over the stamp. One signature is on the left, appearing to begin with 'M' and end with 'el'. The other signature is on the right, appearing to begin with 'R' and end with 'm'.

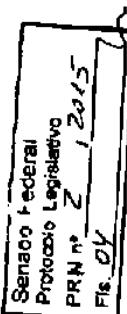
Segundo a Disposição Transitória Terceira do PCPM, até que sejam regulamentadas as eleições diretas, prevalece a designação feita entre os legisladores detentores de mandato eletivo, observando o critério da proporcionalidade partidária.

Com fundamento na Decisão CMC nº18/2011, que prorrogou a primeira etapa de transição até 31/12/2014, o Congresso Nacional aprovou a Resolução nº 01/2011-CN.

Os critérios para a habilitação de cidadãos que desejam concorrer às eleições diretas do parlamento regional estão estipulados no art. 11 do PCPM. O Paraguai já elegeru, em 2008 e 2012, pelo voto direto, os dezoito parlamentares que o representam no parlamento regional, em obediência ao que determina o PCPM. A Argentina aprovaru a Lei nº 27.120/14, que modifica o Código Eleitoral e regulamenta as eleições diretas para o Parlamento do Mercosul. Brasil e Uruguai ainda definirão os seus respectivos processos eleitorais.

No caso do Brasil, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.279/2009, de autoria do Deputado Carlos Zarattini e no Senado Federal os Projetos de Lei do Senado nº 126/2011, de autoria do Senador Lindbergh Faria e nº 358/2013, de autoria do Senador Roberto Requião, que regulamentam as eleições diretas para o Parlamento do Mercosul.

Na atual Legislatura, o Congresso Nacional necessita aprovar uma nova resolução, dispondo sobre a composição e organização da Representação Nacional, dentro do estabelecido pelo Protocolo Constitutivo do Parlamento e pelo citado Acordo Político, a fim de proceder à indicação dos novos membros que integrarão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de acordo com a Decisão CMC nº 11/2014 que prorroga a primeira etapa de transição do Parlamento do Mercosul até 31/12/2020.



Sala de Sessões, em

2015.

ssões, em de  
2015.  
  
Renato Novais

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 2 , DE 2015 – CN**

*Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição e organização.*

O Congresso Nacional resolve:

**Art. 1º** A Resolução nº 1, de 2011-CN, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º Estabelecidas as representações previstas no art. 7º desta Resolução, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no prazo dez dias, os nomes que integrarão a Representação Brasileira para mandato na 55ª Legislatura.

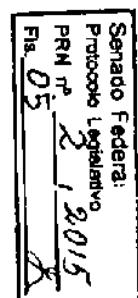
**§1º** A partir da 56ª Legislatura, após a fixação da proporcionalidade partidária pela Mesa do Congresso Nacional, haverá nova designação de representantes para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

**§ 2º** Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das lideranças, o Presidente do Congresso fará as respectivas designações”. (NR)

“Art. 9º Em caso de falecimento, renúncia, afastamento, impedimento ou término do mandato, o Deputado ou Senador, membro da Representação Brasileira, será substituído no Parlamento do Mercosul.

.....” (NR)

“Art. 10. O mandato dos membros designados para a Representação Brasileira terminará com a posse dos parlamentares eleitos diretamente, nos termos do artigo 6º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.



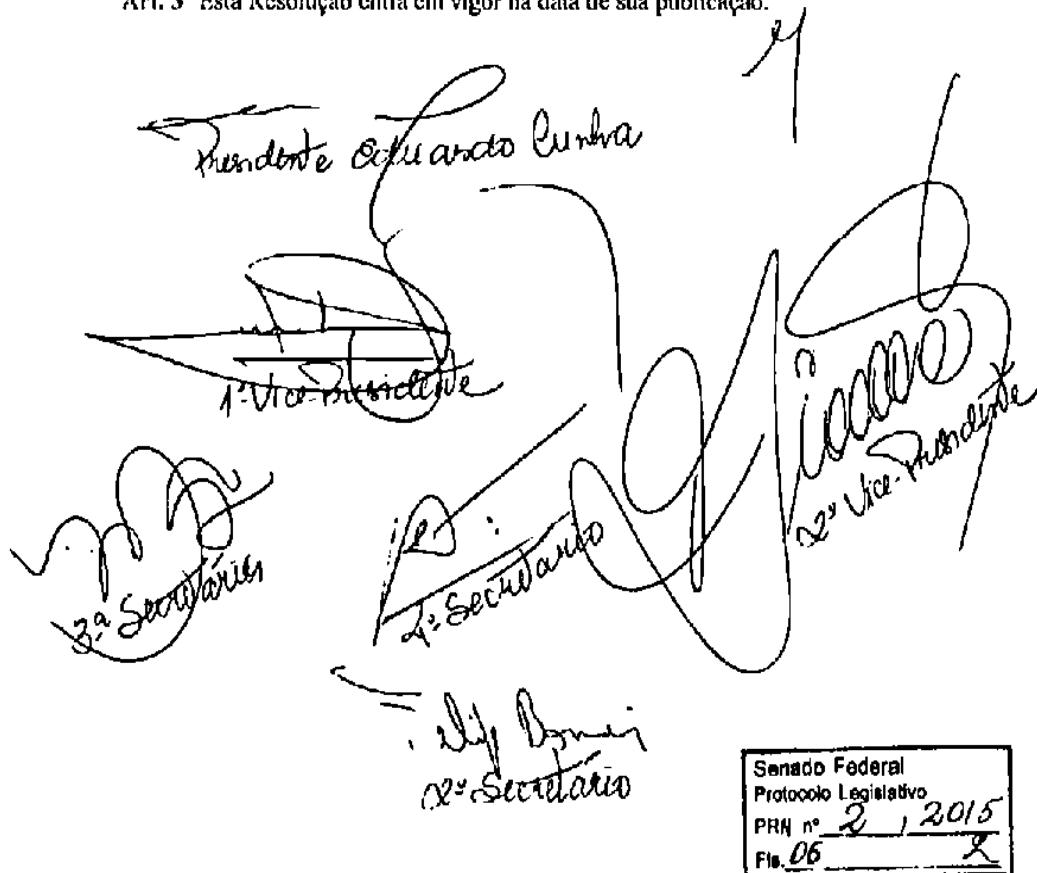
*(Handwritten signatures of the members involved in the process, including the author and witnesses.)*

*Parágrafo único.* Não sendo realizadas as eleições previstas no *caput*, as lideranças dos partidos indicarão, dentre os membros de suas bancadas no Congresso Nacional, os parlamentares que comporão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul até o prazo previsto na normativa comum". (NR)

"Art. 16. A instalação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul ocorrerá até o décimo dia após sua designação". (NR)

Art. 2º Na Resolução nº 1, de 2011-CN, substitua-se, onde couber, a referência à Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 28, de 2010, por "Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 11, de 2014".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



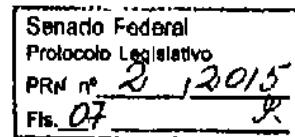
## JUSTIFICATIVA

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal decidiram pela aprovação do anteprojeto de resolução que “Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competência”, nos termos da minuta encaminhada pela Secretaria daquele Colegiado, acompanhada de documento intitulado Nota da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Segundo o documento supracitado, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul é atualmente o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul, assumindo o papel de braço legislativo nacional do bloco regional, antes desempenhado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Em 2007, o Congresso Brasileiro aprovou a Resolução nº 1-CN, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (PCPM), que dispõe sobre a composição, organização e competências da Representação, de acordo com estabelecido nas Disposições Transitórias Primeira, Segunda e Terceira do PCPM.

Até 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido na Disposição Transitória Primeira do PCPM, a Representação Brasileira foi composta por 18 parlamentares, sendo 9 senadores, 9 deputados, e igual número de suplentes, indicados no início da antiga legislatura, obedecendo ao critério da proporcionalidade partidária adotado nas duas Casas do Legislativo Nacional.

Em 28 de abril de 2009, de acordo com a Disposição Transitória Segunda do PCPM, foi aprovado por unanimidade pelos parlamentares do Bloco o Acordo Político para a Consolidação do Mercosul e Propostas Correspondentes, que prevê uma proporcionalidade atenuada, contemplando com 37 vagas o Brasil, 26 a Argentina, 18 o Paraguai e 18 o Uruguai. Em 18 de outubro de 2010, em sessão extraordinária, o Conselho do Mercado Comum referendou o Acordo Político pela Decisão 28/2010.



Segundo a Disposição Transitória Terceira do PCPM, até que sejam regulamentadas as eleições diretas, prevalece a designação feita entre os legisladores detentores de mandato eletivo, observando o critério da proporcionalidade partidária.

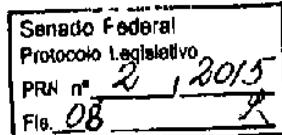
Com fundamento na Decisão CMC nº18/2011, que prorrogou a primeira etapa de transição até 31/12/2014, o Congresso Nacional aprovou a Resolução nº 01/2011-CN.

Os critérios para a habilitação de cidadãos que desejam concorrer às eleições diretas do parlamento regional estão estipulados no art. 11 do PCPM. O Paraguai já elegera, em 2008 e 2012, pelo voto direto, os dezoito parlamentares que o representam no parlamento regional, em obediência ao que determina o PCPM. A Argentina aprovou a Lei nº 27.120/14, que modifica o Código Eleitoral e regulamenta as eleições diretas para o Parlamento do Mercosul. Brasil e Uruguai ainda definirão os seus respectivos processos eleitorais.

No caso do Brasil, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.279/2009, de autoria do Deputado Carlos Zaratini e no Senado Federal os Projetos de Lei do Senado nº 126/2011, de autoria do Senador Lindbergh Faria e nº 358/2013, de autoria do Senador Roberto Requião, que regulamentam as eleições diretas para o Parlamento do Mercosul.

Na atual Legislatura, o Congresso Nacional necessita aprovar uma nova resolução, disponda sobre a composição e organização da Representação Nacional, dentro do estabelecido pelo Protocolo Constitutivo do Parlamento e pelo citado Acordo Político, a fim de proceder à indicação dos novos membros que integrarão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de acordo com a Decisão CMC nº 11/2014 que prorroga a primeira etapa de transição do Parlamento do Mercosul até 31/12/2020.

Sala de Sessões, em de 2015.



(À publicação.)

**DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO REGIMENTO COMUM.**

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (Bloco/PRB-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, duas datas neste mês marcam a história da relação de consumo. O dia 15 de março foi instituído, em 1962, pelo então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, como o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor. O dia 11 de março, por sua vez, marca a trajetória no Brasil. São 24 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, criado em setembro de 1990, através da Lei 8.078 e entrando em vigor seis meses depois.

Nada mais oportuno, portanto, para que se faça uma reflexão sobre os avanços e os desafios da norma que veio estabelecer direitos e obrigações para consumidores e fornecedores e, assim, evitar qualquer tipo de prejuízo. A lacuna existente nas relações de consumo foi parcialmente preenchida. Hoje, o cidadão está mais consciente de seus direitos e as empresas se adequando, mesmo que sob pressão, ao CDC.

A grande conquista do Código é ter conseguido se firmar como a maior ferramenta do consumidor para o equilíbrio econômico do mercado. Lembro bem que o primeiro conflito do cidadão, logo que o CDC foi criado, era com a questão da informação da rotulagem, principalmente dos alimentos, com relação à data de validade e à composição. Os rótulos mudaram. À mesma época, surgiram melhorias nas áreas de prestação de serviço. As novas regras do comércio eletrônico, que asseguram o direito do arrependimento da compra e a devolução do item são uma realidade, da mesma forma que o Portal do Consumidor, site criado para reunir queixas e soluções, que conta com 220 empresas e 73 mil usuários cadastrados.

Como se pode observar, as conquistas são feitas no dia a dia e o mais importante é que o Código de Defesa do Consumidor traz informação ao público. Qualquer relação de consumo, para ter equilíbrio precisa da informação para que o cidadão saiba o que quer e decida corretamente pela compra. Com o CDC, ele pode exigir seus direitos, tanto nos Procons quanto na Justiça. E todas essas instâncias usam o Código de Defesa do Consumidor para fazer com que as empresas trabalhem dentro da lei.

A legislação está aí para ajudar a equilibrar esse sistema. O CDC não tem que mudar. Temos sim que complementá-lo, a partir do surgimento de novas demandas. O que se faz necessário é criar legislações paralelas e atualizá-lo.

Já tive a oportunidade de aqui dizer que, no meu mandato anterior, fui vice-presidente da Comissão de Direito do Consumidor. Agora, no atual, já integro esse grupo, e como advogado especializado nesta área, novamente estou pronto para atuar firmemente na solidificação deste instrumento imprescindível na luta pela qualidade vida, pela dignidade e pela construção de uma sociedade mais justa.

Por isso mesmo, vou trabalhar, incansavelmente, para que propostas importantes saiam do papel e passem a ter a força da lei. Cito, como exemplo, a devolução imediata de produtos considerados essenciais, a fiscalização efetiva dos serviços públicos e o reforço dos Procons. Estes pontos compõem o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), que quase dois anos depois de lançado, não teve qualquer avanço. A lista de produtos, que deveria ter sido publicada 30 dias após a criação do Plano, ainda não está pronta; a qualidade dos serviços públicos continua deixando a desejar; e o projeto de lei (5.196/2013) que fortalece os Procons e altera o Código de Defesa do Consumidor está parado no Congresso. Também não deslanchou a proposta de um banco de dados sobre acidentes causados por produtos e serviços.

Faltam engajamento e atuação conjunta de ministérios e órgãos públicos. Falta entendimento entre os setores. As agências reguladoras têm cada uma seus indicadores de qualidade e controle. É fundamental aperfeiçoar a fiscalização e punir devidamente as empresas, se for o caso.

Na condição de integrante da Comissão de Defesa do Consumidor também planejo desengavetar projetos que apresentei no meu mandato anterior e que considero de extrema relevância para somar ao Código de Defesa do Consumidor. Um deles estabelece prazo de 10 dias para que o cidadão seja resarcido por valores pagos indevidamente. Outro, dobra a pena prevista para os casos de publicidade enganosa ou abusiva quando ela for dirigida à criança. Também são de minha autoria, o projeto que estabelece a prorrogação da data de vencimento de boletos de cobrança em período de greve bancária e a proposta que obriga empresas que vendem serviços por telefone, a disponibilizarem aos clientes a possibilidade de cancelamento automático do serviço também por telefone, sem intervenção pessoal.

Continuo a defender, ainda, a qualificação para o exercício consciente do papel social de consumidor, através da inserção da Educação para o Consumo, na grade curricular das escolas.

Gostaria de encerrar, enfatizando que os avanços são louváveis, mas ainda há um longo caminho a percorrer. E para que todos consigam defender seus interesses é fundamental que cada um de nós estejamos atentos. O importante é não deixar brecha, muito menos espaço para que o cidadão seja lesado. É com empenho e determinação que estaremos contribuindo para melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros. No momento, em que o Código de Defesa do Consumidor completa 24 anos de vigência é importante destacar: retrocesso, nunca. Avanços, sempre.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 22 horas e 49 minutos.)*

## Ata da 6ª Sessão Conjunta (Solene), em 11 de março de 2015

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros, e das Sras Ângela Portela, Luciana Santos e Lídice da Mata*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 42 minutos e encerra-se às 17 horas e 31 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Já compomos a Mesa eu; a Senadora Ângela Portela, que é a Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e 4ª Secretária do Congresso Nacional; a Senadora Vanessa Grazziotin, que é Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal; a 3ª Secretária do Congresso Nacional, Deputada Mara Gabrilli, que representa nesta solenidade a Câmara dos Deputados; a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci.

Tenho a honra e a satisfação de convidar, para compor a Mesa, a Ministra Ideli Salvatti. (*Palmas.*)

Convido também, para compor a Mesa, a Deputada Federal e ex-Governadora Benedita da Silva. (*Palmas.*)

Convido também, para compor a Mesa, a Senadora Sandra Braga. (*Palmas.*)

E, com muita satisfação, convido para compor a Mesa a Senadora Lídice da Mata. (*Palmas.*)

Convido também, com satisfação, para compor a Mesa, a Ministra Nilma Lino Gomes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. (*Palmas.*)

Esta sessão solene do Congresso Nacional é destinada a comemorar, como disse, o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instituído pela Resolução nº 2, de 2011, destina-se a agraciar mulheres que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero. O nome da premiação, como todos sabem, é uma homenagem à ex-Deputada Federal Bertha Maria Júlia Lutz, líder na luta pelos direitos políticos das mulheres, que se empenhou pela aprovação da legislação que deu a elas o direito de votar e de serem votadas.

Com muita satisfação, agradeço a presença de todas e de todos.

Registro o comparecimento da Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, Elcione Barbalho; da Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, Deputada Jô Moraes; de Dom Roque Paloschi, Bispo de Roraima; da Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Eunice Carvalhido; e das agraciadas com o Prêmio Bertha Lutz:

Sra Clara Maria de Oliveira Araújo, antropóloga, socióloga, professora e pesquisadora (*Palmas.*); Sra Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (*Palmas.*); Sra Ivanilda Pinheiro Salucci, educadora social em Roraima (*Palmas.*); Sra Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Presidente do Superior Tribunal Militar (*Palmas.*); Sra Mary Garcia Castro, professora universitária, pesquisadora na Bahia e doutora em sociologia (*Palmas.*).

Informo a todos que será prestada homenagem, *in memoriam*, à Sra Débora Martins Bonafé dos Santos, psicóloga reconhecida na cidade de Taubaté, São Paulo, representada nesta solenidade por sua mãe, a Sra Claudinéa Martins Bonafé. (*Palmas.*)

Convido a todos e a todas para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Registro também, com satisfação, a presença da Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, Marise Ribeiro Nogueira.

Ex<sup>ma</sup> Deputada Federal Mara Gabrilli, que representa nesta oportunidade a Câmara dos Deputados; Senadora Ângela Portela, que é a Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, integrante da

Mesa do Senado Federal e 4ª Secretária da Mesa do Congresso Nacional; Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, Senadora Vanessa Grazziotin; Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, eu quero, cumprimentando a Ideli, cumprimentar a Ministra Eleonora Menicucci, que é Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e cumprimentar também a Ministra Nilma Lino Gomes, que é Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

O Diploma Bertha Lutz, que a cada ano conferimos àquelas personalidades que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres, é um tributo que o Senado Federal presta à causa feminina e às questões de gênero.

Como sabemos, Bertha Lutz foi uma das pioneiras da luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres em nosso País. Foi também responsável pela criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que tinha como principal bandeira a luta pela extensão de direito de voto às mulheres. Ao assumir uma cadeira de Deputada na Câmara Federal, defendeu mudanças na legislação referente ao trabalho da mulher e dos menores de idade, tendo proposto a igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas.

A sua vida de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres justifica e engrandece a iniciativa do Senado Federal e do Congresso Nacional em instituir o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que neste ano chega à sua décima quarta edição.

Muito me honra, como disse, presidir esta sessão que, além de homenagear personalidades, é também simbólica do engajamento do Senado na luta das mulheres pela igualdade de direitos. Ainda na semana passada, comemoramos a aprovação do projeto de lei do Senado que alterou o Código Penal e incluiu o feminicídio na lista de homicídios qualificados e o colocou entre os crimes hediondos, e criamos a Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher. Criamos e instalamos a Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher. (*Palmas.*)

Este ano, especialmente, as agraciadas com o Diploma Bertha Lutz, mais do que a homenagem que agora prestamos, merecem a nossa admiração.

Em primeiro lugar, eu gostaria de me referir a Débora Martins Bonafé dos Santos, a quem, em memória, hoje homenageamos. Durante toda a sua vida, como psicóloga, participou de várias iniciativas de apoio aos direitos das crianças e adolescentes, ministrando cursos de atualização para operadores de Direito e dando apoio à população mais carente. O diploma que hoje lhe concedemos postumamente é motivo de orgulho para todos nós.

Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, é prova cabal do que disse. Tendo começado a trabalhar em casa de família aos 10 anos de idade, somente aos 16 teve a oportunidade de ser alfabetizada. O primeiro salário recebeu tão somente aos 21 anos, quando finalmente teve sua carteira assinada. Desde então, tem se dedicado com afinco à luta contra a exploração do trabalho infantil e a violência física e psicológica contra as mulheres, especialmente contra as mulheres negras e pobres.

Creuza destacou-se nacionalmente nos esforços pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Em 2013, por ocasião da promulgação da emenda constitucional que ampliou os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, tive a honra de tê-la, nesta Mesa do Senado Federal, como nossa convidada especialíssima.

Outra agraciada é a Doutora em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutora pela Universidade de Cambridge, Clara Maria de Oliveira Araújo. Durante seus tempos de estudante, foi a primeira presidente mulher da União Nacional dos Estudantes. (*Palmas.*)

Durante toda sua vida profissional, tem coordenado e participado de estudos sobre questões de gênero, sobre família, trabalho e participação feminina na política. A inclusão de seu nome entre as agraciadas pelo Bertha Lutz muito honra a todos nós.

Mary Garcia Castro, professora universitária aposentada e pesquisadora, é outra personalidade que temos a honra de agraciar com a comenda Bertha Lutz. Graduada e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, tornou-se Doutora em Sociologia na Universidade da Flórida, Pós-Doutora pela Universidade de Nova York e ainda pela Universidade Estadual de Campinas. Na sua vida profissional, desenvolveu várias pesquisas sobre mulheres latino-americanas nos Estados Unidos, tendo participado de vários fóruns internacionais sobre direitos humanos das mulheres.

A Ministra Presidente do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, é outra agraciada pelo Bertha Lutz que também muito nos honra. Especialista em Direito Constitucional, Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica de Lisboa e Doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi a primeira mulher nomeada Ministra para o Superior Tribunal Militar, em

2007. É também autora de vários livros e artigos científicos, atuando ainda como professora em vários cursos de pós-graduação.

A educadora social Ivone Salucci também compõe o rol das agraciadas do Bertha Lutz deste ano. Com forte presença na luta pelos direitos sociais em Roraima, participou da fundação do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente daquele Estado e, ainda, do Centro Socioeducativo que atua na recuperação de adolescentes em conflito com a lei. Coordenou várias pesquisas em Roraima sobre exploração sexual, tráfico para fins sexuais, e sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Sua atuação no campo social é exemplo, para toda a sociedade, de abnegação e crença no ser humano.

Outra das homenageadas é a Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármén Lúcia Antunes Rocha. Em função da coincidência de horário da sessão do Supremo Tribunal Federal, vamos marcar outra sessão especial para, a exemplo do que fazemos hoje, homenagearmos também, aqui no Senado Federal, a nossa querida Ministra Cármén Lúcia. S. Ex<sup>a</sup> vem muito a esta Casa, esteve recentemente participando de uma sessão temática quando discutimos a reforma política. Ela, que é Ministra do Supremo Tribunal Federal, que foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em todos os momentos em que é chamada a esta Casa, tem nos prestigiado com a sua participação e, sobretudo, com uma vigorosa inspiração nos debates que aqui temos. Eu me comprometi com a Senadora Vanessa para, logo mais, marcarmos, com a Ministra Cármén Lúcia, um dia para fazermos a homenagem a S. Ex<sup>a</sup>, como fazemos hoje aqui.

A trajetória de vida e a obra de cada uma de vocês nos dão a esperança de que um dia melhor, com relação à questão de gênero, chegará ao nosso País. E para que muitas outras sigam o exemplo de vocês na defesa dos direitos das mulheres é que o Senado Federal hoje as homenageia com o Diploma Bertha Lutz.

Eu vou passar a Presidência, a condução desta sessão de homenagem, que muito nos honra, à Senadora Ângela Portella, que é Presidente do nosso Conselho, para que ela possa dar continuidade à sessão de homenagem e possa conferir, em nome de todos nós, o prêmio, o Diploma Bertha Lutz, em homenagem a uma vida de trabalho de todas vocês.

Senadora Ângela, por favor. (*Palmas.*)

*O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra Ângela Portela, 4ª Secretária.*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Convido, para fazer parte da Mesa, a Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Dando continuidade a esta sessão solene, convido a Deputada Mara Gabrilli para fazer uso da palavra, representando a Câmara dos Deputados.

**A SR<sup>a</sup> MARA GABRILLI** (PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todas.

Eu gostaria de parabenizar a todas as mulheres exemplo, referência para todos nós, que recebem este prêmio hoje. Eu estou aqui hoje representando a Câmara Federal, por ser mulher, por ser uma mulher com deficiência, que não tem movimento do pescoço para baixo, e gostaria de pedir autorização aqui para as Senadoras para dar um espaço, dar voz a uma mulher brasileira. Eu queria ler uma carta de uma mulher brasileira que faz um apelo ao Brasil; queria dar voz a essa mulher, já que eu estou aqui representando tantas mulheres neste País.

Meu nome é Flavia Harpaz, sou brasileira, mãe, mulher e luto pelos direitos da minha filha desde 2010. Antes de começar a leitura desta carta, gostaria que todos entendessem que meu principal objetivo é o bem-estar e a saúde mental, física e psicológica de minha filha, Samantha [...], brasileira nata, filha de brasileiros natos, nascida nos Estados Unidos.

Samantha é uma criança brasileira de [...] 7 anos. Está crescendo, formando seu caráter. É uma menina linda, saudável, bem tratada, inteligente e, apesar de tudo, muito feliz. Ela tem tudo para continuar sendo uma menina muito feliz.

Vocês vão entender por que estou lendo esta carta.

No Brasil, tem mãe, pai, avós, tios, primos [e amigos]. Ela tem uma família. No entanto, hoje, a imagem que ela tem de família é algo despedaçado. Ainda dá tempo de ela mudar essa imagem. Ela pode ter tudo isso, sem ter que se separar de um dos lados.

Samantha vive na cidade em que eu e o pai dela nascemos e crescemos: [...] no Rio de Janeiro. Estudava na escola em que nós dois estudamos, frequentando os mesmos lugares que frequentamos quando crianças, [...].

No entanto, uma disputa judicial emergiu sobre o futuro de minha filha. Discorro, aqui, sobre a Convenção de Haia, adotada pelo Brasil, que está sendo utilizada, no meu caso, pelo pai da minha filha, para tentar levá-la de volta aos Estados Unidos, sendo que, tanto eu quanto ele, somos brasileiros! Então, por que – eu me pergunto –, por que ela precisa viver no meio dessa confusão, disputa judicial, se tudo pode ser diferente?

Fui casada com seu pai, Maurício, brasileiro [...]. Fomos morar [juntos] nos Estados Unidos [...]. Contudo, quando Samantha tinha 9 meses, um divórcio conflituoso e complicado se iniciou [...]. Na época, inclusive, existia um processo [...] correndo no Brasil [...].

O pai de Samantha, meu ex-marido, foi se tornando [...] abusivo, [agressivo] e violento com o passar dos meses. Após várias ocorrências policiais e incidentes, consegui, na Justiça americana, uma Ordem de Proteção contra meu ex-marido, algo equiparado à Lei Maria da Penha aqui no Brasil.

Maurício foi retirado de casa por força policial devido à medida protetiva que, de fato, protegia a mim, mulher, e a nossa família. E, a partir daí, só pôde visitar Samantha com acompanhamento de escolta policial.

Alguns meses depois, já desesperada e sozinha, passando por grave situação emocional e financeira, eu, Flavia, ganhei na Justiça americana o direito de vir ao Brasil por 16 dias com Samantha.

[...]

Gostaria de frisar que minha filha, Samantha, de 7 anos, e eu estamos há mais de seis meses nessa situação, [fugindo]. Samantha é uma criança querida, cheia de vida, rodeada de amigos [...]. Por sinal, sempre conviveu com os avós e tios paternos [...].

O único que reside nos Estados Unidos é o pai. E um pai que não vemvê-la há seis anos, apesar de inúmeros pedidos meus, tudo já levado à leitura das autoridades responsáveis.

Agora, indago-me, como mãe e como mulher: como podem querer tirar uma criança do convívio de sua família e de sua mãe para entregar a um pai que não a conhece, aplicando uma Convenção que tutela, principalmente, o melhor interesse da criança? Quais são os direitos dessa criança?

[...]

Como mulher, afirmo que ninguém merece ser criada debaixo de ofensas, medo e maus-tratos! Será que devo ser penalizada por me proteger e proteger Samantha? [...]

Será que não percebem que não faz sentido Samantha ser entregue a um pai desconhecido e violento? [O pai quer a guarda da filha.] Ora, a Convenção de Haia tutela o melhor interesse de Samantha, está em seu preâmbulo! Não só a Convenção: a Constituição Brasileira e os diplomas editados pelo Poder Legislativo Brasileiro também!

[...]

Eu perdi tudo, pois, no acordo celebrado na Justiça americana, se eu não retornasse, perderia todos os bens materiais adquiridos nos Estados Unidos, com o que sequer me importei. Eu me importei com minha segurança psicofísica e, antes de tudo, com os interesses de Samantha. Agora, com o pedido do meu ex-marido, há ordem de prisão contra mim nesse mesmo país.

Minha prioridade foi e sempre será o BEM-ESTAR de Samantha. Por isso, como cidadã brasileira, ex-esposa de cidadão brasileiro, como vítima de maus tratos, como mãe, como mulher, peço ajuda!

Eu já perdi minha dignidade, meus direitos, meus bens, mas, se tudo o que perdi for pra garantir a felicidade da minha filha, valeu à pena!

Por favor, me ajudem a devolver à Samantha o seu direito de ser feliz, de ter uma vida normal e saudável ao redor de amigos, no Brasil, e de toda sua família.

Como mãe e como mulher, deixo aqui meu pedido desesperado de ajuda, em nome de mãe e filha que esperam apoio e proteção de seu país e pátria, Brasil.

Flavia Harpaz.

Eu fiz essa leitura e não quero fazer papel nenhum do Judiciário, mas, simplesmente, dar voz a uma mãe desesperada, no momento em que precisa do Brasil e que precisa do olhar generoso de tantas mulheres-referências que se encontram aqui, neste plenário.

Agradeço a oportunidade. E fica aqui um apelo de uma mulher brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Deputada Mara. É uma satisfação muito grande tê-la aqui, conosco, pela representação feminina e por sua luta em defesa das pessoas com deficiência.

Passamos, agora, à entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que será feita aqui, à frente da mesa.

Convido a Ministra Eleonora Menicucci e a Senadora Sandra Braga para fazerem a entrega do diploma e da placa à Srª Mary Garcia Castro. (*Palmas.*)

A homenageada está subindo até aqui para receber a sua placa. (*Pausa.*)

A Ministra Eleonora Menicucci e a Senadora Sandra Braga estão se aproximando da mesa para fazerem a entrega à nossa homenageada, a Srª Mary Garcia Castro. (*Palmas.*)

**A SRª MARY GARCIA CASTRO** (*Fora do microfone.*) – Srª Senadora, eu sei que o protocolo não prevê, mas eu queria uma palavra.

Eu queria agradecer por esse diploma, pela honra de ter sido indicada e, inclusive, pelo empenho da União Brasileira de Mulheres, das mulheres deste País. E eu queria dizer que, assim como nós ganhamos – e nós ganhamos pela nossa luta – o direito de voto, agora, eu queria homenagear todos, mulheres e homens, que estão na luta pelo direito e respeito dos que foram votados, pela mulher Presidente Dilma Rousseff. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns à nossa homenageada Mary Garcia Castro.

Convido agora a Senadora Vanessa, Procuradora da Mulher, e a Ministra Ideli Salvatti, dos Direitos Humanos, para fazerem a entrega do diploma e da placa à Srª Clara Maria de Oliveira Araújo, nossa homenageada. (*Palmas.*) Parabéns!

A nossa homenageada Srª Clara Maria de Oliveira Araújo recebe das mãos da Senadora Vanessa e de nossa Ministra dos Direitos Humanos, Ideli Salvatti, em sua homenagem, sua placa do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Convido, neste momento, a Senadora Lídice da Mata e a Ministra Nilma Lino Gomes, da Igualdade Racial, para fazerem a entrega do diploma e da placa à Srª Creuza Maria Oliveira. (*Palmas.*)

Neste momento, a Senadora Lídice e a Ministra Nilma entregam o diploma e a placa à Srª Creuza Maria Oliveira, nossa homenageada. Parabéns, Creuza! (*Palmas.*)

Convido a Senadora Marta Suplicy e o nosso Bispo de Roraima, Dom Roque Paloschi, para fazerem a entrega do diploma e da placa à Srª Ivanilda Pinheiro Salucci, neste momento, aqui, à frente da mesa do Senado Federal. Dom Roque, nosso Bispo, é uma honra muito grande ter a sua presença aqui entre nós. Ivanilda Salucci, uma luta de vida inteira em prol, em defesa das nossas crianças, dos nossos adolescentes e das mulheres roraimenses e brasileiras. Parabéns, Ivanilda!

Convido a Deputada Benedita da Silva e a Senadora Vanessa Grazziotin para entregarem o diploma e a placa a S. Exª a Srª Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Presidente do Superior Tribunal Militar. (*Palmas.*)

Neste momento, a Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha recebe a placa e o Diploma Mulher-Cidadã das mãos da Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora da Mulher, e da Deputada Benedita da Silva.

Convido a Deputada Jandira Feghali e a Ministra Eleonora Menecucci para fazerem a entrega do diploma e da placa em homenagem póstuma à Srª Débora Martins Bonafé dos Santos, que será entregue à Srª Claudiánea Martins Bonafé, mãe da homenageada. (*Palmas.*)

Dando continuidade à nossa sessão solene, convido, agora, a homenageada Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Presidente do Superior Tribunal Militar, para fazer uso da palavra. A Ministra falará em nome de todas as homenageadas.

**A SRª MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA** – Ex<sup>ma</sup> Presidente da presente sessão, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e 4<sup>a</sup> Secretária do Congresso Nacional, Srª Senadora Ângela Portela, em nome de quem cumprimento todas as demais Parlamentares aqui presentes; Ex<sup>ma</sup> Srª Ministra Chefe de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministra Eleonora Menicucci; Ministra Ideli Salvatti, que estava aqui presente; Ministra Nilma, que também estava aqui presente; oficiais das Forças Armadas, minhas amigas; senhoras e senhores; inicialmente, eu quero agradecer a esta Casa Congressual pela honrosa homenagem com que fui distinguida – e falo isso em meu nome e no de todas as demais mulheres aqui presentes –: o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Eu agradeço, em especial, à Senadora Vanessa Grazziotin, a quem tanto respeito e admiro, por me julgar merecedora de um prêmio tão relevante e encaminhar meu nome a este Senado Federal.

E, nesta oportunidade, eu não poderia deixar de falar sobre a importância do papel da mulher na sociedade e de falar das conquistas alcançadas e de suas perspectivas futuras.

A expressão “os direitos das mulheres são direitos humanos” foi cunhada nos anos 90, apesar de comemorarmos mais de 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No Brasil, a luta exitosa do movimento feminino evidencia-se na vigente Constituição de 1988, que garante a igualdade entre homens e mulheres, até então inexistente. As determinações constitucionais, por sua vez, foram complementadas pelas Constituições estaduais e por diversas leis. Dentre elas, eu destacaria o novo

Código Civil, que operou mudanças substanciais na situação jurídica da mulher, como a igualdade absoluta dos cônjuges; a Lei nº 8.930, de 1994, que incluiu o estupro no rol dos crimes hediondos; a Lei nº 9.318, de 1996, que agravou a pena dos crimes cometidos contra a mulher grávida; a Lei nº 11.340, de 2006 – a famosa Lei Maria da Penha –, que penaliza com muito maior rigor os casos de violência contra a mulher, em especial quando se tratar de violência doméstica; e a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que prevê o feminicídio como qualificadora do homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos. São normas que ilustram os significativos avanços operados na proteção dos direitos fundamentais da mulher no cenário da história legislativa da Pátria.

E, paralelamente, no plano externo, foram firmados tratados internacionais sobre os direitos humanos da mulher, a exemplo da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, o seu Protocolo Facultativo, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a chamada Convenção de Belém do Pará, da OEA.

Contudo, se medidas legais vêm sendo adotadas tanto na ordem interna quanto internacionalmente pelo Estado em favor das mulheres, muito ainda há que ser feito para ampliar os direitos civis e políticos femininos na sociedade brasileira. E cito como exemplo a atuação das mulheres na magistratura, que é o meu universo. É significativa a sua representatividade na primeira instância, porque ingressam por concurso público de provas e títulos. E por tal razão as juízas já representam mais de 25% dos postos de magistrados existentes na Justiça Federal e, na Justiça comum de primeira instância, elas giram em torno de 40%, graças ao ingresso meritório.

Nos tribunais superiores e nos tribunais de segunda instância, porém, a sua presença é bastante reduzida. Atualmente, a Magistratura Superior, incluindo o Tribunal de Contas da União, conta só com 16 ministras.

Eu não tenho dúvidas de que a diversidade de perfis humanos é proveitosa e enriquecedora, pois, se por um lado altera comportamentos tradicionais, por outro coloca novos desafios à formação do *ethos social*.

Reconheço que vivemos um cenário positivo para igualdade, mas o empoderamento da mulher e a ampliação da sua participação nos espaços públicos e privados estão longe do ideal almejado. Para alcançá-lo, acredito firmemente que medidas pró-ativas, de caráter transitório, se fazem necessárias para incrementar uma posição equilibrada entre os sexos. Nesse sentido, cabe ao Estado brasileiro implementar políticas afirmativas de gênero, posto a Constituição Federal haver reconhecido como paradigma de equidade a equiparação jurídica de segmentos populacionais histórica e socialmente excluídos.

A ação afirmativa, princípio constitucional da igualdade, reflete a mudança de postura do Estado, que, em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas públicas indistintamente, ignorando a importância de fatores como gênero e etnia.

Em vez de concebê-las genericamente, é fundamental levar-se em conta fatores outros, a fim de evitar que a discriminação, que inegavelmente tem um fundo histórico e cultural e, não raro, se subtrai do enquadramento das categorias jurídicas clássicas, finde por perpetuar as iniquidades sociais.

Cito, a título de exemplo, a Lei nº 9.029/95, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização para efeitos admissionais ou de permanência no trabalho, e a Lei nº 9.504/97, que estabelece que os partidos políticos ou coligações devem reservar o mínimo 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo, a chamada Lei do Batom. Essa lei, a meu ver, é essencial para a promoção da efetiva isonomia, porque busca atingir uma plataforma natural de equilíbrio autossustentado da participação feminina na vida política.

Efetivamente, a participação das mulheres na representação parlamentar é uma condição de aperfeiçoamento da cidadania. Como eu disse em meu discurso de posse na Presidência do Superior Tribunal Militar, uma democracia sem mulheres é uma democracia incompleta.

A intervenção do Poder Público, em contraposição à neutralidade estatal, reveste-se, portanto, de função pedagógica, porque não apenas coíbe a discriminação e promove o nivelamento, como também serve de modelo ao setor privado para que adote iniciativas semelhantes. Longe de refletir um caráter assistencialista, reflete um ideal republicano que propõe romper as estruturas arcaicas, caracterizando-se como uma conquista civilizatória.

Ademais, estou convencida de que uma mobilização de forças deve envolver os demais atores sociais, pois somente com a conscientização coletiva mudanças reais ocorrerão, sobretudo, no que concerne à violência contra a mulher, refletida em dados estatísticos assustadores, o que custa hoje ao País 10,5% do seu PIB.

Lamentavelmente, a morte tem nome de mulher. Um levantamento de dados junto às secretarias de segurança pública, às polícias e aos movimentos feministas aferiu que, em média, 4,6 mulheres são assassinadas por 100 mil habitantes do sexo feminino, podendo dobrar em algumas cidades. Os índices se equiparam ou mesmo superam sozinhos a taxa de homicídios – incluídos mulheres e homens – dos Estados europeus ocidentais e da América do Norte.

Em relação à América do Sul, o Brasil perde em violência de gênero somente para El Salvador, Guiana e Guatemala, países onde já atuam grupos de direitos humanos para reverter o caos provocado por tantas mortes.

O feminicídio, conduta recentemente tipificada como crime – cumprimento efusivamente o Congresso Nacional por sua aprovação e a Presidenta Dilma Rousseff por sua sansão e promulgação –, ainda é pouco estudado no País, que não produz estatísticas oficiais de homicídios por sexo, na contramão de vizinhos como Costa Rica, Chile, Colômbia e El Salvador. A primeira dificuldade está em mapear as informações, porquanto falta estatística atualizada e confiável a demonstrar a invisibilidade do problema.

Concluo minhas palavras, dizendo que a trajetória do empoderamento e das conquistas femininas é uma questão complexa e revela um longo caminhar histórico, um caminhar que se iniciou em 1874, quando as mulheres conquistaram o direito de frequentar as universidades, que avançou em 1932 com o sufrágio universal e que se consolidou em 2007, quando a seleção feminina de futebol profissional ganhou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos e enalteceu o Brasil com a vitória!

Muito obrigada! (*Palmas*.)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Dr<sup>a</sup> Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha.

Registro aqui a presença da Deputada Moema, que está na Mesa; da Senadora Fátima Bezerra; da Deputada Shéridan – gostaria de convidá-la para compor a Mesa também –; da Deputada Raquel Muniz, que já faz parte da Mesa; da Jandira, da qual já falei; da Deputada Benedita, que muito nos honram com suas presenças.

Convido para fazer uso da palavra agora a Ministra Eleonora Menicucci, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, neste ato representando a Presidenta Dilma Rousseff. (*Palmas*.)

**A SR<sup>a</sup> ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA** – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar as minhas amigas, as guerreiras, as mulheres batalhadoras aqui homenageadas. Todas vocês escreveram e escrevem a parte fundamental da história do nosso País na conquista dos direitos das mulheres. É uma homenagem muito importante e muito merecida pela luta de cada uma de vocês.

Falo aqui em nome da Presidenta Dilma Rousseff, a quem tenho o maior orgulho de servir no Governo pelo quarto ano consecutivo, nos seus dois mandatos.

Quero cumprimentar a Presidente em exercício, que dirige esta sessão, a Senadora Ângela Portela.

Quero cumprimentar a Deputada Mara Gabrilli, que já se retirou.

Quero cumprimentar a Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal, Senadora Vanessa Grazziotin. E, em nome dela, cumprimento todas as Senadoras aqui presentes, porque senão meu tempo se esgota na nominata.

Cumprimento, em nome – vejo que ainda não foi embora – da companheira Deputada Federal Benedita da Silva, todas as Deputadas aqui presentes.

Em nome das duas Senadoras, Vanessa Grazziotin e Ângela Portela, e da Deputada Benedita da Silva, trago, em nome das mulheres brasileiras, um agradecimento especial – e mulher costuma dizer “do coração” – pelo empenho que cada uma de vocês, nas respectivas Casas, teve para aprovar a tipificação do feminicídio como crime hediondo no nosso Código Penal.

O Brasil, assim, com a sanção dada na segunda-feira pela Presidenta, num ato maravilhoso no Palácio do Planalto, passou a ser o décimo sexto País da América Latina a tipificar como crime hediondo o feminicídio.

São passos importantíssimos que o Legislativo, o Executivo, o sistema judiciário, o sistema de segurança pública, a Defensoria Pública, o Movimento de Mulheres e o Movimento Feminista têm dado para o avanço das políticas de enfrentamento a qualquer tipo de violência de gênero e, principalmente, à violência doméstica e à violência sexual, que se manifesta nos bárbaros estupros que meninas, crianças e mulheres têm sofrido em suas vidas.

Esta sessão tem uma importância muito grande. É a décima quarta sessão de premiação que traz o nome desta grande mulher, Bertha Lutz. E por quê? Porque ela é a representação concreta, quando olhamos para este Plenário... Dizia aqui a Senadora Lídice da Mata para o Presidente Renan Calheiros: “Veja, Presidente, nós somos a maioria neste plenário hoje, e os homens são minoria.” É isso que sentimos ao longo das nossas vidas e na representação desta Casa, no Congresso Nacional.

Não é que as mulheres não votem em mulheres. É que existe uma dificuldade patriarcal de incorporar não só a divisão sexual do trabalho, mas também a divisão de gênero nos partidos políticos, na sociedade como um todo e na ocupação das cadeiras nas Mesas desta Casa. Hoje, parabenizo a Câmara, que votou em primeiro turno o projeto de lei da Deputada Luiza Erundina para haver igualdade ou pelo menos um percentual de mulheres nas Mesas Diretoras. E tenho a certeza de que, no segundo turno, nós também seremos vitoriosas por meio do esforço que a Bancada Feminina tem feito. (*Palmas*.)

Esta sessão aqui é a representação da importância das mulheres nos diferentes parlamentos.

Não me vou alongar – eu teria muitas, muitas coisas a dizer, porque sou uma mulher, como várias outras, da geração de 60, que lutou contra a ditadura, que foi presa e torturada –, mas é muito importante, Moema, falar da consolidação das instituições democráticas no nosso País. (*Palmas.*)

É importante falar do respeito aos diferentes Poderes e da harmonia na vivência da democracia dos três Poderes ou entre os três Poderes. Isso, para mim e para a minha geração, que não podia falar... Aquelas que, como eu, ousaram falar foram para a cadeia, outras foram para o exílio – outras e outros. Mas nós mulheres estivemos à frente da luta contra a ditadura, pela consolidação da democracia brasileira.

Então, quero terminar minha fala, homenageando uma mulher que está no plenário e que acabou de se levantar. Não se levante, não! Falo de Lígia Doutel de Andrade. (*Palmas.*)

É uma ex-Deputada cassada pelo regime da ditadura militar, que teve também o seu diploma restituído por esta Casa, na Câmara dos Deputados e das Deputadas.

Quero dizer, Lígia – permita-me chamá-la de Lígia –, que a sua história engrandece as mulheres brasileiras, porque a luta das mulheres brasileiras é suprapartidária. Ela só tem uma cor: a cor lilás, que demonstra a história das mulheres no Planeta. (*Palmas.*)

Para finalizar, de verdade, eu cumprimento todas as Parlamentares aqui presentes. Deixo o meu carinhoso abraço e tenho certeza de que, no ano que vem, estaremos aqui, novamente, fazendo a 15ª sessão das vencedoras e homenageadas do Prêmio Bertha Lutz.

Para vocês todas e todos um grande abraço.

Um dia não precisaremos mais comemorar o dia 8 de março, porque, nesse dia, os nossos direitos estarão todos conquistados, e a igualdade e a equidade de oportunidades entre homens e mulheres estarão garantidas.

Muito obrigada a todas e a todos. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) –Muito obrigada, Ministra Eleonora Menicucci, que representa aqui a Presidenta Dilma Rousseff. É uma satisfação muito grande a sua presença nesta sessão solene.

Quero registrar a presença da Deputada Luizianne Lins e da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, e convidar, para fazer uso da palavra, a Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero registrar a presença, recente, do Senador Paulo Paim, que esteve aqui para nos homenagear, a do Senador Hélio José e a do Senador Garibaldi Filho, que está sentado conosco.

Muito obrigada pela presença. Seja muito bem-vindo.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) –

Sr<sup>a</sup> Senadora Ângela Portela, representante do Estado de Roraima e da Bancada Feminina na Mesa do Senado Federal. É a Senadora que preside, Ministra Eleonora, o Conselho do Diploma Bertha Lutz.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Quero cumprimentar a nossa querida Ministra titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministra Eleonora Menicucci. Cumprimento as Deputadas Federais que estão à Mesa; cumprimento todas, a nossa querida Jandira Feghali, Líder da Bancada do meu Partido, o PCdoB, na Câmara dos Deputados.

Cumprimento as ex-Parlamentares que aqui estão, como Moema, que compõe a Mesa conosco também.

Quero cumprimentar todas as nossas homenageadas, muito merecedoras que são não apenas pelas suas lutas, em qualquer campo que seja, no Poder Judiciário, nos movimentos sociais, no meio da intelectualidade, mas todas elas têm em comum a história de dedicação, a luta por direitos iguais entre homens e mulheres em nosso País. Então, recebiam nosso abraço fraterno e muito mais do que isso, materno, o nosso reconhecimento.

A Creuza Maria Oliveira, de quem o Presidente do Senado já falou, fez grandes mobilizações para que pudéssemos aprovar a regulamentação das trabalhadoras domésticas em nosso País. A você, a gente dedica, e a estendemos a todas as trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos, essa conquista importante.

Espero que a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados tenha a oportunidade de, brevemente, também aprovar a regulamentação dessa emenda à Constituição, já aprovada pelo Senado Federal.

Quero cumprimentar a Clarinha, a Clara, se me permite. Quando comecei a militar, a Clara era uma das pessoas em quem eu me guiava, porque também eu, do movimento estudantil, participei do congresso em que nós a elegemos a primeira mulher Presidenta da União Nacional dos Estudantes. Então, é uma alegria, além de tudo, participar desta sessão, em que o Senado Federal faz esta homenagem a você, Clara.

Cumprimento Ivanilda Salucci, que também está aqui entre nós, recebendo esta homenagem sincera de reconhecimento pelo trabalho, pela mobilização que faz em torno dos direitos da mulher.

Cumprimento Débora, que aqui está sendo homenageada *in memoriam*. Cumprimento sua mãe, Claudinéia.

Cumprimento Mary Castro, que, para nós todas que militamos nos movimentos feministas, tem sido um norte muito importante, por seus estudos, por suas elaborações. Então, mais do que justa e merecedora a sua homenagem no dia de hoje.

E cumprimento a nossa querida Ministra Elizabeth. Sempre digo que, como tantas outras mulheres, ela deixa o seu nome escrito, se me permite chamá-la assim, Drª Elizabeth: mulher. Foi a primeira mulher a presidir o Superior Tribunal Militar em nosso País. Parabéns! É muito mais do que seu orgulho. É nosso orgulho poder homenageá-la no dia de hoje.

Também cumprimento a nossa querida Ministra, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármem Lúcia, que mandou uma carta ao Presidente. Em breve, teremos que realizar uma nova sessão para homenageá-la.

Na realidade, a nossa sessão estava marcada para as 11 horas. Tivemos que mudar o horário, em decorrência da série de atributos que têm Senado e Câmara. Nós estamos indo e vindo para votar, porque, neste momento, ocorre a sessão do Congresso Nacional, que vota alguns vetos da Presidência da República. Portanto, creio que estarmos aqui, nesta sessão bela e representativa, é muito importante.

Quero dizer a todos e a todas, antes de tudo, que nós estamos aqui, reunidas, para homenagear as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Mas homenagem às mulheres é assim que se faz. Não é apenas recebendo flores. Adoramos flores, mas queremos muito mais do que flores. Queremos receber o reconhecimento de que temos direitos iguais aos dos homens.

Então, o Senado e a Câmara dos Deputados decidiram que a sessão solene do Dia Internacional da Mulher é a sessão do Diploma Bertha Lutz, em que a gente destaca as mulheres que lutaram e que continuam lutando por uma sociedade justa, porque lutar pelo direito da mulher é lutar pela própria democracia. É lutar pela própria justiça social.

A Bancada Feminina do Congresso Nacional tem a capacidade de se reunir como tal porque somos Marias, Terezas, Joquinhas de partidos políticos diferentes, de pensamentos e ideologias diferentes, mas todas somos mulheres, Ministra Eleonora, e nos organizamos aqui como tal. E, como mulheres, procuramos o consenso em torno de todas as matérias que tratam da questão de gênero, para podermos, juntas, defender essas matérias e encaminhar sua votação.

Temos uma pauta de projetos prioritários que está sendo cumprida aqui, no Senado, e na Câmara dos Deputados. Não falarei da Câmara dos Deputados, porque as Deputadas falarão, na sequência, e darão as boas notícias. Falarei somente do Senado Federal.

Além da Lei do Feminicídio, que já havíamos aprovado, sancionada pela Presidente Dilma, votamos, na última quinta-feira, três projetos que abordam diretamente as questões de gênero. Um deles é sobre esse Prêmio, essa homenagem chamada Bertha Lutz. Até então, apenas as mulheres tinham o direito de recebê-la, mas, vejamos, todas nós e todos nós: o Diploma Bertha Lutz é em reconhecimento àqueles que lutam em defesa dos direitos da mulher, que lutam contra as desigualdades. E não são somente nós, mulheres, que lutamos pelos direitos das mulheres. Muitos homens lutam também.

Então, a partir do ano que vem, homem também poderá receber o Diploma Bertha Lutz, obviamente homens que lutam pelos direitos das mulheres. (*Palmas.*)

Aprovamos um projeto de autoria da Deputada Alice Portugal, que estava aqui, até há pouco. Um projeto que trata da proibição da revista íntima que sofrem – eu digo sofrem, porque é um verdadeiro sofrimento – as mulheres em lugares de trabalho. E aprovamos um projeto também que permite à mulher, em todas as ocasiões, registrar ela – e tão somente ela – o seu filho. Nós sabemos os impedimentos que a legislação brasileira ainda impõe às mulheres.

Enfim, quero dizer da alegria de estarmos aqui, neste momento, que, repito, não é um momento só de homenagem, mas de reflexão, de dizermos ao Brasil inteiro o que nós queremos para a nossa sociedade. Afinal de contas, no Brasil, há em torno, segundo dados do IBGE, 2,5 milhões a mais de mulheres. Somos maioria em muitos setores da sociedade: maioria da população, maioria do eleitorado, temos o maior índice de escolaridade, mas, como diz a propaganda, somos ainda tratadas como minoria, porque recebemos salários quase 30% a menos do que os homens. Aqui, no Parlamento, nós temos uma sub-representação, porque não podemos achar que a média de 10% a 13%, que é a presença das mulheres no Parlamento brasileiro, reflete a realidade da sociedade brasileira.

Então, nas nossas atividades e programações em torno do Dia Internacional da Mulher, elegemos a reforma política, sob a óptica do gênero, como a nossa prioridade, como a prioridade da Bancada Feminina. Queremos garantir, Ministra Elizabeth, o empoderamento às mulheres, mas, se as mulheres não estão no Parlamento, se as mulheres não estão nas Câmaras de Vereadores, não estão nas Assembleias, na Câmara Federal, no Senado Federal, nós somos privadas da elaboração das leis que regem e que regulam o nosso País, a sociedade brasileira.

Então, precisamos imediatamente reverter essa realidade. Países vizinhos têm uma média de representação superior a 25% de mulheres no Parlamento. Nós ainda amargamos os 10%. E não venham os homens dizer que nós não queremos, porque eles buscam, buscam as mulheres na véspera da eleição para compor as chapas, mas elas não aparecem. Não aparecem porque eles não permitem a nossa presença permanentemente na direção dos partidos políticos e na organização. E, quando nos candidatamos, não temos acesso aos recursos do fundo partidário, não temos acesso ao tempo de rádio, nem ao tempo de televisão. (*Palmas.*)

Então, está mais do que na hora de nós, mulheres brasileiras, fazermos agora o que fizemos na década de 90.

Aqui eu vejo algumas Deputadas, como a Moema, que compõe a Mesa; a nossa querida Benedita, que era Deputada, à época; a Senadora querida, que era Deputada, eu acho, na década de 90, Marta Suplicy; Lídice da Mata, que aqui está, e tantas outras mulheres.

Andamos o Brasil inteiro na campanha pelo empoderamento das mulheres, dizendo bem alto que as mulheres não têm medo de poder. Vamos andar novamente pelo Brasil. O povo está na rua, reivindicando um monte de coisas. Vamos nos somar a ele nas ruas, mas também reivindicando os nossos espaços. Aí, a Senadora Marta falará. Nós deveremos iniciar essa campanha, que queremos seja uma campanha nacional, em São Paulo, sob a coordenação da Senadora Marta Suplicy, num grande ato nacional de lançamento da campanha por uma reforma: mais mulheres na política.

Então, o meu cumprimento a todas as homenageadas e às mulheres brasileiras representadas em vocês, hoje, neste dia e nesta sessão.

Muito obrigada a todas pela atenção. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora Especial da Mulher, no Senado Federal.

A Ministra Eleonora avisa que precisa se ausentar.

Desde já, agradecemos imensamente a sua presença aqui, entre nós, Ministra.

Muito obrigada.

Convido para fazer uso da palavra a Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro.

Quero anunciar que vamos fazer alternância entre uma Deputada e uma Senadora.

Convido a Deputada Luciana Santos, a Deputada Rosângela Gomes e a Deputada Shéridan para compor a Mesa.

**A SR<sup>a</sup> JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todas as mulheres que hoje ocupam o plenário do Senado Federal, civis ou militares.

Cumprimento a Ministra Eleonora; cumprimento as nossas colegas Senadoras e Parlamentares aqui presentes.

Parabenizo a iniciativa de uma sessão conjunta solene. Cumprimento os Parlamentares que aqui nos acompanham e apoiam.

Como Líder da Bancada do PCdoB, na Câmara, sei que aqui posso reforçar a posição da nossa Bancada da Câmara dos Deputados nesta sessão conjunta e dizer o que temos percebido como um sentimento político e humano desse processo político que estamos vivendo neste momento.

Eu diria a vocês que março é o mês em que as mulheres protagonizam a agenda – a agenda institucional, a agenda na sociedade, a agenda no Executivo, a agenda no sistema de justiça.

Esta sessão homenageia mulheres que fazem parte importante da nossa história, mulheres que são referência para nós, com seus textos, com sua militância, com suas atividades, com sua altivez. Todas elas dão uma enorme contribuição à nossa formação e à referência política feminista na sociedade brasileira, particularmente para a maioria de mulheres que compõe o nosso povo.

Oito de março em particular, como eu sempre digo, é um ponto de exclamação nessa agenda, é um momento agudo em que todas nós fazemos uma comemoração no mundo todo para chamar atenção para a nossa luta, para as nossas comemorações e também para as nossas reivindicações e vitórias já conquistadas.

Eu diria que nós temos muito para andar. Eu fui Relatora da Lei Maria da Penha, com muito orgulho e honra, na Câmara dos Deputados. Depois o projeto foi aprovado também no Senado e sancionado pela Presidenta Dilma. Não houve momento de maior aprendizado humano e político do que girar este País para escrever o relatório dessa lei, porque as diferenças culturais, institucionais e de abordagem às mulheres é uma diferença abissal num país continental como o nosso. E hoje a obrigação que nós temos, que todos os governos têm, é colocar em prática a Lei Maria da Penha. É o cumpra-se. É o momento de cumprir, porque a vida e os dados já mostraram que, onde se cumpre, nós protegemos a vida das mulheres.

O próprio Ipea já mostrou redução de 10% do feminicídio após a existência da lei. Nós sabemos que essa lei é muito conhecida, muito considerada e que ela intimida a ação agressiva, mas ainda temos uma estatística

extremamente elevada de violência doméstica e familiar contra a mulher. Por isso, essa atitude do Congresso Nacional de aprovar como crime hediondo o feminicídio foi um grande avanço. Era uma dívida nossa com outros países do mundo que já assumiram essa pauta. O Brasil acaba de assumi-la com a sanção da lei pela Presidenta Dilma há dois dias.

Também temos muitas responsabilidades não só no campo da violência, mas no da saúde, dos direitos sexuais reprodutivos, no campo do trabalho, em que ainda temos uma enorme rotatividade de mão de obra, e as mulheres, em geral, são mais vulneráveis à demissão e enfrentam mais obstáculos para ascender dentro dos espaços do mundo do trabalho, apesar de termos conquistado maior número de pessoas com escolaridade de nível superior e de alfabetização. Isso, porém, ainda não se reflete no mundo do trabalho.

Temos luta no campo da educação, temos luta em todas as áreas. No entanto, há duas questões para as quais neste momento eu quero chamar atenção com muita brevidade nesta minha intervenção.

A primeira delas é a reforma política. Essa é uma pauta decisiva para a qual as mulheres têm que se erger com muita unidade política para exigir, em primeiro lugar, que se combata a corrupção eleitoral e que se defina quem pode ou não ser eleito pelo poder econômico. Precisamos vedar a contribuição empresarial nas campanhas eleitorais. Essa é uma luta nossa.

Outra é impedir cláusulas restritivas à representação plural da sociedade, onde entramos nós, mulheres, entra a comunidade LGBT, a comunidade negra, os índios e todos os que são chamados de minorias brasileiras e que não conseguem se representar em grande número dentro do Parlamento brasileiro. Isso tem a ver, sim, com o poder econômico, mas também tem a ver com a forma como os partidos encaram essa militância dentro das suas organizações. Não basta ter uma cota cartorial formal, as mulheres precisam ter apoio real dos seus partidos para que possam chegar aqui e, dentro do sistema eleitoral, precisamos ter equidade de gênero para que as mulheres aqui possam chegar.

A segunda questão que eu quero realçar aqui, porque cabe às mulheres uma grande luta pela democracia, é nos unirmos hoje contra qualquer tentativa de ruptura democrática neste País. Aqui não há a menor possibilidade... A sociedade já viveu isso. Eu sou de um partido que tem 93 anos de idade – fará agora, dia 25 de março –, e sabemos bem qual é o valor da liberdade e da democracia. Depois de tantos anos de clandestinidade e de perda de muitos companheiros e companheiras, podemos dizer que nós queremos que se cumpra o desejo da soberania popular do voto, que se cumpra o rito do Estado democrático de direito e que jamais Parlamentares eleitos pelo voto popular possam ter em sua boca a busca da ruptura democrática, de um falso *impeachment* ou de uma falsa posição política que interrompa um processo de avanço que o Brasil vem vivendo. Então, nós somos chamadas hoje a levantar bem alto a defesa da liberdade, da democracia e do Estado democrático de direito. Essa é uma responsabilidade da maioria da sociedade que compõem as mulheres deste País.

Realçando esses dois pontos, quero parabenizar novamente as homenageadas, dizer que estamos aqui para levantar a pauta das mulheres.

Aprovamos ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional da Deputada Erundina que garante a presença de mulheres na Mesa Diretora da Câmara. Essa é uma proposta importante que tramita há nove anos dentro da Câmara dos Deputados e que virá ao Senado.

Já estamos colocando na pauta, e propusemos para a semana que vem, a criação do Fundo Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, porque sem orçamento não há como viabilizar políticas públicas neste País.

Portanto, a Câmara também pretende dar a sua contribuição. Vamos continuar unidas, irmanadas e, de forma suprapartidária, fazer com que os nossos partidos defendam uma reforma democrática, política, eleições limpas e defendam o Estado democrático de direito, a liberdade e a soberania do voto popular.

Muito obrigada. Parabéns a todas nós. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Deputada Jandira Feghali.

Quero registrar a presença da Deputada Rosângela Braga e, também, da Deputada Dâmina Pereira, que foi eleita há pouco a nova Coordenadora-Geral da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Obrigada pela presença.

Convido para fazer uso da palavra a Senadora Fátima Bezerra.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora, companheira Ângela Portela, que preside a sessão, quero cumprimentar a companheira Senadora Lídice, a Deputada Benedita, a Deputada Shéridan, a Deputada Rosângela, a Deputada Moema. Quero cumprimentar aqui a Deputada Luciana e a Deputada Raquel Muniz, em nome das quais cumprimento as demais colegas Parlamentares, Senadoras e Deputadas Federais.

Quero aqui também abraçar as homenageadas: Creuza Maria Oliveira, Cármel Lúcia, Clara Maria de Oliveira Araújo, Mary Garcia Castro, Maria Elizabeth Guimarães, Ivanilda Pinheiro Salucci, Débora Martins Bonafé

dos Santos – as nossas homenageadas que, merecidamente, hoje recebem aqui o Diploma Bertha Lutz. Em nome de vocês, quero abraçar as mulheres aqui presentes e as mulheres brasileiras.

Senadora Ângela, escutei aqui a mensagem das Senadoras e Deputadas que nos antecederam. É claro que não somente 8 de março, mas todo o mês de março é muito propício para que façamos uma reflexão, um balanço sobre a trajetória e as lutas das mulheres no Brasil e no mundo.

Eu quero falar um pouco mais desse período recente, desses 13 anos, porque transcorreu após ter sido dado o *status* de Ministério à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – isso ocorreu ainda no primeiro governo do Presidente Lula. Está à frente da Secretaria hoje a Ministra Eleonora, que aqui esteve conosco.

Sem dúvida nenhuma, nós temos o que celebrar, temos o que comemorar em matéria de avanços e de conquistas, mas é fato também que, como já foi mencionado aqui, nós temos ainda uma longa caminhada pela frente. Ou seja, há ainda muito a fazer nessa nossa luta diária, cotidiana – não é, Creuza? –, até que de fato seja garantida a igualdade de direitos, o fim da violência contra a mulher e a aprovação de uma reforma política que amplie a participação das mulheres.

E ao falar na reforma política, quero aqui fazer coro com a Deputada Jandira e com as demais, que já chamaram a atenção aqui para a importância de nossa participação, das mulheres, no debate em curso, no debate a respeito da reforma política. Quero, portanto, destacar duas iniciativas que foram apresentadas pela Bancada feminina, tanto do Senado como da Câmara.

Primeiro, a proposta de emenda à Constituição que vem no sentido de garantir a paridade no que diz respeito à participação no Parlamento, ou seja, no que diz respeito aos assentos nas câmaras, na Câmara dos Deputados, no Senado, nas câmaras municipais e nas assembleias legislativas.

A proposta começaria de forma gradativa. Num primeiro momento, nós estabeleceríamos 30% como patamar de participação das mulheres, até alcançarmos os 50%, o que é mais do que justo se considerarmos a presença das mulheres do ponto de vista da composição populacional e mais do que justo também se pensarmos, Senadora Lídice, na presença das mulheres também no que diz respeito ao próprio protagonismo eleitoral. Nós somos mais da metade da população e, consequentemente, representamos mais da metade do eleitorado. E não é saudável, de maneira nenhuma, para uma democracia, figurarmos mal nos *rankings* das pesquisas que têm sido feitas.

Há, por exemplo, pesquisa que mensurou a participação das mulheres na política: num *ranking* de 188 países, o Brasil figura na 124ª posição – somos apenas 13 mulheres no colegiado de 81 Senadores, somos apenas 51 Deputadas no colegiado de 513 Deputados da Câmara Federal.

No contingente dos 20 países que formam o continente latino-americano, só perdemos para o Haiti – a Argentina tem uma taxa de participação acima de 35%.

Coloco esses dados para reforçar o quanto é importante que o debate sobre essa proposta de emenda à Constituição que está sendo apresentada prospere e avance. Ele é importante para que tenhamos equidade no que diz respeito à questão de gênero, para que não tenhamos uma democracia pela metade. Queremos uma democracia inteira no que diz respeito também à participação das mulheres na política.

Também quero aqui, rapidamente, reforçar a outra proposta que foi apresentada, esta sob a forma de projeto de lei, no sentido de regular o uso de recursos oriundos do Fundo Partidário. Ou seja, um percentual maior seria destinado para promover a formação e fomentar a participação das mulheres na política.

Essas propostas são muito importantes, mas elas não podem estar, de maneira nenhuma, dissociadas de outro tema, a meu ver central no que diz respeito à reforma política, que é o modelo de financiamento existente.

Eu comungo com aqueles e aquelas que acham que qualquer reforma política, qualquer mudança que for feita nas regras que norteiam as eleições em nosso País que não mexam na questão do financiamento aí existente é reforma para inglês ver, é ficar no cosmético, na superficialidade. Nós temos de alterar o modelo de financiamento. E essa alteração, a meu ver, passa por aquilo que a Deputada aqui mencionou, que é pôr fim ao financiamento empresarial a partidos e a campanhas eleitorais, pôr fim a esse financiamento empresarial por tudo que ele tem simbolizado do ponto de vista de provocar desigualdade na disputa, inclusive para nós, mulheres – provocar distorções portanto.

E é exatamente o financiamento empresarial, que alimenta a influência do poder econômico nas eleições, que tem sido a raiz, que tem promovido os escândalos de corrupção político-eleitoral, que não são de hoje, que vêm desde a época pós-ditadura militar.

Então, de fato, se queremos uma reforma política ampla, que venha na direção de defesa da ética, de defesa da democracia, de combate à impunidade, se queremos uma reforma política verdadeira, inclusive que venha na direção de ampliar os espaços de participação política das mulheres e da sociedade, essa reforma política tem que abolir o financiamento empresarial de campanhas.

Por fim, Senadora Ângela, quero aqui, também, ao fazer uma saudação às mulheres do meu Estado, o Rio Grande do Norte, destacar uma conquista importante, neste momento, que foi a iniciativa do atual Governador, o companheiro Robinson Faria, de criar a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, que não existia no Rio Grande do Norte. Foi criada essa Secretaria, que tem à frente a companheira Teresa Freire.

Quero, aqui, inclusive, também destacar uma outra iniciativa do Governo da Presidenta Dilma, anunciada no ano passado, dentro do Programa Viver sem Violência, que é a instalação da Casa da Mulher Brasileira em cada um dos Estados da Federação. Foram entregues, até o presente momento, três Casas. Os recursos para a Casa do Rio Grande do Norte já estão assegurados e o Governo já está empenhado em conseguir o terreno.

Portanto, é uma conquista muito importante para as mulheres do Rio Grande do Norte e para as mulheres do Brasil inteiro, repito, porque cada Estado da Federação vai ter a sua Casa da Mulher Brasileira, que vem na direção de quê? De fortalecer as políticas públicas voltadas para a promoção de defesa e interesses das mulheres, na medida em que vai prestar serviços de atendimento à mulher vítima de violência em um só local, oferecendo tanto o acolhimento, o apoio psicossocial, a delegacia especializada, o juizado especializado, a defensoria pública, a promoção da autonomia econômica, alojamento, passagem, brinquedoteca e central de transportes. Ou seja, a Casa da Mulher Brasileira, sem dúvida, vai contribuir muito para a redução da violência que afeta muitas e muitas mulheres pelo País afora.

Por fim, mais uma vez, saudando as homenageadas, quero dizer o quanto é importante nós, mulheres, não abrirmos mão do sonho, nem da luta.

Agradeço a vocês pelo passado, pelo presente e pelo futuro e por nunca terem desistido, como nunca desistirão, de maneira alguma, de continuar sonhando e lutando por um mundo livre, justo e sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

Registro a presença da Deputada Federal Luizianne Lins, do Ceará. E convido para fazer uso da palavra a Deputada Benedita da Silva.

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, senhoras e senhores, cumprimentando-a, cumprimento toda a Mesa.

Quero falar da satisfação de poder estar aqui e acredito que fale também em nome de minha bancada, a Bancada Feminina do Partido dos Trabalhadores, que está nesta Casa hoje, nesta comemoração do Dia Internacional da Mulher, nesta sessão conjunta, porque comprehende e entende que esta é uma sessão muito especial, em que estamos homenageando estas valorosas mulheres que nos representam. E nos representam de uma forma política, de uma forma digna, e nós precisamos, de certa forma, homenagear a cada uma, do seu jeito.

Eu gostaria de começar por uma que conheço, e conheço muito bem. Conheço sua luta, conheço sua vida, que já foi aqui expressa, mas ela ainda tem uma batalha muito grande nesta Casa. Entre tantas falas que já foram feitas, eu vou me deter para dizer à Creuza que é importante esta homenagem que ora estamos fazendo.

A cidadã Bertha Lutz, guerreira aguerrida, sabia muito bem o que defendia e o que continua representado para cada uma de nós. Hoje é um dia muito especial nesta Casa. Hoje, nós temos uma votação muito importante para fazer: a regulamentação do direito da trabalhadora doméstica e do trabalhador doméstico.

Eu acho que nós poderíamos estender esta homenagem, porque é nesta Casa – justamente nesta Casa – que estão aqueles e aquelas que poderão mudar o rumo da vida dessas trabalhadoras e desses trabalhadores que há décadas e décadas vêm prestando seus serviços sem reconhecimento de direitos.

Eu acho que esta homenagem se estende àqueles que acumularam consciência nesta Casa e que sabem, perfeitamente, que essa é uma profissão que caracteriza, há décadas e há séculos, o trabalho escravo.

Ao prestarmos esta homenagem hoje, acredito que as demais homenageadas, certamente, se sentirão gratificadas se souberem, amanhã, que nós votamos favoravelmente a essa matéria.

Esta é a homenagem que posso e devo fazer, porque esta Casa votará, sim. Estamos debatendo e discutindo contra a corrupção. É importante que possamos fazer essa discussão. Ela é importante para a vida de nós, mulheres, que aprendemos, desde cedo, a combater a corrupção, a ser as grandes economistas. Aprendemos, desde cedo, que não devemos colocar as mãos naquilo que não é nosso, que devemos trabalhar sempre e sempre para que possamos vencer, ser bonitas, conquistar tudo com o suor do nosso rosto. Esse foi o aprendizado que nós, mulheres, sempre tivemos, mulheres de todas as raças, de todos os credos. Acredito que foi sempre isso que nossos pais nos passaram, apesar de dizerem que nós, mulheres, fomos criadas apenas para ser mães. Mas os ensinamentos das antigas e dos antigos nos serviram para que tivéssemos um grande caráter.

Quando tenho oportunidade de falar do nosso caráter, ainda que haja desvios em nós, como seres humanos, é importante, cada vez que podemos, falar dele, porque ele faz parte do nosso compromisso. Jamais

devemos levantar a nossa voz para a injustiça, mas devemos gritar, nas praças e nas ruas, pela justiça, contra a violência, pelos nossos direitos e os direitos dos outros, porque é uma tarefa muito importante para cada uma de nós, mulheres. É assim que queremos. É assim que vamos lutar, nesta Casa, todo o tempo, em todos os momentos, para uma reforma política justa, para o combate à corrupção, para que haja justiça, para que haja saúde para o povo brasileiro, para que haja mais emprego, para que haja educação de qualidade, para o combate à homofobia, para o combate à discriminação, para que haja liberdade no País e para que possamos pensar. Esse é o pensamento que permeia o sentimento de todas nós, mulheres.

Às vezes ouvimos tantas palavras bonitas – tantas palavras bonitas! –, o que me faz lembrar de uma música popular. São tantas palavras, são tantas palavras, mas, na verdade, são poucos os compromissos.

Por isso, quero parabenizar as homenageadas e dizer que, nesta Casa, somos cúmplices, nesta Casa estamos também bebendo dessa fonte maravilhosa, que são vocês que nos representam e, por isso, são homenageadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que, até hoje, fala em nossos corações e que fez com que a Presidenta do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, a Senadora Ângela Portela, nesta tarde, neste dia, homenageie o Dia Internacional da Mulher, que já passou.

Eu concluo dizendo algumas coisas. Eu, aqui, talvez não esteja representando à altura a minha bancada, que tem mulheres maravilhosas, como a Moema, mulheres que têm uma versatilidade ao falar, mulheres preparadas, que conhecem todo o vocabulário diplomático da política, mas eu gosto do meu popular, e, por gostar deste meu popular, quero aqui dizer algumas palavras que eu escrevi.

Ao ver aqui mulheres maravilhosas, grávidas, disciplinadas, aguentando esta nossa “discurseira” até agora, por disciplina, eu gostaria de me dirigir diretamente a cada uma de vocês, mulheres brasileiras, a fim de refletir sobre os problemas e perspectivas da condição feminina no nosso tempo.

Penso, querida mulher brasileira, que o ponto de partida desta reflexão não pode ser senão um agradecimento destinado a cada uma de vocês por aquilo que representam na vida da família brasileira e na vida de toda a humanidade. Desse modo, agradeço à mulher que é mãe, por se fazer ventre de um pequenino e por guiá-lo, na alegria ou no sofrimento, desde os primeiros passos, no caminho da vida. Agradeço à mulher que é companheira, por unir o seu destino ao de outra pessoa, numa comunhão por um mundo melhor. Agradeço à mulher que é trabalhadora, pela contribuição indispensável que dá, em todos os âmbitos da vida em sociedade. Agradeço à mulher que é líder, por se dedicar a defender a dignidade da condição feminina e por assumir, corajosamente, tal iniciativa, desde épocas em que esse seu empenho era considerado um ato de transgressão ou um sinal de falta de feminilidade.

É desta mulher que estamos falando: simplesmente, mulher brasileira.

Parabéns para nós! (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Deputada Benedita da Silva.

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra a Senadora Lídice da Mata e, em seguida, a Deputada Shéridan.

Quero registrar a presença aqui entre nós da Deputada Erika Kokay.

A Senadora Lídice da Mata está com a palavra.

Convido as Deputadas Luizianne e Erika Kokay para fazerem parte da Mesa.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, senhoras e senhores convidados, minhas caras amigas Deputadas e Senadoras que compõem a Mesa no dia de hoje, quero iniciar dirigindo-me às nossas homenageadas, como a Ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, que receberá o nosso diploma em um outro momento, por impossibilidade de estar aqui presente hoje.

Quero dizer obrigada à minha querida amiga e companheira socialista Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, indicada para receber hoje o Diploma Bertha Lutz, pelo Instituto Cultural Beneficente Steve Biko, por nosso intermédio. Em nome de todas as pessoas aqui presentes, quero agradecer por sua luta determinada, ao longo de sua vida, para garantir o direito das empregadas domésticas do Brasil.

Também quero agradecer a esta mulher extraordinária: Mary Castro. Desde estudantes, já conhecíamos a sua fama como socióloga, professora dedicada à pesquisa e ao estudo de temas relacionados a direitos humanos, direitos das mulheres, da juventude, das populações latino-americanas. Obrigada pelo seu trabalho, que engrandeceu e engrandece as ciências sociais em nosso País e na América Latina.

Quero agradecer, imensamente, a Ivanilda Pinheiro Salucci, histórica defensora dos direitos das crianças e dos adolescentes na Amazônia e na terra da Senadora Ângela Portella. Agradeço o seu trabalho determinado, que levou à organização, com sua participação e de tantas outras pessoas, do Estatuto da Criança e do

Adolescente no Brasil, votado pelo Congresso Nacional, um marco legal dos direitos dessa população vulnerável em nosso País.

Quero agradecer a Ministra Elizabeth Teixeira, que aqui se pronunciou também, primeira mulher a presidir o Superior Tribunal Militar, que nos trouxe opiniões e se incorpora à nossa luta permanentemente. Eu a agradeço pelo seu trabalho. Não é fácil ser militar – e homenageio as militares aqui presentes –, um espaço que, em princípio, é masculino. Vocês sabem o que nós sentimos, porque é um espaço onde vocês são tão minoritárias e nós, aqui, também, no Congresso Nacional, onde, na representação dos brasileiros do País inteiro, nós somos também numericamente muito pequenas em relação à maioria masculina que se forma nesses fóruns.

Quero agradecer a presença da Srª Claudinéa Martins Bonafé, pela filha que nos deu e que mereceu receber deste Senado o Diploma Bertha Lutz, a placa em sua homenagem, *in memoriam*, pelos seus serviços prestados à luta em defesa daqueles que mais precisam em nosso País, do seu trabalho profissional e do seu trabalho em defesa dos jovens e de todos aqueles necessitados em nosso País.

Finalmente, eu vou agradecer a minha querida amiga do movimento estudantil, que fazia comigo e com a Deputada Alice Portugal o trio das meninas do DCE, a baiana de Teofilândia Clara Maria de Oliveira Araújo, antropóloga, socióloga, professora e primeira mulher a presidir a União Nacional dos Estudantes no momento de reconstrução, logo após a reconstrução da UNE, no momento em que o movimento de estudantes era uma das grandes forças do movimento popular no Brasil. Clarinha insistiu comigo que esclarecesse a todas nós que participamos desta sessão que ela teve de se retirar um pouco antes devido a um compromisso de viagem já anteriormente assumido, porque a nossa sessão iria se realizar pela parte da manhã e, depois, foi modificado seu horário.

Quero agradecer Clara Maria por esse trabalho determinado que teve como defensora dos estudantes na Bahia e, com a mesma disciplina, combatividade, perseverança e dedicação ao estudo, transformou-se em uma pesquisadora voltada para o estudo da participação da mulher na política, com todos os seus trabalhos realizados na área da participação da mulher na política.

Pedindo licença a todas vocês, eu quero fazer um registro.

Quando eu me sentei aí, Deputada Luciana, à mesa e o Senador Renan dirigia sessão, eu olhei para o plenário e ele estava cheio de mulheres – agora uma parte já se retirou – e, eu contei, havia apenas oito homens, e me lembrei de que, no passado, quando nós nos elegemos em 2010, éramos 12 mulheres e, por diversas circunstâncias, no ano passado, éramos oito. Eu disse a ele: Presidente, o senhor está vendo esse plenário? Que bom, não é? Cheio de mulheres. Aí ele disse: “É verdade.” Eu disse: o senhor olhe com cuidado, porque é assim que nós nos sentimos quando, da mesa, olhamos o plenário do Senado, todo de homens; agora, o senhor está vendo, todo de mulheres. Como seria bom que pudesse o plenário desta Casa estar assim todos os dias ou, pelo menos, metade dele com a representação que nós vemos aqui, de mulheres negras, de mulheres professoras universitárias, de mulheres trabalhadoras, de mulheres operárias, de mulheres militares, de mulheres funcionárias públicas, dando sua contribuição igualitária, paritária, na organização política do nosso País.

E eu quero registrar alguns fatos, rapidamente, da política e da história, Senador Capi, das mulheres em nosso País que caracterizam esta nossa luta, a dureza desta luta.

No meu Estado da Bahia, em 1887, formou-se, pela primeira vez, uma gaúcha, Rita Lobato Velho Lopes, pela Faculdade de Medicina de Salvador, que se tornou a primeira mulher brasileira e a segunda da América Latina a obter o diploma de médica.

Doze anos depois, em 1899, tivemos a primeira mulher no Tribunal de Justiça, Myrthes Gomes de Campos, nascida em Macaé, no Rio de Janeiro, que atuou como defensora no Tribunal do Júri. Essa foi a primeira vez que uma mulher entrou em um Tribunal de Justiça, exercendo a profissão de advogada.

Em 1927, a norte-rio-grandense Celina Guimarães Viana depositou na urna seu voto e entrou para a história do País como a primeira mulher a votar, antes da aprovação do Código Eleitoral de 1932, que concederia, definitivamente, a nós mulheres o direito ao voto. Esse fato ocorreu pela existência de uma situação ainda de não equacionamento da diferença entre a legislação federal e a legislação estadual, que permitiu que houvesse um voto, enquanto no Brasil inteiro não era permitido o voto da mulher.

Muito bem, de lá para cá, são 83 anos. Oitenta e três anos, desde que a mulher conquistou o direito de voto e que nós elegemos, em 1934 – nós mulheres e homens do Brasil –, a primeira mulher, Carlota Pereira de Queirós, médica, escritora e pedagoga e que participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935.

No Senado Federal, a primeira representante do sexo feminino foi a professora Eunice Michiles, do Amazonas, em 1979. Ela era suplente do Senador João Bosco de Lima, que morreu dois meses após se eleger, e se transformou, assim, na primeira mulher, depois da Princesa Isabel, a frequentar o Senado Federal, já que a Princesa Isabel frequentava como herdeira do trono.

Somente em 1990, chegam ao Senado, pelo voto direto, as Senadoras Júnia Marise, por Minas Gerais, e Marluce Pinto, por Roraima.

Em 2000, tivemos pela primeira vez a presença feminina no Supremo Tribunal Federal. Até esse período, do período da ditadura militar, dos anos 70 aos 80, nunca chegamos a cinco mulheres de uma só vez na Câmara dos Deputados.

Em 2000, tivemos pela primeira vez a presença feminina no Supremo Tribunal Federal, com a presença da Ellen Gracie, primeira mulher a compor a Suprema Corte brasileira.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dando continuidade ao Conselho de Direitos da Mulher, criado na década de 80, quando da redemocratização do País.

Em 2011, a eleição e posse da primeira mulher Presidente da República no Brasil.

Eu mesma tenho a honra de ter sido a primeira mulher a dirigir a capital do meu Estado – assim como a Prefeita Luciana dirigi a sua cidade de Olinda, em Pernambuco –, a capital da Bahia, que continua, após 20 anos da minha saída da Prefeitura, sem ter tido outra mulher a governá-la. Eu mesma, em 2010, fui eleita a primeira mulher da Bahia a representar o Estado da Bahia no Senado Federal.

Eu fiz questão de fazer esses registros históricos para que nós pudéssemos dar dimensão, para aqueles que nos assistem e nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado e da Câmara, do quanto tem sido difícil a conquista de espaço para a mulher, de espaço na vida política nacional, especialmente no Parlamento – Eunice Michiles também foi Constituinte com a gente –, e dizer que, se nós continuarmos, minhas queridas companheiras que estão na Mesa, a nossa luta no mesmo ritmo que nós tivemos até então, nós vamos chegar a cem anos do voto feminino com os mesmos patamares que conseguimos até agora: 8,7%, na Câmara dos Deputados; e 16%, no Senado.

Com 83 anos do voto feminino, até hoje nós ainda não conquistamos realmente o direito de sermos votadas. E é agora ou nunca! Ou nos preparamos agora, neste momento em que discutimos uma reforma política ampla neste País, que possa ser voltada para a ideia de que é preciso fazer o Parlamento brasileiro mais próximo da população e dos seus representados, trazendo a participação das mulheres e dos negros para as Assembleias Legislativas, para as Câmaras de Vereadores, para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal... É agora ou nunca! Não que nós nunca chegaremos lá, mas chegaremos no 120º ano da conquista do voto.

Nós não podemos continuar com essa sub-representação do povo no Senado Federal, num país em que mais de 50% da população é de mulheres e de eleitoras. É por isso que nós estamos constituindo essa grande frente da Câmara e do Senado para lançar uma campanha em igual nível àquela lançada pelos partidos e pelas organizações não governamentais na década de 80, no período da redemocratização do Brasil, quando lançamos a palavra de ordem “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” e, pela primeira vez, fizemos 26 representantes no Congresso Nacional. Agora, nós temos de fazer com que a cota garanta a presença da mulher, nas próximas eleições, com 30% de cadeiras para as mulheres nos Parlamentos; e, em 20 anos, com um aumento de 5% a cada eleição, nós chegaremos à paridade. Esse é o desafio. Esse é o desafio que está colocado para os movimentos de mulheres em todo o País.

É claro que a nossa luta continuará sendo a luta pela inserção igualitária da mulher no mercado de trabalho. É claro que a nossa luta será, sem dúvida nenhuma, tendo como centro o combate à violência contra a mulher e, agora, com a aprovação do feminicídio, mais importante ainda. Mas nós não conseguiremos avançar rapidamente em nada disso se não garantirmos a presença física de mais mulheres no Parlamento brasileiro para fazer com que a cara do Parlamento brasileiro seja a cara do povo brasileiro.

Mulheres, à luta por igualdade e paridade!

Muito obrigada. (Palmas.)

*Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, a Srª Ângela Portela, 4ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Luciana Santos.*

**A SRª PRESIDENTE** (Luciana Santos. PCdoB - PE) – Agora chamo à tribuna a Deputada Shéridan, do PSDB de Roraima, e, em seguida, o Senador Hélio José.

**A SRª SHÉRIDAN** (PSDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente em exercício, minha colega Luciana, quero cumprimentar V. Exª e, em seu nome, todas as colegas Parlamentares, Deputadas Federais aqui presentes. Em nome da Senadora Ângela, que até agora presidia esta solenidade, quero cumprimentar todos os colegas Senadores, todos os Srs. Senadores e as Senadoras desta Casa.

Queria fazer uma referência muito especial, além de cumprimentar com muito carinho, à Srª Ivanilda Pinheiro Salucci, nossa querida Ivone Salucci, minha conterrânea de Roraima, que dedicou a sua vida toda, com muita propriedade, com muito comprometimento e dedicação, em favor da causa da criança e do adolescente

e do combate à exploração sexual e à violência contra a mulher no norte do Brasil, no meu Estado de Roraima, tornando-se, assim, uma referência para a sociedade brasileira.

Com muito honra, discurso hoje aqui, nesta solenidade tão importante indicada pelo meu Partido, o Partido Social Democrata Brasileiro, sob a perspectiva de, independentemente das conveniências políticas e partidárias, falar em nome da população como um todo, a qual representamos, das mulheres, mulheres de bem, mulheres lutadoras, as quais também representamos aqui nessa luta, neste momento em que experimentamos este começo de mandato.

Esta homenagem é o símbolo da importância da mulher na sociedade moderna. Eu, como mulher e, agora, como Parlamentar, trago comigo essa missão de representá-las também e a responsabilidade de carregar comigo as suas esperanças.

Estou aqui para falar e lutar por quem não tem vez, por quem não tem voz, porque vocês entendem que estamos aqui com essa responsabilidade que transcende o nosso mandato. Nós trazemos conosco uma história, uma herança de milhares de mulheres, de milhares de homens, de famílias que permitiram que estivéssemos aqui, hoje, falando em seus nomes.

Eu falo em nome da mulher indígena do meu Estado. Eu falo em nome da dona de casa. Eu falo em nome das mulheres rurais, das mulheres das comunidades ribeirinhas do extremo norte, já no sul, do meu Estado. Eu falo em nome dessas pessoas que me deram esta condição de hoje poder representá-las e que, assim como eu, esperam o melhor para o nosso Brasil.

Quero aqui enaltecer esta merecida homenagem a todas as mulheres brasileiras, ou das mais diversas nacionalidades, todas as mulheres que aqui citei. Mas, mais do que homenageá-las, eu quero agradecer-lhes, agradecer o papel de cada uma, a relevância de seus serviços, de seus feitos, de suas obras na sociedade brasileira.

Nesta semana foi sancionada a Lei do Feminicídio, que transforma em crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero, que é, infelizmente, o mal que ainda assola a nossa sociedade, um crime que infelizmente ainda nos coloca no sétimo lugar do ranking mundial. Comemoramos, sim, a criação da lei, as medidas que tornam essa fiscalização e a penalização numa forma mais rígida. Mas, mais importante do que isso, é garantir que elas realmente sejam alcançadas e que, de fato, toda a rede de proteção à mulher realmente aconteça.

Foi instalada também, no Congresso Nacional, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, da qual também sou membro. Estaremos incansáveis nesta Comissão, lutando para realmente garantir o funcionamento, a condição, os recursos necessários para que essa cadeia de proteção realmente se faça acontecer e seja vista, que seja alcançada, de forma que garanta de fato a defesa e os direitos das nossas mulheres.

Mas não é só a questão da violência que assola, que amplia a vulnerabilidade e compromete as nossas mulheres. A discriminação tanto no meio social, quanto no meio profissional ainda, infelizmente, impera.

A participação da mulher no mercado de trabalho formal aumentou. O Brasil, nos últimos anos, tem sentido isso e tem experimentado, porém ainda está muito distante da igualdade salarial com o sexo masculino. A necessidade da equidade de gênero, como foi muito falado aqui pelas colegas que me antecederam, ainda é uma realidade latente na sociedade brasileira.

Outro grande desafio para todas nós aqui, mulheres políticas, é a participação da mulher neste cenário. Nós somos 51,3% de mulheres em todo o Brasil, mas da metade da população já ultrapassamos, já representamos. Após o pleito de 2014, somos apenas 10% do Parlamento brasileiro. E essa foi uma questão aqui abordada por todas que me antecederam. De fato, a reforma política tem essa frente, tem, sem dúvida alguma, essa demanda reprimida e necessária que garanta uma representatividade de, no mínimo, 30% das mulheres, como já acontece em outros países.

Com todo respeito que tenho aos homens, à instituição da família como um todo, mas nós, mulheres, detemos a propriedade, através da nossa sensibilidade, de falar em nome da família. Nós temos condição de, com o afeto de filhas e netas que somos, falar em nome dos nossos idosos, com o alento, com o amor, com a força de mães que também somos, falar em nome das nossas crianças, das nossas futuras gerações.

Então, dessa forma, eu defendo sim esse olhar diferenciado, porque sei bem – inclusive os nossos homens todos são filhos de mulheres – que temos essa condição de olhar pela sociedade e para a sociedade de uma forma única e sublime por sermos mulheres.

As mulheres vêm aprendendo, ao longo da trajetória política, que a sua igualdade é uma dolorosa conquista arrancada passo a passo. Elas vêm acontecendo e vão acontecer, pelo menos no que depender da nossa luta, do nosso engajamento, da nossa força. Nós, mulheres, temos descoberto o poder de ação, especialmente para a sobrevivência da nossa autorrealização pessoal e profissional, e a necessidade também de conquistar-

mos o nosso espaço pela nossa capacidade. A mulher não quer ocupar o lugar de ninguém. Ela quer garantir o lugar que é realmente seu, que é realmente dela.

É evidente que nós temos que perseverar muito diante das dificuldades, que são diárias, não desistir de lutar pelos nossos sonhos e acreditar sempre no poder da família que cada uma de nós representa. É nesse seio familiar, nesse ambiente que todos os valores, princípios e a formação de futuras gerações são construídos.

Eu não vou me alongar muito, tendo em vista que estamos em votação, mas cumprimento cada uma de vocês que está aqui hoje e que foi agraciada de uma forma individual, cada uma com a sua história.

Cumprimento as mulheres que fizeram a história. Aqui foi citada a Deputada Lígia e a Deputada Moema, que fizeram essa história, construíram e marcaram o passado com os seus feitos.

Cumprimento também as mulheres que fazem o presente. E aqui vou citar, de uma forma muito carinhosa, a Deputada Luizianne, que está aqui, e a Rosângela Gomes, que acabou de sair, que são Deputadas que fazem hoje o presente.

Cumprimento também as mulheres das próximas gerações. E faço uma referência muito especial às minhas duas filhas, que são duas meninas, daqui a pouco se tornarão mulheres também do futuro do nosso Brasil.

Dessa forma muito especial, homenageio todas vocês, lembrando da nossa força, a força propulsora que alavanca diariamente o futuro melhor, um olhar melhor, comprometido, respeitoso e sério. A população brasileira nasce de uma forma diferente do coração de uma mulher.

Então, quero parabenizar e homenagear todos os envolvidos nesta solenidade e as mulheres que foram agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, cumprimentar a todos os presentes até agora, já quase no final dessa cerimônia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

*Durante o discurso da Srª Shéridan, a Srª Luciana Santos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lídice da Mata.*

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero registrar a presença da nova Coordenadora Geral da Secretaria de Mulher da Câmara dos Deputados, Deputada Dâmina Pereira, PMN – MG, que já compõe a nossa Mesa.

Muito obrigada.

Chamamos para usar a palavra neste momento, representando o seu Partido, o Senador Hélio, do Distrito Federal.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Excelência Lídice da Mata, Senadora desta Casa, Srªs Deputadas que compõem a Mesa, senhores e senhoras do plenário, é com muita satisfação que venho aqui fazer uso da palavra, representando o PSD, pela liderança do PSD – Partido Social Democrático, para poder homenagear as mulheres nesta data tão importante.

Mais do que uma data de homenagens, entendo que o dia 8 de março serve à reflexão sobre os talentos que deixam de frutificar quando as mulheres são limitadas em sua liberdade.

Imaginem como seríamos mais ricos em tecnologia, em conhecimento, em poesia se as mulheres ocupassem plenamente o espaço que a elas é devido na sociedade, se em lugar do preconceito houvesse igualdade de direitos, se a todas as mulheres fossem dadas condições equivalentes aos homens no ambiente de trabalho ou estudo, se dentro de casa as tarefas pudesse ser compartilhadas. Seria muito importante.

Eu tenho o prazer de fazer aniversário no dia 9 de março, um dia após o Dia Internacional das Mulheres. Portanto, completei 55 anos no último dia 9 de março. Acho que é de fundamental importância essa data. Por isso estamos aqui.

Essas questões, que parecem já superadas pelo tempo, lamentavelmente ainda são atuais. Um estudo da Unicamp verificou que, mesmo cumprindo jornada de trabalho fora de casa, as mulheres chegam a dedicar entre 20 e 25 horas por semana às tarefas domésticas, enquanto os homens dedicam no máximo 9 horas semanais. As mulheres continuam sendo muito exigidas no ambiente familiar, não obstante estejam cada vez mais participativas nos espaços sociais, inclusive conquistando áreas profissionais até pouco tempo absolutamente machistas.

Elas têm ampliado sua participação na construção civil, na indústria, na política, mas a distribuição equitativa das profissões ainda está muito distante de ser alcançada.

Assinei aqui a PEC das Mulheres, que a Senadora Marta Suplicy e outras colegas Parlamentares apresentaram, exatamente no sentido de propiciar o crescimento da mulher na política, porque é muito importante a participação das colegas mulheres no Parlamento brasileiro, no Parlamento dos Estados e dos Municípios.

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho permanece restrito. O IBGE calculou que os homens ganham em média 25% a mais do que elas. E, mesmo quando ocupam funções semelhantes, ganham mais.

Contudo, todas as limitações infames aos direitos de igualdade de gênero não foram suficientes para impedir o brilho das protagonistas na construção do Brasil: mulheres que elevaram, cada uma a seu tempo e ao longo da história, as artes, as ciências, a política do País.

Cito a relevância para as artes de Carmen Miranda, Rachel de Queiroz, Chiquinha Gonzaga, Anita Malfatti, Cecília Meireles e de Clarice Lispector, que nasceu na Ucrânia, mas veio para cá antes dos dois anos de idade. Menciono, igualmente, outra artista marcante na cultura de nosso País, que foi uma defensora da música sertaneja e faleceu há poucos dias, exatamente em 8 de março, a cantora, atriz e compositora Inezita Barroso, uma entusiasta da cultura nacional, da nossa música, que lamentavelmente nos deixou no dia 8.

Essas mulheres são exemplos de artistas que basearam nossa cultura e divulgaram o nome do Brasil internacionalmente. Carmem Miranda foi a personalidade brasileira de maior sucesso no cinema mundial, registrou seu nome na Calçada da Fama e chegou a ser a artista mais bem paga dos Estados Unidos.

A compositora Chiquinha Gonzaga foi uma maestrina precursora no País, a primeira mulher a comandar uma orquestra. Sua obra mais famosa, a marcha carnavalesca "Ô Abre Alas", é ainda hoje entoada nas festas de fevereiro.

No esporte também tivemos uma atleta que venceu torneios jamais conquistados por algum homem brasileiro. A tenista Maria Esther Bueno venceu todos os grandes prêmios do circuito mundial. Só em Wimbleton foram oito troféus na categoria individual e em dupla nos *grand slams*.

Nas ciências, não podemos deixar de mencionar os importantes trabalhos de Johanna Döbereiner, que nasceu na República Tcheca, mas passou a maior parte de sua vida no Brasil.

Suas contribuições foram decisivas para o desenvolvimento do plantio da soja tropical. Significaram a economia de bilhões de reais para o agronegócio em adubos e inseticidas. E, obviamente, cito a nossa querida bióloga Bertha Maria Júlia Lutz, que, além de sua contribuição para a pesquisa sobre anfíbios, foi uma ativista pela causa da igualdade de gêneros. Foi a precursora na luta pelo voto, pelo direito de participação da mulher, pela luta.

Então, Bertha Lutz realmente é uma pessoa que merece toda a nossa consideração e nossa homenagem. Muito merecida a homenagem que se presta a esta proeminente cientista e ativista ao atribuir ao prêmio que está sendo entregue o seu nome, Prêmio Bertha Lutz.

Finalmente, na política, Srª Presidente, cito a importância histórica da Olga Benário, da Princesa Isabel e da nossa Presidente Dilma, a primeira mulher a ocupar o mais alto posto da República. Menciono, também, o papel de cada uma das nobres colegas, como a nossa querida Senadora Lídice da Mata, uma guerreira pelas causas do Brasil, pelas causas da Bahia, pelas causas femininas nesta Casa. Como também a nossa querida Socorro, que estava há poucos instantes dirigindo os trabalhos, nossa ex-prefeita de Olinda, nossa Deputada aqui nesta Casa, que bem representa a todas as comunidades. Como as várias mulheres do nosso País, que fizeram e fazem história nesta Casa, a exemplo da aprovação de um marco no combate à violência contra as mulheres: a lei que tipifica o feminicídio, sancionada no início da semana. Esta lei modificou o Código Penal e transformou em crime hediondo o homicídio de mulheres cuja motivação tenha sido a condição única de serem mulheres.

Uma inovação que representa um significativo ganho qualitativo no ordenamento jurídico e, ao mesmo tempo, uma contundente resposta a um problema atual. Para se ter uma ideia, entre 1980 e 2010, a despeito de todas as conquistas de igualdade de direitos implementadas pela Constituição, os índices de violência pioraram. Dobrou o número de homicídios contra as mulheres, passando de 2,3 para 4,6 por 100 mil mulheres no espaço de trinta anos. Então, é preocupante e nós temos que trabalhar no intuito de evitar isso.

Portanto, na contramão da evolução dos princípios sociais, a violência extrema contra as mulheres tem se agravado nos últimos anos. Há, nesses dados, uma aparente contradição entre o que temos empenhado em fazer, mediante a aprovação de projetos modernos, que visam à igualdade irrestrita entre homens e mulheres, e a mácula das tradições machistas que resistem ao tempo.

Deparamos, desse modo, com a seguinte situação: do ponto de vista legal, a desigualdade entre as mulheres e os homens está cada vez mais próxima de ser superada. Nos últimos anos, aprimoramos nossas leis e instituímos mecanismos em benefício da isonomia, como o que acabamos de citar, da tipificação do feminicídio. Todavia, na minha opinião, falta a efetiva observância dessas leis e a aplicação, no dia a dia, dos princípios constitucionais. Nós temos de assumir o firme compromisso de lutar e trabalhar todos os dias, para que possamos transformar o sonho da igualdade entre mulheres e homens em algo real na vida de todos nós brasileiros.

O tratamento paritário das mulheres, Srª Presidente, e dos homens não pode ser considerado uma simples conquista social. É, na verdade, o devido reconhecimento de uma condição que é própria da mulher. Essa questão já deveria ter sido superada há muito tempo. A igualdade já deveria estar prevalecendo há muito tempo. O preconceito de gênero é inaceitável em um Estado de leis modernas e instituições democráticas.

Senhoras e senhores presentes neste plenário, para finalizar este pronunciamento, eu gostaria de, mais uma vez, ressaltar o papel da mulher na família. Além de ser, na maioria dos lares, a responsável por administrar as tarefas domésticas, é também, quase sempre, quem tem a maior preocupação com o suprimento dos filhos. A família para mim está em primeiro lugar em qualquer sociedade, é a mola mestra da sociedade. Portanto, a mulher, que é parte fundamental na família, tem que ser reverenciada.

Não por outra razão, o Governo Federal atribuiu à mulher o papel de gestora dos recursos dos programas sociais agrupados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, porque todo mundo sabe da preocupação e da responsabilidade da mulher com a família. Por isso, quando se prioriza a mulher no Programa Minha Casa, Minha Vida, quando se prioriza a mulher no Programa Bolsa Família, é por causa dessa questão.

Com esse mecanismo, entenderam os formuladores de políticas públicas que os recursos teriam maior chance de contemplar, da melhor maneira possível, sua real finalidade: o desenvolvimento social e econômico do núcleo familiar, quando se prioriza as nossas queridas companheiras, que são as mulheres.

O Bolsa Família é um exemplo de programa social que tem na mulher o foco de suas ações, por considerar que elas tomam as melhores decisões em benefício do grupo familiar. Por essa razão, mais de 90% das famílias beneficiadas pelo programa têm a mulher como responsável por receber esses recursos do Bolsa Família.

Na primeira década e meia deste século, a despeito de termos nos deparado com desafios complexos, arraigados em costumes que afrontam a igualdade de gêneros, os resultados das lutas travadas pelas mulheres de todas as etnias e de todos os credos são admiráveis. Mais importante ainda é que o papel das mulheres como personagens de primeira grandeza na construção de um País, em defesa da democracia e da cidadania, supera em muito a visão machista e distorcida que ainda está viva no aparelho ideológico de nossa sociedade.

Por tudo isso, pela contribuição que deram à sociedade e por representarem todas as mulheres que lutam por seus direitos, merecem minhas efusivas congratulações a Srª Cármem Lúcia, nossa Ministra do STF, que tem uma atuação destacada; a Srª Clara Araújo; do nosso querido Estado da Bahia, a nossa Presidenta Lídice da Mata, aqui desta sessão, formada em Ciências Sociais, doutora em Antropologia; a nossa Mary Garcia Castro, professora, uma pessoa com grande participação social; a nossa querida Ivanilda Pinheiro, lá da nossa longínqua Roraima, educadora social; a nossa querida Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, nossa primeira ex-Presidente do STM (Superior Tribunal Militar), com uma atuação importante em uma área dita como muito machista, e ela é a nossa ex-presidente do STM; nossa querida Creuza Maria de Oliveira; e também não poderia deixar de citar, *in memoriam*, a nossa querida Débora Martins Bonafé dos Santos, que nos deixou tão jovem e que tanto trabalho fez em prol da nossa sociedade.

Antes de concluir, eu não poderia deixar de citar algumas mulheres bem atuantes na nossa vida. Eu, que sou membro, aqui neste Senado Federal, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Comissão de Relações Exteriores, da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Direitos Humanos, posso citar também outras mulheres importantes, na minha visão, para o nosso País, como a nossa querida Maurren Maggi, nossa campeã olímpica e pan-americana, que tanta alegria deu ao nosso País, que é um exemplo de mulher; como, por exemplo, as nossas meninas do vôlei, nossas campeãs olímpicas, que tantas alegrias deram ao nosso País nas últimas Olimpíadas e em suas disputas. Como também as nossas meninas do basquete, nossa querida Hortência e a nossa inesquecível Magic Paula. Como a minha querida esposa, Edy Gonçalves Mascarenhas, que foi Tesoureira Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem e do Sindicato dos Enfermeiros, uma pessoa que tanto lutou e luta em prol das mulheres brasileiras. As minhas queridas filhas Mairia Virgínia, Izabella Tainá e Potira Gabriela, que são minhas mulheres queridas em minha casa, juntamente com a minha esposa e meu filhão, o Hélio Gabriel.

Essas, além de várias outras pessoas da nossa cultura nacional, como as nossas queridas cantoras Maria Rita, Mart'nália, Alcione e a nossa querida Marisa Monte, que tão bem representa nossa cultura contemporânea, além de várias outras mulheres pelo País que gostaríamos de estar homenageando neste dia tão importante e tão bacana.

Eu queria dizer, Srª Presidente, que é com muita alegria que o PSD, o Partido Social Democrata, participa deste evento e se solidariza com as nossas queridas mulheres, com as senhoras.

V. Exª, Senadora desta Casa, que realiza um eminente e importante trabalho em defesa do Brasil, da Bahia e das mulheres. Conte sempre com a nossa solidariedade, com a nossa participação. Estamos juntos nessa luta, porque o que seria de nós sem as nossas queridas mulheres do Brasil e aquelas que dividem conosco o lar.

Muito obrigado. Essas são as minhas palavras. Parabéns a todas! É com muita alegria que faço este pronunciamento.

Obrigado. (*Palmas*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, Senador Hélio José, que se pronuncia em nome do seu Partido.

Como nós já definimos antes, há sempre um revezamento entre a Câmara e o Senado. Assim, falará agora a Deputada Luizianne Lins, pelo PT do Ceará.

**A SR<sup>a</sup> LUIZIANNE LINS** (PT - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todas e a todos.

Eu queria cumprimentar a Presidente desta sessão, a nossa Presidente Lídice da Mata. Eu disse a ela que fez um belíssimo discurso e nos ensinou bastante, fazendo um pouco a história contemporânea das mulheres, a história mais recente das mulheres e a participação no Parlamento do Brasil.

Eu queria também saudar a Deputada Dâmina Pereira, que está presente, em nome de quem saúdo todas as outras Deputadas.

Eu queria também parabenizar as mulheres que são homenageadas na pessoa da Creuza Maria Oliveira. Todas se sintam com um abraço e um beijo no coração.

Eu estava até perguntando há pouco: uma demonstração muito clara de que ainda temos muita luta pela frente é, por exemplo, esta sessão estar concorrendo com a sessão da Câmara Federal e do Senado.

Nós estamos aqui monitorando o plenário da Câmara Federal, porque está havendo votação agora das duas Casas juntas. Então, na verdade, um dia pelo menos os homens poderiam estar aqui todos ouvindo as nossas falas; pelo menos no dia em que se comemora o 8 de março, um dia que representa um momento de dar visibilidade à nossa luta. Porque, na verdade, nós não queremos um dia só, nós queremos todos os dias do ano, assim como os homens.

Portanto, o 8 de março serve para dar visibilidade à nossa luta e nos colocar na esfera pública, para que debatamos. Mas é muito complicado você estar presente em um espaço tendo que pensar em outro espaço. Os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras deveriam estar aqui presentes, porque eu acho que esta discussão é das mais importantes. Porque, muitas vezes, para as mulheres chegarem aqui...

Eu falo porque sou de uma terra de mulheres guerreiras, para falar da história mais recente, como a Deputada, Senadora e Prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenele e a nossa Deputada Moema São Thiago, que está aqui presente. Elas são símbolos vivos de que, para que a mulher tenha destaque, muitas vezes, ela precisa ser três vezes melhor do que o homem. (*Palmas.*) Porque senão ela não consegue chegar lá.

Por quê? Porque nós sofremos – e aí há dificuldade de muitos homens compreenderem – uma coisa que se chama de discriminação de gênero, ou seja, o fato de sermos discriminadas pelo simples fato de sermos mulheres, como se prevalecesse na sociedade apenas a política da força bruta, e não a política do amor.

Eu estava me lembrando de que tive a oportunidade de ser Vereadora de Fortaleza por dois mandatos, tive oportunidade de ser Deputada Estadual pelo meu Estado, o Ceará, e fui eleita Prefeita da cidade de Fortaleza por dois mandatos. Durante oito anos, governei a cidade de Fortaleza. E como eu tinha feito no Parlamento um trabalho muito voltado principalmente para a garantia dos direitos da mulher na saúde, na educação e nos seus direitos reprodutivos, eu tinha obrigação de, na Prefeitura de Fortaleza, concretizar, materializar as políticas que tanto sonhamos e tanto defendemos.

Então, nós tivemos experiências maravilhosas. Por exemplo, criamos o Centro de Referência da Mulher, que inclusive homenageia Francisca Clotilde. Fizemos também o papel da casa no nome das mulheres, porque, simplesmente, quando as mulheres tinham acesso à casa própria, muitas vezes, havia uma separação, os homens iam embora, depois a mulher continuava com os filhos na casa, mas eles continuavam disputando a casa. Portanto, resolvemos o problema, colocando o papel da casa em nome das mulheres, e isso trouxe um grande conforto para elas que, muitas vezes, são quem fica com os filhos.

Outra política que foi muito interessante, que nós fizemos lá, foi a criação de uma casa abrigo. Existia no Ceará apenas uma casa abrigo, que era ligada ao Governo do Estado. A Prefeitura de Fortaleza implantou uma casa abrigo para acolher as mulheres em situação de violência.

Também criamos talvez o maior símbolo físico, uma obra, um hospital chamado Hospital da Mulher, que, além de atender as mulheres com vários problemas de saúde, tem o propósito, o foco também de cuidar dos direitos reprodutivos das mulheres, desde a menarca, que é a primeira menstruação, até a menopausa, ou seja, do ciclo reprodutivo natural das mulheres, que, inclusive, nos diferencia dos homens. E é por isto que nós geramos a vida: porque nós temos um aparelho reprodutor diferenciado, que merece cuidado, porque sabemos que uma das maiores causas de morte no Brasil, hoje, é o câncer de mama. O Estado do Ceará, inclusive, é um Estado que tem um índice muito grande desse tipo de câncer.

E o Hospital da Mulher tem nada mais, nada menos do que 80 mil metros quadrados de área, com 26 mil metros quadrados de área construída, onde nós temos desde a UTI neonatal até áreas ligadas à reprodução. Pois, hoje, do ponto de vista das mulheres pobres, ou seja, das mulheres de baixa renda, se elas não puderem engravidar, muitas vezes, o Estado não está preocupado com isso, como se, pelo fato de serem pobres, não tivessem o direito de desejar ter um filho. Pois, no Hospital da Mulher, a política foi pensada para que as mulheres

que desejassem ter filhos pudessem também fazer a fertilização, assim como acontece com as mulheres que têm condições financeiras e que pagam para ter essa vida, pagam para ter este direito, o direito de ter filhos.

Mas, mesmo assim, nós não queremos ser vistas só como mãe, como filha, como irmã, como esposa; nós queremos ser vistas como gente, porque, quando falamos dos direitos humanos da mulher, é a nossa condição de mulher na sua integralidade, e radicalmente a luta pela igualdade é uma coisa extremamente presente.

Eu ouvi, em alguns meios de comunicação, uma espécie de rejeição, ou incompreensão, melhor dizendo assim, para ser mais leve, sobre a questão do feminicídio, que foi aprovado e foi sancionado pela Presidente Dilma, como se o fato de os crimes praticados contra a mulher não tivessem um aspecto diferenciado de gênero, porque têm.

Quando eu construí o Hospital da Mulher, em Fortaleza, e o inauguramos, inclusive com uma participação efetiva das mulheres – e, nesse sentido, faço um convite a todas que tiverem a oportunidade de conhecê-lo, Senadora Lídice da Mata; ficaria muito feliz se V. Exª tivesse a oportunidade de conhecê-lo, pois realmente é uma obra fantástica –, muitos homens diziam assim: "Por que não fazem o "Hospital do Homem"?". E eu comentava: "Nós vamos avançar, porque nós temos esse problema, primeiro, para resolver, porque é um déficit histórico, porque essa luta aqui é histórica." Porque foram as mulheres, consideradas bruxas, queimadas na Idade Média. E, em 1789, uma francesa chamada Olympe de Gouges – porque havia a Declaração dos Direitos do Homem, e não havia a da mulher – sugeriu que também houvesse a Declaração dos Direitos da Mulher. Essa mulher foi brutalmente assassinada; juntamente com 400 mulheres, foram decapitadas, porque foi considerado que elas estavam traindo, elas estavam contra o Estado, porque estavam reivindicando a sua condição de mulher.

Então, a nossa luta vem de muito tempo, e nós não podemos esperar mais, Deputada Moema. Não podemos esperar mais!

Eu tenho dito que, pelas estatísticas de crescimento da participação e do acesso das mulheres ao poder, nós levaremos 400 anos para ter igualdade. Por isso é que precisamos correr, e correr rápido!

E aí precisamos acabar com todos os obstáculos e as discriminações que existem: seja por causa de raça, de idade, de idioma, de etnia, de cultura, de religião, de deficiência, seja pelo que for. Porque nós mulheres, as mulheres negras, as mulheres homossexuais...

Eu tive a oportunidade, também, de conviver e de fazer um trabalho, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, com as mulheres presidiárias. Você imagine: uma mulher negra, pobre, presidiária. Imagine a quantidade de discriminação e a carga de opressão que uma mulher dessa carrega!

Por isso, enquanto qualquer uma de nós for escrava, oprimida, tratada de forma desigual, motivo de piada, motivo de desrespeito pelos meios de comunicação de massa, nós temos que estar em marcha e vigilantes. E, além de tudo, temos que ter entre nós solidariedade. Nós precisamos ter muita solidariedade entre nós!

*(Manifestação da galeria.)*

**A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE)** – As mulheres não precisam ver nas outras rivais ou alguém que esteja disputando alguma coisa com ela. Nós queremos os espaços porque os homens sabem fazer isso muito bem. Muitas vezes, quando eles querem conquistar as coisas, eles têm a união no momento certo para fazer, e nós precisamos disto: ver em cada uma companheira de luta; ver em cada uma alguém que está também sofrendo o mesmo tipo de opressão.

E eu concluo dizendo que também nós precisamos cuidar das nossas meninas, porque hoje elas precisam ter toda uma cultura, uma educação que possa empoderá-las para que elas compreendam que o mundo tem dois sexos, para que elas compreendam que a cidade precisa ser pensada sob a ótica das mulheres, sob a ótica, muitas vezes, de quem está em casa ou de quem está na rua e que tem o terceiro e o quarto turno de trabalho. Porque não é porque nós estamos trabalhando fora de casa que, quando chegamos em casa, nossa responsabilidade pelo lar, pelo marido, pelos filhos não nos é cobrada diariamente – e sabemos disso.

Portanto, acho que somos 10% da Câmara Federal, mas ainda é muito pouco: de 513, somos 51; e temos que caminhar e caminhar rápido. Temos que trabalhar a chamada independência econômica da mulher, que se dá por oportunidades de trabalho. Não podemos nos esquecer também das trabalhadoras rurais, que também sofrem opressão. Como as trabalhadoras da cidade, as trabalhadoras rurais também precisam ter os seus direitos assegurados, sejam os seus direitos sexuais, sejam os seus direitos reprodutivos e o direito ao trabalho.

E, por fim, nós estamos aqui comemorando o 8 de março de 2015, e eu espero que, a cada ano, possamos avançar.

Eu gostaria de fazer esta colocação para que a Senadora Lídice da Mata possa encaminhá-la: no próximo ano, no dia em que ocorrer a comemoração do 8 de março, como está escrito aqui, no painel, Sessão Conjunta Solene do Congresso Nacional, seja realmente uma sessão solene conjunta do Congresso Nacional, onde sejam parados todos os trabalhos e aqui estejam os Deputados e os Senadores para que também nos ouçam. Quere-

mos que eles nos ouçam todos os dias, mas, em um dia como este aqui, quando temos muita coisa para dizer, seria muito importante a presença deles, porque a nossa luta não é só das mulheres, é dos homens que também compreendem as nossas dificuldades e as nossas lutas e dividem conosco, muitas vezes, o trabalho doméstico, a educação com os filhos e se sentem tão responsáveis quanto nós nos sentimos responsáveis pela vida.

Portanto, companheiras, somos aqui bravas, estamos aqui resistindo e vamos em frente porque a nossa luta é longa e nós precisamos lutar para as que venham adiante continuem a nossa luta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Dando continuidade às nossas inscrições, chamarei o Deputado Laudívio Carvalho, do PMDB de Minas Gerais.

**O SR. LAUDÍVIO CARVALHO** (PMDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, é com imenso prazer que participo da Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Estou aqui representando, não apenas o PMDB, mas o povo do meu Estado, o povo de Minas Gerais em homenagem às bravas mulheres brasileiras.

E é com imensa satisfação, Sr. Presidente, que também me congrego a todas as senhoras e senhores aqui presentes nesta justa homenagem às vencedoras da 14<sup>a</sup> Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A cada ano que nos reunimos para uma solenidade como esta, de homenagem à mulher e de homenagem também às mulheres guerreiras que deixaram e deixam o exemplo de sua luta, são em momentos como este que vemos aumentar a responsabilidade da mulher brasileira, principalmente em um país como o nosso, em que prevaleceu, até ainda há pouco, o patriarcalismo, cujo papel da mulher esteve – até há pouco mais de 50 anos – restrito unicamente ao cumprimento de suas obrigações de mãe e de esposa obediente, na maioria das vezes como um pequeno objeto, submissa à vontade do homem, do pai ou do marido.

É à mulher brasileira que dedicamos aqui, neste breve espaço, o nosso registro, em especial àquela mulher anônima, àquela em que os sacrifícios marcaram sua história de vida e de luta.

Nem parece verdade, mas no Brasil a ocupação de espaços na sociedade pela mulher foi evoluindo a duras penas e se alargando, do âmbito apenas doméstico para se alcançar a realidade exterior: a educação dos filhos, a inserção no mercado de trabalho, a contribuição com o orçamento familiar, a busca de suas vocações e a afirmação pessoal seguindo suas próprias convicções.

Muito já se alcançou, mas é preciso muito mais. Diante dos enormes desafios que se apresentam, é preciso enaltecer o papel que as iniciativas tornadas públicas e os movimentos sociais desempenharam em nosso País e vêm desenvolvendo, ampliando-se os canais de comunicação entre as aspirações por melhores condições de vida e as esferas de decisões políticas, servindo de inspiração para a nova legalidade que as mulheres desejam em nosso País.

Em um Brasil como o nosso, cuja herança autoritária e machista ainda não deixou de ser uma realidade, é preciso ter sempre em mente que o Congresso Nacional, como fórum de ressonância da sociedade, precisa ouvir a sua palavra, a palavra da mulher. Por quê? Para que o nosso País tenha cada vez menos mortes de mulheres vítimas de crimes passionais e de violência doméstica. E para que o papel da mulher seja cada vez mais o papel da luta para se libertar de todas as formas de discriminação e de privações.

Como já disse o grande orador português Padre Vieira: “Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras.”

É com este espírito, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Sr<sup>as</sup> Deputadas, que nos aliamos a todas as representantes agraciadas pelo Prêmio Bertha Lutz, porque essas louváveis mulheres representam exemplos a serem observados e seguidos, são faróis a iluminar e incentivar as demais mulheres pelas relevantes contribuições que já proporcionaram, cada qual em sua área de atuação, mas todas elas pelas iniciativas inovadoras que proporcionaram, com seus exemplos, para a sociedade.

Dessa forma, Sr<sup>a</sup> Presidente, a mulher brasileira é exemplo marcante de superação, de altivez e também de coragem. Apesar de todas as adversidades, a mulher brasileira sempre esteve pronta a enfrentar desafios, nunca se entregou. É o melhor exemplo de bravura e de docilidade, de obstinação e de equilíbrio.

Parabéns, senhoras, pela conquista mais recente! Parabéns às mulheres das minhas Minas Gerais! A aprovação do feminicídio foi o maior recado. As mulheres precisam ser respeitadas. Eu votei pela aprovação do feminicídio. Eu disse: é preciso mudar esse País, é preciso respeitar as nossas mulheres e, mais que isso, é preciso acabar com a violência que extermina mulheres dentro de casa, nas ruas, em qualquer lugar deste País.

Duas horas apenas após a promulgação do feminicídio, uma mulher foi assassinada em Belo Horizonte e um homem foi autuado em flagrante, baseado no que o Congresso havia votado 24 horas antes.

Olha, a conquista do espaço nas Mesas Diretoras dessas duas Casas também é motivo de aplausos.

Parabéns a todas as senhoras presentes! Nós não podemos ter apenas um dia para homenagear as mulheres. Todos os dias devem ser o dia da mulher!

Muito obrigado às senhoras. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada pelas palavras, Deputado Laudívio Carvalho.

E, com este último pronunciamento, encerramos aqui a sessão, destinada a homenagear o dia 8 de março, que comemora o Dia Internacional da Mulher, e a agraciar as vencedoras da 14<sup>a</sup> Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Para nós é uma enorme satisfação poder dirigir esta mesa de trabalho, finalizando os nossos trabalhos de hoje, e é bom que tenhamos finalizado com a palavra de um homem que se incorpora à luta das mulheres, porque a luta das mulheres não pode viver no gueto da sociedade. Todos os problemas que dizem respeito à chamada luta das mulheres ou questão das mulheres, na verdade, são questões da sociedade brasileira e de todo mundo. Por isso, vamos à luta e à vitória. (*Palmas.*)

## **DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.**

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB - CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Senhoras e Senhores de todo o Brasil que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado Federal.

Durante o mês de março, celebra-se o Dia Internacional da Mulher no Brasil em quase todo o mundo. Nessa data, que entrou oficialmente para o calendário da Organização das Nações Unidas em 1977, lembramos os grandes avanços sociais, políticos e econômicos que as mulheres obtiveram ao longo das últimas décadas.

Nos países democráticos, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho e na política. Hoje, são chefes de Estado como Ângela Merkel na Alemanha, ou líderes de grandes organizações internacionais, como Christine Lagarde, diretora do Fundo Monetário Internacional. Elas também são empresárias, líderes de partidos, líderes religiosas, e conquistam mais e mais espaço a cada dia.

No Brasil, a Presidente Dilma Rousseff é a primeira mulher a chegar ao posto máximo da nação, após um longo período de amadurecimento político e social que ainda está em andamento, e que começou com a data simbólica da conquista do voto feminino, em 1932, quando as brasileiras passaram a ter garantido seu direto de influenciar de modo mais direto os rumos políticos do país.

Em 1933, Carlota Pereira de Queiroz foi a única Deputada eleita para integrar a Assembléia Nacional Constituinte. Em 1979, Eunice Michilles se tornou a primeira Senadora brasileira, representante do PSD/AM. Atualmente, 10% dos assentos na Câmara e 13% no Senado são ocupados por mulheres.

E não foi só na política que elas ganharam terreno. A participação feminina entre os trabalhadores assalariados superou a masculina em 2014, segundo dados do IBGE. O número dessas trabalhadoras que termina o ensino médio vem aumentando, garantindo-lhes melhorias salariais e mais opções de emprego.

A conquista mais recente das brasileiras veio com a aprovação, pela Câmara, de projeto de lei do Senado que altera o Código Penal e torna o feminicídio crime hediondo, passível de ser punido com até 30 anos de reclusão. Falta apenas a sanção da Presidente Dilma para que mais esse recurso legal entre em vigor, de modo a coibir a violência contra a mulher.

Muito se conquistou, mas o dia oito de março também é uma data em que todos devemos refletir sobre o muito que ainda é preciso fazer para que as brasileiras possam exercer plenamente seus direitos como cidadãs.

A violência contra a mulher apresenta números alarmantes em nosso país. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2013, 5.664 mulheres sofreram morte violenta no Brasil. Isso significa uma morte a cada uma hora e meia! Mais de 70% dessas situações de violência contra a mulher ocorreram em suas próprias casas.

Em pesquisa realizada com jovens entre 16 e 24 anos, detectou-se que 78% das mulheres já foram assediadas em locais públicos, e 31% delas já sofreram abuso dentro do transporte público.

No Estado do Ceará, também em 2013, 10.401 ligações foram recebidas pelo Disque 180, a Central de Atendimento à Mulher criada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, com denúncias de diversos casos desse tipo de violência.

A luta das mulheres por igualdade, respeito, dignidade e por melhores condições de vida e trabalho ainda está longe de terminar, mas força e garra não lhes faltam. Entre as muitas mulheres guerreiras deste país, quero destacar as vencedoras da 14<sup>a</sup> premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2015.

Esse diploma visa parabenizar aquelas brasileiras que contribuíram para a garantia dos direitos da mulher e para o debate sobre as questões de gênero. Em 2015, foram agraciadas Cármem Lúcia Antunes Rocha (Ministra do Supremo Tribunal Federal); Clara Maria de Oliveira Araújo (antropóloga, socióloga, professora e pesquisadora); Creuza Maria Oliveira (Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas); Ivanilda

Pinheiro Salucci (educadora social); Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (Presidente do Superior Tribunal Militar); Mary Garcia Castro (professora universitária, pesquisadora e doutora em sociologia); Débora Martins Bonafé dos Santos (psicóloga) – esta última já falecida.

Nessa sessão solene, quero parabenizar, especialmente a essas bravas mulheres, desejando que suas ações e projetos continuem rendendo bons frutos para a nossa sociedade. Mas quero também agradecer a todas as mulheres brasileiras que, com firmeza, coragem e perseverança, preparam, dia a dia, um futuro melhor para todos nós brasileiros.

Finalmente, quero destacar que nós, homens, precisamos fazer parte desse movimento em busca de um ambiente social mais equilibrado e igualitário. Precisamos continuar a defender ativamente os direitos da mulher, por nossas mães, irmãs, esposas e filhas.

O Brasil certamente será um país melhor quando todas as brasileiras puderem exercer puderem exercer sua cidadania de forma plena, tiverem proporcional participação na política, acesso à educação de qualidade, renda suficiente para garantir condições dignas de vida para suas famílias e um cotidiano livre de assédio, violência e discriminação. Essa luta é de todos.

Parabéns, mulheres brasileiras, pelo seu dia! Vocês são fontes de inspiração e força para nós!

Muito obrigado!

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. deputados, mulheres brasileiras, cidadãs e cidadãos presentes a esta sessão solene do Congresso Nacional.

Destina-se esta sessão solene, a reconhecer grandes nomes da luta feminina. Nesta oportunidade, o Senado Federal homenageia, de forma especial, as vencedoras do Prêmio Bertha Lutz.

A premiação com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz faz parte das celebrações do histórico Dia Internacional da Mulher, institucionalizado no Brasil em 1975. Essa data se tornou um símbolo de nossa ação por mais direitos, mais respeito e mais cidadania. Passou a ser um marco, também, de lutas por bandeiras históricas das mulheres, como o fim da violência de gênero ou o aumento de nossa representação política.

Com este prêmio, criado há 14 anos, o Senado Federal reconhece o trabalho de mulheres, de guerreiras que se destacam pela valiosa contribuição que prestaram, e continuam a prestar, à conquista dos direitos da mulher é às questões de gênero no Brasil.

É, assim, um ato do Parlamento brasileiro, de mulheres de todas as origens, classes sociais, escolaridade e credo religioso, sempre com um objetivo, que é criar um Brasil melhor, menos desigual e com mais qualidade de vida.

É ainda uma justa homenagem à feminista Bertha Lutz, que nas primeiras décadas do século passado, liderou o movimento pelo sufrágio feminino no Brasil.

A propósito, neste ano em que completamos 83 anos da conquista do voto feminino, lembremos que foi o protagonismo de Bertha Lutz que abriu caminho para que hoje estejamos aqui, ainda que sub-representadas, mas legitimamente escolhidas pelo sufrágio dos brasileiros.

Sim, estamos sub-representadas. Somos hoje 13 senadoras, o correspondente a apenas 16 por cento do total de cadeiras nesta casa. Na Câmara, a representação feminina é hoje de apenas 51 deputadas, ao lado de 462 homens. Portanto, 9,9 por cento.

Estou convencida de que só ampliaremos essa representação para patamares mais razoáveis se contarmos com mecanismos institucionais capazes de reverter essa histórica desigualdade. Precisa-se, para isso, assegurar maior presença de mulheres nas bases partidárias, garantir-lhes espaço e tempo na mídia partidária, criar-lhes condições, enfim, para se impor no universo político.

Senhoras e senhores,

Como presidente do Conselho do Diploma Bertha Lutz, cumprimento efusivamente, neste momento, as mulheres escolhidas para recebê-los. Reconhecemos assim o relevante trabalho que desenvolvem seja em tribunais, seja na educação, na saúde, na ciência, em associações de mulheres trabalhadoras.

São elas:

- A ministra Cármem Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal e líder do movimento Justiça e Paz em Casa. Parabéns, ministra.

- A antropóloga, socióloga, professora e pesquisadora Clara Maria de Oliveira Araújo. Nossos cumprimentos, professora, por nos enaltecer com seu trabalho em favor das mulheres.

- Creuza Maria Oliveira, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que começou a trabalhar aos dez de idade. Parabéns pelo amplo caminho percorrido, que já conheceu tantas vitórias ao organizar as mulheres brasileiras.

- Ivanilda Pinheiro Salucci, do meu Estado de Roraima.

Senhoras e senhores, permitam-me render homenagens a esta educadora social que tem longa história de luta em favor dos direitos da criança e do adolescente e ao combate à exploração sexual e à violência contra a mulher, na região Norte e no nosso Estado de Roraima.

Nascida Roraima, Ivone Salucci, como é mais conhecida, notabilizou-se em 2008, ao denunciar uma rede de exploração sexual que operava em Boa Vista, capital de Roraima, e que envolvia cerca de 20 crianças e adolescentes. Ivone Salucci se transformou em um exemplo de compromisso com a justiça. Querida Ivone Salucci, a senhora nos dá orgulho.

- Homenageamos, também hoje, a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar, primeira mulher a ser nomeada ministra do Superior Tribunal Militar. Nossos cumprimentos pelo pioneirismo e pelo trabalho desempenhado como jurista.

- Mary Garcia Castro, professora aposentada e pesquisadora, reconhecida em toda a América Latina, de temas como gênero, família, mulher, feminismo e identidades. Parabéns.

- Débora Martins Bonafé dos Santos (in memoriam), psicóloga de renome nacional, aqui representada pela sua mãe, a senhora Claudinéa Martins Bonafé, a quem cumprimento.

Como podemos constatar, são mulheres que não têm medido esforços na luta em defesa dos direitos femininos e questões de gênero no País, assim como os direitos das crianças e dos adolescentes. São brasileiras que promoveram e estão promovendo transformações de enorme relevância social e pessoal.

Parabéns, a todas nós, pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 31 minutos.)

## Agenda cumprida pelo Presidente

### Dia 11/03 (quarta-feira)

HORÁRIO	COMPROMISSO	LOCAL
11h	Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à leitura de expedientes e apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2015, dos Votos Presidenciais nos nºs 31 a 34 e 36, de 2014, e nºs 1 a 4, de 2015, e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014	Plenário da Câmara
14h	Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz	Plenário do Senado

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

**Finalidade:** Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados

**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)<sup>(1)</sup>

**Relator do PLDO:** Vital do Rêgo (-)<sup>(33)</sup>

**Relator do PLOA:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)<sup>(32)</sup>

**Designação:** 19/03/2014

**Instalação:** 25/03/2014

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO <sup>(34)</sup>
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO <sup>(2)</sup>
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE <sup>(30)</sup>
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO <sup>(24)</sup>	1. VAGO
VAGO <sup>(15)</sup>	2. VAGO <sup>(15)</sup>
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
<b>PMDB</b>	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
<b>PSDB</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
<b>PSD</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
<b>PP</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
<b>PR</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
<b>PSB</b>	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
<b>DEM</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
<b>SD</b>	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
<b>PTB</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
<b>PROS</b>	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PDT</b>	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
<b>PCdoB</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
<b>PSC</b>	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
<b>PSOL</b>	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
<b>PRB</b>	
VAGO (35)	

**Notas:**

- \*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 1. Mesa eleita em 25-3-2014.
- 2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.
- 3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
- 4. Designados, o Deputado Urcan Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
- 5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
- 6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
- 7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.
- 8. Designado o Deputado Cláudio Pütty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
- 9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
- 10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
- 11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
- 12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
- 13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
- 14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
- 15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
- 17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
- 18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.
- 19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.
- 20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.
- 22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.
- 23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
- 24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

**Secretário:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefone(s):** 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
<b>I - Infraestrutura</b>	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
<b>II - Saúde</b>	Senador Jorge Viana (PT-AC)
<b>III - Integração Nacional e Meio Ambiente</b>	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
<b>IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte</b>	Deputado Cyro Miranda (-)
<b>V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano</b>	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
<b>VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo</b>	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
<b>VII - Justiça e Defesa</b>	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
<b>VIII - Poderes do Estado e Representação</b>	Deputado João Leão (-)
<b>IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário</b>	Deputado Moreira Mendes (-)
<b>X - Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

### CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**COORDENADOR:** Deputado Gastão Vieira (-)

##### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

##### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foleto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

### CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

**COORDENADOR:** Deputado Izalci (PSDB-DF)

##### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

**COORDENADOR:** Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)<sup>(1)</sup>

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

#### Notas:

- Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

**COORDENADOR:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

### Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**Instalação:** 27/02/2013

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 61 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

### Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

**Finalidade:** A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

**Número de membros:** 10 Senadores e 10 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

**Notas:**

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva

**Telefone(s):** 61 3303-3502

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

**Número de membros:** 3 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

**Telefone(s):** 61 3303-3503

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

**Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher**

Resolução nº 1, de 2014-CN

**Finalidade:** Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Marinha Raupp - PMDB/RO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
VAGO	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB</b>	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Dr. Jorge Silva - PROS/ES	2. Ronaldo Fonseca - PROS/DF
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luzianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>PDT</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>PSOL (1)</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designado, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 118, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designado, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

### ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

## CONSELHOS e ÓRGÃOS

### Conselho da Ordem do Congresso Nacional

**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)**  
**(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobo (PR/PR)	<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> VAGO	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> VAGO
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> VAGO	<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> VAGO
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> VAGO	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> VAGO

Atualização: 04/02/2015

## Conselho de Comunicação Social

**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991**

**Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

### COMPOSIÇÃO

**Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.**

**Eleição Geral:** 05/06/2002

**Eleição Geral:** 22/12/2004

**Eleição Geral:** 17/07/2012

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

**Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

**COMPOSIÇÃO**

**Número de membros:** 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
<b>Presidente do Congresso Nacional</b> VAGO

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
[scop@senado.leg.br](mailto:scop@senado.leg.br)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

## Educação ambiental - 2015



Atualizado até janeiro de 2015, este é um dos volumes que compõem a “Coleção ambiental” produzida pela Coedit. Além dos dispositivos constitucionais pertinentes ao tema, este volume oferece ao leitor, entre outros, os textos integrais de dois atos internacionais decisivos para a afirmação da necessidade de aprimorar a educação ambiental no Brasil.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:  
[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)

**Edição de hoje: 204 páginas  
(O.S. 11206/2015)**

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

**SENADO  
FEDERAL**

